

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL



PETRÓPOLIS
1949

Sumário

- Fardas do Reino Unido e do Império* – J. W. Rodrigues, **5**
- Notável documento da história política do Império* – Hélio Viana, **53**
- Datas de falecimento dos conselheiros de Estado do Império* – Laurênio Lago, **65**
- Titulares pernambucanos* – Guilherme Auler, **73**
- Visitas dos imperadores à Bahia* – Alcindo Sodré, **97**
- O tronco da família Nabuco de Araújo* – Lourenço Luís Lacombe, **139**
- O Arquivo do Museu Imperial* – Alcindo Sodré, **155**
- Diário do príncipe de Joinville* – Lourenço Luís Lacombe, **177**
- Cartas de Gonçalves Dias a dom Pedro II*, **221**
- Noticiário*, **271**

FARDAS DO REINO-UNDO E DO IMPÉRIO

Fardas do Reino Unido e do Império

Parte I

Trajes da Casa Real de Portugal e da Casa Imperial do Brasil

A preferência pela cor vermelha nos trajes da corte e entre os membros da Casa Real de Portugal acentua-se durante o reinado de d. José I e torna-se padrão oficial nos fins do século XVIII, não havendo, contudo, uma norma ou regulamentação rigorosa quanto às discriminações e graduações. Os usos definem e concretizam os modelos de galões e bordados até o aparecimento dos decretos de 19 de janeiro e 13 de fevereiro de 1795 referentes aos uniformes dos criados da casa real e o de 1º de janeiro de 1796 que declarou serem escarlata e azul escuro as cores da libré da mesma casa.

Confirmando o estabelecido, os retratos do príncipe regente d. João, dos fins do setecentos e princípios do oitocentos, apresentam-no de casaca vermelha guarnecida de galões dourados formando casas ¹. Da mesma forma, os vice-reis, os governadores e os capitães gerais, tanto no Brasil como em outras colônias, trajam rigorosamente de vermelho, com casaca e véstia enfeitadas de galão largo, intervindo nos começos do século XIX bordados de ramagens sem grande obediência a padrão ou figurino, pois constata-se então grande variedade nessas fardas ² (Est. 1).

1. No Museu Histórico Nacional, Rio, encontram-se: um retrato de d. José I com casaca vermelha, e um quadro de Delarive representando o embarque de d. João, príncipe regente, para o Brasil, a 29 de novembro de 1807, também envergando casaca vermelha; no Museu Imperial um retrato equestre de d. João nas mesmas condições.

2. A provisão do Cons. Supr. Militar, de 15 de abril de 1809, ordenou que a farda dos governadores e capitães gerais fosse encarnada guarnecida de galão de ouro e alamares do mesmo galão, estabelecida para o marechal general no ano de 1760. Diz Cunha Matos (Repertório, verb. Uniforme XL.), laconicamente, que “aos governadores das capitânicas do Brasil e ultramar (Ásia e África), foi permitido o uso de fardas encarnadas com galões de ouro largo, como até então usavam”.

Não apenas estes altos representantes do príncipe regente exibiam vistosos trajes de gala daquela cor mas também ministros e secretários de Estado, os gentis-homens e oficiais maiores e menores, como veremos na segunda parte deste ensaio (Est. 2).

Descendo na escala hierárquica administrativa, os sargentos-mores, os capitães-mores e, entre nós, até mesmo os capitães de aldeia, seguiam tal uso, já assentado. Com a vinda da família real e da corte portuguesa para o Brasil em 1808, tivemos os archeiros, os criados, os músicos da real câmara, os cocheiros e moços da tábua dos riquíssimos coches palacianos e até os remadores da galeota real, todos vestindo; no todo ou em parte, de cor vermelha³.

É criado também o traje oficial para as senhoras da Casa Real e damas da corte, para os dias de gala ou de solenidade, o qual obedecia ao feitio em moda: o estilo império. Sua imposição é decorrente de influência da corte napoleônica, influência aliás exercida em todas as cortes européias no sentido da uniformização dos tecidos, feitio, bordados, diademas, etc.

Compunha-se o traje das seguintes peças: saia de cintura alta em seda vermelha bordada a ouro; corpete decotado de seda azul escuro guarnecido de rendas, com mangas curtas, redondas, armadas de galões de ouro; cinto de cordão com borlas que prende a sobre-saia de seda ou veludo azul formando cauda, com bordados a ouro no contorno; luvas brancas; toque ou turbante com plumas vermelhas, usando as damas nobres diadema conforme seus títulos⁴. Na corte de França, o traje era mais ou menos do mesmo feitio, porém todo branco.

Em época imprecisa, já no Brasil, o príncipe regente d. João substituiu a cor vermelha de sua farda pela cor azul-ferrete. Tal

3. Alabardeiros; vide J. B. Debret, *Voyage Pittoresque au Brésil*, exemplar colorido, estampa nº 22, Biblioteca Nacional, Rio. Cocheiros, moços da tábua, remadores. Vide "Desembarque da Arquiduquesa D. Leopoldina no Rio de Janeiro em 1817", quadro de J. B. Debret, Museu das Belas-Artes, Rio.

4. Debret, que é um dos raros informantes sobre os fastos da corte, tanto no texto como nas estampas, diz que as princesas tinham "plumas vermelhas", distinguindo-as assim das damas da corte. No retrato de d. Carlota, apresenta-a com toque e diadema formando uma palma cravejada de brilhantes e quatro grandes plumas.

No quadro do mesmo autor *Desembarque da Arquiduquesa, etc.*, no Museu das Belas-Artes, d. Carlota e as princesas estão com saia vermelha, manto e corpete azul; e plumas vermelhas. Na coleção do dr. Raimundo de Castro Maia, de desenhos originais do mesmo artista há uma aquarela representando uma dama da corte, tendo porém, saia azul, manto e corpete vermelhos e plumas brancas (traje mantido até o mês de abril de 1821, diz o autor).



A - D. Luis de Vasconcelos e Sousa
4^o Vice - Rei do Brasil
no Rio de Janeiro



B - F.^o de M. de Mendonça da
Cunha e Meneses, Comde de
Castro Marim, G.^o e Cap. G.^o
do Algarves



C - F.^o António da Veiga Cabral
Governador da Índia



D - Bernardo José Maria de Lorena
Conde de Sarzedas, Cap. G.^o de S. Paulo
1788 a. 1797

J.W.R.



alteração deu-se provavelmente por influência tardia do plano geral de uniformes aprovado a 19 de maio de 1806, que modernizou e regularizou os uniformes do Exército e coordenou os agaloados e bordados dos oficiais generais. Sua casaca, passa, pois, a ser azul-escuro, com galões e casas bordadas e guarnecidas de ramagens de louro na frente, abas, gola, canhões e algibeiras, tudo a ouro; véstia de casimira ou de seda branca bordada a ouro; calção de seda ou pano branco com meias de seda da mesma cor e sapatos pretos de fivela; em passeio, calça e botifarras; quando a cavalo, calção de pano amarelo e botas com esporas. O chapéu é um bicorne preto, agaloado e com plumas brancas tendo à esquerda presilha de ouro e tope português azul e vermelho (adotado em 1796). Banda vermelha, talim, espada, fiador, luvas e bastão.

Ornava a casaca o fitão largo com as cores das diversas ordens. Entre as comendas destacavam-se a do Tosão de Ouro, pendente do pescoço em fita vermelha, que só era outorgada a monarcas e príncipes de casas reinantes; a chapa das três ordens portuguesas: Cristo, São Bento de Aviz, e São Tiago da Espada, reunidas numa só insígnia, conforme o uso adotado em Portugal, a 19 de julho de 1796, para o rei, o grão-mestre e o príncipe herdeiro, tudo como se vê em diversos retratos e em gravuras da época.

As dragonas foram adotadas pelo príncipe em 1816, cremos; em razão da adoção desta insígnia pelos marechais do Exército, pois, até aquela data, nem o príncipe nem aqueles oficiais generais usavam deste distintivo. Na pala das dragonas teve o príncipe como emblema um troféu formado de âncora, bandeira, trombeta e ramagem, rematado pela coroa real, tudo de prata. Posteriormente, na qualidade de rei, substituiu este conjunto pelas armas reais (Est. 3).

Os retratos do príncipe d. Pedro de Alcântara, quando menino, já no Brasil, apresentam-no de casaca vermelha com casas, enfeites na gola e punhos, bordados a ouro. Alguns anos depois passa a usar dragonas de ouro e P.R. de prata, como se vê na conhecida gravura de Badoureau⁵.

Em 1817, por ocasião do seu primeiro casamento, traja-se d. Pedro de forma idêntica à de d. João VI (o mesmo aconte-

5. Retrato gravado em *pontillé* por Badoureau, desenho de Vantice; tiragem em cores e em negro, coleção Museu Imperial; coleção Carlos Vieira de Carvalho, S. Paulo; coleção Djalma Fonseca Hermes, Rio.

cendo com d. Miguel): casaca de corte, azul-escuro, guarnecida de galões e ramagens de louro, tendo sob as algibeiras uma âncora, conforme se vê no quadro de Debret, *Desembarque da princesa D. Leopoldina*, etc., gravado por Pradier.

Na verdade não havia então diferença entre o traje dos príncipes e o do rei, pois até bem pouco tempo, todos tinham sido igualmente príncipes e não se cogitara de uma distinção para o rei, uma vez que, durante 38 anos (1777-1815), Portugal fora governado por uma rainha, e depois por um príncipe regente e, quando o príncipe d. João subiu ao trono, em 1815, manteve o mesmo vestuário que usara até então, e com ele foi aclamado em 1818.

Aclamação dos reis de Portugal

São falhos e parcos, no Brasil, os dados informativos sobre a indumentária usada pelos reis de Portugal, de d. João IV a d. João VI nas respectivas solenidades de aclamação. Diz o auto de levantamento e juramento do duque de Bragança, como rei de Portugal e Algarves, com o nome de d. João IV, 1º de dezembro de 1640, que sua majestade vestia “opa de brocado roçagante, e vestido de riço pardo bordado a ouro com abotoadura de pedraria e um colar ao pescoço de grande valor e dele pendente o hábito da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo em um círculo de diamantes, espada dourada e mangas de tela branca lavrada de ramos de ouro e prata; e do mesmo modo era o forro da opa roçagante que levava”⁶.

Depois da regência de d. Ana Luísa Francisca de Gusman, vem d. Afonso VI, de confuso e infeliz reinado, que cede o governo a seu irmão d. Pedro, aclamado regente do reino em 1668, e finalmente rei de Portugal, em 1683, sob o nome de d. Pedro II.

Sobre o traje de gala que teria usado d. João V em sua aclamação, em 1706, nada conhecemos além de uma gravura em que o rei magnânimo aparece com manto forrado de arminho, murça e colar, cetro e espada, calção estufado e meias altas com

6. Na cidade do Salvador a aclamação foi ordenada pelo vice-rei d. Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão e realizada com toda a solenidade.

Mandou juntar o povo e formar a tropa e após o pregão ele mesmo em altas vozes aclamou-o: *Real, real, real, por o senhor Dom João quarto deste nome, rei de Portugal*. Em São Paulo, por ocasião do ato, deu-se o conhecido episódio de Amador Bueno, que preferiu conservar-se vassalo à Coroa portuguesa a ser aclamado rei.



o distintivo da Jarreteira. Infelizmente o documento é suspeito, pois não passa de um decalque do retrato de Luís XIV por Rigaud, que se acha no Museu de Chantilly. A gravura reproduz o quadro do *Roi Soleil* nos mínimos detalhes, apenas a cabeça foi mudada.

Outras gravuras de d. João V mostram-no com armadura, manto forrado de arminho, cruz de Cristo, coroa e cetro. Em parte, o mesmo se dá com d. José I que exhibe a couraça em vários retratos – reminiscência das antigas armaduras – peça permitida ainda, por tradição, aos monarcas e grandes chefes militares.

A propósito da aclamação de d. José I, consta no auto de 7 de setembro de 1750 apenas a seguinte informação quanto ao manto real: “Vinha Sua Majestade com opa roçagante de chama branca com uma cercadura de mais de palmo, bordada de ouro e semeada em proporcionais distâncias com as divisas de Castela e Quinas do Escudo Real, forrada de outra chama carmesim e ouro com murça irmã, também bordada a ouro, sustida com presilha de sete preciosos diamantes brilhantes”.

A rainha d. Maria I subia ao trono a 24 de fevereiro de 1777 e sua aclamação deu-se a 13 de maio do mesmo ano, com grande pompa, na varanda que para esse efeito foi levantada na real praça do Comércio, em Lisboa. Conforme o uso e antigo costume do reino, foi feito o juramento de preito e homenagem pelos grandes títulos, seculares e eclesiásticos, vassallos e mais pessoas da nobreza.

Teve manto de veludo carmesim bordado de estrelas e forrado de seda branca. Com este manto baixou ao túmulo a 20 de março de 1816, no Rio de Janeiro, sendo depois seus restos mortais remetidos para Lisboa onde jazem na igreja do Coração de Jesus.

Em desenho e gravura de Pallière, feitos no Rio de Janeiro pouco tempo após sua morte, é ela representada com manto semeado de esferas e escudos de Portugal e forrado de arminho. No peito trás, além do fitão a tiracolo, a cruz da Ordem de Cristo pendente do pescoço; na cabeça a coroa e na mão direita, o cetro, rematado de uma esfera armilar⁷.

A aclamação de d. João VI como rei de Portugal, Brasil e Algarves, realizou-se com toda a solenidade e grande fausto a 6 de fevereiro de 1818. Apresentou-se o monarca com a farda

7. Desenho e gravura por Julien Pradier. Coleção Marques dos Santos, Rio.

real já descrita: casaca azul, véstia e calção de pano branco e meias de seda da mesma cor, chapéu armado, com plumas brancas e galão aberto, ornado com o tope português e “presilha de brilhantes de alto valor”. O manto real é descrito por Debret da seguinte forma: “de cauda e gola dobrada; de veludo vermelho forrado de pano prateado. Uma magnífica presilha enfeitada de enormes diamantes fecha o manto no peito. O fundo de veludo vermelho, enriquece-se à maneira espanhola de quantidade de pequenos escudos alternados acessórios emblemáticos dos três reinos unidos”... Castelos bordados a ouro, esferas do mesmo sobre fundo azul-celeste e escudos de Portugal antigo. “Uma larga barra ricamente bordada contorna o enorme manto”. Sobre a parte dobrada assentam os colares de duas ordens honoríficas.

O cetro com esfera armilar, “antigo emblema da colônia brasileira”, é o mesmo que fora de d. Maria I. Outras peças são a banda encarnada, a espada, luvas, e a coroa que fica sobre uma almofada. Assim vemos d. João VI no retrato feito por Debret existente no Museu das Belas-Artes e do qual Pradier fez excelente gravura. O soberano só usou este traje solene, com manto e cetro no dia de sua aclamação.

A propósito da coroação e da aclamação dos reis de Portugal, transcrevemos resumidamente interessantes informes históricos contidos no *O Despertador*, número comemorativo de 19 de julho de 1841: “Dos reis de Portugal somente consta que dois foram sagrados e coroados: d. Afonso I e d. Sancho I; porém, não havia dúvida alguma de que os seus sucessores o podiam e podem ser, como demonstra Antônio de Sousa Macedo, na *Luzitania Liberata*, pp. 783 a 785. Esta prática caiu em desuso na coroação dos nossos reis e nada mais se fez do que aclamá-los”... “podem ser ungidos se o quiserem ser pois que os outros não têm prerrogativa alguma”.

“Não obstante, porém, não haver unção ou sagração, nem mesmo coroação nas aclamações dos reis de Portugal, há sempre a intervenção da autoridade eclesiástica para as orações e as outras práticas que têm lugar no templo como se fez na aclamação de d. João VI, nesta corte”.

Sobre esta tradição da casa real de Portugal, diz Debret, veiculando uma versão lendária, que o monarca não apareceu então com a coroa na cabeça e que “ela se encontrava sobre uma almofada ao lado dele, pois, desde a morte do rei d. Sebastião em

Fardas de D. Pedro I

Est. 4



A



Bordados



B



*Tope Nacional
no braço esquerdo*



w.

C



Talim



Banda



D

combate na África em 1578, a coroa e manto real ficaram em poder dos mouros, senhores do campo de batalha. O orgulho português supõe que d. Sebastião, salvo por Deus, deve voltar trazendo a coroa de Portugal”.

Traje da coroação e farda imperial de d. Pedro I

D. Pedro de Alcântara, como príncipe real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves⁸, passa a usar, conforme já era de moda, casaca toda abotoada, enfeitada de galões formando casas e ramagens, como nos mostra a pequena gravura de Manuel Antônio de Castro, datada de 1820, existente no Museu Imperial. Esta casaca com suas ligeiras transformações merece especial atenção pelo que veremos mais adiante. Entre os retratos de d. Pedro, já imperador, o que melhores informações nos dá sobre ela é o de autoria de Henrique José da Silva, executado em 1822, que se acha no Museu Imperial. No Museu do Estado, em Salvador, há um retrato semelhante.

A casaca é azul-escuro, toda abotoada, com vivo branco e galão na abertura, gola e canhões; uma trança com folhagem contorna a frente, a gola e os canhões; das casas bordadas no peito e na gola saem ramos de louro, os mesmos ramos contornam ainda os canhões; a gola é em pé, aberta em curva deixando ver a larga gravata de seda preta e um pequeno tufo plissado ou bofe, o chamado “periquito”, cujo uso será em breve proibido pelo im-

8. Por carta patente de 27 de outubro de 1645, declarou d. João IV, que ao seu filho e aos mais primogênitos dos reis de Portugal fosse dado o título de príncipe do Brasil, conservando o de duque de Bragança. Conforme carta régia de 17 de dezembro de 1734, ao primogênito do príncipe do Brasil coube o título de príncipe da Beira.

O príncipe regente d. João, que também era príncipe do Brasil, tomou por efeito da lei de 16 de dezembro de 1815, o título de príncipe regente do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, cabendo a seu filho d. Pedro de Alcântara, por direito, o de príncipe da Beira.

Falecendo d. Maria I em 1816 e subindo o príncipe regente ao trono com o nome de d. João VI, é alterado o antigo título para o primogênito d. Pedro, que passa a ser, por alvará de 9 de janeiro de 1817, príncipe real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, conservando o de duque de Bragança. Aos irmãos e quaisquer dos primogênitos tocava o título de infante. Pelo art. 105 da Constituição do Império, os príncipes da Casa Imperial eram senadores por direito, tendo assento no Senado logo que chegassem à idade de 25 anos. O herdeiro presuntivo da Coroa tinha o título de *Alteza Imperial*, o seu primogênito, o título de *príncipe do Grão Pará*; tratamento – *Alteza Imperial*. Todos os mais eram príncipes com o tratamento de *Alteza*.

Pelo art. 144, e pela lei de 23 de novembro de 1841, o príncipe imperial, tendo 18 anos completos, era, de direito conselheiro de Estado; os demais príncipes dependiam de nomeação.

perador⁹. Dragonas de ouro com canotões grossos e com emblema de prata na pala; na cintura banda larga vermelha, com três tranquetas na frente e guarnecida de galões bordados de ouro. No braço esquerdo o tope da Independência: disco verde tendo por baixo o grito *Independência ou Morte*, em fita de ouro posta em asna. Fitão a tiracolo com as cores das diversas ordens honoríficas ou militares. Entre as diversas comendas destacam-se a do Tosão de Ouro, pendente do pescoço em fita vermelha e a das três ordens portuguesas. Calção branco. No mais, pois o retrato não o indica: meias de seda e sapatos ou botas com esporas; espada ou sabre com fiador dourado; luvas; talim por baixo da banda. Como cobertura usava então chapéu armado com galão largo (ou bordado equivalente), plumas e borlas. Sob a presilha lateral, o tope português foi substituído pelo disco verde atravessado de uma zona amarela em faixa horizontal ou em fuziforme vertical.

Esta casaca merece especial destaque, como dissemos, devido ao período histórico que d. Pedro atravessa, e por tê-la conservado em uso depois da Independência, quando já havia a nova farda de bordados de carvalho, e do que dá prova evidente o tope patriótico que figura no braço esquerdo, no citado retrato de Henrique José da Silva. (Est. 4-A).

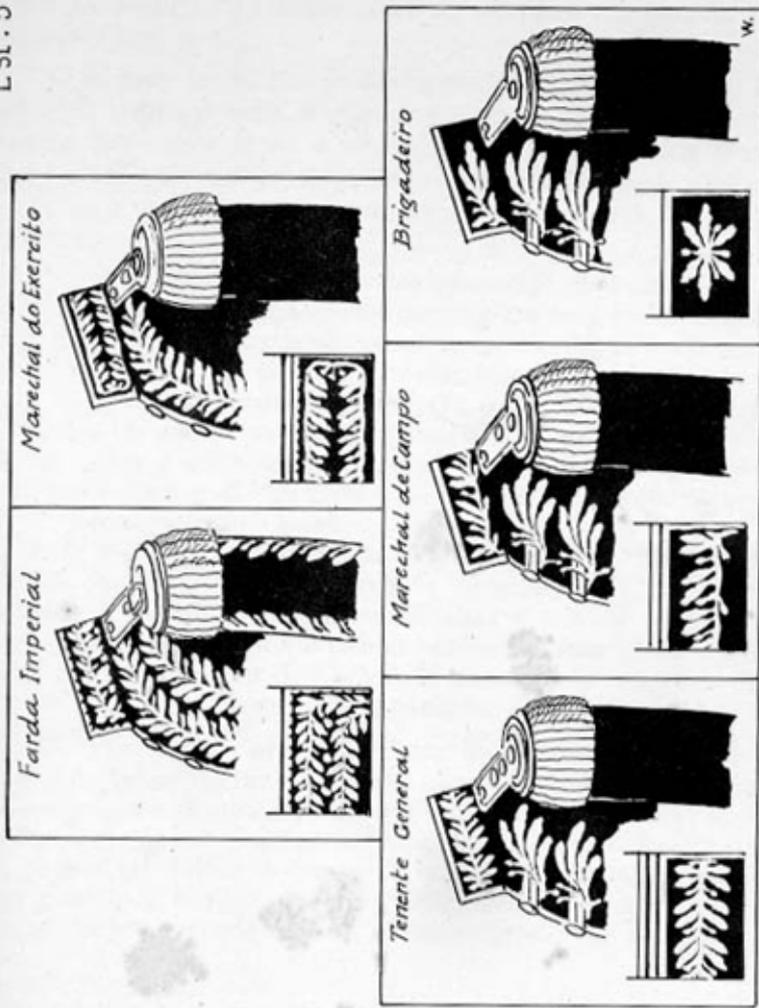
Como farda pequena, usou d. Pedro a jaqueta ou “jaqueta de polícia”, peça curta e com abas minúsculas, abotoada por uma ordem de 14 a 16 botões pequenos, com bordados na gola e canhões, tendo nos ombros, presilha de canotão dobrado; chapéu armado sem galão, etc. Com esta jaqueta fez d. Pedro a jornada de São Paulo a 7 de setembro de 1822. Pedro Américo, no quadro da Proclamação da Independência representou o príncipe com jaqueta de duas ordens de botões... cochilo do emérito artista, pois duas ordens de botões eram usados no Exército na ocasião em que o quadro foi pintado¹⁰.

9. “Manda o príncipe regente pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra declarar mais ao tenente-general governador das armas da corte, que as fardas em geral tanto dos corpos da 1ª linha como da 2ª devem ser abotoadas até a gola, de modo que dispensem os periquitos; e que assim expeça as necessárias ordens. Paço em 27 de setembro de 1822. – Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho”.

10. A jaqueta de pano ou de brim (esta, “vestia de lavar”), mais tarde substituída pela fardeta, entrou em uso na tropa nos fins do século XVIII. No século XIX, teve o nome de jaqueta de polícia, não porque fosse usada para policiamento, mas porque se destinava ao interior do quartel ou ao serviço, v. gr.: “Manda fornecer às praças do corpo de artilharia a cavalo uma jaqueta de polícia”, Av. de 5 de abril de 1820. “Jaqueta de polícia de pano azul forrado de aniagem”. Tabela de 23 de abril de 1833. “Proibindo o seu uso”, Av. 23 de fevereiro de 1837.



Est. 4-A



Confronto de farda imperial com as dos oficiais generais e brigadeiros, do plano de 7 de outubro de 1823

A primeira farda com ramagens de carvalho deve ter sido criada para a solenidade da Aclamação, apesar da exigüidade do tempo: 27 dias, na melhor hipótese, pois d. Pedro chegou ao Rio a 14 de setembro de 1822, à noite, a aclamação foi anunciada por edital do Senado da Câmara a 21 de setembro e realizada a 12 de outubro (Est. 4-C).

Com esta farda, d. Pedro compareceu à solenidade da sua coroação tendo, a mais, o manto, a coroa e o cetro. Em razão da escolha das cores verde e amarelo como distintivo da Casa Imperial do Brasil, são substituídas por elas, nos atributos e detalhes, o azul e o vermelho, que continuam a pertencer à casa real de Portugal.

No entusiasmo patriótico dos primeiros dias após a Independência, as cores verde e amarela penetraram também no Exército... para este “se não confundir com o de Portugal”. Assim, a 24 de setembro de 1822, os penachos das tropas de 1ª linha passaram a ser todo de cor verde de primavera com olho amarelo, e para a 2ª linha, no dia 27, amarelo com olho verde; a 25 do mesmo mês são as golas e canhões que mudam de cor: verde de primavera para todos, com galão de ouro na 1ª linha e de prata na segunda. O 1º regimento de cavalaria passa a usar gola verde a partir de 2 de outubro; o esquadrão de cavalaria de São Paulo (no Rio de Janeiro): penacho verde-e-amarelo a 21 de novembro. Passada a exaltação dos primeiros dias, a voz da tradição faz-se ouvir e os corpos pouco a pouco voltam às suas cores distintivas, como o 1º regimento de cavalaria que a 6 de setembro de 1823 retoma a cor encarnada para o penacho, gola e canhões.

D. Pedro teve seu manto em forma de poncho, curto na frente, de veludo verde bordado a ouro e forrado de seda amarela. A murça que escondia a abertura do manto era de penas de tucano de cor alaranjada. O largo bordado que o contornava era formado de grupos de folhas e frutos de palmeira; grandes estrelas de oito pontas¹¹ semeadas no fundo completam a riqueza desse manto “cuja execução merece justos elogios”, diz Debret.

11. No retrato do imperador pintado por Henrique José da Silva, gravado por Mansard, o manto traz estrelas de seis pontas.

Em razão da portaria de 9 de junho de 1825, foram executados numerosos retratos de d. Pedro I para os palácios dos governadores. Os mais conhecidos foram feitos por Simplício Rodrigues Sá e Henrique José da Silva, gravados por Edward Smith, Urbain Mansard, Sisson, etc.

Sobre a murça de original composição – numa influência evidente do indianismo brasileiro – vê-se a gola encanudada. O cetro com 6 pés de comprimento, de ouro maciço, é encimado por um dragão sentado num pedestal quadrangular apoiado em base de folhagem, e lembra o cetro grande de Napoleão I onde uma águia figura no pedestal.

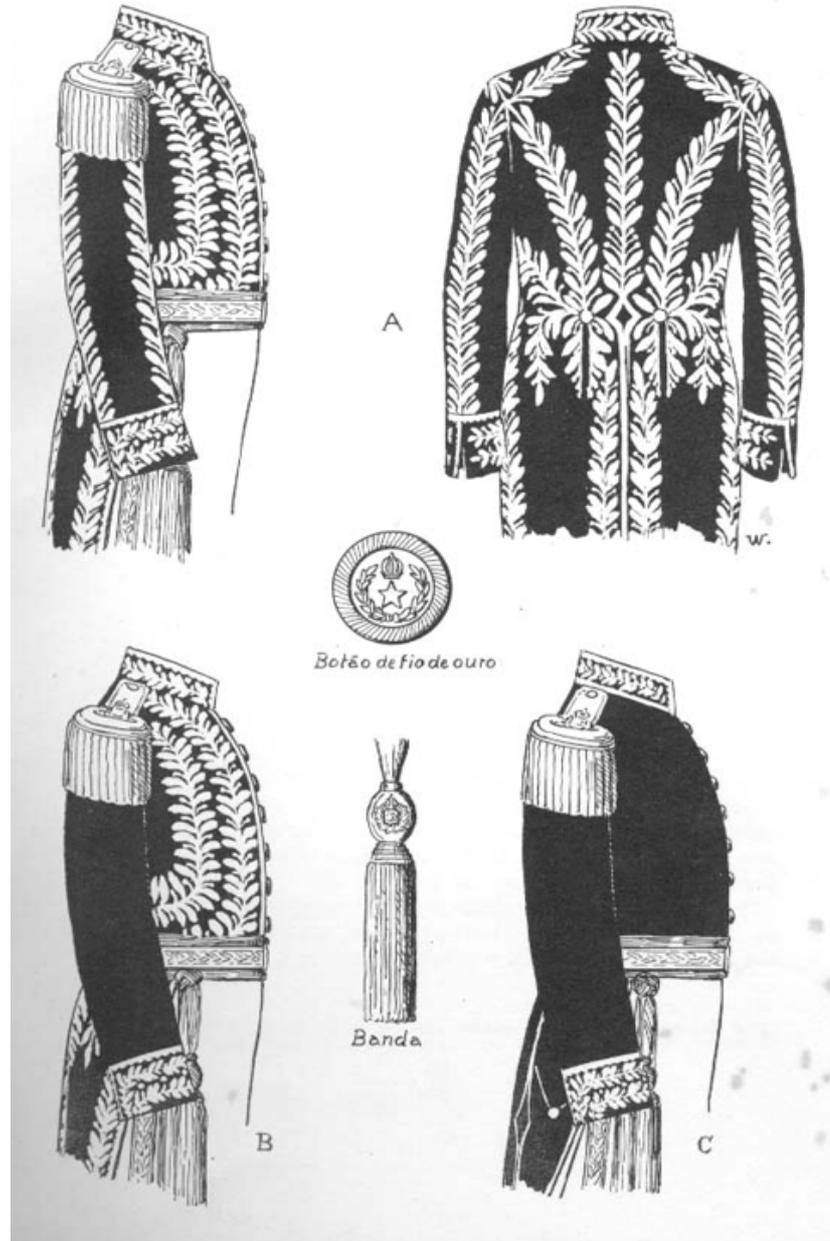
Na solenidade da coroação, d. Pedro I cobriu-se com a coroa imperial, alterando assim a tradição portuguesa. Na fala do trono, na abertura anual das câmaras, d. Pedro punha sempre a coroa na cabeça, de acordo com o cerimonial adotado. Durante muitos meses depois da Independência, continuou o imperador a usar a mesma farda de príncipe real, acrescida do tope patriótico no braço esquerdo, com o grito *Independência ou Morte*. A farda definitiva – farda imperial – com ramagens de carvalho que d. Pedro I usa até sua partida para Portugal em 1831, foi adotada, sem dúvida alguma, em razão do decreto de 7 de outubro de 1823, e a diferença entre esta farda e a anterior está na gola cujos bordados são independentes (Est. 4-D).

Esta farda imperial, de grande gala, usada nas grandes solenidades, era composta de casaca em pano azul-ferrete, com 8 botões dourados, guarnecida de galão bordado na frente, gola, canhões, abas e algibeiras, e de ramagem de carvalho com folhas e frutos cobrindo as costuras do torso e das mangas, as abas, algibeiras, gola e enfrangue; em cada lado da frente do peito dupla ordem da mesma ramagem, assim como nos canhões; entre a folhagem da gola e dos canhões, seis ou sete estrelas pequenas, tudo bordado a ouro.

O citado decreto de 1823 que estabeleceu o plano geral de uniformes para os oficiais gerais – e com o qual a farda imperial se entrosou perfeitamente – manteve até certo ponto a tradição assentada quanto à disposição dos bordados, o que fora regulado pelo decreto de 18 de maio de 1806. A modificação substancial que houve – além do talhe do uniforme – foi a mudança das ramagens de louro para carvalho, emancipando-se assim tais fardas de sua origem portuguesa. Em razão desta mudança, e pelo aspecto conseqüente, perderam toda a aparência com as de sua origem.

Em 1806, ficara já estabelecido para os marechais gerais e marechais de Exército, uma grande ramagem de louro subindo de cada lado da abotoadura. Os outros oficiais gerais distinguiam-se pelas casacas com ramagens e os brigadeiros apenas pelas

Fardas de d. Pedro II



casas. D. Pedro I conservou pois a grande ramagem para os marechais de Exército e casas com ramos para todos os demais oficiais generais (Est. 5).

Voltando à farda imperial, temos o tope nacional no braço esquerdo, suprimido em 1825 em razão do tratado de reconhecimento da Independência do Brasil por parte de Portugal. As dragonas eram em tecido de ouro, contornadas de cordão, com roca e meia-lua, e guarnecidas de franja de canotões com anéis, tudo dourado. Sobre cada pala, as armas imperiais em prata. Chapéu armado de grande formato de seda preta com plumas brancas e, no contorno, bordado aberto, em lugar do galão; tope verde-amarelo, presilha dourada e borlas. Calção de pano branco, comprido e colante com galões e bordado a ouro formando laços, na abertura do alçapão (há retratos em que se vêem bordados nas costuras laterais e na linha da braguilha); botas altas de couro envernizado de preto e esporas; talim estreito dourado ou de couro preto, com fecho em S deitado, entre duas carrancas; banda de tecido dourado “de dar volta” com borlas de franja e direita; largo sabre lavrado e dourado; fiador dourado; luvas brancas.

D. Pedro I apresentou-se sempre de botas nas grandes solenidades, como na coroação, nas falas do trono, e no seu segundo casamento. Contudo deveria usar nas festas da corte – conforme determinava a pragmática – calção de pano branco com fivela, meias de seda branca e sapatos de entrada baixa, espada, talim, etc. Aos oficiais generais, tanto do Exército como da Armada também fora determinado o uso de tais peças pelo plano de 1823, para primeiro uniforme. O mesmo sucedia com os gentis-homens, oficiais da Casa Imperial, ministros, senadores, etc.¹².

Esta farda, pela disposição dos seus bordados e insígnias, numa graduação superior à de marechal-de-exército indica a autoridade de S. Majestade, como chefe supremo das Forças Armadas. Não deve portanto ser confundida com a farda daqueles oficiais generais, sendo uma impropriedade as denominações que se lêem constantemente: “S. Majestade com a farda de marechal-de-exército” ou, “o imperador com uniforme de general”, etc. O seu designativo deve ser *farda imperial*. Na verdade, nunca se cogitou de dar-se-lhe uma classificação, e ao imperador uma gra-

12. A ordem do dia 9 de março de 1811 declara que podem os oficiais ir de casaca, meias e sapatos ao paço nos dias de gala.

duação perante as Forças Armadas, bastando para a sua tácita compreensão o art. 102 da Constituição de 1824 ¹³.

Consideremos que quatro ramos de carvalho ornam o peito da farda imperial (dois de cada lado da abotoadura) e dois em cada canhão, enquanto que a dos marechais tem apenas dois ramos (um de cada lado da abotoadura), e nos canhões o ramo é dobrado com folhas somente no lado interno, não tendo as estrelas.

Com relação às condecorações, d. Pedro I usava o fitão largo nas cores das principais ordens; a placa com as três ordens portuguesas reunidas: Cristo, Aviz e São Tiago de Espada, e a insígnia do Tosão de Ouro. Possuía as grã-cruzes das seguintes ordens: Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa; a de Carlos III e de Isabel a Católica; de São Luís de França; Santo Estêvão da Hungria; antiga Ordem da Torre e Espada do Valer, Lealdade e Mérito; do Espírito Santo e de São Miguel, da França. Era grão-mestre da Imperial Ordem do Cruzeiro, e depois, da de Pedro I e da Rosa, todas três por ele instituídas.

É provável que d. Pedro tivesse uma farda de pequena gala, que seria igual à descrita anteriormente, sem as ramagens nas costuras e no peito; calça ou calção liso e chapéu armado sem galão; no mais: banda, sabre, talim, fiador, luvas, botas ou botins, esporas.

A farda pequena continuaria a ser de jaqueta, como antes da Independência, pois o decreto de 1823 confirmou-a para os oficiais generais. Com esta jaqueta, d. Pedro I usava constantemente chapéu de abas largas de palha da Itália, e calça branca – o

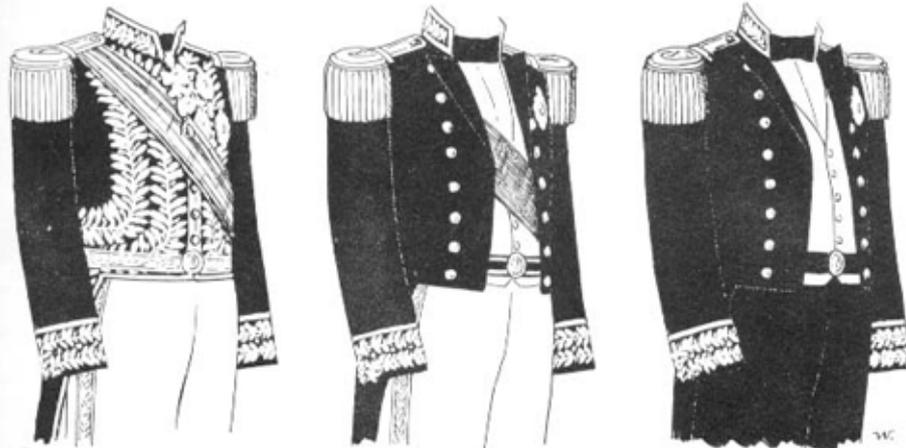
13. Uma única vez declarou-se d. Pedro I, generalíssimo do Exército, foi na fala de 10 de novembro de 1822, aos soldados de todo o Exército imperial, ocasião em que fez a entrega das bandeiras nacionais às forças da guarnição da corte.

Por decreto de 15 de janeiro de 1890 foi o marechal-de-campo Manuel Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório, aclamado generalíssimo do Exército e da Armada, em nome do povo brasileiro. O decreto foi assinado por todos os ministros, menos pelo próprio chefe do governo.

Este elevado posto não teve funções definidas nem vencimentos especiais. Os decretos passaram a ter a seguinte redação, a partir de fevereiro de 1890: “O generalíssimo Manuel Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da nação decreta”, etc. Anteriormente declarava: “O marechal Manuel Deodoro da Fonseca”, etc. ou, “O governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil”, etc.

Usou o marechal Deodoro da Fonseca em seus uniformes de uma particularidade sobre a qual nenhuma explicação escrita se conhece e nem qualquer dispositivo legal. Trata-se de estrelas douradas postas entre os bordados dos canhões e da gola conforme se vê em seus retratos a óleo e em fotografias. O curioso é que tais estrelas, naqueles lugares, só tinham sido usadas por d. Pedro I e d. Pedro II. A verdade é que o fato deve ter estreita ligação com o uso do título honorífico de generalíssimo, – honorífico, porque tal posto jamais existiu no Exército brasileiro.

Fardas de D. Pedro II como Chefe da Marinha de Guerra Nacional e Imperial



Grande gala

*Pequena gala
(a partir de 1856)*

segundo uniforme



botão



chapa dos talins

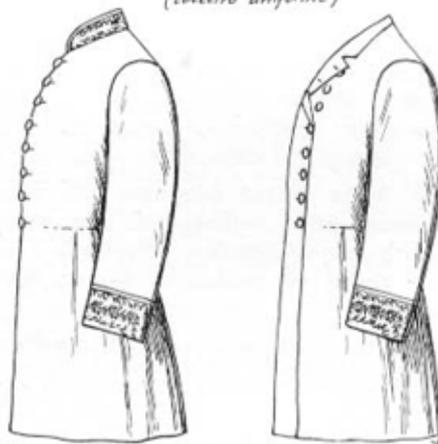


Passadeiras



depois de 1873

*Sobrecasacas de D. Pedro II
(terceiro uniforme)*



botões de âncora ou de coroa

que aliás, era muito usado pelos militares fora do serviço. Na intimidade e em passeio d. Pedro preferia traje folgado de tecido leve, próprio para o clima.

Diz C. Schlichthorst, ao descrever a chegada dos engajados alemães ao Rio, que d. Pedro I quando subiu a bordo “trajava de acordo com o clima e a hora do dia, leve túnica cinzenta, chapéu branco, calças brancas e um lenço de muitas cores envolvendo o pescoço negligentemente”¹⁴.

Sob d. Pedro I, usaram as damas da corte, nos dias de gala (a partir de 12 de outubro de 1822, dia da Aclamação, informa Debret com sua letra no desenho original da coleção *Raimundo de Castro Maia*), vestido branco com tule bordado a prata, turbante de tecido de ouro e verde com plumas brancas, sendo que as damas viúvas não tinham plumas, manto verde bordado a ouro, preso à cintura; luvas brancas, grandes. As princesas tinham plumas brancas com ponta verde.

Conforme retratos, a imperatriz d. Leopoldina, tinha seu corpete e o manto guarnecidos de estrelas de ouro, seu turbante ou toque era ornado de um diadema de diamantes, estrelas de ouro e plumas brancas com ponta verde. Na coroação de d. Pedro I, apresentou uma cobertura de forma original, que vem representada na estampa de Debret nº 13 (2ª figura de corpo inteiro). A segunda imperatriz, d. Amélia, usou turbante com diadema de brilhantes formando leque, e plumas amarelas com ponta verde ou penacho; manto verde preso à cintura.

Vestes da sagração e coroação de d.
Pedro II e fardas imperiais

Vestes da Sagração e Coroação – Para a sagração e coroação de d. Pedro II, a 18 de julho de 1841, foi criado um traje majestático, que veio a ser usado em seguida nas solenidades da abertura anual da Assembléia Legislativa. Teve o nome de “Veste de Cavaleiro”, conforme publicação da época.

Compunha-se das seguintes peças: véstia branca aberta na frente e comprida até os joelhos, com bordado a ouro, que contorna a gola, a abertura e a linha inferior; gravata de renda de França com duas pontas pendentes na frente e entre elas uma

¹⁴ C. Schlichthorst, *O Rio de Janeiro como é, 1824-1828* (tradução de Emy Dodt e Gustavo Barroso), p. 24 – (Eduardo Teodoro Bösche, em *Quadros Alternados*. Trad. de V. de Sousa Queirós, p. 153, descreve o imperador de forma quase idêntica).

cruz de brilhantes ¹⁵, gola branca encanudada; rendas nos punhos da camisa e manípulos bordados a ouro. A véstia era cingida por uma faixa de cetim branco bordada a ouro, formando um laço ao lado direito, do qual pendiam duas pontas, tendo sobreposta uma flor de brilhantes. Calças de meia de seda branca inteiriças, sapatos (escarpins ou chapins) de entrada baixa de cetim branco bordados a ouro, com laço na frente ornado de brilhantes de grande valor. Como cobertura “chapéu de cavaleiro”, de veludo branco bordado a ouro com aba fronteira levada, com uma rica presilha de brilhantes, laço nacional esmaltado e ornado também com uma coroa de brilhantes e três plumas brancas; além disto, uma fita de veludo circundava a cabeça e era rematada por um fecho de brilhantes.

Dando início à solenidade, entrou S. Majestade na capela imperial com o manto, a espada e as luvas da Ordem do Cruzeiro e, provavelmente, com o fitão azul da mesma ordem. O manto era de escumilha branca recamado de estrelas azul-claro, contornado de galão franjado, preso por alamar, tudo da mesma cor; ao lado esquerdo a grande placa da ordem, bordada a ouro. A espada de cruzeta era lavrada, dourada e esmaltada de azul-claro com estrelas brancas em cruz; as luvas, de seda azul-claro, com uma cruz de estrelas semelhante ao Cruzeiro do Sul. Levava ainda os colares do Tosão de Ouro; o da Torre e Espada e o de Santo André da Rússia ¹⁶.

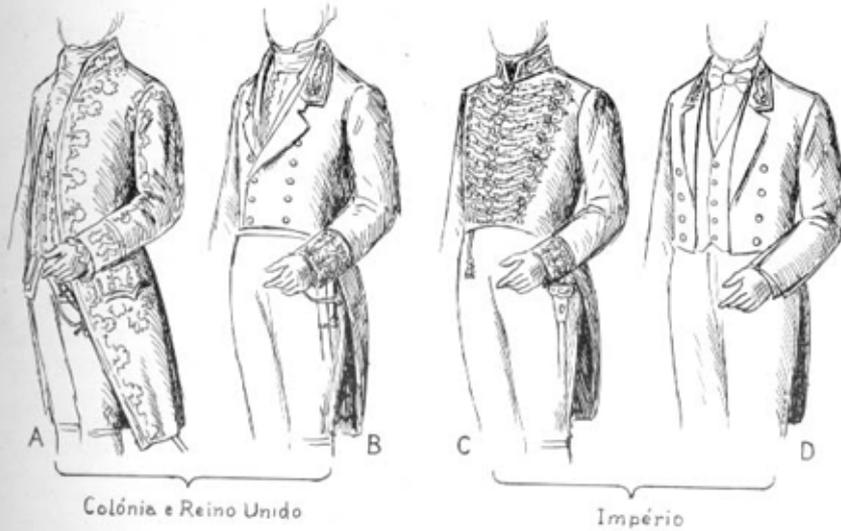
O traje foi composto numa concepção romântica do que seria o traje de um cavaleiro do Renascimento para uma investidura solene. Na verdade, a calça de meia, colante, é peça do último período da idade média e começos do século XVI; a véstia e o chapéu, porém, apresentam uma solução convencional, conforme certa tradição existente nas cortes européias, acomodada às exigências do cerimonial e aos atributos e símbolos nacionais. A inspiração em peças de vestuário da época de Francisco I ou anterior deu-se, de fato, na corte de França para as solenidades do trono, como se vê no já citado retrato de Luís XIV, pintado por Rigaud. Napoleão I criou para si uma túnica branca comprida, revivendo a silhueta dos reis da França medieval, completada com

15. No retrato do imperador pintado por Monvoisin em 1847 (Coleção do Palácio Grão Pará), a “cruz de brilhantes” é substituída pela comenda da Ordem do Cruzeiro.

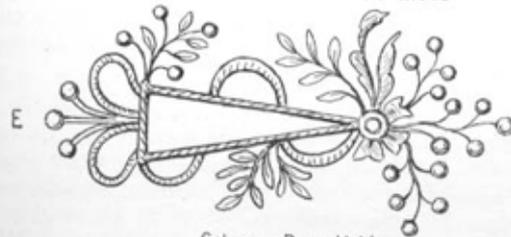
16. D. Pedro II usou, a seguir, nas solenidades da abertura da Assembléia, os colares da Ordem do Tosão de Ouro e da Ordem da Rosa, ou apenas o desta última.

EVOLUÇÃO DO TRAJE DE CÔRTE

Est. 8



Bordadura dos médicos



Colônia e Reino Unido



Império

o manto e coroa de louros à romana. Para os altos dignitários políticos: capa, chapéu de plumas, faixa e demais peças.

Na vestimenta composta para d. Pedro II, há um toque de romantismo, próprio do momento, do que dá prova o chapéu, que nada tem de antigo em seu feitio, suas plumas e símbolos: tope nacional, coroa e rosa de brilhante.

O traje é de grande distinção e elegância, causa admiração a qualidade dos tecidos, a perfeição dos lavores e bordados, o valor da pedraria e a riqueza das insígnias.

Para se ter uma melhor compreensão da significação da roupagem e da razão do cerimonial, vejamos o que diz ainda a crônica do número comemorativo de *O Despertador*, sobre a origem do ritual adotado na solenidade.

“Os historiadores da antigüidade indicam que a prática da sagração dos monarcas vem de Saul, que, segundo a Escritura, foi ungido por Samuel; assim como o foi também David e depois o continuaram a ser os reis de Judá e de Israel para mostrarem que a sua autoridade vinha de Deus. Na Idade Média, foi Pepino, pai de Carlos Magno o primeiro que se fez sagrar pelo bispo de Mogúncia, pela era de 752, o que foi confirmado depois pelo Papa Estevão III, que foi à França fugindo à opressão dos Lombardos. A Igreja introduziu nas sagrações subseqüentes fórmulas que tornaram a realeza, mesmo depois de hereditária, como uma emanção do poder eclesiástico, assegurando também todos os seus privilégios como os da nobreza, sobre os direitos do povo.

“Estas fórmulas foram abolidas depois da revolução de 1789, ficando porém sempre salva a liturgia do ritual romano, nas sagrações dos reis de França e nas dos imperadores romano-alemães, com a bula áurea e regulamentos subseqüentes. Enquanto às fórmulas meramente políticas, depois de Carlos Magno introduziu-se toda a etiqueta da corte de Constantinopla. A sagração de Frederico III, imperador da Alemanha, casado com d. Leonor, filha do rei d. Duarte de Portugal, foi a em que se desenvolveu mais completamente essa etiqueta e pompa, e ficou servindo de norma para as consagrações subseqüentes.

“Nas coroações dos reis de França, o condestável e outros nobres exerciam funções que lhes eram próprias na entrega das insígnias; porém, abolindo-se depois aquela dignidade, os reis passaram a nomear o condestável e outros funcionários da coroação, somente para o ato, como se praticou no Brasil”.

Cabe, portanto, lembrar os titulares e pessoas de grande representação no Império que, no préstito, levaram as insígnias imperiais: José de Andrade Pinto, o manto do fundador do Império; marechal João de Deus Mena Barreto, (que substituiu o marquês de Barbacena, por estar este indisposto) a espada imperial do Ipiranga; Cândido José de Araújo Viana, a Constituição do Império; esmoler-mor, bispo de Crisópolis, as oferendas; Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, o globo imperial; conde de Valença, o anel e as luvas cândidas; marquês de Baependi, o manto do imperador; visconde de São Leopoldo, o cetro; Paulino José Soares de Sousa, a mão da Justiça; José Clemente Pereira, a espada do imperador; Miguel Calmon du Pin e Almeida, a coroa.

Depois de ungido foi-lhe posto o manto imperial pelo arcebispo metropolitano, tudo obedecendo a longo e rigoroso cerimonial. Foi-lhe entregue a seguir a espada imperial, “sendo pronunciada a fórmula *Accipe gladium*; depois a coroa, o anel e as luvas cândidas. O manto do imperador era de veludo verde forrado de seda amarela, semeado de estrelas, dragões e esferas, com grega e larga ramagem no contorno, tudo bordado a ouro; sobre o manto a murça de penas amarelas de papo de tucano, cujo uso vinha do 1º imperador¹⁷. A gravata, a gola encanudada e os colares apareciam sobre a murça, conforme se vê em diversos retratos. Sucessivamente foi recebendo o globo e a mão da Justiça, que devolveu respectivamente, ao ministro dos Negócios Estrangeiros e ao da Justiça, conservando o cetro na mão direita¹⁸.

17. Esta peça com abertura nas costas, e de feitio especial, foge a qualquer classificação. Não é murça nem cabeção em capelo, sendo apenas uma guarnição em forma de mantelete.

Em alguns retratos de d. Pedro II, vê-se claramente que a murça é de penas amarelo-laranja de papo de tucano, como na do Museu Imperial; noutros, como no da V. O. 3ª da Penitência é formado de penas de galo-da-serra, que se diferencia pelo tom avermelhado, como se vê no exemplar do Palácio Grão Pará.

Sobre este detalhe diz César Augusto Marques no *Almanaque Histórico de Lembranças Brasileiras*, de São Luís do Maranhão, 1862, à p. 336: em 1834, o genovês Ricardo Zani, estabelecido na barra do rio Negro, teceu murça imperial de plumas de galo-da-serra, e foi pessoalmente levá-la a Lisboa com outras muitas preciosidades, que tencionava oferecer a d. Pedro I, então duque de Bragança. Já este príncipe tinha expirado, quando o genovês desembarcou em Lisboa... Diversas rendas das mesmas plumas foram enviadas e oferecidas à rainha d. Maria II e à imperatriz viúva, alguns de cujos ornatos pertencem agora a algumas princesas alemãs. “A murça, supõe-se, voltou ao Brasil e foi aceita pelo sr. d. Pedro II como uma memória de religião e saudade”.

18. No Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, encontram-se uma veste de veludo branco e um chapéu, bordados a ouro; no palácio Grão Pará, uma veste de cetim branco e um chapéu, assim como um manto, o globo, fardas, espadas, talins, etc., além de trajes femininos de gala. Muitas destas preciosidades históricas vieram ultimamente



D. PEDRO II
Quadro a óleo de Luís Augusto Moreaux, 1871

Oficiais Maiores e Menores



Camarista
1º uniforme



Guarda-Roupa
1º uniforme



Camarista
2º uniforme



Camarista



Guarda-Roupa

Botões

Fardas Imperiais de d. Pedro II – Desde a infância, ou melhor, desde sua aclamação e durante toda sua vida, usou o segundo imperador a farda bordada de ramagens de carvalho adotada por seu augusto pai, conforme o modelo de 1823. Assim vemo-lo em retratos a óleo e gravuras que acompanham o seu crescimento, tais como aos 6 anos de idade, óleo de Simplício Rodrigues de Sá, que se acha na biblioteca da universidade católica de Washington; com 12 anos de idade, retrato pintado por Félix Emílio Taunay pertencente ao Museu Imperial, e em várias litografias, ainda imberbe, dos fins da regência e da época da maioridade.

Note-se que, desde menino, d. Pedro II usou a farda de gala estabelecida, porém em dois modelos: um com a ramagem de carvalho nas costuras das mangas, costas, peito, gola e canhões, e outra, em tudo idêntica à primeira, não tendo porém as ramagens nas costuras das mangas e costas ¹⁹.

No mais: dragonas com as armas imperiais; calça de casimira branca com galão largo, lavrado e dourado; chapéu armado com galão ou bordado equivalente, com borlas e plumas, sendo a presilha formada de um dragão contornado de cordão que abraça o tope nacional composto de uma estrela dourada em disco de miçangas verdes (adotado em 1831); luvas brancas; talim de galão dourado com armas imperiais no fecho; banda dourada com borlas à direita tendo no remate as mesmas armas imperiais bordadas a cores; espada com fiador; botins (Est. 6 A, B).

Provavelmente, a farda mais rica do primeiro modelo, foi reservada às grandes solenidades. Nas festas e bailes de gala, devia S. Majestade se apresentar de farda imperial com calção e meias de seda branca, o que foi mantido, pelo menos até 1840, quando foi generalizado o uso da calça de casimira branca em 1º uniforme.

Com relação às insígnias honoríficas, d. Pedro II era de grande sobriedade na sua ostentação, pois, além do fitão azul-claro da Ordem do Cruzeiro, ou do que tinha as cores das prin-

do castelo d'Eu e foram exibidas ao público, em Petrópolis, em exposição realizada no mês de fevereiro de 1951.

O Museu Imperial possui a coroa de d. Pedro I, a de d. Pedro II, o cetro, jóias, comendas e um manto, além de muitos objetos e fardas que pertenceram à Casa Imperial. No Museu Histórico Nacional, encontram-se algumas fardas, chapéus e espadas de d. Pedro II e o sabre do primeiro imperador.

19. Em geral, na gola figura uma só ramagem de cada lado; há, porém, na coleção do Palácio Grão Pará uma farda com dois ramos de cada lado.

cipais ordens, estabelecido por d. João VI, usava geralmente a comenda do Tosão de Ouro ao pescoço e a chapa do Cruzeiro no peito. Há, contudo, retratos onde aparecem também a chapa da Conceição e a das três ordens portuguesas (Cristo, Aviz e São Tiago), tornadas brasileiras, reunidas em uma só placa ²⁰.

Possuía, em total, as condecorações de grão-mestre de todas as ordens brasileiras, a saber: do Cruzeiro, de D. Pedro I, da Rosa, de Cristo, de São Bento de Aviz e de São Tiago da Espada. Era grão-cruz da Ordem de Santo Estevão de Hungria; grão-cruz das ordens de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e da Mui Nobre e Antiga Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, de Portugal; Cavaleiro da Insigne Ordem do Tosão de Ouro da Espanha, da Ordem do Elefante da Dinamarca e da Ordem d'Anunciata da Sardenha; ainda, grão-cruz, das seguintes ordens: de Leopoldo da Bélgica; de São Fernando e São Januário, das Duas Sicílias; da Legião de Honra, da França; da Ordem de São Salvador da Grécia; da Ordem do Leão Neerlandês da Holanda; da Ordem da Águia Negra, da Prússia; das Ordens de Jerusalém e do Santo Sepulcro, de Roma; da Ordem Imperial Angélica Constantiniana de São Jorge de Parma; de todas as ordens da Rússia; das Ordens da Estrela do Norte e dos Serafins, da Suécia; e da Ordem de Medjidié de 1ª classe, da Turquia. Em 1871 recebeu o grau de cavaleiro da Ordem da Jarreteira da Inglaterra.

Como pequena gala, teve S. Majestade casaca com uma ordem de 8 botões, com bordados apenas na gola, canhões e apanhados das abas; vivos e forros brancos, dragonas etc. (Est. 6 C).

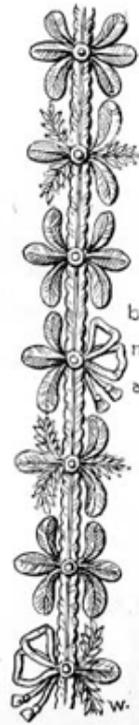
Em pequeno uniforme, usou de sobrecasaca com uma ordem de 8 botões, com bordados na gola e canhões, sem dragonas nem passadeiras; calça azul; chapéu armado sem galão; banda encarnada; espada dourada, de copos, etc.

Esta sobrecasaca entrou em uso no Exército pelo plano de 7 de agosto de 1852. Durante a guerra do Paraguai e em sua viagem ao Rio Grande vestiu sobrecasaca idêntica sem bordados nos canhões e adotou o boné à *cavaignac* com cinta bordada de car-

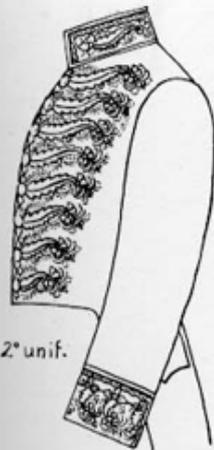
20. Em virtude da ampla disposição da lei de 20 de outubro de 1823 e da prática constante, o decreto nº 321 de 9 de setembro de 1843 reorganizou as três ordens portuguesas, (*Cristo, São Bento de Aviz e São Tiago da Espada*), mantidas no Brasil declarando não serem mais consideradas religiosas, como nos tempos antigos, porém, meramente civis e políticas.



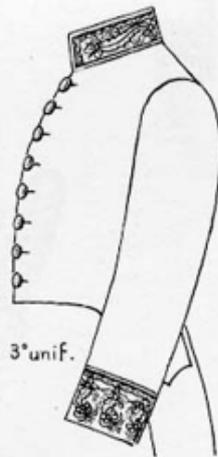
1º uniforme



bordadura
novamente
adotada



2º unif.



3º unif.

Distintivo dos Consetheiros de Estado



de 1829 a 1834

A



a partir de 1841

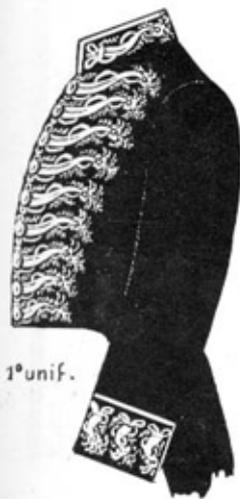
Distintivos do serviço no Paço



B



C



1° unif.



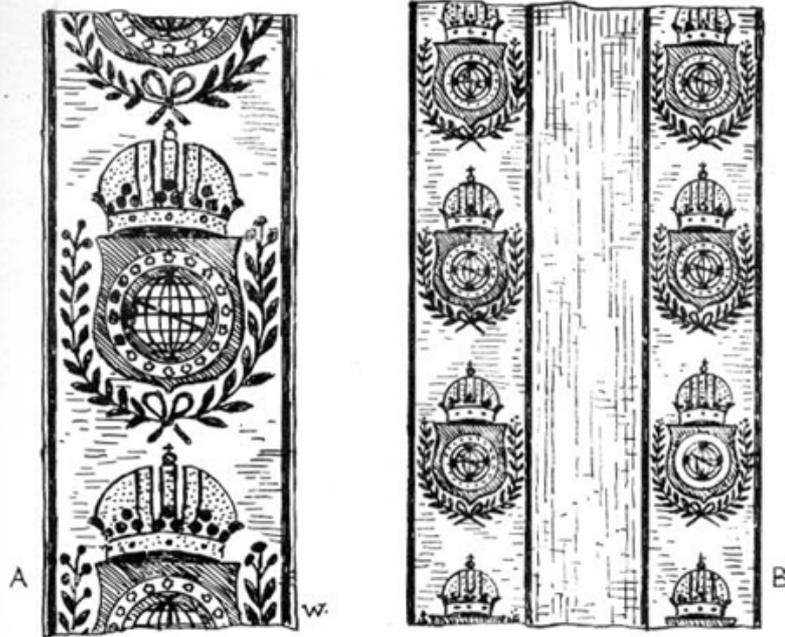
2° unif.



3° unif.



Bordadura



Galões usados no Império

ARCHEIROS
Colônia e Reino Unido



valho, ou com galão largo, dourado, usado pelos comandantes de alguns corpos da Guarda Nacional e de Voluntários da Pátria. Usou o poncho azul-ferrete com bordados dourados assim como chapéu preto de feltro, com a aba levantada na frente, cobertura característica de certos batalhões de voluntários da pátria como se vê em retrato existente ²¹.

A sobrecasaca militar, de transpasse, com duas ordens de oito botões, gola deitada formando lapelas e com bordados nos canhões, foi muito usada por S. M. que a preferiu, provavelmente, a partir de 1874, ano em que tal peça passou a fazer parte dos uniformes dos oficiais superiores do Exército, conforme o decreto de 2 de maio daquele ano.

Em muitos retratos a óleo, em gravuras e mesmo em fotografias, apresenta d. Pedro II *farda da Marinha*. Na verdade, S. M., como *chefe da Armada Nacional e Imperial*, podia fazê-lo, e, assim, usou de farda de oficial general destas forças durante grande período do seu reinado, pois todos os retratos e peças de uniforme, desta ordem, são de época posterior à sua coroação. E o motivo provável é o fato de que, até 1856, a farda de 1º uniforme de almirante era igual à de marechal-de-exército, passando então a ter duas ordens de botões. Usou, pois, o imperador, farda de almirante tendo como diferença os bordados da gola e dos canhões que eram seus, pessoais (Est. 7).

Os retratos com farda da Marinha posteriores a 1856 são os de casaca aberta formando lapelas com duas ordens de oito botões, gola em pé, colete branco atravessado pelo fitão azul-claro do Cruzeiro e talim de veludo azul agalado, ou de couro preto. Note-se que, não sendo a banda peça usada na Marinha, constata-se também a sua ausência nestes retratos de d. Pedro II ²². Este modo de usar a casaca, pode-se dizer, foi exclusivo do imperador, pois é muito raro encontrar-se retratos de almirantes ou chefes da Armada com casaca aberta. Em geral traziam-na toda abotoada ²³.

21. Grande retrato em corpo inteiro, de ponche, pertencente a d. João de Orleans e Bragança.

22. No Palácio Grão Pará: duas fardas do 1º uniforme. No Museu Imperial: dois retratos de meio corpo em primeiro uniforme segundo o plano de 1856; e uma litografia colorida por Maurin, impressa por Lemercier, Paris. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: dois retratos semelhantes aos anteriores (um pintado por Zermait, 1868); uma fotografia em corpo inteiro (ampliação de Bastos Dias) no 2º uniforme do plano 1856-73.

23. Fotografia do chefe de esquadra Augusto Leverger, barão de Melgaço, com casaca desabotoada, in *Revista da Semana*, 26/03/1937.

Pelos retratos do imperador constatamos que estas fardas acompanhavam a evolução dos uniformes na Marinha. Assim, usa presilhas sobre as dragonas conforme o plano de 1856 que substitui por passadeira larga em 1873, de acordo com o plano então aprovado. Quanto ao talim, d. Pedro II, ao que parece, usou indiferentemente em 1º uniforme tanto o talim de veludo azul com galões, como o dourado ou o de couro preto ²⁴.

Um detalhe deve ser apontado para evitar confusões: S. M. o Imperador sempre teve, e com exclusividade, conforme a tradição, como já foi dito, as armas imperiais prateadas nas dragonas. No entretanto, a partir do plano de 1873, os almirantes *passaram a usar também as armas imperiais, prateadas, nas dragonas e passadeiras*, em lugar do distintivo próprio até então mantido: esfera armilar, ramagem e coroa. Desta apropriação de insígnia, levemente permitida resulta que, hoje, dificilmente se poderá classificar uma dragona com armas imperiais como tendo pertencido a uma farda imperial ou a uma de almirante, salvo conhecendo-se a procedência.

A sobrecasaca de transpasse e gola deitada, com duas ordens de 8 botões – peças do 3º uniforme da Marinha – foi muito usada por d. Pedro II, tendo apenas bordados nos canhões, distinguindo-se de sua similar do Exército apenas pelos botões com âncora (Est. 8). Nesta peça entra em uso, pelo plano de 1873, passadeiras nos ombros, que logo são suprimidas ²⁵. Com os uniformes da Marinha, d. Pedro II usou apenas a Ordem do Cruzeiro.

Em traje civil, S. Majestade deu sempre preferência à cor preta, usando algumas vezes colete branco. Com este vestuário trazia a chapa do Cruzeiro e por vezes uma miniatura do Tosão de Ouro na lapela esquerda, como se vê na aquarela de Andrè Verre, de 1863, e em litografias e fotografias.

Nos anos da coroação e do casamento de d. Pedro II, as modas já são bem diferentes e outros os usos, em comparação com a corte de d. João VI e época de d. Pedro I. As damas da corte vestem-se ainda de branco mas as plumas brancas são postas

24. Os grandes planos gerais de uniformes para a Marinha de Guerra foram aprovados pelos decretos: 27 de outubro e 10 de dezembro de 1823; nº 259, de 13 de dezembro de 1842; nº 1.829, de 4 de outubro de 1856; nº 5.268, de 16 de abril de 1873.

25. Sobrecasaca no Museu Histórico Nacional, Rio: idem, no Museu Imperial, porém, com gola em pé, bordada, e com uma ordem de oito botões com âncora. (O feitio desta peça é do próprio Exército e não da Marinha).



Litografia de Gaildrau representando dom Pedro II

caindo para trás. A imperatriz e as princesas apresentam-se em trajes de gala com vestidos decotados de seda ou chamalote branco com bordados, galões e estrelas de ouro; no corpete, renda dourada; as plumas são brancas com ponta verde. O manto é de veludo verde preso à cinta, e tem ramagens, esferas e coroas ou estrelas, bordadas a ouro. D. Teresa Cristina exibia o fitão das diversas ordens, chapa do Cruzeiro e outras; as princesas, o fitão azul-claro e a chapa do Cruzeiro. O penteado da moda no meado do século era simples, em cachos ou em bandós e quando muito, os cabelos ornados com um pente cravejado de brilhantes ou em diadema de fantasia. Há no Museu Paulista um retrato de d. Teresa Cristina com diadema e plumas verdes caídas por trás.

Parte II

Dos oficiais e criados-maiores; dos ministros e secretários de Estado – Dos oficiais e criados-menores; dos médicos; dos porteiros da cana, reis d’armas, etc. – Dos oficiais e criados de inferior graduação – Das guardas reais e guardas imperiais.

A Casa Real de Portugal ²⁶ formou sua corte com servidores – digamos criados, conforme a denominação consagrada – escolhidos tanto na nobreza como no Exército, e entre pessoas que se destacavam por seus grandes méritos, formando assim o corpo de oficiais maiores e menores. Com o passar do tempo estes cargos se tornaram honoríficos, havendo então efetivos e honorários, todos com mercês de ofício, regalias e foro especial, além dos criados de inferior graduação, cujos empregos não conferiam nobreza,

26. A primeira dinastia que reinou em Portugal teve início com o conde Henrique de Borgonha e se extinguiu com a morte de d. Fernando em 1383. Iniciou-se a dinastia da casa de Aviz com d. João I, mestre de Aviz, em 1385, que terminou em 1578, na batalha de Alcacer-Kibir com a morte do d. Sebastião. Após o domínio espanhol, estabeleceu-se a terceira dinastia, a da Casa de Bragança, em 1640, subindo ao trono de Portugal o 8º duque de Bragança, sob o nome de d. João IV.

A Casa de Bragança começou pelos anos de 1442, diz Vilas Boas Sampaio, e era o ducado mais antigo de toda a Espanha e Itália, casou o primeiro duque, d. Afonso I com dona Beatriz Pereira, filha do grande condestável d. Nuno Álvares Pereira. Esta casa reinou em Portugal até a proclamação da República em 1910.

A Casa Imperial brasileira é originária por d. Pedro I, fundador do Império do Brasil e seu primeiro imperador e defensor perpétuo, filho de d. João VI de Portugal, procede da Casa Real Portuguesa em terceira dinastia na pessoa do 8º duque de Bragança, rei de Portugal sob o nome de d. João IV. Governou o Brasil de 12 de outubro de 1822 (Aclamação de d. Pedro I) a 15 de novembro de 1889. Estava organizada nos moldes da Casa Real de Portugal.

ainda que nomeados pelo soberano; e os moços de estrebaria e outros, de condição plebéia.

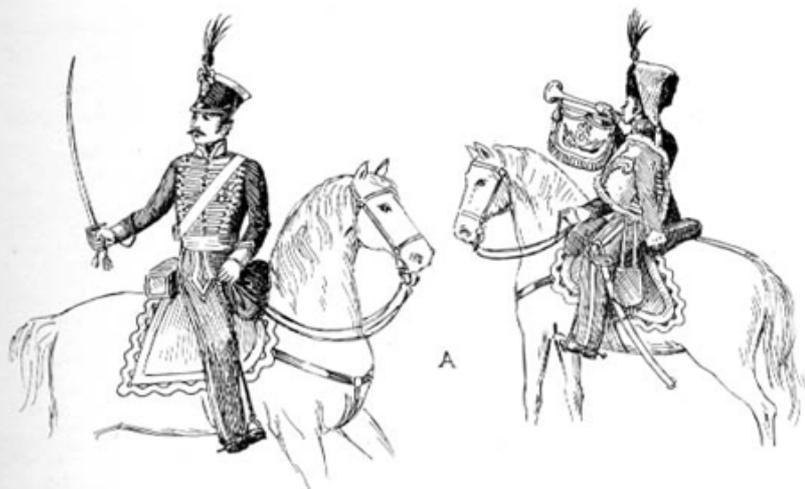
Como diz Silva Maia, criados menores ou particulares eram os que, ordinariamente, e no interior do Paço, faziam o serviço que, no rigor da etiqueta e nos atos públicos, pertenciam a alguns oficiais maiores e menores como camaristas, copeiro-mor, reposteiro-mor, trinchante-mor, vedor, copeiro-pequeno, guarda-roupa, servidor da toalha etc.²⁷.

Todos os usos, cerimônias e etiquetas da corte e casa brasileira tiveram origem e fundamento nos da corte portuguesa, por sua vez baseados em costumes remotos, coordenados nas ordenações, revigorados e modernizados por regulamentos como o *Regimento do Mordomo-Mor da Casa Real* recompilados em 3 de junho de 1572; o auto de juramento do rei d. João IV, de 1 de dezembro de 1640, a ordem de 23 de dezembro do mesmo ano; o *Regimento da Casa Real* do rei d. João IV; *Ordens para o Serviço do rei D. Afonso VI*, de 6 de abril de 1660, e mais alguns alvarás ou decretos.

Os cargos ou empregos que existiram antigamente na casa real de Portugal e que caíram em desuso foram os seguintes: adail-mor, alfaqueque-mor ou provedor da redenção dos cativos, capitão-mor do reino, cevadeiro-mor, fronteiro-mor e pajem-mor. Outros, menos antigos e não restabelecidos na Casa Imperial foram: almotacé-mor, aio, anadel-mor, aposentador-mor, guarda-mor, meirinho-mor, mestre-sala, monteiro-mor, provedor das obras do Paço, sumilher da cortina, trinchante-mor. E mais os seguintes, que no Brasil só foram providos a título honorífico em ocasiões excepcionais, como nas coroações imperiais: alferes-mor, condestável, camareiro-mor, mestre de cerimônias (no lugar do mestre-sala), esmoler-mor, porteiro-mor, copeiro-mor e reposteiro-mor. O mordomo-mor foi cargo efetivo durante parte do Império.

Em conclusão, os cargos de oficiais maiores, efetivos ou honorários, com ou sem exercício, que existiram na Casa do Brasil foram: camaristas (gentis-homens), veador ou vedor da casa, idem da imperatriz e das princesas, estribeiro-mor, reposteiro-mor, capelão-mor, esmoler-mor. Oficiais menores: guarda-jóia,

27. José Antônio da Silva Maia, *Apontamentos de Legislação*, etc., Rio, 1846. Idem, comentado por Américo Jacobina Lacombe, in *Anuário do Museu Imperial*, vol. I, 1940.



guarda-roupa, médicos, servidor da toalha, estribeiro-menor, moços-fidalgos da imperial câmara ²⁸.

Os camaristas, veadores e médicos faziam o serviço por turno simultaneamente, de onde se denominaram semanários.

28. Resumidamente, eis alguns dados extraídos de Vilas Boas Sampaio (*Nobil. Portug. Caps. XI e XII*) e J. A. da Silva Maia, *op. cit.*: Os ofícios titulares da guerra gozavam de nobreza política. O condestável assistia sempre ao lado do rei e nas coisas da guerra era a maior pessoa depois do príncipe, se se achava em campanha, senão a primeira. “Podia na guerra trazer guião, moças e reis d’armas, levando o estoque embainhado com a ponta para baixo, a diferença do rei que o trazia nu, com a ponta para cima”.

A dignidade foi criada em Portugal por d. Fernando em 1382: “Foi crédito desse título o grande condestável d. Nuno Álvares Pereira, fundador da casa de Bragança”.

Sobre o alferes-mor diz o autor que o ofício de alferes-mor é antiqüíssimo em Portugal e que em tempos do conde d. Henrique, progenitor dos reis de Portugal, o teve d. Fafez Luz, que veio com ele ao reino e fez o ofício de seu alferes em todas as batalhas. Era sua ocupação levar a bandeira real no Exército; “não podia desenrolá-la sem ordem do rei, e estendendo-a, haviam de soltar também as suas todas os outros alferes particulares”. Teve jurisdição de condestável antes que houvesse este cargo.

Alcaide, significa em Espanha o que tinha a seu cargo a guarda do castelo ou fortaleza. Continuou a ter o mesmo significado, acrescido da palavra *mor* para diferenciá-lo do alcaide pequeno, que era o seu substituto ou tenente.

Porteiro-mor era um oficial maior da Casa Real que tinha a seu cargo a guarda das portas, com jurisdição sobre todos os porteiros da casa. Recebia ordem de Sua Majestade dos que deviam entrar e falar-lhe.

Diz Vilas Boas que “todos os que ocupam este e outros cargos são tão ilustres no sangue e no merecimento que cada um deles pode dizer como Agesilau: não é o lugar o que engrandece o homem, mas são os homens os que autorizam o lugar”. Pelo regimento da casa do rei d. João IV, § 31, tocava ao porteiro-mor regular os acompanhamentos nas ocasiões em que Sua Majestade saía ou ia à capela, e fazia entrar na igreja cada um no seu lugar. No Império passou a ter o nome de porteiro da Câmara.

Camareiro-mor era o que tinha jurisdição sobre outras pessoas da câmara do rei; vestia-o e despia-o pela manhã e à noite, tendo aposento no paço para acudir com mais presteza a sua obrigação.

Estribeiro-mor, era o ofício a cuja ordem estavam os cavalos, coches e liteiras da casa real e a gente que servia nesse mister. Acompanhava ao rei quando saía a cavalo, calçava-lhe as esporas e ajudava-o a montar e a apeiar-se.

O reposteiro-mor fazia às vezes do camareiro-mor antes que o houvesse; era o chefe dos reposteiros.

Esmoler-mor era o ofício do que dava as esmolas que Sua Majestade mandava dar pela casa. Tinha como insígnia uma bolsa de prata.

O capelão-mor sempre foi uma das grandes autoridades da Casa Real; assistia a pessoa do monarca todas às vezes que ia a alguma igreja ou baixava à capela real.

Mestre-de-cerimônias foi título honorífico dado, nas solenidades da corte, ao responsável pela boa ordem do serviço.

Gentis-homens da câmara ou camaristas de Sua Majestade eram os que, por semana faziam o ofício do camareiro-mor, servindo e acompanhando Sua Majestade. Tinham como insígnia uma chave dourada.

Mordomo-mor, o maior da Casa do rei (*major domus*), pela sua denominação e pelo fim da sua instituição era um oficial que principalmente tinha à sua conta as despesas da Casa Real. Tinha como insígnia “uma cana na mão”.

“Os ofícios da casa real que estão chegados ao príncipe e assistem em particular ao seu serviço gozam de nobreza. O lugar de superior cabe ao mordomo-mor a que estavam sujeitos os oficiais e criados”.

Mordomo foi oficial menor, que na Casa Imperial, tratava de todos seus interesses e outras incumbências conforme o art. 114 da Constituição.

Havia ainda as damas camaristas, aias, açafatas, criadas moças, moças de quarto etc.

Com honras de oficiais menores: almoxarife da casa das obras dos paços imperiais; dito do Paço da Cidade; encarregado das imperiais cozinhas e mantearia; intendente da imperial quinta da Boa Vista etc. Além destes oficiais havia a repartição da Mordomia-mor na qual servia o mordomo da Casa Imperial; e a Mordomia, cujo mordomo foi por muitos anos o conselheiro Paulo Barbosa da Silva, guarda-jóias e porteiro da imperial câmara. Tinha esta repartição sob seus encargos numeroso pessoal dos diversos serviços como escrivães, escriturários, arquivistas, cirurgiões, mestres, o pintor da imperial câmara, advogado e ainda, o almoxarifado, os criados particulares e os diversos empregados ²⁹.

Dos oficiais e criados maiores e menores; dos ministros e secretários de Estado – Com a corte portuguesa no Brasil, os oficiais maiores e menores da Casa e os ministros e secretários de Estado usaram em traje de gala, conforme tradição firmada, casaca de corte (Est. 2 e Est. 8 A) vermelha com bordados a ouro e calção da mesma cor. A véstia e os canhões eram azuis com bordados à prata. No mais: chapéu armado com plumas, presilha, borlas e o tope português escarlata e azul escuro; camisa com bofes de renda, gravata branca, meias de seda, sapatos pretos, luvas e espada.

Esta casaca de corte era contornada de galão nas partes usuais e guarnecida de bordadura na abertura, gola, canhões, algibeiras, costuras das mangas, costas, no enfranque e nas abas.

Os bordados – nos quais notam-se pequenas variantes de uma farda para outra – imitavam uma fita que prendia de espaço em espaço lios de plumas, de espigas de arroz e laços de fitilho, motivos aumentados em tamanho no peito e diminuídos noutras partes. A esta bordadura chamaremos a seguir *bordado do padrão português*, para melhor diferenciação de outros.

Em pequeno uniforme, a casaca era azul ferrete, com duas ordens de botões, gola deitada formando lapela (Est. 8 B). A gola e os canhões eram vermelhos com o bordado particular da função na casa. Com esta farda podemos citar o retrato de

29. *Almanaque Laemmert*. Rio de Janeiro, 1855.

CORPO DIPLOMÁTICO
Plano de 1931

Est. 15



Embaixador



Ministro de Segunda
Classe



Conselheiro ou
1º Secretário



2º Secretário

W.

Tomás Antônio de Vila-Nova Portugal, ministro de Estado de d. João VI, existente no Museu Histórico e o retrato de José Correia Picanço na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Proclamada a Independência do Brasil, apressou-se o príncipe d. Pedro em mudar as cores dos trajes da corte, o que fez logo, pelo decreto de 20 de setembro de 1822 no qual foi determinada a cor verde-escuro para todos uniformes em novo feitio, para todos os oficiais maiores e menores da Casa. Foi abolida a forma redonda e aberta, chamada “farda de corte”, e suprimida a véstia (colete comprido) por serem “além de dispendiosas, impróprias para o clima do Brasil”, sendo adotada a casaca abotoada, direita até a cintura e com abas compridas (Est. 8 C).

Camarista – A farda grande dos camaristas ou gentis-homens ficou sendo de pano verde-escuro, contornada na gola e canhões de um galão e uma trança bordados a ouro; acolchetada e com 9 casas bordadas a ouro de cada lado do peito, com 9 botões de fio de ouro; uma casa em cada lado da gola e três, em vertical, em cada canhão; nos botões do enfranque uma palma bordada a ouro.

Diz o decreto de 1822 que os bordados das casas eram como a “bordadura do padrão antigo das fardas pequenas”. Esta bordadura tem a forma alongada e curva afinando nas extremidades onde terminam em flores e folhagens; do seu contorno em dentes de serra brotam três espigas de arroz.

Calção e colete de casimira branca, meias de seda branca, sapatos de fivela, boldrié de cinto com espada e luvas. O chapéu armado tem plumas brancas, presilha e tope – que seria um disco verde-e- amarelo (Est. 8 C e Est. 9).

Para o pequeno uniforme ficou assentado farda da mesma cor, lisa, com 9 botões dourados, canhões e gola com as mesmas casas bordadas do “padrão antigo”. Chapéu sem plumas e no mais como no grande uniforme.

Como insígnia tiveram os camaristas uma chave de ouro sobre portinhola da algibeira direita.

Guarda-roupa – Debret faz referência ao bordado especial dos guarda-roupas com um vago esboço. De fato, tiveram estes oficiais menores uma bordadura parecida com a dos camaristas,

porém sem dentes no contorno e ornada de laços e espigas de arroz ou outra planta ³⁰.

No mais, seus uniformes eram idênticos aos dos camaristas, não tendo porém, trança na gola e canhões. Como insígnia usavam chave de prata na algibeira direita (Est. 9).

Médico – Tiveram os médicos suas casacas e demais peças como as anteriormente descritas, sem a trança na gola e canhões. Quanto à bordadura era no gênero da dos guarda-roupas, enfeitada de flores e folhagem miúda, com uma fita ondulada por trás, bordadura herdada do período colonial e mantida como todas as outras por d. Pedro I, com ligeiras modificações (Est. 8, E, F e Est. 12).

A farda dos médicos acompanhou a dos outros oficiais da casa imperial, nas modificações havidas com os decretos de 1828, 1840, etc. ³¹.

Não nos consta que tivessem usado um distintivo especial, quando de semana, contudo, diz o coronel Rego Monteiro que o médico semanário usava uma ampulheta de bronze dourado ³².

Quanto aos demais oficiais maiores e menores: veadores, estribeiro-mor, reposteiro-mor, guarda-jóias e moços-fidalgos, usaram as fardas de camarista ou tiveram nas respectivas bordaduras pequenas diferenças – o que não foi possível esclarecer.

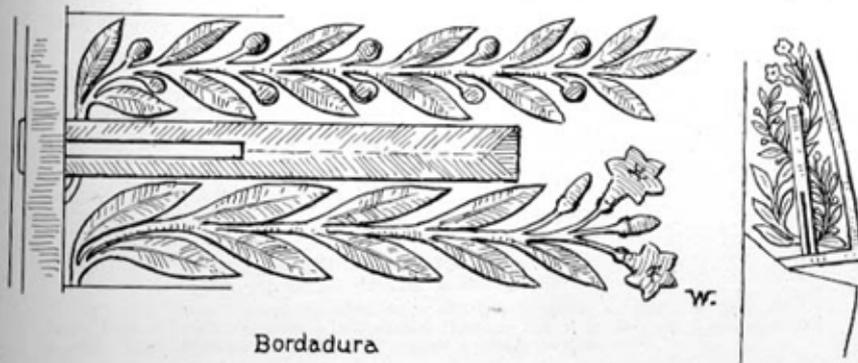
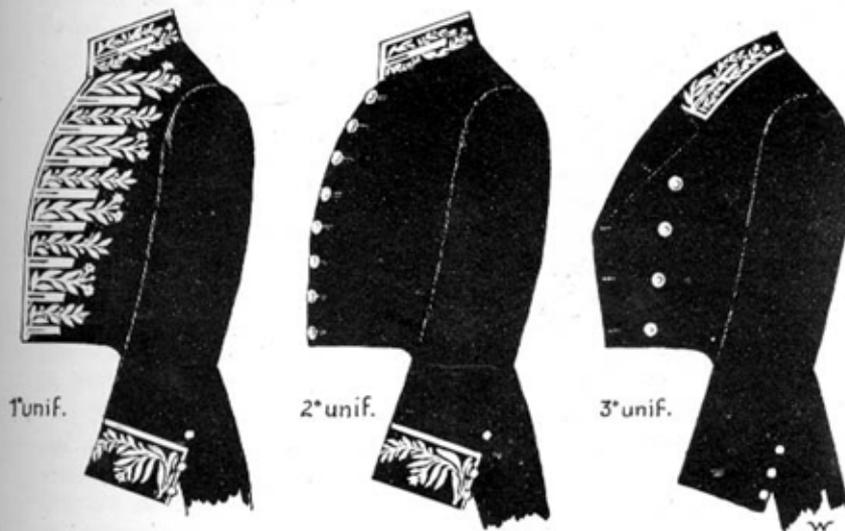
Pelo decreto de 29 de setembro de 1822, ficou reservada a cor verde para as casacas, capotes e redingotes das librés da casa imperial, excetuado em canhões, forros, meias e véstias; e declarou que também faziam exceção, “o privilégio especial de que gozavam as pessoas com quem tinha devido, de usarem da cor verde nas librés dos seus criados”.

Sobre a tradição portuguesa de usarem os ministros de Estado as fardas de camaristas da casa real, tradição que passou para o Brasil Império, faz Debret os seguintes comentários: “Justificando a analogia entre o uniforme dos ministros e a indumentária dos camaristas na corte do Rio de Janeiro, pode-se observar que o antigo sistema de servidão generalizada estabelecida em Portu-

30. Fardas com estes bordados especiais podemos citar: retrato do major Koeler, in *Centenário de Petrópolis*, vol. VII, 1943; farda do dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, e uma outra, ambas no Museu Histórico Nacional; exemplares no Museu Imperial e no Museu Mariano Procópio.

31. Retrato a óleo de José Correia Picanço na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

32. Cel. Jonatas Rego Monteiro. *Reminiscências de 50 anos Atrás, de um Cadete do I Regimento de Cavalaria*. “O Jornal”, de 2 dezembro de 1925.



gal autorizava o rei a classificar igualmente entre seus camaristas os súditos da mais alta nobreza e diplomatas ou os militares de mais mérito. É natural encontrar-se o reflexo desse costume no Brasil, governado pela corte de Lisboa”³³.

Profunda alteração no plano de 1822 foi produzida pelo decreto de 20 de julho de 1828, que restabeleceu na farda de 1º uniforme os bordados de *padrão português*, abolidos na Independência. Criou-se portanto uma nova farda de 1ª gala para os gentis-homens da câmara ou camaristas e mais oficiais da Casa Imperial, passando para o 2º uniforme a que era até então do 1º, e para 3º, o que fora do 2º (Est. 10).

Os bordados da nova farda são “tais quais os das fardas primeiras dos criados do meu augusto pai (de gloriosa memória) e o resto do uniforme como o de segunda gala, unicamente com a alteração das casas no calção serem bordados e os botões de fio de ouro”, esclarece o decreto.

A volta ao uso desta farda de origem portuguesa foi mais um motivo de desgosto e de desagrado geral, agravando a má orientação política de d. Pedro I dos últimos anos do seu governo. Debret constata o fato e o registra dizendo foi uma modificação que irritou o partido brasileiro que nele via uma reminiscência do regime absoluto”³⁴.

Após a abdicação de d. Pedro I voltaram os camaristas e ministros de Estado a usar, de preferência, a farda que fora estabelecida para 1º uniforme em 1822. Com efeito, são poucos os retratos de figuras do Primeiro Reinado e regência com a farda de *padrão português*, e quanto a exemplares, conhecemos apenas um, no Museu Simões da Silva³⁵.

33. J. B. Debret, *op. cit.* Ed. Liv. Martins, p. 189.

34. J. B. Debret, *op. cit.* Liv. Martins, p. 191.

35. No Museu Simões da Silva, farda rica que pertenceu ao barão de Sorocaba, acompanhada da conta apresentada pelo alfaiate Henrique Soares de Andrade, 9 de outubro de 1828. Total: 816\$000, incluindo duas chapas e botões avulsos.

Sisson em sua *Galeria de Retratos*, apresenta com este padrão de casaca, o retrato de d. Francisco de Assis Mascarenhas, marquês de São João da Palma, mordomo-mor de d. Pedro I, (aliás, única pessoa contemplada com este cargo), e a do marquês de Maricá.

Como ministros e secretários de Estado de d. Pedro I, usando a mesma farda; José Clemente Pereira na estampa 10 de Debret; Francisco Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá, em quadro a óleo no Museu Histórico Nacional; em estampas de Sisson, Felisberto Caldeira Brant, marquês de Barbacena.

Finalmente, pelo decreto de 20 de agosto de 1840 ³⁶, foi regularizada a situação dúbia, dada a repulsa pelo 1º uniforme de *padrão português*, que foi então oficialmente abolido, voltando a ordem que fora estabelecida em 1822. Na verdade, com a Regência no governo, a questão das fardas da corte não apresentava maior interesse, porém, quase um mês após a declaração da maioria foi baixado o decreto pelo qual passa a ser farda de 1º uniforme a que servia de segundo, e para segundo a que era de terceiro. Entra em uso em lugar do calção a calça de casimira branca com galão de ouro assentado sobre vivos de pano verde, nas costuras exteriores; para segundo uniforme calça idêntica sem o galão. O sapato é substituído por botins.

Em serviço, foi permitido o uso de casaca verde, aberta, com gola deitada e lapela, tendo bordado do padrão somente na gola.

O luto era manifestado por pantalonas pretas na segunda farda, e fumo conforme o uso. As chaves dos camaristas e dos guarda-roupas continuam em ouro ou prata, mas de novo padrão e postas em sentido vertical “com enfeite de serguin”. Os veadores da Casa Imperial têm como insígnia um dragão pendente de enfeite do mesmo serguin de fio de ouro.

Estas fardas foram mantidas até o fim do regime, sendo que o tope do chapéu armado passou a ser, depois de 1831, o então adotado: estrela de fio de ouro em disco de miçangas verdes; na presilha um dragão bordado.

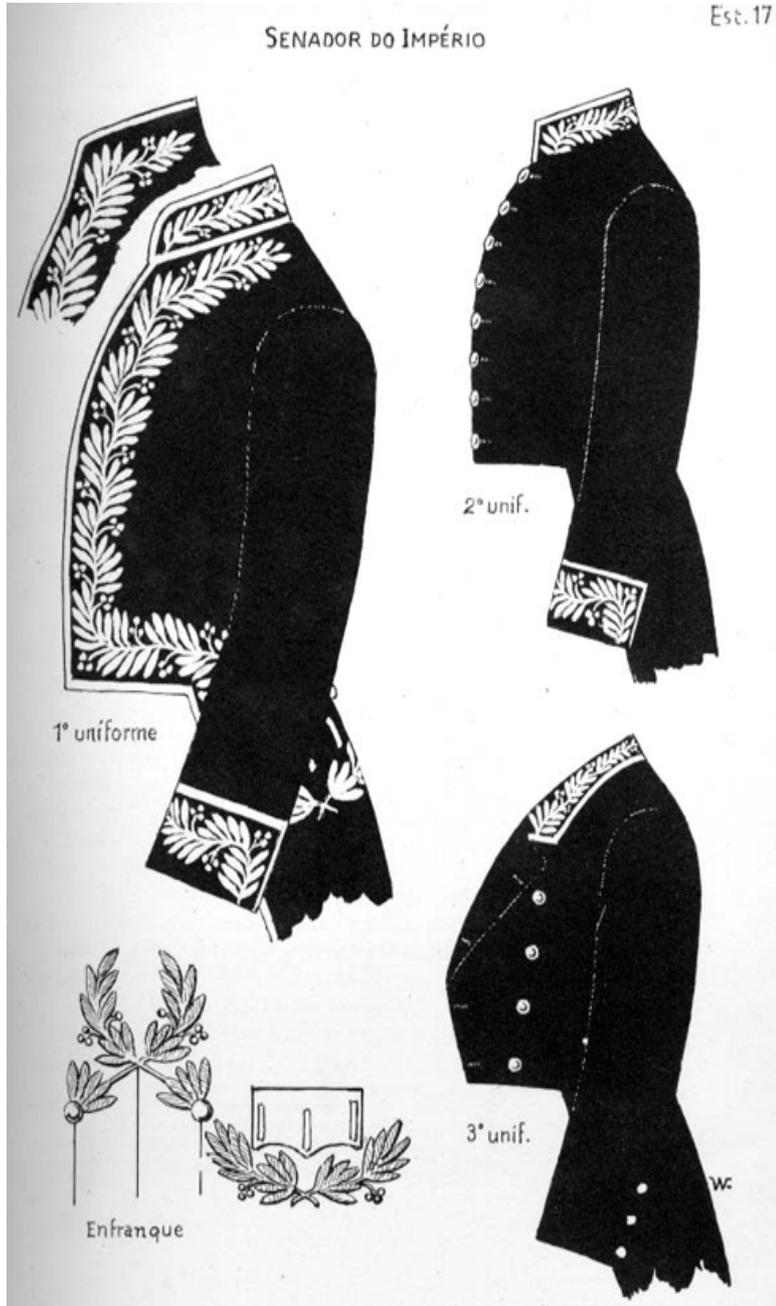
Em 1869 o imperador recebeu uma representação assinada por vários camaristas e outros oficiais maiores para que nos atos da corte a calça de casimira branca fosse substituída por calça azul, em vista dos inconvenientes constatados no uso da calça de casimira branca. Entrava na fabricação grande porção de enxofre e este mareava os bordados e enegrecia os galões das costuras exteriores, tornando-se pesada a despesa para a sua substituição. O pedido foi aprovado por decreto de 31 de agosto daquele ano.

Tal alteração parece não ter sido obedecida e talvez tornou-se letra morta, pois a verdade é que não se conhece qualquer retrato de camarista ou gentil-homem com calça azul, nem tal peça nos museus. Nas solenidades da corte continuou o uso da calça de casimira branca, como se vê no quadro de Vítor Meireles,

36. Original pertencente ao arquivo do conselheiro Paulino, com seu neto José Antônio Soares de Sousa. Cópia gentilmente fornecida pelo dr. Alcindo Sodré.

SENADOR DO IMPÉRIO

Est. 17



existente no Museu Imperial, representando o juramento da princesa Isabel no Senado quando assumiu a regência de 1871.

Contudo, em nova representação a d. Pedro II em 1889, pedem os camaristas e outros oficiais maiores a revogação do decreto de 1869 e o restabelecimento da calça de casimira branca conforme o art. 5 do decreto de 1840, sendo atendidos a 9 de novembro de 1889³⁷. Este decreto não chegou a produzir efeito pois a República foi proclamada seis dias depois.

Notam-se pequenas diferenças nestas fardas de umas para outras, sem haver contudo maior alteração no modelo. Questão de época ou de mão-de-obra, havendo peças com 9 botões, outras com 8 ou mesmo com 7³⁸. Certa variedade constata-se nos botões que em algumas são de fio de ouro, noutras de metal dourado, ora com armas imperiais ora com P. 2º I. Outro fato que se observa em algumas delas é a ausência dos botões, e em alguns retratos é serem usadas abertas.

Os trajes mais comuns dos camaristas e ministros de Estado nos últimos vinte anos do Império foram os 2º e 3º uniformes: casaca com oito botões, tendo bordados apenas na gola e canhões e a casaca de modelo civil, com o bordado do padrão apenas na gola deitada.

Pelo decreto nº 20.041, de 7 de maio de 1931 o ministro e secretário de Estado das Relações Exteriores passou a usar fardas idênticas às dos embaixadores com uma esfera armilar de ouro, 5 cent. acima dos canhões. Sua descrição consta na parte referente ao corpo diplomático.

Os conselheiros de Estado tiveram como distintivo um dragão e coroa bordados a ouro acima do canhão esquerdo, determinado por decreto de 27 de julho de 1829. Com a restauração do Conselho de Estado a 23 de novembro de 1841, foi determinado um novo distintivo: uma esfera armilar bordada a ouro em seda amarela e coroa, cinco centímetros acima do canhão, no braço esquerdo ou em ambos (Est. 11).

Por decreto de 23 de novembro de 1844, o advogado do Conselho e os conselheiros membros do Instituto dos Advogados

37. Os decretos de 1840, 1869 e 1889 não constam nos volumes de *Leis e Decretos do Brasil* e suas cópias foram obtidas com o dr. Alcindo Sodré.

38. S. A. Sisson, *Galeria de Brasileiros Ilustres* (Os contemporâneos): marquês de Abrantes, marquês de Caravelas, marquês de Inhambupe e outros, nove botões; marquês de Valença, visconde de Caravelas, Francisco de Paula Sousa e Melo oito; visconde de Sepetiba, 7.

Brasileiros, tiveram vestimenta especial e entravam para dentro dos cancelos dos tribunais.

Devemos acrescentar que a espada tanto para os camaristas como para os ministros, senadores etc., tinham duas bainhas: uma de couro branco para o 1º uniforme e outra de couro preto para os demais.

Dos porteiros da cana, reis d'armas etc. – Os porteiros da cana, oficiais menores, eram empregados da Casa que guardavam as portas e davam entrada para o interior do paço. Faziam parte do acompanhamento de Sua Majestade nas solenidades, cortejos e atos públicos. O seu número e colocação nos cortejos parece ter variado segundo se conclui de descrições antigas, contudo, em tempos de d. João VI eram oito, os dois dianteiros com canas e os demais com maças de prata no ombro. Desfilavam nos cortejos logo após uma escolta de archeiros ou de polícia a cavalo, e vestiam casaca e capa de seda preta; conforme a solenidade levavam na mão os chapéus com plumas brancas. Atrás deles iam os reis d'armas, arautos e passavantes com suas cotas d'armas de seda e ouro ricamente bordadas ³⁹.

Os reis d'armas, os arautos e os passavantes eram também oficiais menores tanto na Casa Real como na Casa Imperial. Aos primeiros competia a ordenação, expedição e explicação dos brasões e cotas d'armas e faziam a proclamação nas aclamações e coroações dos reis ou imperadores. Assistiam aos atos solenes com ricas cotas com as armas reais ou imperiais bordadas a seda e ouro (ou em prata).

Os arautos e passavantes acompanhavam os reis d'armas, vestidos também com ricas cotas bordadas. Nos cortejos, como os porteiros, iam “todos a cavalo e descobertos”, diz o padre Luís Gonçalves dos Santos ⁴⁰.

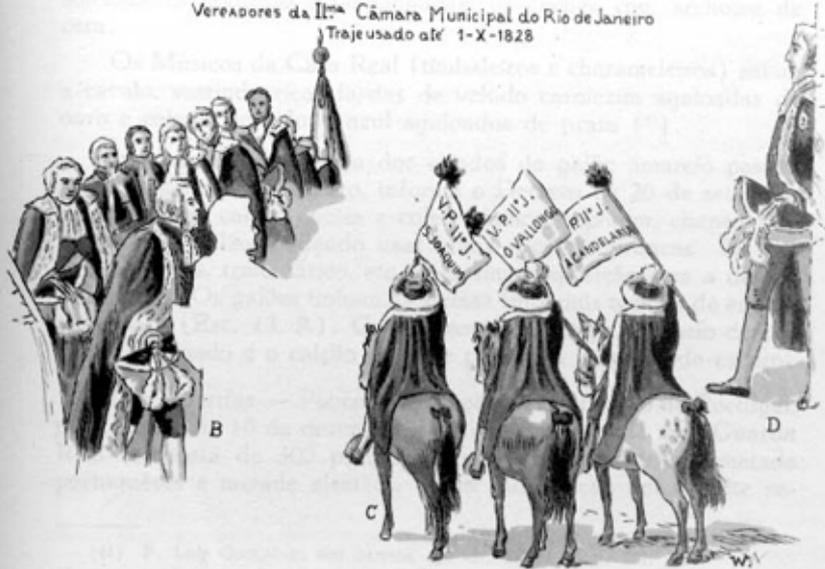
39. Auto de levantamento e juramento de d. João IV, 1º de dezembro de 1640, Col. Cronológica J. F. de Andrade e Silva. Auto da aclamação de d. José I, 7 de setembro de 1750, Col. Delg. – P. Luís Gonçalves dos Santos, Memórias, etc., Aclamação de D. João VI, II Vol. p. 182, 222.

40. Havia nove reis d'armas. Os três primeiros chamados propriamente *reis d'armas*; os segundos chamados *arautos* e, os últimos, *passavantes*. Os três primeiros representavam os três principais reinos da Coroa: Portugal, Algarves e Índia (com os domínios ultramarinos). Os arautos representavam as cidades e os passavantes as vilas. Foram criados por d. Manuel com o fim de sistematizar a heráldica portuguesa, e para isso os fez estudar o assunto em várias cortes. No Brasil havia somente três reis d'armas, um de cada categoria, “sem terem a instrução que neles desejou d. Manuel”. (P. Luís Gonçalves dos Santos, op. cit. – J. A. da Silva Maia, op. cit.).

Durante o governo de d. João VI no Brasil, foi rei d'armas Portugal, Isidoro da Costa e Oliveira. No governo de d. Pedro II, José da Silva Rodrigues, e depois de 1870 Manuel dos Santos Carramona.



Vereadores da II^{ma} Câmara Municipal do Rio de Janeiro
Trajeusado até 1-X-1828



W.V.

Dos oficiais e criados de inferior graduação – Desde tempos recuados foram duas as categorias dos criados inferiores da Casa Real, a de galão branco (ou de prata) que era a dos alabardeiros, e a de galão amarelo (ou de ouro), a dos criados inferiores, cocheiros, etc.

A farda usada nesta segunda categoria era do mesmo gênero, da dos alabardeiros, ou seja, casaca e calção vermelhos, gola, canhões e véstia azul-escuro com galões largos e estreitos de seda amarela com as armas reais bordadas de espaço em espaço; chapéu armado com galão e presilha de seda branca e laço português. No mais, meias brancas, sapatos de fivela, cabelo empoadado e respectivo laço de fita preso à gola. Os remadores da galeota real, camisa vermelha, faixa azul e gorro vermelho com chapa d'armas, e guarnição de prata.

Os criados acompanhavam os cortejos ao lado dos cavaleiros (arautos, passavantes e reis d'armas), e um de cada lado da montaria do corregedor do crime da corte e casa. Um deles levava o teliz encarnado no braço e o outro o teliz de couro. Nas solenidades noturnas acompanhavam os coches com archotes de cera.

Os músicos da casa real (timbaleiros e charameleiros) saíam a cavalo, vestindo ricas fardas de veludo carmesim agaloadas de ouro e coletes de veludo azul agaloados de prata ⁴¹.

No Império, a casaca dos criados de galão amarelo passou a ser de pano verde-escuro, informa o decreto de 20 de setembro de 1822, com calção, meias e colete branco, espadim, chapéu sem pluma nem galão, podendo usar botas e calças brancas. Os cocheiros, sotas, trintanários etc., a mesma disposição com a devida graduação. Os galões tinham as armas imperiais tecidas de espaço em espaço (Est. 13 A). Com o passar do tempo o cabelo deixou de ser empoadado e o calção e colete passaram a ser verde-escuro.

Das Guardas – Pouco tempo após a restauração de Portugal, por decreto de 10 de dezembro de 1640, foi formada uma guarda real composta de 300 praças inclusive os alabardeiros, metade portugueses e metade alemães, tendo cada nação um tenente se-

41. Padre Luís Gonçalves dos Santos, *op. cit.* Época II, p. 182, 222.

parado. Pelos estatutos de 5 de fevereiro de 1646, teve o nome de guarda real portuguesa e alemã ⁴².

Na comitiva real de Portugal chegada ao Brasil em 1808, desembarcou um certo número de praças da guarda real de arceiros de Lisboa. Por decreto de 13 de maio do mesmo ano organizou-se no Rio de Janeiro a Guarda Real para o serviço do príncipe regente, sob o comando do marquês de Belas (capitão de uma das companhias de Lisboa), servindo como tenente José Maria Raposo. Foram então nomeados 1 sargento, 3 cabos, 21 soldados (1 pífaro e um tambor), escrivão e tesoureiro. Pouco depois foi a guarda aumentada para duas companhias.

Seu uniforme no Brasil foi o mesmo de Lisboa: casaca vermelha, de corte, com galão largo de prata guarnecendo a frente, costuras, abas, algibeiras, golas e canhões, contornado por outros com as armas reais sem cores neles tecidas e repetidas; botões de prata; gola, canhões e véstia de cor azul-escuro; galões brancos na véstia e casas do mesmo galão nos canhões. Chapéu armado com galão branco, presilha e tope português; meias brancas, sapatos de fivela. Talabarte agalado sustentando a espada; alabarda. O cabelo, conforme a tradição do século XVIII era empoado mas sem rabicho. Usavam platinas azuis com galão e franja branca (Est. 13).

Os oficiais tinham o mesmo uniforme porém guarnecido de galão dourado, liso; as dragonas eram prateadas e a espada pendia de boldrié de cinto; em lugar de alabarda, o espontão. Os cabelos eram empoados ficando o laço de fita (catogã) do antigo rabicho, preso na parte posterior da gola, usos que poucos anos depois foram abandonados ⁴³. Em Portugal o uniforme foi mantido até o advento da República.

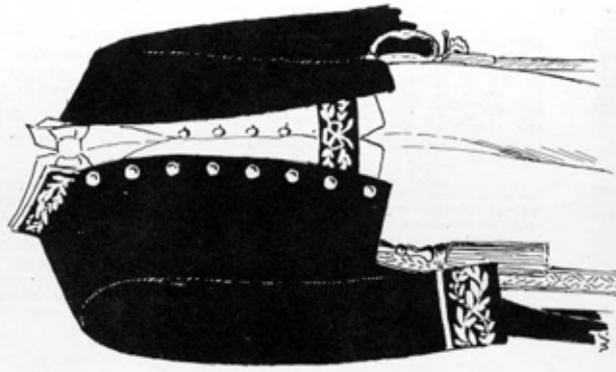
Com a Independência do Brasil o corpo tomou o nome de guarda imperial de arceiros. Por decisão de 18 de junho de 1823, seu estado foi elevado a 40 homens efetivos e 20 honorários.

Seu uniforme passou a ser inteiramente em cor verde da libré da Casa Imperial, e os galões de prata acompanhados de outros

42. A 12 e a 27 de junho de 1762 foi determinada em Portugal a formação de dois batalhões de tropas suíças, a 4 companhias de 200 homens. Metade era formada de suíços e o resto de alemães e húngaros. Estes batalhões foram logo extintos criando-se o regimento de reais estrangeiros, regulamentado a 17 de setembro do mesmo ano. Teve o nome de guardas do corpo conforme o decreto de 20 de fevereiro de 1793.

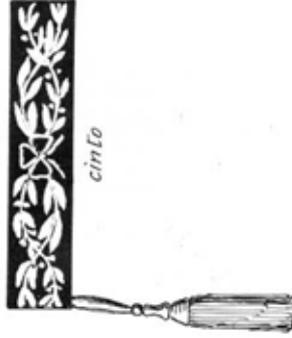
43. J. B. Debret, *op. cit.*, estampa 22. Desenho original em cores do mesmo autor, Coleção Raimundo de Castro Maia, Rio.

Vereador da Ilma. Câmara Municipal do Rio de Janeiro



canhões

gola



cinto

de seda amarela com as armas imperiais a cores bordadas de espaço em espaço; os galões na mesma disposição da antiga guarda portuguesa. Chapéu armado com galão branco, presilha, e laço verde-e-amarelo; talabarte, espada, meias, sapatos e alabarda, tudo conforme o uso. Os oficiais com a farda guarnecida de galões dourados, lisos, dragonas, espada, etc. Com pequenas modificações o uniforme foi mantido até a mudança do regime.

O povo, na sua tradicional irreverência, apelidou aos criados do paço de “toma larguras”, e de “lagartos”.

Informa Debret que a guarda teve banda de música formada por ordem de d. Pedro I com músicos alemães vindos com a princesa Leopoldina, composta de trompas inglesas e de um trombone em lugar do “tambor medíocre e do pífaro detestável”⁴⁴.

Os alabardeiros davam guarda no paço “de escada acima”, abriam e fechavam a marcha nos cortejos e formavam alas nos lados dos coches da família reinante ou do pátio.

O capitão da guarda, chefe do corpo de archeiros (ou alabardeiros) teve em Portugal pelas leis antigas grandes prerrogativas. Servia no paço e marchava à direita de Sua Majestade, a cavalo quando o acompanhava junto ao coche, a pé quando o monarca ia sob pátio.

No reinado de d. Pedro I foi capitão da guarda José João de Andrade Pinto. Na cerimônia da coroação de d. Pedro II, serviu como capitão da guarda João Maria da Gama Freitas Berquó, cargo que conservou por alguns anos⁴⁵.

Com a corte portuguesa no Brasil, a necessidade de uma guarda montada tomou-se imperativa. E o príncipe d. João supriu logo aquela falta transformando, por decreto de 13 de maio de 1808, as antigas companhias a cavalo da guarda dos vice-reis (levantadas em 1765 pelo conde da Cunha), em 1º regimento de cavalaria do exército, com a finalidade de servir

44. J. B. Debret, *op. cit.* Ed. Livr. Martins, p. 202. Diz o mesmo autor em nota à página, que a guarda de archeiros tinha bandeira, o que é estranho, pois tal insígnia não consta em lei, tabela ou outro documento, nem o corpo tinha porta-bandeira. Refere-se, provavelmente, à bandeira do rei ou à do imperador que era apresentada nas solenidades pelo alferes-mor.

45. Em 1849, a guarda era composta de 1 capitão, 1 tenente, 1 escrivão, 1 cirurgião, 1 primeiro-sargento, 1 segundo-sargento, 8 cabos, 2 tambores, 2 pífaros, 40 praças efetivas e 40 honorárias. Berquó era o seu capitão e João José de Almeida Mascarenhas Ramos o tenente.

de *Guarda Real de Sua Majestade*, nome pelo qual passou a ser conhecido ⁴⁶.

Tomando parte nos cortejos e festas da corte, vestiu esta guarda imponentes e ricos uniformes. (Est. 14 A).

Durante o reinado de d. Pedro I, o 1º regimento de cavalaria deixou de exercer a função de guarda de S. M. Imperial, da qual foi encarregada a imperial guarda de honra, antiga guarda do príncipe regente d. Pedro, oficializada a 1º de dezembro de 1822 e extinta em 1832. Neste período o 1º regimento de cavalaria manteve-se no seu papel de unidade de 1ª linha.

Teve também a denominação de guarda imperial o corpo de estrangeiros (batalhões de caçadores e de granadeiros) criados em 1823 e abolidos em 1830 ⁴⁷.

Na cerimônia da coroação de d. Pedro II, formou o corpo de cavalaria da guarda nacional da corte “caprichosamente uniformizada de novo” e os demais corpos da mesma linha, por estarem destacadas pelas províncias as unidades do Exército. Poucos anos depois voltou o 1º regimento de cavalaria do Exército a ser tacitamente regimento da guarda, razão pela qual não fez a campanha do Paraguai.

Parte III

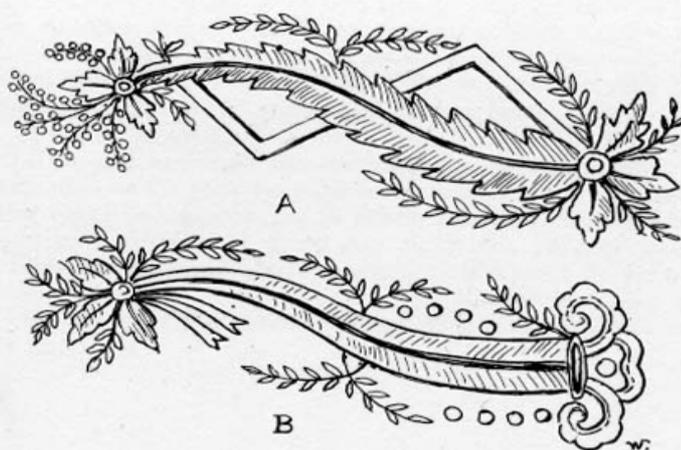
Do corpo diplomático e do corpo consular

Do corpo diplomático – Apesar de lacônico é, assim mesmo, bastante elucidativo o decreto de 6 de dezembro de 1822. Por ele vemos que os empregados diplomáticos da época anterior, isto é, os enviados extraordinários e ministros plenipotenciários de d. João VI usavam farda azul e que os seus bordados foram mantidos por d. Pedro I, mudando-se apenas a forma e a cor das fardas, que passaram a ser direitas e de cor verde. As casacas, de redondas e abertas passaram a retas e abotoadas. Seus bordados

⁴⁶. Diz o padre Luís Gonçalves dos Santos, que “o esquadrão da cavalaria da guarda dos vice-reis serviu de casco de um regimento que se levantou para a guarda das pessoas reais e passou a aquartelar-se na Praça do Rocio e os cavalos no jogo da bola de Bento Esteves na rua detrás do hospício” e que construíram-se novos quartéis em São Cristóvão para o regimento. *Memórias*, etc., Introdução, nota 8; idem, *Época II*, pp. 102, 120 e 125.
⁴⁷. C. Schichthorst. *O Rio de Janeiro como é, 1824-1826*, traduzido por Emy Dodt e Gustavo Barroso, p. 235.

FARDAS E BORDADOS NÃO CLASSIFICADOS

Est. 20



consistiam em galão e trança no contorno e canhões, e casas guarnecidas de fina ramagem; calção e véstia ou colete brancos, ou azuis, meias brancas, chapéu armado com pluma branca etc. Farda desta categoria conhecemos apenas a da pequena estampa de Debret retratando d. Pedro de Meneses, marquês de Marialva, escudeiro-mor de d. João VI e ministro plenipotenciário em França entre 1818 e 1820.

O que ficou estabelecido pelo decreto de 1822 foi mantido até 1834. A única farda que neste intervalo merece uma especial referência é a de José Joaquim da Rocha, ministro plenipotenciário do Brasil em Paris em 1831, e na Santa Sé em 1834 e cujo retrato em litografia figura na *Galeria* de Sisson. Sua farda deve ter sido executada em Paris e mais ou menos de fantasia, pois não se filia nem nas fardas de tradição portuguesa nem nas de origem brasileira, com folhas e flores de lírio e da qual naturalmente tomou conhecimento depois de 1834. Além de ser abotoada com dez botões, sua trança difere do padrão luso-brasileiro e as ramagens são de folhas e flores de variados tipos.

Como já adiantamos, em 1834, pelo decreto de 15 de maio, foi aprovado o regulamento das legações do Império, publicado com as estampas detalhadas dos figurinos com os uniformes dos embaixadores, enviados extraordinários e ministros plenipotenciários, encarregados de embaixada, secretários de legação e adidos.

O uniforme grande ou rico era composto de casaca sem botões, com o contorno bordado e acompanhado de uma trança. Para os embaixadores, ramagens de lírio florido guarneciam o peito, abas, gola, canhões, traseira, algibeiras e o seu contorno; colete de casimira branca com botões pequenos do padrão; calça de casimira branca com galão largo dourado; chapéu armado com presilha, tope e plumas brancas; espada, botinas e luvas.

Para os enviados extraordinários e ministros plenipotenciários, o mesmo uniforme sem os bordados nas abas, para os encarregados de Negócios e para os secretários de embaixada, uniforme igual ao anterior, tendo porém bordados estreitos no peito e sem os bordados em torno das algibeiras; para os secretários de legação, uniforme idêntico, sendo os bordados do peito apenas um ramo de lírios; finalmente, os adidos, com bordados somente na gola, canhões e traseira, e abotoado por nove botões com armas imperiais.

Em pequeno uniforme a casaca só tinha bordados na gola, canhões e traseira; colete branco; chapéu com plumas pretas e calça de pano verde escuro com galão largo. Este plano de uniforme foi mantido durante a regência e Segundo Reinado. Veja-se o excelente retrato do conselheiro Lopes Neto, pintado por Pedro Américo, no Museu das Belas-Artes.

Proclamada a República, o primeiro ato referente aos uniformes do corpo diplomático foi a circular de 27 de maio de 1890, que determinou a substituição nos botões e nos copos das espadas das armas imperiais pelas da República; conservou-se no chapéu o tope de 1831 sem os ornatos.

O plano de uniformes do corpo diplomático adotado em 1931, outra coisa não é senão a continuação, sem desvio, de uma tradição centenária no trajar dos representantes do governo brasileiro no estrangeiro. Foi aprovado pelo decreto nº 20.041, de 7 de maio de 1931, assinado pelo chefe do governo provisório dr. Getúlio Vargas e referendado pelo dr. Afrânio de Melo Franco. Mereceu uma publicação especial do ministério das Relações Exteriores em 1933, acompanhada de uma série de figurinos amplamente elucidativos e de uma exposição resumindo a evolução dos uniformes do corpo diplomático pelo dr. José Roberto de Macedo Soares, então 2º introdutor diplomático.

Os uniformes aprovados conservam a mesma cor, feitiço e bordados do plano de 1834. Para os ministros de Estado das Relações Exteriores foi facultado o uso dos uniformes de embaixador, tendo a mais uma esfera armilar dourada de 0,025m de diâmetro em cada manga a 0,05m acima dos bordados dos canhões ⁴⁸.

Neste plano, a casaca é descrita sob o nome de fardão e é abotoada por 8 botões: a espada pende de um talabarte de algodão e elástico usado sob a casaca, em 1º uniforme a calça é de pano verde-escuro para as solenidades de dia e facultativamente de casimira branca para as cerimônias à noite, ambas com galão largo dourado nas costuras exteriores; o chapéu armado tem plumas brancas para os chefes de missão diplomática, e plumas pretas

48. Estes ministros tiveram o uso de farda determinados por decreto de 31 de dezembro de 1913, porém sua regulamentação não chegou a ser estabelecida, informa o dr. José Roberto Macedo Soares em sua exposição citada.



D. Pedro II em trajes majestáticos

para os encarregados de negócios, conselheiros, secretários e adidos, todos com tope e presilha ⁴⁹.

Em 1º uniforme, os embaixadores têm pois a farda de 1834 com as diferenças já apontadas, o mesmo se dando com os ministros de primeira classe que adotam a farda dos antigos enviados extraordinários e ministros plenipotenciários. A farda dos ministros de segunda classe é a dos antigos encarregados de negócios e secretários de embaixada; os conselheiros e primeiros secretários, casaca semelhante a dos antigos secretários de legação; finalmente os segundos secretários têm a farda dos antigos adidos (Est. 15).

O 2º uniforme é composto de jaqueta de sarau de brim branca com platinas e botões dourados; colete de piquê branco; gravata de seda preta, horizontal; calça de pano verde com galão dourado; boné com capa de brim branco; sapatos de verniz preto e meias pretas.

O 3º uniforme compõe-se de túnica de gola aberta deitada, de brim branco abotoada por quatro botões dourados; platinas; calça de brim branco; espada com fiador; boné com capa de brim; gravata de seda preta de laço vertical; sapatos de camurça branca com meias brancas; camisa e colarinho branco engomado sendo o colarinho de ponta dobrada.

O 1º uniforme é de inverno, os 2º e 3º são de verão. Os chefes de missão diplomática, efetivos, usam no 3º uniforme punhos bordados a ouro sobre flanela branca. O boné tem cinta de pano verde-escuro, armas da República bordadas a ouro, jugular de galão e bordados na pala conforme o grau. As platinas são cobertas de galão dourado ou pano verde-escuro com bordados no contorno, estrelas conforme o cargo, armas federais e botão.

É criado um sobretudo de pano verde-escuro, de transpasse e lapelas; gola de veludo preto; presilha e pestanas nas traseiras; ombreiras do mesmo pano com 3 botões grandes.

49. Na República, em matéria de topes, tem reinado a maior desorientação possível do que tem resultado dualidade e variedade deste significativo distintivo. O tope deve ser um e único, como sempre foi compreendido e continua a sê-lo em toda a parte.

Proclamada a República, foi criado a 11 de junho de 1894, um tope circular com as três cores concêntricas, verde, amarelo e azul, em lugar do de 1831. Contudo, os oficiais gerais continuaram a usar o tope imperial nos chapéus armados até 1920! E no corpo diplomático, como vemos no plano atual, continua o mesmo em uso. Uma verdadeira balburdia passou a reinar no terreno dos símbolos e distintivos agravada depois de 1931; salvam-se a Marinha de Guerra e o corpo consular que usam acertadamente o tom de 1894.

Pelo decreto nº 21.498, de 23 de julho de 1946, deixam os ministros de Estado de usar a farda de embaixador. Fica proibido usar aberta a casaca. O 2º uniforme de jaqueta é abolido e o 3º, de brim de linho passa a ser facultativo, suprimindo-se os bordados dos canhões e adotando-se na gola em pé, retângulos bordados conforme a categoria. Neste uniforme o boné é substituído pelo chapéu armado. Nos punhos o número de botões passa a indicar a função ou posto.

Do corpo consular – O corpo consular veio a gozar durante mais de um século da regalia de vestir fardas da Armada por efeito da resolução de 9 de outubro de 1789. Tal resolução aprovou o regulamento para os cônsules de Portugal em portos do estrangeiro, permitindo que os vice-cônsules usassem o uniforme de capitão-tenente, e os cônsules, o de capitão-de-mar-e-guerra, com diferenças indicadas em modelos aprovados. Os mesmos postos foram confirmados pelo regimento de 14 de abril de 1834 com os distintivos ou modificações já em uso.

O regulamento aprovado pelo decreto nº 520 de 11 de junho de 1847, diz em seu art. 34: “Aos cônsules gerais compete o uniforme de capitão-de-mar-e-guerra da Armada Imperial; aos cônsules o de capitão-de-fragata, e aos vice-cônsules e do capitão-tenente, tendo os primeiros bordados na gola e canhões como atualmente, e os segundo e terceiros somente na gola”.

Por decreto de 30 de julho de 1913 foi determinado que o corpo consular adotasse uniforme de pano verde-escuro, idêntico aos do corpo diplomático, porém bordados a fio de prata; casaca abotoada, luvas de pelica e botinas de verniz preto. O decreto nº 10.901, de 20 de maio de 1914 porém, aboliu aquele decreto e mandou restabelecer os uniformes em uso, da Armada nacional, com exclusão dos distintivos de oficiais combatentes e com as alterações constantes na circular de 27 de maio de 1890.

Finalmente, pelo decreto nº 20.041, de 7 de maio de 1931 foi aprovado o grande plano já citado, que criou novos uniformes no corpo diplomático e os do corpo consular.

Em uniforme de inverno a casaca é verde-escuro, do mesmo feitio que a do corpo diplomático, porém sem botões e sem trança, sendo os bordados de ramagens de lírio mais simples que os daquele corpo e apenas na gola, camião, portinholas e traseira. A distinção da categoria é feita pelos bordados do canhão: cônsul geral, dois ramos; cônsul de 1ª classe, um ramo; cônsul de

2ª classe, um ramo curto, e cônsul de 3ª classe, um ramo curto sem flor. Chapéu armado com plumas pretas, presilha e tope (disco de fita verde-e-amarelo); calça de pano verde-escuro com bordado com galão mais simples que o do corpo diplomático e facultativamente calça de casimira branca, com o mesmo galão; luvas brancas; colete de casimira branca; espada com fiador; botinas de verniz preto. O sobretudo é do mesmo feitio que o do corpo diplomático.

Os 2º e 3º uniformes (de verão), em jaqueta e blusa com calça de brim branco, são idênticos aos descritos para o corpo diplomático com as diferenças estabelecidas para o corpo consular, sendo as platinas de flanela branca com bordados, estrelas distintivas, armas federais e botão. O boné nas mesmas condições, tem porém jugular de couro preto e pala de oleado preto lisa, salvo para os cônsules gerais que é bordada à prata.

Pelo decreto nº 21.498 de 23 de julho de 1946 o corpo consular passa a usar de fardas do corpo diplomático do seguinte modo: os cônsules gerais, uniforme de ministro de segunda classe; os cônsules de 1ª classe, uniformes dos segundos e terceiros secretários. Como diferença, uma chapa circular de 0,025 m tendo gravada a constelação do Cruzeiro do Sul, posta na manga a 0,05m dos bordos do canhão.

Parte IV

Dos presidentes de província – Senadores do Império – Deputados gerais Vereadores da ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Dos presidentes de província – As fardas usadas durante o Império pelos presidentes de província, tiveram origem imediata nas dos antigos capitães gerais e governadores das capitâneas, e não foram mais do que a continuação de um padrão tradicional. Mantiveram o mesmo tipo de casas, sendo mudada a cor do pano e substituída a ramagem portuguesa por outra de significado nacional, em razão da nova condição política do Brasil.

Tal farda foi adotada, provavelmente, em razão da lei de 20 de outubro de 1823, que aboliu as juntas provisórias nas províncias do Império substituindo-as por presidentes.

Pelos retratos e fardas existentes, deduz-se que foram três os uniformes. No primeiro: casaca de pano verde-escuro, direita e

acolchetada, guarnecida de galão e com oito casas retas de cada lado do peito, tendo nos intervalos ramos de cafeeiro frutificado e de tabaco florido, a começar junto à gola, tudo bordado a ouro; canhão com um ramo de cafeeiro e um de tabaco; na gola um de cafeeiro; calça de casimira branca com galão dourado; chapéu armado, espada etc. (Est. 16).

Para o 2º uniforme, casaca idêntica à anterior, lisa, sem bordados no peito e abotoada por oito botões dourados com a cifra de d. Pedro II; na gola, contorno de galão e uma casa com as ramagens de cafeeiro e tabaco entrelaçados; canhões como no primeiro uniforme; calça de casimira branca, etc.

No 3º uniforme, casaca verde-escuro, aberta, de gola deitada formando lapelas; gola com contorno de galão e uma casa de cada lado como no 2º uniforme; canhões lisos com três botões; calça de pano verde-escuro e colete do mesmo pano ou branco ⁵⁰.

Dos senadores do Império – Aos senadores foi permitido o uso do uniforme especial pelo decreto nº 266, de 19 de janeiro de 1843, que aprovou o respectivo modelo. Não nos foi possível encontrar os figurinos. O plano constou das seguintes peças: 1º uniforme – casaca de pano verde-escuro, direita, acolchetada, ou usada aberta mostrando o colete e a gravata. Bordados formados de um ramo estreito com folhas finas agrupadas de cinco e cinco e de pequenos frutos retinidos de três em três. O ramo guarnece o peito, a gola, os canhões, o contorno das algibeiras e nos botões do enfranque. Colete de casimira branca e calça do mesmo tecido com galão largo. Chapéu armado com plumas etc.; espada, luvas e botinas. Houve em certa época ligeira modificação: a gola passou a ter bordado próprio entre galões (Est. 17).

Para 2º uniforme a casaca era conforme a norma estabelecida, lisa, da mesma cor da do 1º uniforme, mas abotoada por oito botões, tendo bordados apenas na gola e nos canhões. Calça de casimira branca, chapéu armado, espada etc.; botões com P. 2º I.

50. Em 1º uniforme, retrato de Francisco Vicente Viana, barão do Rio das Contas, 1º presidente da província da Bahia em 1822, falecido em 1828 (Antônio Loureiro de Sousa – *Baianos Ilustres*, 1945). Retrato de Luís Antônio de Almeida, presidente da província da Bahia em 1864 (fot. no arquivo do A.) Uma casaca no Museu Histórico Nacional. Do 2º uniforme: casaca de Cesário Miranda Ribeiro, presidente da província do Paraná em 1888, Museu Mariano Procópio. 3º uniforme: retrato a óleo de João Caldas Viana, presidente da província do Rio de Janeiro em 1843, Museu Imperial; casaca de Eugênio Horta Barbosa, presidente da província do Espírito Santo em 1876, Museu Mariano Procópio.

Em 3º uniforme, casaca aberta, de cor verde-escuro, de gola deitada e lapelas com bordados somente na gola. No mais, calça de pano verde-escuro, colete da mesma cor ou branco ⁵¹.

Dos deputados gerais – O plano de uniformes especiais para os deputados gerais foi aprovado pelo decreto nº 285, de 21 de abril de 1843, com os respectivos figurinos. Tais estampas não nos foi dado encontrar em nenhum arquivo ou biblioteca.

Foram estas fardas de pano verde-escuro com ramos de tabaco florido conforme alguns exemplares e retratos existentes, e na mesma disposição das dos senadores, sendo o 1º uniforme guarnecido de galão e trança com bordados no peito, gola e canhões (farda que se confunde com a do corpo diplomático); calça de casimira branca com galão largo, chapéu armado etc. Em 2º uniforme, casaca abotoada, com bordados apenas na gola e canhões, e em 3º, casaca aberta, de lapelas, com bordado na gola deitada; no mais conforme o uso.

Dos vereadores da ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro – O uso de um traje especial para os vereadores é de antiga data. No auto de levantamento e juramento do d. João IV, a 1º de dezembro de 1640, lê-se que o presidente da Câmara de Lisboa, conde de Castanhede, compareceu “vestido de veludo negro aforrado de tela branca e mangas da mesma cor”.

No Rio de Janeiro, o traje dos vereadores durante a permanência da corte portuguesa no Brasil e sob o governo de d. Pedro I, até 1828, era composto de casaca, calção e colete pretos, meias brancas e sapatos de fivela. O chapéu de seda preta era desabado e com a frente levantada, guarnecido nas abas de pluma branca; na frente, presilha dourada e laço português. A partir de certa época passaram a usar um penacho de três plumas brancas sobre o laço (Est. 18).

A peça mais característica era a capa preta com volta e pala de seda branca bordadas a ouro e prata; jabô de rendas brancas. Empunhavam vara branca e, nos bandos e cortejos desfilavam a cavalo com a montaria ricamente ajazada, sendo as crinas tran-

51. De 1º uniforme: fot. do conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, *Tribuna de Petrópolis*, suplemento; fardas de outros senadores: Museu Histórico Nacional, Museu Paulista, Museu Mariano Procópio. Do 2º uniforme: farda de João Florentino Meira Vasconcelos, Museu Paulista.

çadas com fitas e a cauda enfeitada de laço e de longas fitas de várias cores. O Senado da Câmara tinha sua bandeira – e teve diversas. Depois da Independência passou sua insígnia a ser a bandeira imperial em seda adamascada, com franja, e armas bordadas. Tinha como remate a esfera armilar em prata. Sua forma era a de um trapézio retângulo ⁵².

Pela reforma das câmaras municipais, determinada pela lei de 1º de outubro de 1828 seu traje foi abolido. Em 1841, porém, por avisos de 25 de janeiro e 15 de abril, foi declarado que os vereadores do Senado da Câmara do Rio de Janeiro podiam usar de novo “as vestiduras antigas com capa de volta nas solenidades, mas não o estandarte e as varas”.

O decreto nº 1.965 de 26 de agosto de 1857 aprovou o uniforme para os vereadores da ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro, “conforme modelo anexo” reza o decreto. Tal modelo, como os figurinos dos senadores e dutados não foi encontrado. Baseamos a Est. 19 no retrato de Adolfo Bezerra de Meneses e em outros documentos.

Como é natural, os uniformes dos vereadores obedeciam às disposições em uso, sendo porém a casaca de cor azul-ferrete. Em grande uniforme, a gola e os canhões eram guarnecidos de galão e de ramos de cafeeiro e tabaco trançados (semelhantes aos dos presidentes de província, mas sem a casa). Era usada aberta, com oito botões, colete e calça de casimira branca, esta, com galão largo; sobre o colete, cinto de pano azul-ferrete com bordados de ramagens e à direita borlas de franja dourada; chapéu armado com presilha de dragão, tope nacional e pluma; espada, luvas e botinas.

Em pequeno uniforme, casaca aberta formando lapelas com bordados somente na gola deitada; calça e colete brancos ou azul-ferrete, chapéu armado sem pluma e o resto conforme o uso.

Parte V

Fardas e bordados não identificados

Existem em museus e vêem-se em retratos, fardas com bordados cuja classificação não foi possível fazer. O alheamento pelo

⁵². Coleção de bandeiras do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, no Museu da Gávea.

assunto durante o Império, privando-nos de textos e comentários, o desaparecimento dos figurinos da época, que deveriam existir nos arquivos e bibliotecas, a ausência de decretos explicativos em nossa legislação, tornaram extremamente difícil nosso empreendimento. As biografias nenhum esclarecimento trazem quanto à indumentária, e a variedade de fardas usadas pela maioria dos nossos homens políticos complica antes de servir de esclarecimento.

Basta dizer que, entre primeiros, segundos e terceiros uniformes, foram usados durante o Império, as das seguintes categorias, – muitas vezes por um só indivíduo: 4 de camarista, 3 de deputado geral e 3 de senadores; além destas, as de presidente de província, diretor de secretaria de Estado e ainda de instituições oficializadas.

Um enigma não conseguimos deslindar; é a farda que veste um personagem na coroação e no 2º casamento de d. Pedro I, presente ao ato, no recinto do altar-mor, portanto figura da maior importância na cerimônia.

Exibe uma casaca verde com bordados em losango no peito e nas mangas, usa botas altas, chapéu armado e bastão. Será o estribeiro-mor? Ou talvez o reposteiro-mor ou mesmo o copeiro-mor? Pois todos estes personagens compareceram ao ato da coroação.

Reproduzimos a silhueta de tão ilustre quão misteriosa figura na estampa 20 A, rigorosamente copiada das gravuras de Debret.

Dois tipos de bordados ficam também por identificar, não sabemos que funções distinguiam; são os das letras B e C. Podem ser dos veadores, ou dos guarda-jóias; o segundo parece ter sido de diretor de secretaria de Estado.

Fica pois assunto para novas e melhores pesquisas, além da correção das muitas falhas que existem certamente no presente ensaio.

J. W. Rodrigues

Explicação dos desenhos

Est. 1 A: retrato a óleo de Luís de Vasconcelos e Sousa, 4^a vice-rei do Brasil, no Inst. H. e G. Brasileiro. **B:** Francisco de Melo de Mendonça da Cunha e Meneses, conde de Castro Marim, governador e capitão general do Algarves, in Pinheiro Chaves, *Hist. de Port.* vol. VII, p. 508. **C:** Francisco da Veiga Cabral gov. da Índia de 1794 a 1807, in Pinheiro Chagas, *op. cit.*, vol. VII, p. 404. **D:** d. Bernardo José Maria de Lorena, cap. general de São Paulo, Museu da Cúria Metropolitana, São Paulo.

Veja-se dois retratos de Luís de Vasconcelos e Sousa, e um do conde de Resende, no Museu Histórico, Rio. Retrato de d. Luís de Albuquerque Pereira e Cáceres, governador e capitão general do Mato Grosso, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Retrato de Antônio de Saldanha da Gama, governador e capitão general do Maranhão (com dragonas, o que é estranhável), na Santa Casa de S. Luís do Maranhão.

Est. 2 A: d. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, grav. da col. do dr. Meneses Drummond, in *Anuário do Museu Imperial*, vol. III. **B:** Antônio de Araújo de Azevedo, conde da Barca, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; faleceu em 1816. In J. B. Debret, *Voyage etc.*, prancha nº 40. **C:** José Bonifácio de Andrada e Silva, *op. cit.*, prancha nº 40. **D:** conde de Basto, ministro de d. Miguel (para mostrar que a farda foi mantida em Portugal), in Pinheiro Chagas, *op. cit.*, vol. VIII, p. 180. **E:** “Ministro de Estado”, aquarela de J. C. Guilhobel, 1814; col. dr. Caio de Melo Franco, Rio. **F:** personagens do quadro de J. B. Debret, *Desembarque da arquiduquesa D. Leopoldina no Rio em 1817*, Museu das Belas-Artes, Rio.

Est. 3: estudos dos bordados usados por d. João VI. De um retrato de autor desconhecido; de um retrato por Debret, da exposição da missão artística, e de um retrato no Inst. Hist. e G. Brasileiro. Emblemas e armas reais usadas nas dragonas.

Est. 4: fardas usadas por d. Pedro I. **A:** como príncipe regente, conforme o retrato a óleo de Henrique José da Silva, pintado em 1822 (Museu Imperial). Esta farda representa a evolução da farda de 1820, segundo gravura de Manuel Antônio de Castro (Museu Imperial). **B:** jaqueta composta conforme os usos da época. **C:** primeira farda com bordados de carvalho, usada na aclamação e coroação, conforme o retrato de Simplício Rodrigues de Sá, no Inst. H. e G. Brasileiro e o de Henrique José da Silva no Museu Hist. Nacional. **D:** segunda farda com bordados de carvalho adotada (provavelmente) em 1823, conforme inúmeros retratos e gravuras existentes.

Est. 5: confronto da farda imperial com as fardas dos oficiais gerais e brigadeiros, segundo o plano de 7 de outubro de 1823.

Est. 6: fardas de d. Pedro II. **A:** farda rica de grande gala com bordados nas costuras das mangas e das costas (fot. no arq. do A.). **B:** Idem, idem, sem os bordados nas costas e mangas. **C:** farda de segunda gala sem bordados no peito (retrato de 1856 no Museu Histórico Nacional e duas fardas na coleção do palácio Grão Pará).

Est. 7: fardas de d. Pedro II como chefe da Marinha de Guerra nacional e imperial. Farda de grande gala que se distingue das descritas nas estampas 6 A e B, por ter botões de âncora, talim da Marinha e ausência da banda; farda de pequena gala, adotada a partir de 1856; segundo uniforme, idem; sobrecasacas de pequeno uniforme, a primeira adotada a partir de 1852, a segunda a partir de 1856.

Est. 8: evolução do traje de corte, colônia e reino unido. **A:** casaca encarnada com bordados a ouro etc. **B:** casaca azul-ferrete com gola e canhões encarnados. Brasil Império. **C e D:** casacas verde-escuro com bordados a ouro. **E:** bordadura dos médicos do paço do pequeno uniforme, durante a colônia e reino unido. **F:** bordadura dos médicos do paço durante o Império, para grande e pequeno uniforme nos planos de 1822 e 1840.

Est. 9: oficiais maiores e menores. Fardas e bordaduras dos camaristas e guarda-roupas para 1º e 2º uniformes nos planos de 1822 e 1840.

Est. 10: oficiais maiores e menores. Casaca de 1º uniforme adotada em 1828, com os bordados do padrão português, passando a 2º e 3º uniformes respectivamente os 1º e 2º do decreto de 1822.

Est. 11 A: distintivos dos conselheiros de Estado: dragão coroadado, bordado a ouro, de 1829 a 1834; esfera armilar e coroa bordadas a ouro, usado a partir de 1841. **B:** chaves de ouro ou dourada para os camaristas, e de prata para os guarda-roupas, as 1ª e 2ª sob d. Pedro I, a 3ª adotada em 1840. (A 1ª é do Museu Cel. David Carneiro e vem reproduzida em *Dragão: símbolo heráldico*, David Carneiro, in *Anuário do Museu Imperial*, vol. V; a 2ª é desenhada por J. B. Debret na estampa 19 da sua conhecida obra; a 3ª, pertence ao dr. Américo Jacobina Lacombe. **C:** dragão dourado, emblema dos veadores, conforme o plano de 1840. Segundo alguns autores era distintivo do serviço interno no Paço Imperial (exemplar no Museu Paulista).

Est. 12: médicos: fardas do 1º, 2º e 3º uniformes e bordadura. (farda de 1º uniforme no Museu Hist. Nacional; idem, de 2º uniforme, do conde da Mota Maia no Museu Mariano Procópio. Quadro histórico de Araújo Porto-Alegre na faculdade de medicina do Rio de Janeiro representando um grupo de médicos e o imperador.

Est. 13 A: fita de 0,057m de largura de veludo amarelo com as armas imperiais tecidas a cores que guarnecia a casaca dos lacaios do Paço. **B:** galão de prata entre fitas estreitas de veludo amarelo com as armas imperiais tecidas a cores, total 0,080m, que guarnecia a casaca dos archeiros ou alabardeiros – archeiros do tempo de d. João VI, conforme desenho de Debret na est. 23 de sua obra.

Est. 14: regimentos da guarda real e corpos da guarda imperial. **A:** 1º regimento de cavalaria do Exército, *Guarda Real de S. Majestade D. João VI*, conforme se

vê na gravura *Desembarque de S. A. a princesa real do reino unido Portugal, Brasil e Algarves, na cidade do Rio de Janeiro, no arsenal da Real Marinha* (Bibl. Nac.). O oficial tem barretina com penacho de penas longas e tope português, dólmã com alamares pantalona com galões dos lados no alçapão, chabraque enfeitado. O clarim tem barretina de pelo com penacho e gorra, colete de mangas, pelica a tiracolo etc.; flâmula pendente do clarim com as armas reais bordadas. **B**: oficial da Imperial Guarda de Honra, criada como guarda do príncipe em abril de 1822, transformada em imperial guarda de honra a 1º de dezembro do mesmo ano e extinta em 1832. **C**: soldado do batalhão de caçadores do imperador, criado em 1823 e extinto em 1831. Considerado como corpo de elite, foi à Bahia e a Montevideú. Dava guarda em São Cristóvão e na noite de 6 de abril abandonou o paço e aderiu aos corpos que estavam reunidos no campo da Aclamação. Uniforme azul-ferrete guarnecido de preto com gola e canhões verdes. **D**: soldado dos batalhões de granadeiros de estrangeiros, criados em 1823, extintos em 1828. Foram quatro os batalhões: 1º e 2º de caçadores e 1º e 2º de granadeiros, depois transformados em 27º e 28º de caçadores, e 2º e 3º de granadeiros. Uniforme do granadeiro: azul-ferrete com vivos brancos; gola, canhões e penacho vermelhos; na barretina o número e a letra E. 1º regimento de cavalaria do Exército, que teve função de corpo da guarda imperial no Segundo Reinado. Uniforme em 1852; azul ferrete, vivo branco, gola, penacho, cancelas e listras encarnadas.

Est. 15: fardas do corpo diplomático conforme o decreto nº 20.041, de 7 de maio de 1931.

Est. 16: presidente da província. Uniforme e bordadura, conforme retrato do conselheiro M. P. de Sousa Dantas, presidente da província da Bahia (fot. Casa de Rui Barbosa); idem de Luís Antônio de Almeida (arq. do A.); idem, João Caldas Viana presidente da província do Rio de Janeiro, óleo existente no Museu Imperial; casacas existentes no Museu Imperial, Museu Mariano Procópio e Museu Histórico Nacional.

Est. 17: senador do Império. Fardas do 1º, 2º e 3º uniformes conforme numerosos retratos a óleo, fotografias existentes assim como casacas nos principais museus.

Est. 18: vereadores da II.ª Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Traje de capa de volta e chapéu desabado, com plumas segundo as gravuras de Debret. **A**: “Bando Municipal”. **B**: “Coroação de D. Pedro I”. **C**: “Aclamação de D. Pedro II”. **D**: “Aclamação de D. João VI no Rio de Janeiro”.

Est. 19: vereador da II.ª Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Fardamento adotado em 1857. Desenho composto pelo retrato de Adolfo Bezerra de Meneses, pintado em 1879 por A. Duarte, atualmente na Câmara do Distrito Federal.

Est. 20 A: personagem com farda verde escuro e bordados a ouro em losango, no quadro de J. B. Debret, a coroação de d. Pedro I, Museu das Belas-Artes e gravura do mesmo autor. Casamento de d. Pedro I com d. Amélia, 1829. **B**: bordado em casaca azul-ferrete, Museu Mariano Procópio; idem, em casaca verde-escuro, Museu Hist. Nacional. **C**: bordado na farda do barão da Taquara, Museu Histórico; idem em uma farda no Museu Simões da Silva como sendo de um diretor do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

**NOTÁVEL DOCUMENTO DA HISTÓRIA
POLÍTICA DO IMPÉRIO**

Notável Documento da História Política do Império

O pedido de exoneração coletiva do Ministério
de 29 de setembro de 1848

Constitui um dos mais notáveis documentos da história política da monarquia brasileira o pedido de demissão coletiva do ministério de 29 de setembro de 1848, cujo original, sob o nº 5.771, guarda o arquivo do Museu Imperial.

Datado de 15 de novembro de 1851, três anos e dois meses depois de sua organização, foi assinado por todos os seus membros, alguns dos quais figuram entre os maiores estadistas do Império: visconde (depois marquês) de Monte Alegre, Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso Câmara, Joaquim José Rodrigues Torres (futuro visconde de Itaboraí), Paulino José Soares de Sousa (visconde do Uruguai), Manuel Felizardo de Sousa e Melo, e Manuel Vieira Tosta (mais tarde marquês de Muritiba). Era, então, o mais longo gabinete da monarquia, pois apenas três haviam ultrapassado dois anos de duração, desde a Independência. Depois dele, apenas um, o presidido pelo visconde do Rio Branco (1871-1875) duraria mais tempo. Do valor de sua participação na história do Segundo Reinado diz muito bem este trecho de Joaquim Nabuco: “Realmente um ministério forte esse que suprimiu o tráfico, dominou a revolução de Pernambuco, derrubou Rosas e, ao mesmo tempo, lançou a base de grandes reformas e melhoramentos que mais tarde se realizaram”¹.

Se esta foi a brilhante época em que agiu o ministério de 29 de setembro de 1848, se os citados fatos foram alguns dos maiores serviços que lhe ficou devendo o país, analisemos, embora sucintamente, o memorial que solicitou a sua exoneração.

1. Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império. Nabuco de Araújo. Sua vida, suas opiniões, sua época*. 2ª edição (São Paulo, 1936), vol. I, p. 84.

Começa o curioso documento, redigido por letra de Monte Alegre, por lembrar as dificuldades ao país trazidas pela revolução de que resultou a abdicação de d. Pedro I, a fraqueza do poder das regências, o exagero das idéias liberais e a inexperiência dos homens políticos daqueles tempos.

Passando a examinar o período seguinte à maioria do próprio d. Pedro II, com franqueza acentua ter o jovem imperador encontrado, então, um poder fraco, acostumado a fazer concessões e dependente de influências locais, na maioria dos casos criadas e alimentadas pela força recebida do mesmo governo. Registra, abertamente, que a maioria agravou a divisão do país, ao contrário do que ainda hoje muitos supõem: de ter sido este um movimento antes de tudo unificador. Critica, também, as famosas *eleições do cacete*, de 1840. Como consequência natural das rebeliões dos liberais paulistas e mineiros em 1842 apresenta a compressão oficial nas eleições seguintes, desse mesmo ano. Ao ministério de 2 de fevereiro de 1844 coube desmontar a situação política assim preparada pelos conservadores, então denominados *saquaremas*. E, mais uma vez, o critério eleitoral predominou, porque os partidos, quando subiam ao poder, tinham, necessariamente, de premiar os seus adeptos, mesmo à custa de injustiças com seus adversários. Somente o transcurso do tempo e um maior aperfeiçoamento dos costumes políticos do país poderiam alterar essa situação. Os ministérios deveriam apoiar-se nas idéias dos partidos, mas não transformarem-se em seus chefes e humildes servidores, até de caprichos e interesses individuais.

Neste ponto convém interromper a sensacional crítica do sistema político vigente no país, feita por alguns de seus mais ilustres expoentes, então no poder e desejosos de o abandonar, a fim de assinalar a concordância de sua opinião com a que depois expendeu um grande publicista, Justiniano José da Rocha, em seu memorável ensaio – *Ação; reação; transação*, de 1855.

Prosseguindo em sua análise, relataram os ministros signatários como depois de cinco anos de domínio dos liberais ou *luzias* esperavam os *saquaremas* ter a sua desforra com a volta ao poder, em 1848, exatamente com o ministério que em 1851 solicitava a demissão, com a diferença, apenas, de ter sido o então visconde de Olinda (Pedro de Araújo Lima) seu primeiro chefe e ministro de Estrangeiros, antes do visconde de Monte Alegre, na presidência, e Paulino, naquela pasta. Se o gabinete acedesse a esse

desejo, não descontentaria, certamente, aos seus partidários; mas estava trabalhando, certamente, para perpetuar, no Brasil, um sistema político essencialmente “funesto e deplorável”. Rendem então homenagem, os ministros resignatários, à ação do imperador, sempre no sentido de impedir injustiças comuns nessas ocasiões.

É curioso, porém, notar a omissão, nesse passo, de qualquer referência à Revolta *Praieira*, de Pernambuco, enérgica reação dos liberais da província, à inversão política então operada. Não deixaram, porém, de assinalar, os redatores do documento, que naquela época “o mundo”, isto é, a Europa, nosso constante modelo, estava agitadíssimo, o que aconselhava, portanto, uma política de calma, não de irritação.

Sentiram, assim, a inconveniência de uma mudança de atitude, mas nem por isso deixaram de tomá-la. Enfraqueceram, com isso, os seus próprios partidários, de modo a não poder contar com eles, nas futuras eleições. Sacrificaram-se por um princípio, em suma.

Contudo, quaisquer alterações mais profundas só muito lentamente seriam obtidas, convinham. A próxima Câmara deveria ser composta de homens que a elas não se opusessem. E o ministério, sentindo-se gasto, não se julgava com forças nem de enfrentar a crescente oposição, na sessão legislativa de 1852, nem de presidir as eleições desse ano.

A fim de obter sua imediata substituição, repetem e reforçam argumentos os seis ministros. Acentuaram, porém, que o país estava tranqüilo, e que não havia crise. Quanto à política externa, sustentavam que a sua continuidade competia ao imperador, não aos gabinetes, essencialmente instáveis. Nem lhes convinha uma simples recomposição ministerial. E terminaram, suplicantes, clamando “que não podem mais continuar, que não podem com tão pesado encargo”.

Apesar da veemência do apelo, por que não o atendeu imediatamente o imperador? Por que, sendo ele datado de 15 de novembro de 1851, somente a 11 de maio de 1852, quase seis meses depois, acedeu em recompor o ministério, conservando porém três de seus membros, um na presidência do Conselho e pasta de Fazenda (Rodrigues Torres), Paulino nos Estrangeiros, Manuel Felizardo na Guerra?

Quer nos parecer, que assim agiu d. Pedro II não só porque o gabinete (o mais notável, até então, de seu reinado) lhe merecia

toda a confiança, como porque, quanto à política externa, não julgava terminada a sua tarefa, iniciada com a intervenção no Uruguai, contra Oribe, e o rompimento com a Confederação Argentina, contra Rosas. Nesse sentido, outro indício é a continuação de Paulino no ministério seguinte. Realmente, se em novembro de 1851 já estava rendido Oribe, com a entrada das forças de Caxias em território uruguaio e a aliança com as províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes, faltava ainda efetuar a segunda parte da decisiva orientação tomada pelo ministério, quanto aos assuntos platinos. Faltava vencer definitivamente Rosas, de modo a nos ser garantida tanto a livre navegação fluvial para Mato Grosso, constante objetivo de nossa política, como a segurança das fronteiras do sul e a independência do Paraguai, ainda não reconhecida em Buenos Aires. Naquela mesma ocasião, achava-se no Uruguai e em Entre-Rios o nosso enviado extraordinário Honório Hermeto Carneiro Leão, negociando com os orientais e com Urquiza o cumprimento daquele programa de ação externa. Conseqüentemente, ao ministério que o havia iniciado necessária era a permanência no poder, até que se completasse a sua missão.

Eis porque somente depois da vitória de Monte Caseros, do reconhecimento da independência do Paraguai e da difícil ratificação dos tratados antes firmados com o Uruguai, cedeu o imperador e substituiu apenas três dos seis ministros resignatários, subindo ao poder o ministério de 11 de maio de 1852.

Nem por isso, entretanto, diminui de importância o pedido de exoneração coletiva de 15 de novembro de 1851. Na crítica, nele feita, ao sistema político que depois de 1840 insidiosamente vinha se implantando no país, pode ser visto, com toda a clareza, o germe da política de conciliação, que reaparecendo firmemente no gabinete de Rodrigues Torres, encontrou seu efetivo realizador na pessoa do chefe do ministério que em 1853 àquele sucedeu, o estadista Honório Hermeto Carneiro Leão, visconde e marquês de Paraná.

Hélio Vianna

É o seguinte o texto do importante documento:

“Julgando os ministros e secretários de Estado de Vossa Majestade Imperial conveniente a sua substituição por outros nos conselhos de Vossa Majestade Imperial, entendem ser do seu

dever expor respeitosa e francamente a Vossa Majestade Imperial as razões em que se funda essa sua convicção.

Vossa Majestade Imperial conhece perfeitamente as dificuldades que para governar o país trouxeram as conseqüências da revolução de 7 de abril de 1831, a fraqueza do poder das regências, a exageração das idéias liberais, e a inexperiência dos homens políticos daqueles tempos. Em vez de um poder bem constituído e robusto, que tivesse a força necessária para dirigir com mão firme um país novo, inexperiente das formas representativas, na larga senda dos grandes melhoramentos sociais que reclama, Vossa Majestade Imperial encontrou na época em que foi declarada sua maioria um poder fraco, acostumado a fazer concessões, e dependente de influências de localidades as mais das vezes criadas e alimentadas pela força que tiravam do mesmo governo.

A maneira por que foi feita a maioria de Vossa Majestade Imperial tornou mais profunda a cisão em que o país se achou então dividido. Para fortalecer-se, ganhar terreno e vencer seus adversários nas lutas eleitorais, com mais segurança e facilidade era necessário a cada um o apoio do governo.

Cada partido, por seus órgãos nas localidades fazia seus pedidos, suas exigências, que eram mais ou menos satisfeitas. Assim aconteceu para as eleições de 1840 que se seguiram à maioria de Vossa Majestade Imperial. As rebeliões de S. Paulo e Minas em 1842 tornaram desnecessário o emprego desses meios unicamente como eleitorais, para as eleições de 1842.

Essas rebeliões deram apropriada ocasião ao partido denominado Saquarema para desmontar seus adversários nas províncias e montá-las com homens do seu lado. Nem podia ser de outro modo à vista daqueles acontecimentos. Não era possível deixar o poder público nas mãos daqueles que acabavam de recorrer às armas.

O ministério de 2 de fevereiro de 1844 encontrou as províncias montadas com homens do lado denominado Saquarema. Não se podendo apoiar nele e tendo de dissolver a Câmara dos Deputados na qual tinha esse partido considerável maioria, era lhe forçoso desmontá-lo nas províncias, e prepará-las para as eleições. Abriu-se então uma luta que dividiu ainda mais profundamente o país, que exaltou as paixões e tornou por isso indispensável um grande concurso de concessões feitas a influências eleitorais das localidades.

Postas de parte outras quaisquer considerações, foi a influência eleitoral a única consultada. Acreditava-se nas localidades que tal ou tal indivíduo tinha sido ou seria atendido com nomeações ou com mercês porque tinha servido ou serviria o partido dominante. E com efeito as nomeações e as condecorações recaíam exclusivamente naqueles que prestavam tais serviços.

Isto desmoralizou profundamente o país e arcou novos obstáculos para governá-lo segundo as regras do justo e do honesto.

Foi um terrível exemplo para o partido então decaído.

Há em todos os partidos muitos homens que os seguem, não por convicções e princípios, mas por paixão ou conveniência. Era natural que esperassem que quando o seu subisse ao poder, o tratasse com a mesma largueza com que seus adversários tinham tratado os seus.

No estado em que está o país nem um ministério pode deixar de apoiar-se em algum dos partidos que o dividem. Somente o tempo e um sistema de justiça e imparcial honestidade (consultadas razoavelmente e tanto quanto for indispensável, as conveniências políticas) seguindo com invariável firmeza, poderá esfriar as paixões e reduzir a suas verdadeiras proporções o antagonismo político, e convencer a nossa população de que os ministérios devem sim apoiar-se e ter as idéias dos partidos, mas não ser seus chefes e humildes servidores, até de caprichos e interesses individuais.

Quando Vossa Majestade Imperial houve por bem chamar aos seus conselhos os atuais ministros, havia cinco anos que o partido denominado Santa Luzia ocupava todas as posições oficiais de que expelira seus adversários. Os denominados Saquarema, sobre os quais unicamente podia apoiar-se o ministério, alguns pelo natural desejo de vingança, outros pelo de verem consolidado o domínio de suas idéias, outros por quererem recuperar as posições que ocupavam, saudavam o dia 29 de setembro de 1848 com grandes esperanças. Não faltou quem esperasse e reclamasse uma inversão nas posições oficiais igual àquele que havia feito o ministério de 2 de fevereiro.

Muitos que durante essa administração e as subseqüentes haviam perdido empregos e posição, as reclamavam como indenizações. Muitos homens desse partido nas localidades reclamavam mercês honoríficas como provas de consideração, por isso que

os seus adversários as haviam recebido dos seus no tempo em que estavam no poder.

Todo o passado tornava difícil a posição do ministério. Se não satisfizesse essas exigências descontentaria aqueles de quem unicamente podia esperar apoio e daria assim grande força aos seus adversários.

Se as satisfizesse perpetuaria um sistema funesto e deplorável ao qual cumpria pôr termo, porque é eminentemente desmoralizador, e alimenta ambições ilegítimas, que buscam satisfazer-se, não tanto pelo cumprimento do dever e pelo justo e por serviços feitos à causa pública, mas pela exageração do espírito de partido, e por serviços prestados aos seus chefes.

Vossa Majestade Imperial com aquela alta razão que felizmente possui, sempre foi oposto a esse sistema, sempre o embarçou quanto foi possível, concedendo somente ou quando mal informado acerca de indivíduos que não conhecia, ou quando motivo, que impossível era de livrar o reclamavam, porque ninguém possui em mais elevado grau do que Vossa Majestade Imperial verdadeiro amor da pátria, e as noções do justo e do honesto.

Os ministros de Vossa Majestade Imperial compreenderam o seu pensamento e que Vossa Majestade Imperial tinha resolvido em sua alta sabedoria pôr termo a um sistema de reações e concessões que pode sim dar temporariamente um acréscimo de força factícia a um ministério ou a um partido, mas cuja continuação abismaria por fim o país. E isto quando o mundo está em agitação, na época revolucionária em que vivemos, quando em vez de irritar, convém acalmar!

Os ministros de Vossa Majestade Imperial porém não deixaram de ver também que essa mudança lhes faria perder muita força e desgostaria grande parte daqueles que os podiam apoiar em época de eleições principalmente. Que essa marcha faria esfriar muitos dos seus amigos políticos que a considerariam como filha de tibieza e pouca dedicação por ele e pelo partido a que pertenciam. E com efeito os ministros de Vossa Majestade Imperial têm alienado ou feito esfriar muitos daqueles que os poderiam auxiliar nas próximas eleições, sem contudo abrandar por isso a oposição, que trata de reorganizar-se e preparar-se para a próxima luta eleitoral.

Infelizmente a marcha que tem levado as nossas administrações tem contribuído muito poderosamente para tornar a nossa

política muito pessoal. Os ministros de Vossa Majestade Imperial resignaram-se a tudo, sobejamente compensados pela glória de serem os instrumentos para a inauguração da sábia e presidente política de Vossa Majestade Imperial.

Restabelecer nos seus devidos foros o justo e o honesto. Não fazer das mercês, dos empregos e das recompensas devidas aos servidores do Estado, unicamente moeda eleitoral e meio de uma instável influência de partido. Acalmar os espíritos, reduzir o antagonismo de idéias (e há muito pouco ficaria então reduzido) o antagonismo dos partidos. E com efeito Vossa Majestade Imperial não é, não pode, não deve, ser homem de partidos. A Divina Providência o fez somente o homem do partido da prosperidade e da grandeza do país que o chamou a governar. Males inveterados não se curam de pronto e Vossa Majestade Imperial terá de gastar uns poucos de ministérios antes de ser realizado completamente o seu grandioso pensamento.

Apresenta-se uma grande dificuldade e vem a ser atravessar felizmente a crise eleitoral que se aproxima. Compor a Câmara futura de homens que não sirvam de obstáculo à realização do pensamento de Vossa Majestade Imperial.

Os ministros de Vossa Majestade Imperial estão profundamente convencidos de que não terão no fim do ano próximo futuro a força necessária para obter esse resultado. Eles têm hoje grande maioria, bastantes adesões nas câmaras legislativas; mas isso não basta, e não se pode daí concluir que tenham a força necessária daqui a um ano para fazer sem abalo, com calma, e com a possível facilidade a próxima eleição.

No ano que tem de decorrer e principalmente na próxima sessão legislativa hão de perder grande parte da força que ainda têm. Na próxima sessão legislativa a oposição há de infalivelmente reforçar-se, e tanto no Senado como na Câmara dos Deputados, combater desesperadamente e redobrar de esforços para pôr dificuldades e derribar os atuais ministros.

As cenas desagradáveis de que o Senado foi na passada sessão testemunha, e que hão de tirar muita força aos atuais ministros hão de repetir-se e agravar-se. Alguns deputados que só podem ser reeleitos com o apoio declarado do governo e a quem este o negar, hão de ir engrossar a oposição. E neste estado de coisas o ministério continuará a ter na Câmara dos Deputados um só de seus membros. A experiência que colheu na sessão passada em que todavia eram muito menos graves as

circunstâncias da Câmara do que sem dúvida serão na próxima seguinte o fortifica na convicção de que não poderá superar as dificuldades com que terá de lutar. Quando chegar a época da eleição o ministério achar-se-á muito enfraquecido pelo seu longo passado de quatro anos. É preciso pensar nas coisas com previdência e a tempo, e não na ocasião em que se apresentam as dificuldades. Os ministérios entre nós gastam-se muito depressa e o tempo em vez de lhes trazer aderentes, desfalca-os.

Seria então substituído o ministério por outro. Parece que um ministério com poucos meios de existência não estaria habilitado para dar às eleições aquela direção que é indispensável, ainda mesmo não intervindo nelas diretamente.

O ministério que estiver durante as próximas eleições deve ter tempo para dispor as coisas de modo que se façam com o menor abalo possível, para que não irrite mais os espíritos, e para que o seu resultado seja aquele que convém à consolidação da ordem pública e das nossas instituições.

Um novo ministério amorteceria a força da oposição, tornaria mais calmos os espíritos, pondo-os em expectativa, adiaria muitas pretensões, cuja não satisfação acareia hoje novos adversários, e atravessaria com muito menos dificuldade, e com mais vantagem a próxima sessão legislativa e a crise das eleições.

Para essa nova luta são necessários espíritos mais repousados, é preciso mais calor, mais ânimo, mais vida do que têm os atuais ministros de Vossa Majestade Imperial. Três anos de administração, e três sessões legislativas os têm cansado e os fazem almejar algum repouso. Alguns têm a sua saúde arruinada e precisam repará-la. Os que não estão nesse caso não se podem resolver agora depois de dois e três anos a aceitar novos colegas, com os quais porventura não viveram na completa harmonia que tem constantemente reinado entre os membros do atual gabinete.

Os abaixo-assinados pensam que com sua retirada não terá de sofrer a política atualmente seguida, quando Vossa Majestade Imperial entenda em sua sabedoria que a não deve mudar. O país está tranqüilo. Somente o poderiam perturbar as altas maquinações da oposição, e essas perdem muita força com a mudança. O país não está em crise atualmente, não se dá fato algum que exija alterações importantes e numerosas no pessoal da administração, e que sempre agitam, irritam e perturbam.

Não há que encetar na política exterior nova marcha, não há que dar princípio a novo plano e sistema. Seguem-se corolários

inevitáveis de uma política consagrada em uma lei, e em tratados, dos quais não é possível desviar.

Nem a política exterior pode sofrer porque ela é especialmente de Vossa Majestade Imperial que só lhe pode dar a perpetuidade tradicional e o seguimento lógico indispensável, e que é incompatível com a instabilidade dos ministérios.

Finalmente, senhor, não há nada que desanime e canse mais, pelas dificuldades e desgostos que o acompanham, do que o exercício do lugar de ministro entre nós.

Há certas naturezas ambiciosas de poder e de honras, superiores a toda a casta de injúrias, de injustiças e de calúnias, que resistem a essa incessante luta em que vivem os ministros nos governos organizados como o nosso mas não é dado a todos ser assim.

Depois de três anos de uma luta continuada com sempre renascentes dificuldades, os ministros de Vossa Majestade Imperial receiam não ter fortaleza bastante para atravessar com vantagem pública a próxima sessão legislativa, e a crise das eleições. É do seu dever fazer a Vossa Majestade Imperial essa declaração e implorar a Vossa Majestade Imperial a sua substituição por outros.

Permitia Vossa Majestade Imperial a seus ministros a honra de dizer a Vossa Majestade Imperial que não é filha do momento a súplica que ora devam a sua augusta presença, não é produto de algum ou alguns fatos isolados, mas nasceu de profunda convicção que o tempo formara, que a reflexão, o mais acurado exame e muita meditação amadurecer.

Desde julho, senhor, estão os ministros de Vossa Majestade Imperial deliberados a dar este passo, e só os negócios do Rio da Prata lho embargaram então.

Acolha, senhor, acolha benigno a súplica de seus ministros que perante Deus e perante Vossa Majestade Imperial afirmam que têm servido a Vossa Majestade Imperial com toda a lealdade, zelo e dedicação, e que não podem mais continuar, que não podem com tão pesado encargo nem começar a futura sessão legislativa.”

Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1851.

Visconde de Montalegre.

Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Câmara.

Joaquim José Rodrigues Torres.

Paulino José Soares de Sousa.

Manoel Felizardo de Sousa e Melo.

Manoel Vieira Tosta.

**DATAS DE FALECIMENTO
DOS
CONSELHEIROS DE ESTADO DO IMPÉRIO**



Pedro I em litografia. Trabalho de Debret, executado por Pradier.
(Museu Imperial)

Datas de falecimento dos conselheiros de Estado do Império

Tive necessidade de saber a data de falecimento de dois conselheiros de Estado e, apesar de bom pesquisador, somente depois de vinte dias de buscas diárias consegui esse fim.

Acredito que outros, com o mesmo intuito, percam vários dias de trabalho.

Para sanar esse inconveniente organizei estas notas com as datas de falecimento de todos conselheiros de Estado.

Sobre os dois Conselhos de Estado pouco se tem escrito ¹.

Max Fleuiss em seu trabalho “História Administrativa do Brasil” só menciona os nomes dos conselheiros de Estado.

O mais completo trabalho é de Tavares de Lira ², publicação do Instituto Histórico, bem elaborado, com dados preciosos ³.

Em relação aos falecimentos apenas menciona dia e mês do óbito, quanto aos membros do 1º Conselho. Do 2º Conselho dá o ano do óbito.

Rio Branco, em 1910, fez publicar pelo Ministério das Relações Exteriores, o folheto intitulado “Ministros e altos funcionários da antiga repartição dos Negócios Estrangeiros depois Ministério das Relações Exteriores – Membros do extinto Conselho de Estado”. É um bom trabalho que foi publicado novamente em 1939.

Somente menciona o ano do óbito dos conselheiros, silenciando quanto ao dia e mês ⁴.

1. A 1ª indicação está no volume *Organizações e Programas Ministeriais* ed. 1889 (pp. 425-428), onde se encontram apenas os anos de nomeação e de falecimento.

2. *O Conselho de Estado*. Há separata.

3. In *Segundo Congresso de História Nacional*, vol. I, pp. 411-513. Ed. 1934.

4. O primeiro Conselho de Estado foi criado no dia 13 de novembro, após a dissolução da Assembléia Constituinte. Compunha-se de 10 conselheiros efetivos (os seis ministros de Estado e mais quatro conselheiros que, a 11 de dezembro de 1823, assinaram o projeto de Constituição) e de mais três conselheiros de Estado honorários: S. Leopoldo que, por morte de Nazaré, passou a efetivo e foi exonerado em 1830; Estevão

Primeiro Conselho⁵

1823-1834

Antônio Luís Pereira da Cunha, marquês de Inhambupe: 18 de setembro de 1837.

Clemente Ferreira França, marquês de Nazaré: 11 de março de 1827.

Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena: 13 de junho de 1842.

Francisco de Assis Mascarenhas, marquês de São João da Palma: 6 de março de 1843.

Francisco Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá: 11 de setembro de 1846.

João Gomes da Silveira Mendonça, marquês de Sabará: 2 de julho de 1827.

João Severiano Maciel da Costa, marquês de Queluz: 19 de novembro de 1833.

João Vieira de Carvalho, marquês de Lages: 1 de abril de 1847.

José Egidio Álvares de Almeida, marquês de Santo Amaro: 12 de agosto de 1832.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo: 6 de julho de 1847.

José Joaquim Carneiro de Campos, marquês de Caravelas: 8 de setembro de 1836.

Luís José de Carvalho e Melo, visconde de Cachoeira: 6 de junho de 1826.

Manuel Jacinto Nogueira da Gama, marquês de Baependi: 15 de fevereiro de 1847.

Mariano José Pereira da Fonseca, marquês de Maricá: 16 de setembro de 1848.

Segundo Conselho⁶

1841-1889

Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto: 21 de fevereiro de 1912.

Ângelo Muniz da Silva Ferraz, barão de Uruguaiana: 18 de janeiro de 1867.

Ribeiro de Resende (marquês de Valença) falecido em 1856 e João Inácio da Cunha (visconde de Alcântara) falecido em 1834.

O segundo Conselho de Estado era composto de 12 membros ordinários, podendo ter mais 12 extraordinários. Dele também fizeram parte, por nomeação de 1870, Suas Altezas a princesa imperial d. Isabel e o príncipe conde d'Eu.

5. Criado pelo decreto de 13/11/1823. Confirmado pela Constituição do Império, de 25/03/1824. Extinto pela reforma constitucional de 12/08/1834.

6. Criado pela lei de 23/11/1841.



DOM PEDRO II por volta de 1891

Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, visconde de Albuquerque: 14 de abril de 1863.

Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, visconde de São Luís do Maranhão: 31 de maio de 1889.

Antônio Paulino Limpo de Abreu, visconde de Abaeté: 11 de setembro de 1883.

Benevenuto Augusto de Magalhães Taques: 16 de outubro de 1881.

Bernardo Pereira de Vasconcelos: 1 de maio de 1850.

Bernardo de Sousa Franco, visconde de Sousa Franco: 8 de maio de 1875.

Caetano Maria Lopes Gama, visconde de Maranguape: 21 de junho de 1864.

Camilo Maria Ferreira Armond, conde de Prados: 11 de agosto de 1882.

Cândido Batista de Oliveira: 26 de maio de 1865.

Cândido José de Araújo Viana, marquês de Sapucaí: 23 de janeiro de 1875.

Carlos Carneiro de Campos, 3º visconde de Caravelas: 28 de abril de 1878.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, visconde de Cavalcanti: 13 de junho de 1899.

Domiciano Leite Ribeiro, visconde de Araxá: 12 de junho de 1881.

Domingos de Andrade Figueira: 15 de agosto de 1910.

Euzébio de Queiroz Coutinho Matoso da Câmara: 7 de maio de 1868.

Filipe Franco de Sá: 8 de março de 1906.

D. Francisco Antônio de Arrábida, bispo de Anemúria: 11 de abril de 1850.

Francisco Belisário Soares de Sousa: 24 de setembro de 1839.

Francisco Cordeiro da Silva Torres e Alvim, visconde de Jerumirim: 8 de maio de 1856.

Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, visconde de Jequitinhonha: 15 de fevereiro de 1870.

Francisco José de Sousa Soares de Andréia, barão de Caçapava: 2 de outubro de 1858.

Francisco de Paula Negreiros Saião Lobato, visconde de Niterói: 14 de junho de 1884.

Francisco de Paula Sousa e Melo: 16 de agosto de 1851.

Francisco de Sales Torres Homem, visconde de Inhomirim: 3 de junho de 1876.

Gaspar da Silveira Martins: 23 de julho de 1901.

Henrique de Beaupaire Rohan, visconde de Beaupaire Rohan: 19 de julho de 1894.

Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná: 3 de setembro de 1856.

Jerônimo José Teixeira Júnior, visconde do Cruzeiro: 26 de dezembro de 1892.

João Alfredo Correia de Oliveira: 6 de março de 1919.

João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, visconde de Sinimbu: 22 de dezembro de 1906.

João Lustosa da Cunha Paranaguá, 2º marquês de Paranaguá: 9 de fevereiro de 1912.

João Paulo dos Santos Barreto: 1 de novembro de 1864.

Joaquim Delfino Ribeiro da Luz: 3 de junho de 1903.

Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí: 8 de janeiro de 1872.

Joaquim Raimundo de Lamare, visconde de Lamare: 10 de junho de 1889.

José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente: 20 de fevereiro de 1878.

José Antônio da Silva Maia: 3 de outubro de 1853.

José Bento da Cunha Figueiredo, visconde de Bom Conselho: 14 de outubro de 1891.

José Caetano de Andrade Pinto: 24 de março de 1885.

José Carlos Pereira de Almeida Torres, visconde de Macaé: 25 de abril de 1856.

José Cesário de Miranda Ribeiro, visconde de Uberaba: 7 de maio de 1856.

José Clemente Pereira: 10 de março de 1854.

José da Costa Carvalho, marquês de Monte Alegre: 18 de setembro de 1860.

José Ildefonso de Sousa Ramos, visconde de Jaguari: 23 de julho de 1883.

José Joaquim de Lima e Silva, visconde de Magé: 24 de agosto de 1855.

José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco: 1 de novembro de 1880.

José Pedro Dias de Carvalho: 26 de julho de 1881.

José da Silva Costa: 10 de fevereiro de 1923.

José Tomás Nabuco de Araújo: 19 de março de 1878.

José Vieira Couto de Magalhães: 16 de setembro de 1898.

Lafayette Rodrigues Pereira: 29 de janeiro de 1917.

Luís Alves de Lima, duque de Caxias: 7 de maio de 1880.

Luís Antônio Vieira da Silva, visconde de Vieira da Silva: 3 de novembro de 1889.

Luis Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro: 12 de agosto de 1886.

Manuel Alves Branco, 2º visconde de Caravelas: 13 de julho de 1855.

Manuel Antônio Duarte de Azevedo: 9 de novembro de 1912.

Manuel Antônio Galvão: 21 de março de 1850.

Manuel Felizardo de Sousa e Melo: 16 de agosto de 1866.

Manuel Francisco Correia: 11 de julho de 1905.

Manuel Pinto de Sousa Dantas: 29 de janeiro de 1894.

Manuel Vieira Tosta, marquês de Muritiba: 22 de fevereiro de 1896.



A PRINCESA ISABEL
Regente do Império e membro do Conselho de Estado

Martim Francisco Ribeiro de Andrada: 2 de março de 1886.
Martinho Álvares da Silva Campos: 29 de março de 1887.
Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes: 5 de dezembro de 1865.
Miguel de Sousa Melo e Alvim: 8 de outubro de 1855.
Olegário Herculano de Aquino e Castro: 10 de agosto de 1906.
Paulino José Soares de Sousa, visconde do Uruguai: 15 de julho de 1866.
Paulino José Soares de Sousa (filho): 3 de novembro de 1901.
Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda: 7 de junho de 1870.
Pedro Leão Veloso: 2 de março de 1902.

Laurênio Lago

TITULARES PERNAMBUCANOS

Titulares pernambucanos

1. Os irmãos Vieira da Cunha. Barões de Itapissuma e de Araripe.

2. Os que não deixaram descendência:

1º barão de Cimbres
2º barão de Cimbres
Barão de Serinhaem
Visconde de Tabatinga
Barão de Jaboatão
Barão de Exu
Barão de Frecheiras
2º barão de Suassuna.

1. Os irmãos Vieira da Cunha. Barões de Itapissuma e de Araripe.

Tudo o que se tem escrito a respeito dos irmãos Antero e Epaminondas Vieira da Cunha, barões de Araripe e Itapissuma respectivamente, está com enganos e erros lamentáveis.

O *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro* (Lausanne, 1918), na sua página 55, muda o nome do barão de Araripe de Antero para “Antônio” e na p. 218 adultera a palavra Itapissuma para “Itapissuna”.

Grave erro, entretanto, cometeu o sr. Mário Teixeira de Carvalho no seu *Nobiliário Sul-Rio-Grandense* (Porto Alegre, 1937), quando à página 31, escreve:

“O barão de Araripe nasceu em Porto Alegre em 1830, sendo filho de Antônio Vieira da Cunha, falecido nesta capital, em 30 de novembro de 1832, e de sua esposa d. Rita Vieira da Cunha. Por imperial decreto de 20 de março de 1875, foi agraciado com o título de barão de Araripe, em atenção aos assinalados serviços prestados à pátria, por ocasião da guerra com o Paraguai. – *Fontes principais* – Barão de Vasconcelos – *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*, p. 55, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: inventário Antônio Vieira da Cunha; inventariante Rita Vieira da Cunha. Cartório de Órfãos de Porto Alegre. Ano 1833 – nº do feito: 1.113, maço 51, estante 2ª.”

Ora, nem o barão de Araripe chamava-se Antônio, nem nasceu em Porto Alegre em 1830, nem era filho do casal Antônio-Rita Vieira da Cunha, nem foi agraciado por serviços prestados na Guerra do Paraguai.

Antero Vieira da Cunha, nascido em Pernambuco em 1837, filho do casal João Vieira da Cunha-Maria das Neves Carneiro da Cunha, foi agraciado com o título de barão de Araripe, em 20 de março de 1875, “*atendendo ao relevante serviço que prestou à Colônia Orfanológica Isabel, em Pernambuco*”, como se lê no próprio texto do decreto da criação do título.

Recentemente, neste mesmo *Anuário* (ano 1945, VI), foi publicado um trabalho do falecido sr. Escragnolle Dória, intitulado *Relação dos Baronatos*, pp. 7 a 85, tendo o autor afirmado que a sua obra estava “*comprovada por documentos existentes no Arquivo Nacional*” (grifo nosso), do qual fora antigo diretor.

É profundamente lamentável que o sr. Escragnolle Dória tenha invocado essa autoridade de antigo diretor do Arquivo Nacional, que lhe permitiu, então, escrever a sua relação de baronatos, consultando os documentos, isto é, os decretos de criação de títulos. Dizemos lamentável porque o sr. Escragnolle Dória repete todos os enganos existentes no *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*, o que nos permite duvidar que ele tivesse, na verdade, consultado os decretos.

Por exemplo, à página 60 do *Anuário* (1945, VI), escreve ele: “Decreto concedendo o título de barão de Araripe a *Antônio* Vieira da Cunha...” (grifo nosso); e à p. 69: “Decreto concedendo o título de barão de *Itapissuna*” (grifo nosso).

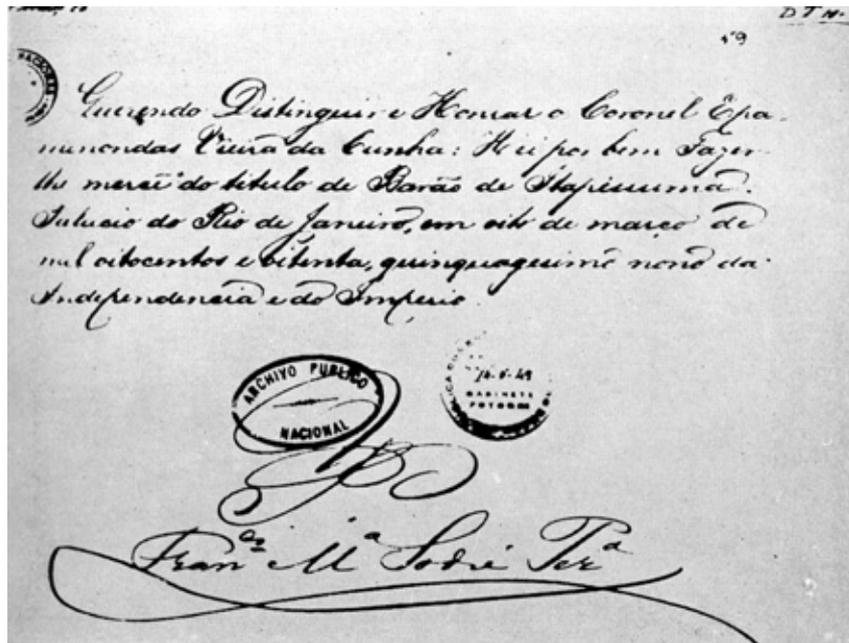
Ora, os imperiais decretos que divulgamos em fac-símile, têm o seguinte teor:

“Atendendo ao relevante serviço que prestou à Colônia Orfanológica Isabel, em Pernambuco, o tenente-coronel Antero Vieira da Cunha; e querendo distingui-lo e honrá-lo: hei por bem fazer-lhe mercê do título de barão de Araripe. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte de março de mil oitocentos e setenta e cinco, quinquagésimo quarto da Independência e do Império. (Assinados) (rubrica do imperador), e João Alfredo Correia de Oliveira”.

“Querendo distinguir e honrar o coronel Epaminondas Vieira da Cunha: hei por bem fazer-lhe mercê do título de barão de Itapissuma. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte de março de mil oitocentos e oitenta, quinquagésimo nono da Independência e do Império. (Assinados) (rubrica do imperador) e Francisco Maria Sodré Pereira”.



Epaminondas Vieira da Cunha
Barão de Itapissuma
(Da coleção de retratos de Titulares
Pernambucanos pertencente ao Autor)



Decreto de criação do título de barão de Itapissuma
(Gentileza do dr. E. Vilhena de Moraes, diretor do Arquivo Nacional)

A família Vieira da Cunha em Pernambuco

Usando as preciosas notas de família, organizadas pelo dr. Antônio Carneiro Vieira da Cunha, podemos dizer que o tronco dos Vieira da Cunha pernambucanos é o português Antônio José Vieira da Cunha, casado com Francisca Vieira da Cunha, estabelecido em Igaráçu, na agricultura e pecuária. Desse casal nasceram 3 filhos:

1. Ten.-cel. João Vieira da Cunha, casado com Maria das Neves Carneiro da Cunha;
2. Manuel Vieira da Cunha, casado com Ana Xavier de Moraes;
3. Antônia, casada com Manuel Nascimento da Cunha Monteiro, sem filhos.

O tenente-coronel João Vieira da Cunha foi um dos potentados da região. A seu respeito, o imperador dom Pedro II, no seu diário sobre a viagem a Pernambuco em 1859, fez as seguintes observações:

“Também achei mandacarus, sendo portanto a terra pouco fértil na maior parte, havendo contudo o engenho importante de Araripe de Baixo que pertence, como os de Araripe do Meio e do de Cima a João Vieira da Cunha, com um belo açude para mover o engenho, e indicando-me o dr. Silvino um espaço onde produz muito bem a mandioca”.

Do seu consórcio com Maria das Neves Carneiro da Cunha, teve 10 filhos:

1. Augusto Vieira da Cunha;
2. Epaminondas Vieira da Cunha, barão de Itapissuma;
3. Olindina, casada com dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha;
4. Maria, casada com seu primo Antônio de Moraes Vieira da Cunha;
5. Antônio Vieira da Cunha, casado com Francisca Wanderley Pereira Lins;
6. Francisca, casada com o coronel João Carneiro Leitão de Melo;
7. Ildfonso Vieira da Cunha, casado com Maria Idalina Gonçalves de Azevedo;
8. Antero Vieira da Cunha, barão de Araripe;
9. Dr. João Vieira da Cunha, casado com sua prima Amélia Vieira da Cunha;
10. Manuel do Nascimento Vieira da Cunha, casado com sua sobrinha Amélia Leopoldina Vieira da Cunha.

O barão de Itapissuma

Nasceu Epaminondas Vieira da Cunha, em 1829, em Pernambuco, segundo filho do casal João-Maria das Neves Vieira da Cunha. Casou-se com sua prima Teresa de Moraes Vieira da Cunha, nascida em 1826.

Foi agraciado com o título de barão de Itapissuma, por decreto de 8 de março de 1880.

A baronesa de Itapissuma faleceu, no Recife, na rua Conde da Boa Vista nº 24 C, em 24 de julho de 1896, sendo sepultada no cemitério de Santo Amaro.

O barão de Itapissuma faleceu no seu engenho Araripe de Baixo, a 29 de junho de 1910.

O barão de Araripe

Antero Vieira da Cunha nasceu em Pernambuco, em 1837, oitavo filho do casal João-Maria das Neves Vieira da Cunha.

Casou-se com sua prima Antônia de Moraes Vieira da Cunha, baronesa de Araripe, falecida no Recife a 3 de outubro de 1890.

Era proprietário dos engenhos Novo, Serra, Pitimbu, Setúbal e Rosário, no município do Cabo; Jundiá-mirim, em Escada; Conceição Velha, em Ipojuca. Possuía um belíssimo sobrado, no Recife, à rua Imperial.

Foi agraciado com o título de barão de Araripe, por decreto de 20 de março de 1875.

Nos autos de inventário da baronesa, aparece a condessa da Boa Vista como devedora da quantia de 5 contos de réis.

O barão de Araripe faleceu a 2 de agosto de 1905.

Descendência do barão de Itapissuma

F1: Amália, casada com Capitulino Cândido Uchôa de Gusmão, com 6 filhos:

N1: Amália.

N2: Maria, falecida.

N3: Olívia, casada com dr. Alfredo de Albuquerque Azevedo, sem descendentes.

N4: Epaminondas, falecido.

N5: Teresa, casada com Otoniel Pereira Dantas, com 4 filhos:

Bn1: Maria do Carmo, casada com Rui Cardoso da Fonte, com dois filhos:

Tn1: Roberto Jorge.

Tn2: Paulo Gilberto.



Antero Vieira da Cunha
Barão de Araripe

(Da coleção de retratos de titulares pernambucanos pertencente ao autor).

Araripe
1905 - 20 de 3-75
Araripe 75

132



Atendendo ao sobranceiro serviço que
presta à Colônia Ophiurologica Inabalum
Cunambuco, o Tenente Coronel Antonio
Nunes da Cunha Grande Distinguido
e Honral: Sei por bem fazer a
criação do título de Barão de Araripe?
Palácio de Pedrozinho, em vinte de março
de mil e setecentos e trinta e cinco, quinquenta
e seis, primeiro quarto da independência e do
Império.



E. Vilhena de Moraes

João Nepomuceno de Moraes

Decreto de criação do título de barão de Araripe
(Gentileza do dr. E. Vilhena de Moraes, diretor do Arquivo Nacional)

Bn2: Bartolomeu, falecido.

Bn3: Lisete, falecida.

Bn4: Graciete.

N6: Manuel, falecido.

F2: Amélia Leopoldina, casada com seu tio Manuel do Nascimento Vieira da Cunha, com 9 filhos:

N7: Amélia, casada com seu primo dr. João Vieira da Cunha, com 5 filhos:

Bn5: João Vieira da Cunha, casado com Antônia Vieira de Castro, com 4 filhos:

Tn3: Lindalva.

Tn4: Lindemberg.

Tn5: Lindinario.

Tn6: Lindinalvo.

Bn6: Manuel Vieira da Cunha, casado com Carmelita Maria, com 7 filhos:

Tn7: Ernesto.

Tn8: Lauricéia.

Tn9: Marlene.

Tn10: Zenilda.

Tn11: Maria da Conceição.

Tn12: Bartolomeu José.

Tn13: José Balduino.

Bn7: Severino Vieira da Cunha, casado com Iraci de Andrade, com 2 filhos:

Tn14: Diógenes.

Tn15: Dicebes.

Bn8: Maria Amélia, solteira.

Bn9: Maria, casada com Antônio Barbosa de Sousa, com 1 filho:

Tn16: Severino.

N8: Epaminondas Vieira da Cunha.

N9: Teresa, falecida.

N10: Maria, falecida.

N11: João, falecido.

N12: Cornélio, falecido.

N13: Dr. Lívio Vieira da Cunha, casado com Lucila Moreira, com 4 filhos:

Bn10: Genura.

Bn11: Celina, casada com dr. Antônio Cesário Melo, médico, com 1 filho:

Tn17: Marcus Antônio.

Bn12: Demourier Vieira da Cunha.

Bn13: dr. Juarez Vieira da Cunha, advogado.

- N14: Lilia, casada com seu primo José Vítor de Moraes Pinheiro, com 3 filhos:
Bn14: Ana, falecida.
Bn15: Maria Anunciada, casada com Jaime Coutinho Dias, com 1 filho:
Tn18: Elísio.
Bn16: Elísio Pedro.
- N15: Licínia, casada com seu primo coronel Augusto da Cunha Moraes Pinheiro, com 6 filhos:
Bn17: Maria José, falecida.
Bn18: Severina, casada com Jaime de Alemão Cisneiros, sem filhos.
Bn19: José, falecido.
Bn20: Aurora, falecida.
Bn21: Severino, falecido.
Bn22: Paulo, falecido.
- F3: dr. João de Moraes Vieira da Cunha, médico, casado com sua prima Maria Leitão de Melo, com 8 filhos:
N16: Maria, casada com dr. Henrique Livino de Almeida Cunha, sem filhos.
N17: Teresa, casada com Joaquim Carpinteiro Peres, sem filhos.
N18: dr. João de Moraes Vieira da Cunha, médico, casado com Anita Carneiro de Albuquerque Maranhão, com 4 filhos:
Bn23: Maria Ana, casada com Gustavo Brito e Silva, com 3 filhos:
Tn19: Renato.
Tn20: Roberto.
Tn21: Moema.
Bn24: Valdemar Vieira da Cunha, casado com Helena Lima. Filhos:
Tn22: Fernando.
Tn23: Marilena.
Bn25: Jorge Vieira da Cunha, casado com Ilca Celano Mufarrey.
Bn26: João Vieira da Cunha, casado com Maria das Graças Oliveira.
- N19: Francisca, casada com dr. Celso Amâncio Ramalho, com 2 filhos:
Bn27: Zuleica.
Bn28: Maria.
- N20: Natália, falecida.
N21: Amália, falecida.
N22: Ester, falecida.
N23: Ivo, falecido.

- F4: Teresa, casada com dr. Galdino Eudócio de Brito, sem descendência.
F5: Maria, casada com dr. Augusto da Costa Gomes, médico, com 8 filhos:
 N24: Maria, falecida.
 N25: Augusto da Costa Gomes, casado com Rita Batista, com 5 filhos:
 Bn29: Iracema.
 Bn30: Édson.
 Bn31: Inalda.
 Bn32: Ivete.
 Bn33: Ivone.
 N26: Ema.
 N27: Dolores.
 N28: dr. Amadeu da Costa Gomes, casado com Amélia Vilarés, com 1 filho:
 Bn34: Ivo Maria.
 N29: Aurora, casada com Domingos Dias da Costa, com 2 filhos:
 Bn35: Antônio.
 Bn36: Manuel.
 N30: Mercedes.
 N31: Haidéia, freira (Irmã Maria do Divino Coração).

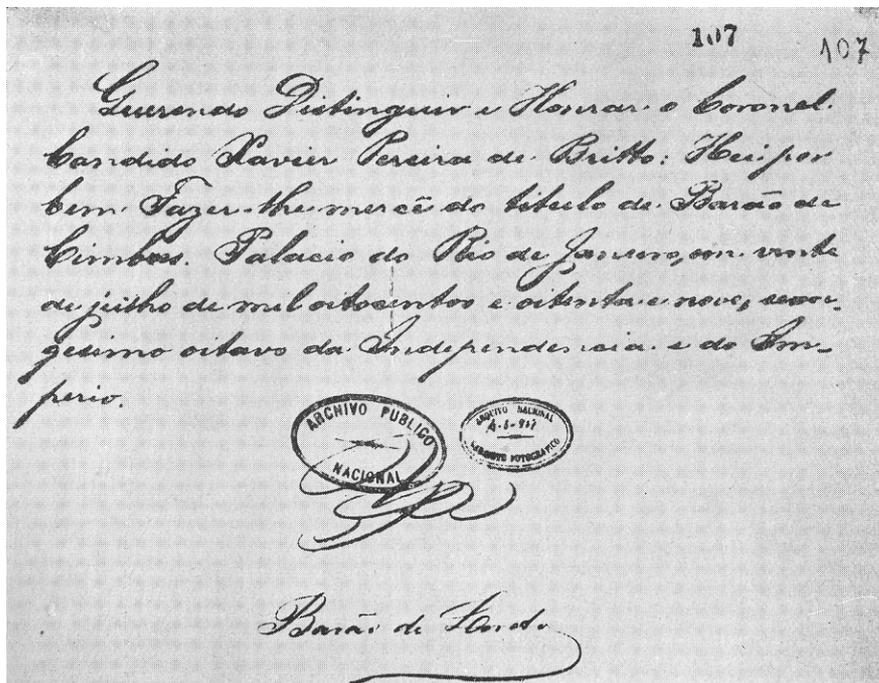
Descendência do barão de Araripe

- F1: coronel João Vieira da Cunha, casado com Júlia Carneiro Rodrigues Campelo, com 12 filhos:
 N1: Francisco, falecido.
 N2: dr. Antônio Vieira da Cunha, médico, casado com Maria Benedita Carneiro de Albuquerque Maranhão, com 1 filha:
 Bn1: Eunice, casada com Francisco Floro de Albuquerque Leal, com 2 filhos:
 Tn1: José Augusto.
 Tn2: Helena Maria.
 N3: Joana, casada com Fábio Carneiro de Albuquerque Maranhão, com 2 filhos:
 Bn2: José de Albuquerque Maranhão, casado com Margarida Maria Rodrigues, com 4 filhos:
 Tn3: Gláucia Maria.
 Tn4: Jane.
 Tn5: Cláudio.
 Tn6: José Fábio.
 Bn3: Antônio de Albuquerque Maranhão, casado com Maria José Lima, sem filhos.

- N4: dr. Antero Vieira da Cunha, casado com Angelina de Queiroz Monteiro, com 4 filhos:
Bn4: Olavo Vieira da Cunha.
Bn5: Otávio Vieira da Cunha, casado com Maria de Lourdes Monteiro, com 1 filho:
Tn7: Rosene.
Bn6: Odete, casada com Roberto de Carvalho.
Bn 7: Olga, casada com o dr. Eraldo Gueiros, com 3 filhos:
Tn8: Cláudio.
Tn9: Álvaro.
Tn10: Valério.
- N5: Maria Luisa, casada com o seu cunhado, em segundas núpcias, Rodolfo Nascimento, sem filhos.
- N6: dr. João Vieira da Cunha, casado com Ester Rufino Gentil da Fonseca, com 3 filhos:
Bn8: Paulo Vieira da Cunha, casado com Maria Helena França da Costa, com 2 filhos:
Tn11: Luís Carlos.
Tn12: Helena Maria.
Bn9: Fernando Vieira da Cunha.
Bn10: Gilberto Vieira da Cunha.
- N7: Júlia, casada com o seu cunhado, em segundas núpcias, Fábio Carneiro de Albuquerque Maranhão, com 13 filhos:
Bn11: Paulo de Albuquerque Maranhão.
Bn12: Maria do Carmo.
Bn13: Maria Dulce.
Bn14: Humberto de Albuquerque Maranhão, casado com Galba Tavares Lobo.
Bn15: Helena.
Bn16: Jerônimo.
Bn17: Maria de Lurdes.
Bn18: Lúcia.
Bn19: Regina.
Bn20: Teresa.
Bn21: Paulo.
Bn22: Jorge.
Bn23: Armando.
- N8: dr. Filipe Vieira da Cunha, casado com Carolina Rufino Gentil da Fonseca, com 4 filhos:
Bn24: Maria de Lurdes.
Bn25: Maria do Carmo.
Bn26: Roberto.
Bn27: Filipe.
- N9: dr. José Vieira da Cunha, engenheiro, casado com Valery Wimmer, com 2 filhos.
Bn28: Silvia.
Bn29: Edgard.



Cândido Xavier Pereira de Brito, 2º barão de Cimbres
Reprodução de um daguerreótipo pertencente ao
dr. Eurico Brito de Oliveira Andrade)
(Da coleção de retratos de Titulares
Pernambucanos, pertencente ao autor)



(Original existente no Arquivo Nacional. Gentileza do
dr. E. Vilhena de Moraes, seu diretor)

...do Distinguido e Honrado Domingos e Malaguinas d' i tyua d
...Tomara. ...por bem ...the e thecã de ...de Barão
...bridos, em ...do. ...do Rio de Janeiro em ...hum
...de ...mil ...centas e ...e ...e ...segundo da
...e do ...

ARQUIVO PUBLICO
M. ...

(S. J. ...)

Decreto Imperial criando o título de barão de Cimbres
(Original existente no Arquivo Nacional - Gentileza do dr. E. Vilhena de Moraes, seu operoso diretor)

- N10: Rosa, casada com Rodolfo Nascimento, com 3 filhos:
Bn30: Bernadete.
Bn31: Maria do Carmo.
Bn32: Geraldo.
- N11: Manuel Vieira da Cunha, casado com Hilda Rios Sousa da Fonseca, com 5 filhos:
Bn33: Rosenira.
Bn34: Dilermando.
Bn35: José Manuel.
Bn36: Marcus Antônio.
Bn37: Maria Inês.
- N12: Joaquim, falecido.
- F2: Manuel do Nascimento Vieira da Cunha, casado com Paula Argentina Cavalcanti de Albuquerque, com 8 filhos:
N13: Manuel, falecido.
N14: Maria.
N15: dr. Manuel Vieira da Cunha.
N16: Antônia, falecida.
N17: Joana.
N18: dr. Antero Vieira da Cunha, casado com Alíria Coutinho, sem filhos.
N19: Maria da Conceição, casada com o dr. Bianor Marques Batista, falecido, sem filhos.
N20: dr. Antônio Cavalcanti Vieira da Cunha, casado com Maria Marques com 4 filhos:
Bn38: Fernando, falecido.
Bn39: Fernando, falecido.
Bn40: Maria Carmem.
Bn41: Antônio Paulo.
- F3: Maria das Neves, casada com o tenente-coronel Francisco Pedro Boulitreau, com 1 filho:
N21: dr. Francisco Boulitreau, engenheiro, casado com Helena Ferraz de Abreu, com 1 filha:
Bn42: Vera, casada com J. Félix Pereira, com 2 filhos:
Tn13: Luís.
Tn14: Marita.
- F4: dr. Nominando Vieira da Cunha, formado por uma universidade alemã, falecido solteiro.

2. Os que não deixaram descendência

O 1º barão de Cimbres

Do 1º barão de Cimbres, Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, existem biografias escritas por Pereira da Costa e Oliveira Lima. Nasceu no Recife, a 3 de novembro de 1788, filho

do português José Estevão de Aguiar e da pernambucana Maria do Sacramento Pires Ferreira. Seu pai era comerciante abastado, o que lhe possibilitou adquirir uma instrução vasta para a época. Em 1804, era aluno do seminário de Olinda e em 1807 achava-se cursando a Universidade de Coimbra, quando ocorreu a invasão napoleônica, o que o obrigou a regressar ao Recife. Em viagens de estudos, em 1811, seguiu para a Inglaterra a fim de diplomar-se em matemática. Agricultor a princípio, e depois funcionário da alfândega, na revolução de 1817 teve parte saliente, como secretário da missão diplomática enviada aos Estados Unidos, graças ao seu conhecimento de línguas, inclusive o inglês, como salienta Oliveira Lima.

“Preciosa coadjuvação” do “secretário e intérprete”, escreve o cronista revolucionário Dias Martins. Sabemos que as finalidades desta missão diplomática – obter o reconhecimento da nova República pernambucana por parte da América do Norte, comprar armamentos e contratar mercenários (oficiais bonapartistas) – redundaram num fracasso completo, não por descaso dos pernambucanos, mas por falta de confiança na vitória dos revolucionários. Os ofícios escritos em inglês, francês, português e espanhol, para o presidente James Monroe, não encontraram eco algum.

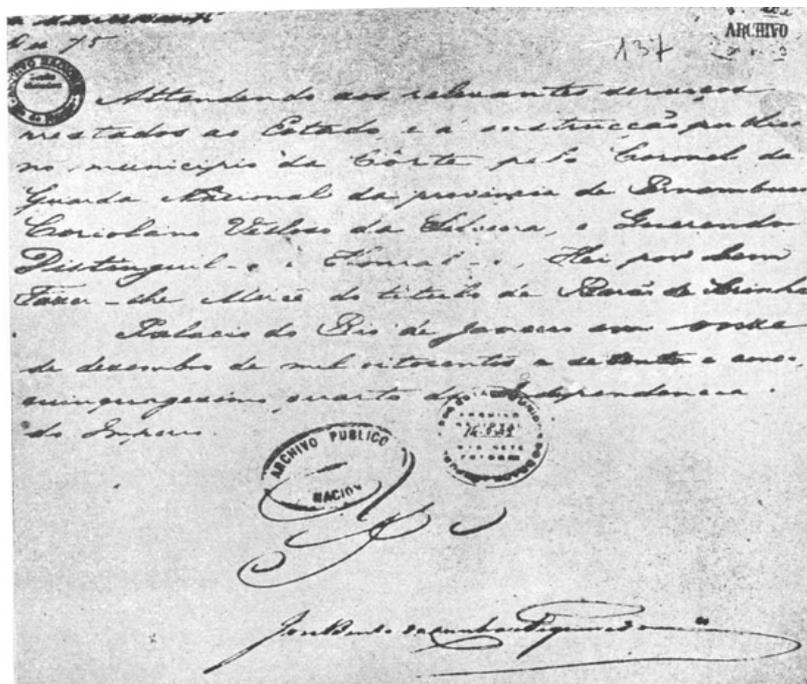
Dos Estados Unidos, Domingos Malaquias seguiu para a Inglaterra e França, onde reiniciou seus estudos, diplomando-se pelo “Collège de France” em ciências naturais. Em 1820, regressa ao Recife: contrai matrimônio com sua prima Joaquina Angélica, filha do seu tio materno dr. João de Deus Pires Ferreira e de sua esposa Joaquina Angélica Rosa Pires Ferreira.

Com a vitória do movimento constitucionalista do Porto, de que resultou a convocação das cortes de Lisboa, foi eleito deputado por Pernambuco, juntamente com outras figuras salientes do seu tempo, como Araújo Lima (o futuro marquês de Olinda) e Muniz Tavares (o historiador de 1817). Mais tarde, é eleito deputado à Assembléia Geral do Império, na sua 1ª legislatura (1826-1829) numa representação pernambucana, onde brilham as figuras dos futuros marquês de Olinda, viscondes de Albuquerque e Maranguape e barão de Itamaracá.

É nomeado inspetor da alfândega do Recife, e várias vezes vice-presidente da província, tendo assumido o governo em 1848, a 17 de junho.



Coriolano Veloso da Silveira, barão de Serinhaem
(Da coleção de retratos de Titulares
Pernambucanos, pertencente ao autor)



Decreto imperial criando o título de barão de Serinhaem
(Gentileza do dr. E. Vilhena de Moraes, diretor do Arquivo Nacional)

Em 1849, recebeu duas mercês imperiais: a 20 de abril, o oficialato da Ordem da Rosa, e a 20 de novembro a comenda da Imperial Ordem de Cristo. A 21 de outubro de 1853, foi agraciado com o título de barão de Cimbres, sendo o decreto do seguinte teor:

“Querendo distinguir e honrar a Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira: Hei por bem fazer-lhe mercê do título de barão de Cimbres, em sua vida. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte um de outubro de mil oitocentos e cinquenta e três, trigésimo segundo da Independência e do Império”.

Achavam-se os imperadores no Recife, na sua 1ª visita no ano de 1859, quando a 10 de dezembro ocorreu o falecimento do barão de Cimbres. Encontramos, no *Diário de Pernambuco*, entre o vasto noticiário das festas em homenagem aos soberanos, a grande notícia biográfica de Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, seu desenvolvido necrológico, fonte onde se inspiraram, certamente, Pereira da Costa e Oliveira Lima.

A baronesa de Cimbres faleceu anos depois, a 7 de maio de 1868, no Recife. Conforme declarou no seu testamento, não deixou ascendentes nem descendentes. Foram seus herdeiros: sua sobrinha Elisa Angélica da Costa, filha dos primos Bento José da Costa e Emília Júlia Pires Ferreira; seus sobrinhos José Tomás de Aguiar Júnior e Joana Maria Ricarda de Aguiar (casada com o dr. José César Nabuco de Araújo), filhos do seu cunhado e primo José Tomás de Aguiar e de sua primeira esposa Joana Ricarda Marcelina Seixas; suas sobrinhas Isabel Maria e Joaquina, filhas do mesmo cunhado José Tomás de Aguiar e de sua segunda esposa Isabel Maria dos Anjos Ribeiro de Aguiar. Foi seu testamenteiro o comendador José Pires Ferreira. Um único bem de raiz: o engenho Algoduais.

O 2º barão de Cimbres

Cândido Xavier Pereira de Brito é o 2º barão de Cimbres. Seu pai é o dr. Francisco Xavier Pereira de Brito, médico formado em Coimbra e figura ligada aos movimentos revolucionários pernambucanos, com biografia traçada por Pereira da Costa e incluído pelo padre Dias Martins no seu livro *Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade*.

Nasceu o dr. Francisco Xavier Pereira de Brito no Recife, a 17 de novembro de 1786, filho de João Pereira de Brito e Ana Carneiro da Cunha. Formado em medicina pela Universidade de Coimbra, em 1810, estabeleceu-se no Recife, onde logo granjeou vasta clínica, sendo apontado como um dos melhores médicos da época. Comprometido na revolução de 1817, esteve preso de 6 de abril de 1818 a 10 de outubro do mesmo ano. Na Confederação do Equador também foi participante. Ocupou os seguintes cargos profissionais: médico do Tribunal de Relação, médico do Hospital Militar e delegado do físico-mor do Império em Pernambuco.

Quanto a posições políticas, foi vereador da Câmara Municipal do Recife, deputado à assembléia provincial (de 1835 a 1844) e deputado à Assembléia Geral do Império na 2ª legislatura (1830 a 1833). Em 1843, foi agraciado com a comenda da Ordem de Cristo. Faleceu a 31 de julho de 1844. No *Diário de Pernambuco* de 9 de agosto de 1844, lê-se um longo necrológio.

Casou-se o dr. Pereira de Brito, em 1814, com Maria Cordeiro Muniz Falcão, deixando uma descendência de dez filhos: Cândido Xavier, o 2º barão de Cimbres; dr. Caetano Xavier, médico, casado com Ana Lacerda, com descendência; dr. Antônio Agripino Xavier, médico, casado sem descendência, fixado no Rio de Janeiro; Maria Carolina, casada com descendência; Arminda, casada com o afamado médico da época dr. Cosme de Sá Pereira; dr. Francisco Xavier, médico, fixado no Rio Grande do Norte; Adriano Xavier; tenente José Xavier; Aureliano Xavier; Adelaide Teodolinda, casada. Todos Xavier Pereira de Brito.

Quando o barão de Cimbres fez o seu testamento, a 11 de julho de 1893, declarou que já eram falecidos seus irmãos Francisco, Adriano, José, Aureliano e Adelaide.

Poucos meses antes da mudança do regime, foi agraciado com o título nobiliárquico, cujo decreto é do seguinte teor:

“Querendo distinguir e honrar o coronel Cândido Xavier Pereira de Brito: Hei por bem fazer-lhe mercê do título de barão de Cimbres. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte de julho de mil oitocentos e oitenta e nove, sexagésimo oitavo da Independência e do Império”.



Domingos Francisco de Sousa
Leão, visconde de Tabatinga



Umbelino de Paula de Sousa Leão,
barão de Jaboatão

(Da coleção de retratos de Titulares Pernambucanos, pertencente ao autor).

Seu falecimento foi a 10 de janeiro de 1894, com 72 anos de idade, na cidade do Recife, na residência do seu cunhado doutor Cosme de Sá Pereira, à estrada dos Remédios, sendo sepultado no dia seguinte no cemitério de Santo Amaro.

Senhor da fazenda Croatá, antigo município de Cimbres (na então província de Pernambuco), era o chefe do partido liberal, nesta vasta região, gozando de enorme prestígio político.

Solteiro, sem descendentes, por testamento, legou toda sua fortuna aos sobrinhos e afilhados. Diversas são suas disposições, curiosas algumas, revelando em todas um espírito metódico, religioso, caritativo.

Se falecer na sua fazenda Croatá, quer ser sepultado na capela do engenho Genipapo (Cimbres). Os pedidos de missas fúnebres são: 200 por sua alma, 50 pelas de seus pais e irmãos falecidos, e 20 pela de Antônio do Amaral Leão. Determina que se façam as seguintes esmolas, logo que falecer a um ano após: 300\$000 distribuídos entre viúvas e órfãos.

A quantia de 2:000\$000 é destinada à construção de um cemitério na cidade de Pesqueira, para que todos os pobres falecidos na paróquia de Santa Águeda, sejam enterrados gratuitamente.

Aos seus antigos escravos faz várias doações: 200\$000 para Bernardo, 100\$000 para Viriato, 100\$000 para Afonso, e 50\$000 para Fábio.

À sua comadre d. Cândida Campelo Falcão lega as imagens de Santo Antônio, São Benedito e Santa Luzia. Ao compadre Antônio Severino de Melo Falcão faz presente do seu relógio e corrente de ouro, e autoriza a escolher o que desejar de seus bens móveis.

Para sua irmã Arminda, deixa suas porcelanas e a prataria.

Seus testamenteiros foram o dr. Cosme de Sá Pereira, doutor Estanislau Ferreira de Carvalho e José de Sá Pereira.

O barão de Serinhaem

Coriolano Veloso da Silveira, senhor do Engenho Ribeirão, nasceu a 25 de dezembro de 1824 e faleceu, no Recife, a 14 de julho de 1889, sendo a sua causa-mortis linfatismo (sic).

Seu pai é o coronel José Pedro Veloso da Silveira, o célebre Zé Pedro das Lages, como era conhecido na vida política o autoritário senhor do engenho Lages (município de Escada).

Segundo o manuscrito do dr. Ambrózio Machado da Cunha Cavalcanti, *Lembranças e apontamentos*, a família Veloso da Silveira tem seu tronco no casal Diogo Veloso da Silveira e Margarida Veloso da Silveira, pais de José Veloso da Silveira casado com Maria Francisca de Jesus (esta filha de Joaquim de Oliveira Godinho e Maria Francisca de Jesus).

Nas notas de família de Antônio Marques de Holanda Cavalcanti, encontramos a descendência do casal José Veloso da Silveira e Maria Francisca de Jesus, onde figuram a viscondessa de Utinga – Antônia, a baronesa de Pirangi – Ana, e José Pedro, casado com Maria Honória Veloso da Silveira.

Casou-se Coriolano Veloso da Silveira com Maria Líbia Wanderley, baronesa de Serinhaem, nascida em 15 de junho de 1841 e falecida a 19 de outubro de 1924.

O decreto imperial que o agraciou com o título nobiliárquico é o seguinte:

“Atendendo aos relevantes serviços prestados ao Estado e à instrução pública no município da corte pelo coronel da guarda nacional da província de Pernambuco Coriolano Veloso da Silveira, e querendo distingui-lo e honrá-lo: hei por bem fazer-lhe mercê do título de barão de Serinhaem. Palácio do Rio de Janeiro em onze de dezembro de mil oitocentos e setenta e cinco, quinquagésimo quarto da Independência e do Império”.

Espírito progressista, por sua iniciativa, foi construída a estrada de ferro Ribeirão a Bonito, de cuja empresa era o gerente.

Muito caridoso, fazia parte da junta diretora da Santa Casa de Misericórdia, e foi durante certo tempo mordomo do hospital dos Lázarus, onde realizou importantes melhoramentos e fez apreciáveis donativos.

Possuía as comendas da Ordem da Rosa e a de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (Portugal).

A baronesa faleceu no Recife, em sua residência à Rua da Paz (Afogados), sendo sepultada no cemitério de Santo Amaro.

Os restos mortais do barão acham-se no túmulo de família do cel. José Pedro, no mesmo cemitério.

O visconde de Tabatinga

Domingos Francisco de Sousa-Leão nasceu a 28 de julho de 1816, filho do cel. Francisco Antônio de Sousa-Leão e de Maria da Penha Pereira da Silva, cuja descendência de doze filhos forma o denominado ramo Timbó da casa de Gurjaú, em que se bifurca a família Sousa-Leão (casas do Maranhão e do Gurjaú).

Era senhor do engenho Tabatinga, comendador da Ordem da Rosa e deputado à assembléia provincial nas legislaturas 22 a 26.

Em 10 de abril de 1867, foi agraciado com o título de barão de Tabatinga:

“Querendo distinguir e honrar a Domingos Francisco de Sousa Leão, hei por bem fazer-lhe mercê do título de barão de Tabatinga. Palácio do Rio de Janeiro, em dez de abril de mil oitocentos e sessenta e sete, quadragésimo sexto da Independência e do Império”.

Foi elevado a visconde de Tabatinga, por decreto de 5 de maio de 1883.

Casou-se em 1^{as} núpcias com sua prima Inês Escolástica de Sousa-Leão, irmã do barão de Morenos, do visconde de Campo Alegre e do senador Luís Filipe. A baronesa de Tabatinga faleceu sem deixar descendentes. Do seu testamento, destacamos o seguinte trecho: “Quero que se mande dizer as seguintes capelas de missas: uma pela minha alma, outra pela de meus pais, outra pela de meus irmãos, e meia pela de meus escravos e dos de meu irmão José Filipe”.

Em julho de 1880, o barão de Tabatinga contraiu segundas núpcias com Francisca Alexandrina de Albuquerque Melo, filha do capitão José Lúcio de Albuquerque Melo.

Residia à rua da Aurora, no belo palacete que ostenta na fachada o brasão de armas da sua família, e que mais tarde foi adquirido pelo seu primo o barão de Gurjaú.

O visconde faleceu a 2 de janeiro de 1893 (causa-mortis: arteriosclerose), sendo sepultado no dia imediato no cemitério de Santo Amaro.

A viscondessa faleceu no Rio de Janeiro, a 12 de outubro de 1897, com 42 anos. Também não houve filhos dessa segunda núpcias.

O barão de Jaboatão

Umbelino de Paula de Sousa Leão era filho de Antônio de Paula de Sousa-Leão, senhor dos engenhos Matas e Tobé, casado com Teresa Vitorina Bezerra da Silva Cavalcanti, de quem teve nove filhos, que formam o ramo Matas da casa de Gurjaú: Antônio de Paula, João, Inácio Joaquim (barão de Sousa-Leão), Umbelino de Paula (barão de Jaboatão), Rita Francisca, Francisca (viscondessa de Campo Alegre), Teresa, Luísa Francisca e Adelina.

Era senhor dos engenhos Matas e Bom Jardim. Major da guarda nacional. Só ocupou cargos políticos no seu município, tendo sido presidente da Câmara Municipal do Cabo.

Casou-se com sua prima Francisca de Paula, filha do coronel Francisco Antônio de Sousa-Leão e Maria da Penha Pereira da Silva, irmã do visconde de Tabatinga e da primeira esposa do barão de Morenos.

Foi agraciado com o título de barão de Jaboatão, por decreto de vinte nove de março de 1873:

“Querendo distinguir e honrar o major Umbelino de Paula de Sousa Leão, hei por bem fazer-lhe a mercê do título de barão de Jaboatão. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e nove de março de mil oitocentos e setenta e três, quinquagésimo segundo da Independência e do Império”.

Faleceu o barão de Jaboatão a 14 de agosto de 1902. Do seu testamento, transcrevemos o seguinte trecho: “Com a referida herança imponho o encargo de conservar e zelar a capela do dito engenho (Santo Antônio das Matas), fazendo nela celebrar-se todos os anos ao menos quatro missas, sendo uma a 13 de junho, dia de Santo Antônio seu orago, outra a 8 de dezembro dedicada à excelsa Mãe de Deus, outra no 1º de abril em tenção da alma de meu pai, e outra finalmente a 18 de dezembro em tenção da alma de minha mãe”.

A baronesa de Jaboatão faleceu, repentinamente, às 2 horas de 24 de abril de 1913, no Recife, à Rua do Rio nº 35 (Torre), residência da sua sobrinha, afilhada e filha adotiva, d. Umbelina de Sousa Leão Cavalcanti. Contava 90 anos de idade. Foi sepultada no mesmo dia no Cemitério de Santo Amaro.



Gualter Martiniano de Alencar Araripe, barão de Exu
(Gentileza do dr. Antônio de Alencar Araripe)

(Da coleção de retratos de Titulares Pernambucanos pertencente ao autor).

67

Excellendo Distinguido e Honravelissimo
Martimiano de Almeida Moraes Vis. por honra
V. am. the muni. do Titulo de Barão de Exu.
Palacio do Rio de Janeiro, aos quinze de
setembro de mil oitocentos e oitenta e oito, congregate
nos termos da Independencia e do Imperio.



José Fernandes, do Cart. de Exu.

Decreto Imperial criando o título de barão de Exu
(Gentileza do dr. E. Vilhena de Moraes)

O barão do Exu

Gualter Martiniano de Alencar Araripe foi agraciado com o título de barão do Exu, por decreto imperial de 15 de novembro de 1888:

“Querendo distinguir e honrar a Gualter Martiniano de Alencar Araripe: hei por bem fazer-lhe mercê do título de barão do Exu. Palácio do Rio de Janeiro, em quinze de novembro de mil oitocentos e oitenta e oito, sexagésimo sétimo da Independência e do Império”.

Graças à cooperação valiosa do dr. Antônio de Alencar Araripe, advogado em Crato (Ceará) e ilustre deputado federal, conseguimos cópia do testamento do barão do Exu: “Em nome do Padre, do Filho e Espírito Santo. Eu, Gualter Martiniano de Alencar Araripe, achando-me em perfeita saúde e juízo, faço o meu testamento da forma seguinte: Declaro que sou natural desta freguesia do Senhor Bom Jesus dos Aflitos do Exu, filho legítimo do capitão Luís Pereira de Alencar e d. Ana Joaquina de Carvalho, já falecidos. Declaro que sou casado à face da Igreja com Alexandrina Leite de Alencar Araripe, de cujo consórcio não tive filho algum, por conseguinte não tenho herdeiro forçoso. Declaro que se morrer nesta freguesia, ou em outra qualquer em distância possível, quero ser sepultado na capela do glorioso São João Batista do Araripe, para o que tenho licença do reverendíssimo e excelentíssimo bispo diocesano deste bispado, e para toda minha família, como se verá dos meus papéis, e serei amortalhado conforme quiserem minhas herdeiras, parentes e amigos. Declaro que estabeleço por minha herdeira e primeira testamenteira a minha mulher Alexandrina Leite de Alencar Araripe. Declaro que estabeleço por meus testamenteiros, em segundo lugar, a Canuto José Peixoto e seu irmão José Peixoto da Silva. Declaro que a minha meação ficará pertencendo à minha mulher Alexandrina Leite de Alencar Araripe, e por morte desta passará à minha única sobrinha e filha adotiva Maria Carlina de Alencar Alexandrina, filha legítima de meu primo e compadre Canuto José Peixoto e de minha sobrinha, afilhada e comadre Brasilina Carolina de Alencar, sendo em tudo para fazer o gosto de seus pais e não injuriar minhas cinzas, pela confiança que nela deposito e, do contrário, o que Deus não permita, será dividido por todos os

meus sobrinhos legítimos. Declaro que não tenho herdeiro de forma alguma e se alguém se quiser queixar contra esta minha vontade, lego aos meus testamenteiros que, em vista dos meus bens, sustentem este meu testamento, ou façam obra pia de caridade o cumprirem fielmente, assim como peço às justiças de S. M. Imperial que façam cumprir este meu testamento com todas as cláusulas que tiver, ou sem elas, por ser esta a minha última vontade, feita sem constrangimento de pessoa alguma. Declaro que este vai feito por minha letra e firma. Mando que por minha morte se digam tantas missas quantas julgarem meus herdeiros necessárias e na humildade. Mando que seja acabada, da melhor forma possível, a Capela de São João do Araripe, nesta freguesia. Ficam por minha morte forros os escravos velhos que existirem, Domingos Procópio, Joaquina, Herculana e Coleta. Peço às minhas herdeiras, pelo amor de Deus, que nunca deixem para a Matriz do Bom Jesus dos Aflitos desta freguesia, a capela do glorioso São João Batista do Araripe, festejando e adornando com toda a decência possível e não se esqueçam de fazer, por minha morte, a caridade possível àquelas pessoas dignas de merecerem. Gameleira, na Vila do Exu, 2 de abril de 1878, (a) *Gualter Martiniano de Alencar Araripe*”.

Nasceu o barão do Exu na Fazenda Caiçara, município de Exu (então província de Pernambuco), a 18 de junho de 1822, filho de Luís Pereira de Alencar e de Ana Pereira de Carvalho.

Luís Pereira de Alencar era filho de Joaquim Pereira de Alencar, e neto de Leonel de Alencar Rego (um dos três irmãos portugueses, que formam os troncos da família Alencar no Brasil), conforme informações genealógicas do falecido historiador cearense dr. João Nogueira. Convém, ainda, salientar que o pai de barão do Exu era irmão da muito famosa d. Bárbara de Alencar.

Casou-se 1ª vez, Gualter Martiniano com Jacinta Xavier de Carvalho, na cidade de Jardim (Ceará), Em segundas núpcias, com Alexandrina Ferreira Leite, baronesa do Exu. De ambos os casamentos não teve filhos.

Residia no Sítio Gameleira, onde faleceu a 22 de julho de 1889. A baronesa faleceu a 8 de maio de 1899.

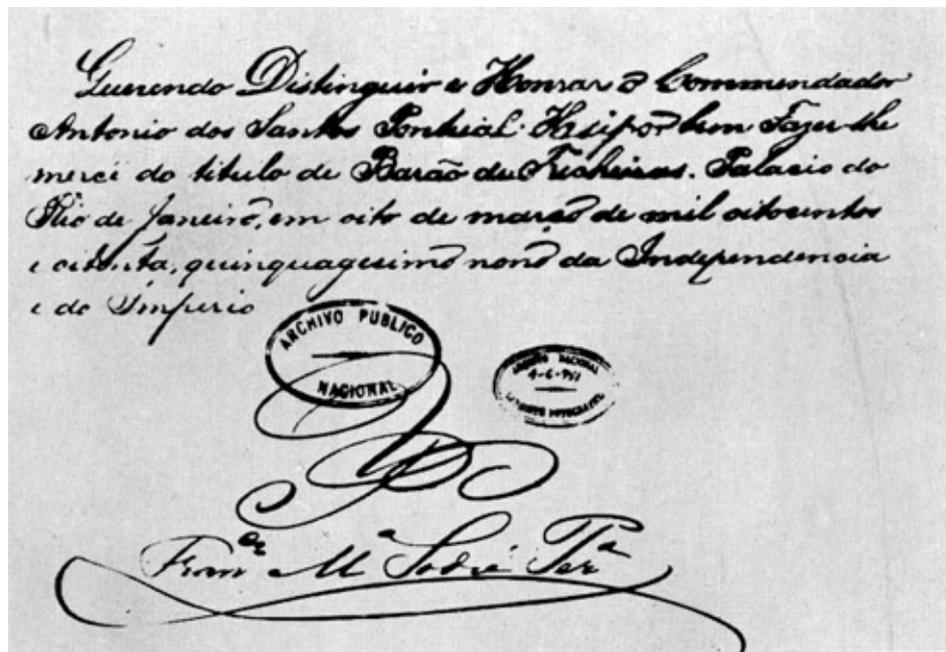


Antônio dos Santos Pontual
Barão de Frecheiras



Francisca da Anunciação Dias dos
Santos Pontual, baronesa de Frecheiras

(Da coleção de retratos de Titulares Pernambucanos, pertencente ao autor)



Decreto imperial criando o título de barão de Frecheiras
(Gentileza do dr. E. Vilhena de Moraes)

O barão de Frecheiras

O português João Manuel Alves Pontual estabeleceu-se no Recife, casando-se com Teresa da Silva Vieira, filha de Antônio José dos Santos, armador de navios na capital pernambucana, e de Feliciano Teresa da Rocha. Esta era filha de José Rodrigues de Sena, dono da sesmaria de Frecheiras, e de Teresa da Silva Vieira.

Entre os filhos do casal João Manuel Alves Pontual e Teresa da Silva Vieira, contam-se: Antônio dos Santos Pontual, barão de Frecheiras; o renomado médico dr. Constâncio Pontual; Samuel Pontual; Bernardino de Sena Pontual, barão de Petrolina.

Nasceu Antônio dos Santos Pontual em 1826. Era senhor do engenho Cabeça de Negro e foi agraciado com o título de barão de Frecheiras, pelo decreto imperial de 8 de março de 1880:

“Querendo distinguir e honrar o comendador Antônio dos Santos Pontual: hei por bem fazer-lhe mercê do título de barão de Frecheiras. Palácio do Rio de Janeiro, em oito de março de mil oitocentos e oitenta, quinquagésimo nono da Independência e do Império”.

Pertencia ao partido liberal e foi vereador à Câmara Municipal de Escada, em 1882, tenente-coronel comandante do 14º batalhão da guarda nacional.

Casado em primeiras núpcias, com Francisca da Anunciação Dias dos Santos, 1ª baronesa de Frecheiras, irmã do barão de Jundiá e de Manuel Antônio dos Santos Dias.

O capitão-mor do Engenho Noruega, figura das mais curiosas do passado pernambucano, Manuel Tomé de Jesus teve uma filha, Maria da Anunciação, que se casou com o major Manuel Antônio Dias. Estes são os pais de Francisca da Anunciação, baronesa de Frecheiras; André Dias de Araújo, barão de Jundiá; e Manuel Antônio dos Santos Dias.

A baronesa de Frecheiras faleceu no Recife, às 15 horas do dia 7 de maio de 1895, em sua residência à Rua da Imperatriz. Contava 60 anos de idade. Seu corpo foi transportado, de trem, para a já então usina Cabeça de Negro, em cuja capela foi sepultada no dia seguinte.

O barão contraiu segundas núpcias, logo após, com Teresa Pontual, filha de Francisco Antônio Pontual e Ana dos Santos Pontual.

Contudo pouco viveu. Em 12 de setembro de 1901, na sua residência à Rua de São João, faleceu o barão de Frecheiras, sendo sepultado no mesmo dia, no cemitério de Santo Amaro.

O 2º barão de Suassuna

Nasceu o dr. Henrique Marques de Holanda Cavalcanti, no engenho Taquara, a 21 de dezembro de 1854, sendo batizado no oratório do mesmo engenho pelo padre Simão de Azevedo Campos. Foram seus padrinhos os seus tios maternos: Florismundo Marques Lins (futuro 2º barão de Utinga) e Antônia Francisca da Silveira Lins.

Nono filho do casal Antônio Marques de Holanda Cavalcanti e Panfila da Silveira Lins. Neto paterno de João Marques Correia da Costa e de Paula Francisca Cavalcanti de Albuquerque. Neto materno de Henrique Marques Lins e Antônia Francisca Veloso da Silveira, visconde e viscondessa de Utinga.

Bacharel pela faculdade de direito do Recife, em 1873.

Casou-se em 22 de outubro de 1881, com sua prima Maria Lins, nascida a 31 de março de 1854, filha do barão da Escada e neta dos viscondes de Utinga.

Deputado à Assembléia Geral do Império, nas legislaturas 18ª, 19ª e 20ª (de 1881 a 1889).

Em 16 de fevereiro de 1889, foi agraciado com o título de barão de Suassuna:

“Querendo distinguir e honrar ao bacharel Henrique Marques de Holanda Cavalcanti: hei por bem fazer-lhe mercê do título de barão de Suassuna. Palácio do Rio de Janeiro, em dezesseis de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e nove, sexagésimo oitavo da Independência e do Império”.

Com o advento da República, abandonou a política militante, entregando-se à administração de suas propriedades rurais, conseguindo grande prosperidade econômica. Era o dono das usinas Mameluco e Limoeirinho.

Tivemos oportunidade de privar da sua amizade, no período de 1932 até sua morte. Seja na casa-grande de Limoeirinho, ou mais tarde em Matapiruma, o barão de Suassuna sempre apre-



Henrique Marques de Holanda
Cavalcanti, 2º barão de Suassuna



Maria Lins Marques de Holanda
Cavalcanti, baronesa de Suassuna

(Da coleção de retratos de Titulares Pernambucanos, pertencente ao autor)

51 31

 Excm^o Sr. D. Henrique de Moraes e Barros
chapel Henrique Marques de Hollanda
malcanti: Hei por bom seg^o a th. n. 1. 1. 1. do Sr.
Arcebispo de S. Paulo. Sabais do
Rio de Janeiro, em dezessete de fevereiro de mil
oitocentos e oitenta e nove, suppleximo oitavo
da Independencia e do Imperio.

 RECEBIMOS
NACIONAL

 RECEBIMOS
NACIONAL

F. V. Vilhena de Moraes

Decreto Imperial criando o título de 2.º barão de Suassuna
(Gentileza do dr. E. Vilhena de Moraes)

sentava o mesmo espírito lúcido, culto, lendo diariamente o jornal parisiense *Le Temps* e a *Revue de Deux Mondes*.

Em 1940, transferiu sua residência para o Recife, adquirindo o palacete da avenida Rosa e Silva, onde a 4 de junho, faleceu a baronesa, sendo sepultada no cemitério de Santo Amaro.

Poucos meses após, em 8 de janeiro de 1941, na mesma residência, o 2º barão de Suassuna expirava, sendo também sepultado no cemitério de Santo Amaro.

Desaparecia, no norte do país, o último titular.

(A concluir proximamente)

Guilherme Auler (pp)

VISITAS DOS IMPERADORES À BAHIA

Visitas dos imperadores à Bahia

Visita de dom Pedro I

A visita de dom Pedro I à Bahia, foi, por certo, devida a um grande motivo: o ardor com que os baianos se bateram pela Independência.

Para o temperamento de nosso primeiro imperador teria sido motivo da maior relevância.

A longa e destemerosa luta dos baianos contra Madeira, comoveu Pedro I. Se a junta da Bahia não reconheceria em dom João poderes para estabelecer regências, deixando assim de reconhecer a autoridade do príncipe, a 3 de novembro de 1821, já os baianos se amotinavam contra o governo local de sentimento lusitano.

E, em consequência das eleições de 2 de fevereiro de 1822, começa a reação efetiva e armada dos baianos. Nenhum membro do governo anterior logrou reeleição, e a nova Junta, sob a presidência de Francisco Vicente Viana, passa a corresponder-se com o príncipe regente. E além de convocar os procuradores, nomeia para o comando das armas o brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, brasileiro e dedicado a dom Pedro. Logo a seguir, porém, chega a notícia de haver sido nomeado a 9 de dezembro, pelas cortes, governador das armas da província, o brigadeiro Luís Inácio Madeira de Melo, ardoroso inimigo dos brasileiros e solidário com a junta anterior. É tentado um entendimento com Madeira pela formação de um conselho de 7 membros do qual participaria Manuel Pedro. Todavia, Madeira rompe logo a combinação, e do choque de armas decorrente, verificam-se quinhentas mortes. No Rio, o príncipe comparece às exéquias das vítimas baianas na igreja de São Francisco de Paula, sendo recebido com vivas no adro do templo.

Não obstante, continua a reação na Bahia. A Câmara, recebendo o decreto que convocara os procuradores, manda registrá-lo e cumpri-lo. A 11 de março, o nascimento da princesa

Januária, serve de pretexto para manifestações de simpatia a dom Pedro.

Madeira recebe um reforço inesperado de 260 praças, da charrua *São José Americano*, em arribada no Salvador, quando retirava para a Europa tropas de Avilez.

Sem embargo, prosseguem os baianos na porfia. Chega a vez do Recôncavo. Santo Amaro manifesta-se. A Vila de São Francisco, a 20 de junho, faz alarde a favor da regência do príncipe, e colhe as adesões de Maragogipe, Inhambupe e Itapicuru. Cachoeira tem à vista uma escuna de guerra portuguesa com armas voltadas para a vila. José Garcia Pacheco e Antônio Galvão, a 24 de junho, reúnem cento e poucos homens armados que, aproveitando-se do encalhe eventual da escuna, a invadem, e levam a melhor na refrega. Um Te-Déum celebra a vitória. Cachoeira então convoca as vilas do interior a enviar seus deputados para eleger junta provisória para em nome de dom Pedro governar a província e fazer frente a Madeira. E o governo se instalaria em fins de agosto.

Entrementes, o príncipe fazia a seguinte proclamação:

“Baianos amigos

O meu amor ao Brasil, e o desejo de vos felicitar me chamam, e a vós vos convidam a seguirdes o mesmo trilho de vossos irmãos brasileiros.

Os sacrifícios por mim de bom grado feitos em honra do grande Brasil, e a verdade que rege meu coração me instam a dizer-vos – Baianos! é tempo... Sim é tempo de seguir entre vós a honra (divisa do Brasil), desterrar o medo, e fazer aparecer o valor, e a intrepidez dos invictos e imortais Camarões.

Vós sois dóceis, cândidos, e francos, e a prova é terdes-vos entregado nas mãos de facciosos sectários de outros no dia 10 de fevereiro, em que os estragos, e insultos que atualmente sofreis começaram (sobre isto lancemos véu porque todos fomos enganados) nós já conhecemos o erro e o emendamos agora cumpre que a não serdes traidores a pátria, fazer o mesmo.

Vós vedes a marcha gloriosa das províncias coligadas; vós queríeis tomar parte nela, mas estais aterrados pelos invasores; recobrar ânimo.

O temor que vos tem causado as tropas comandadas pelo infame Madeira, são susceptíveis de igual temor – Haja valor – Os honrados brasileiros preferem a morte à escravidão. Vós que não sois menos também e deveis fazer para conosco entoardes, vivas à Independência moderada do Brasil. Ao nosso bom e amável monarca constitucional o senhor d. João VI e à nossa Assembléia Geral Constituinte, e Legislativa do reino do Brasil. Aos 17 de junho de 1822”¹.

1. Documento do arquivo da família imperial do Brasil, recolhido ao Museu Imperial.

Demonstrava por outro lado o imperador achar-se a par do desamparo da Bahia, ao redigir as seguintes linhas maçônicas:

“O pequeno ocidente toma a ousadia de fazer presente ao grande oriente duas cartas da Bahia, e alguns papéis periódicos da mesma terra a pouco vindas: terra a quem o Supremo Arquitecto do Universo tão pouco propício tem sido.

É o que se oferece por ora a remeter deste que em breve espera ser um súdito, e irmão. – Pedro. Aos 20 de julho de 1822”¹.

E a luta continuaria até à vitória das armas brasileiras, com a expulsão de Madeira e seus soldados.

Ficara então o príncipe com um ardente desejo de conhecer a Bahia e recompensar a sua gente. Antes de conseguir fazê-lo, contentou-se em fazer vir ao Rio, Maria Quitéria de Jesus, representante simbólica dos heróis baianos. Os acontecimentos políticos retardariam a viagem até o começo de 1826. Enfim, na primeira possibilidade, satisfaz o seu anseio. Em 1826, põe-se de viagem para a Bahia, regulando antes as medidas mais importantes para a ausência da corte; escolha dos senadores do Império, convocação da assembléia legislativa para o dia 3 de maio, assinatura dos convênios internacionais com a França e a Inglaterra, e providências para a guerra iniciada no Rio da Prata.

Ia assim satisfazer um compromisso assumido com os baianos e consigo mesmo.

Aprestam-se, para a viagem, a nau *Dom Pedro I* e as fragatas *Paraguaçu* e *Piranga*.

Segundo refere o *Espectador Brasileiro*, às 5 horas da manhã, de 1 de fevereiro, uma salva de artilharia anunciava a partida do imperador, que desde a noite da véspera já se achava a bordo. Todavia, embora todas as velas estivessem soltas, o vento não era favorável, e necessário foi que doze embarcações do arsenal rebocassem a nau e as fragatas, bem como a fragata francesa *Aretuse*, cujo comandante se havia oferecido a dom Pedro para comboiá-lo até o Salvador. O dia estava lindíssimo, e barra fora, os navios rumaram sem mais qualquer obstáculo.

O imperador leva uma grande comitiva, e a Imperial Guarda de Honra, sob o comando de Francisco Gomes da Silva, e correspondente suprimimento de boca. Como curiosidade, basta mencionar

1. Documento do arquivo da família imperial do Brasil, recolhido ao Museu Imperial. Essas linhas são dirigidas a “José Bonifácio de Andrada e Silva, meu conselheiro de Estado, e ministro e secretário do Reino e de Estrangeiros”. Como é sabido, dom Pedro só ingressou na maçonaria em fins de agosto.

alguns dados colhidos em documentos. Para a *Nau*, por exemplo, foram fornecidos, entre inúmeras outras coisas:

800 galinhas	a	600	480\$000
300 frangos	a	280	84\$000
200 marrecos	a	560	112\$000
20 perus	a	1\$760	35\$200
50 pombos	a	240	12\$000
<hr/>			
3 garrotes	a	15\$	45\$000
22 vitelas	a	10\$	220\$000
5 vacas comcrias	a	50\$	200\$000

- 1 aparelho de Louça Escarlata e ouro
- 1 aparelho de mesa rico da Índia
- 1 aparelho de louça inglesa azul estampado”³

Da comitiva, que vai a bordo da nau *Dom Pedro I*, além do imperador, de dona Leopoldina e da princesa Maria da Glória, destacam-se:

- Viscondessa de Santos.
- Viscondessa de Itaguaí.
- Viscondessa de Lorena.
- Baronesa de Itapagipe.
- Visconde de Lorena.
- Visconde de Cantagalo.
- Visconde de Barbacena.
- Barão de São Simão.
- Barão de Rio Pardo.
- José de Saldanha da Gama.
- José Alves Ribeiro Cirne.
- João da Rocha Pinto.
- José Joaquim de Lima e Silva.
- Pedro de Castro Canto e Melo.
- Renato Pedro Boiret.
- Francisco Gomes da Silva.
- Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto.

Segundo ainda o *Espectador Brasileiro*, de 5 de abril, um informante lhe enviara a seguinte descrição: Aproximando-se da baía de Todos os Santos, à vista da costa, é percebida pela Nau,

1. Idem.

à pouca distância, uma canoa de pescador. E depois de se ter feito sinal ao homem da mesma, de chegar à fala, este obedeceu e veio a bordo, onde foi recebido por Sua Majestade, que se dignou perguntar-lhe diferentes coisas sobre a Bahia. O pescador não conhecendo com quem falava, respondeu que todos ali estavam em atividade para a recepção do imperador, e dando todos os detalhes das festividades que se preparavam, acabou por estas palavras: “Sim, senhor, tudo na Bahia está em alegria, e o maganão vai-se divertir bem”. S. M. I. não pode deixar de rir-se muito da simplicidade do pescador, quando um dos circunstantes lhe disse que a pessoa com quem acabava de falar era o próprio imperador. O pobre homem, lembrando-se das palavras pouco decorosas que tinham escapado, foi-se lançar aos pés de S. M. pedindo perdão e desculpando-se, quando dom Pedro, bondosamente o fez levantar-se, dizendo que não era nada, estava perdoado, e lhe viesse falar à sua chegada na Bahia. Com efeito, dois dias após o pescador apresentou-se no paço, onde o imperador lhe entregou a patente de 2º tenente da Armada e 2º piloto da barra da Bahia.

Esse mesmo periódico da corte, que divulgara o episódio, anunciava, em sua edição de 17 de março: “Pela fragata americana *Cygne* que entrou antes de ontem da Bahia, com sete dias de viagem, tivemos as notícias mais satisfatórias da saúde de SS. MM. e de S. A. I.

Tudo ali respirava o maior entusiasmo para com o augusto chefe da grande família brasileira, e já os fiéis baianos ficaram convencidos em poucos dias da grande vantagem de viverem debaixo de um governo paternal que não cessa de cuidar nos interesses de todos os seus súditos. S. M. I. ocupava-se constantemente em reformar os abusos existentes em todas as repartições; abusos que só a sua poderosa mão podia destruir.

À saída da fragata, dizia-se que o ilustríssimo sr. Manuel Inácio da Cunha ficava na presidência da província da Bahia, enquanto que o ex.^{mo} visconde de Queluz vem para esta corte tomar assento na Câmara dos Senadores. Esta nomeação promete aos bravos baianos uma continuação do sossego e da felicidade de que gozam debaixo do sábio e prudente governo do ex.^{mo} visconde de Queluz. O il.^{mo} sr. Manuel Inácio da Cunha, filho da Bahia, verdadeiro patriota, amigo da sua pátria e do seu soberano, distinguiu-se da maneira mais honrosa na expulsão dos lusitanos da província da Bahia”.

Esta última parte da notícia, não teve confirmação, pois este não foi nomeado presidente, nem Queluz deixou o governo...

Chegado a Salvador, Sua Majestade, em data de 28 de fevereiro, lança aos baianos a seguinte proclamação:

“Habitantes da província da Bahia! Em desempenho da minha imperial palavra, eis-me entre vós, a agradecer-vos o quanto trabalhastes na expulsão dos lusitanos, que foram nossos opressores. Estou certo, que se eu tivesse vindo a esta província, logo que ela aderiu à santa causa da Independência, jamais seus habitantes teriam sofrido os insultos feitos pelos anarquistas que, enganando-os, queriam capacitar de que eu não era fiel à causa que, primeiro que eles, e que todos, havia proclamado; mas a Providência, que vela tudo, não consentiu, que a vossa ilusão durasse por muito tempo, e depois que entrastes no caminho da ordem, tendes visto quanto esta província tem aumentado; e daqui em diante vereis quanto há de aumentar.

Agora, que entre vós me acho, disse-me com toda a franqueza o que necessitais, para eu de pronto dar o remédio, e poder depois com pleno conhecimento de causa, mandar da corte do Rio de Janeiro minhas imperiais ordens. Sou vosso defensor, ninguém tem mais interesse do que eu na felicidade de todo o povo brasileiro, e disto deveis estar capacitado.

Imperador.”¹

Nessa proclamação referiu-se de pronto dom Pedro, ao desempenho de sua imperial palavra na visita em que ia agradecer aos baianos o quanto fizeram pela causa da Independência. Faz também referência “aos anarquistas que procuraram enganá-los”. Trata-se, sem dúvida, do pequeno reflexo que teve na Bahia a Confederação do Equador, com a insubordinação do Batalhão 3 dos *Periquitos* na qual foi morto o governador militar Felisberto Gomes Caldeira, e pagaram com a morte o major Satiro e o alferes Gaspar Vilas Boas.

Dom Pedro I, neste particular mantinha-se rijo. Aliás, tinha a advertência e o exemplo da época, quando os governos europeus pregavam: “Não se transija com os demagogos!”

Nas vésperas da chegada do imperador à Bahia o povo de Salvador já se agitara aos gritos de “Morram os portugueses!” ao tomarem conhecimento da carta de lei de novembro, assinada em Lisboa ratificando o tratado de paz com o Brasil...

Sua Majestade pôs-se logo em atividade em Salvador. Todos os dias, mesmo nos de audiência, saía pelas ruas da cidade, visitando tudo. A pé, de carro, e sobretudo à cavalo, na companhia da im-

1. Idem.

peratriz e às vezes com a princesa Maria da Glória, fazia uma longa jornada, pela manhã e à tarde, dos vinte e dois dias que passou na Bahia.

O próprio dom Pedro I fez, com sua letra, um diário de sua estada na capital baiana, com a descrição minuciosa dos logradouros públicos percorridos na saída e volta ao paço, dessas suas cotidianas peregrinações pelo centro urbano, arrabaldes e Recôncavo ¹.

Como curiosidade, vamos relatar os logradouros públicos transitados pelo imperador: rua da Alfândega, Corpo Santo, beco do Garapa, fonte dos Padres, Água de Meninos, rua de São Francisco de Paula, Noviciado, Ladeira da Soledade, rua dos Currais, fonte do Santo Antônio, rua dos Marchantes, Conceição do Boqueirão, rua do Pascoal, Carmo, baixa do Sapateiro, Terreiro, rua do Colégio, Sé, rua da Misericórdia, Praça, Ópera Velha, rua do Gravatá, rua de Santana, Trás do Muro do Desterro, fonte das Pedras, roça dos Bulhões, Boavista, roça da Torre, Cruz das Almas, Brotas, Nazaré, ladeira do rio das Tripas, campo do Barbalho, Curral do Conselho, rua da Lapinha, rua de São José, ladeira d'Água Brusca, Pelourinho, rua Direita do Palácio, Portas de São Bento, rua de Baixo, Cabeça, rua das Mercês, rua de Santo Antônio, Calçada do Bonfim, ladeira da Preguiça, ladeira da Conceição, Santa Bárbara, Quitanda Velha, rua de João Pereira, ladeira de Camorugipe, Campo Grande, Vitória, Graça, Barra, rua do Castanhedo, Penha, Itapagipe, Cruz do Cosme, ladeira de Quebra-Focinho, ladeira de Quebra-Bunda, Armação, rua do Portão, ladeira dos Tanões, Portas da Ribeira, rua do Sodré, rua da Forca Velha, beco da Ajuda, rua do Bispo, São Miguel, rua da Poeira, ladeira da Cova da Onça, Fonte Nova, caminho de Pirajá, rua do Ferrão, Bom Gosto, caminho de Matatu, travessa do Cabrito, caminho de São Caetano, ladeira do Baluarte, rua da Laranjeira, Cangurungu, caminho da Terra Nova, Pedra Preta, rua de São Raimundo, rua do Fortinho de São Francisco, Santo Antônio da Mouraria, Barris, roça do Visconde de Barbacena, Beco dos Perdões, Quinta dos Lázaros, Pilar e rua do Guindaste.

Das jornadas da família imperial pela cidade do Salvador, ficariam recibos de serviços prestados em concertos de arreios e

1. Idem.

carruagens, dando bem uma justa concordância às notas do diário de Pedro I quando relata as suas numerosas excursões:

“3 dias de serviço na cocheira de S. M. I. de concertar os arreios na sela de S. M. a Imperatriz 3\$200.

Recebi a conta acima. Bahia, 4 de março de 1826.

(ass.) *Antônio José Teixeira*”

“Conta da obra que fiz nas carruagens de S. Majestade

Imperial, a saber:

1 chave consertada	2 \$ 5 6 0
1 dita de cruzeta nova	1 \$ 2 8 0
1 parafuso novo	\$ 4 0 0
4 ditos atarraxados a 160	\$ 6 4 0
4 chavetas grandes a 240	\$ 9 6 0
5 ditas pequenas a 200	1 \$ 0 0 0
Somado S. C.	<hr/> 6 \$ 8 4 0
.....	

Bahia, 3 de março de 1826.

(ass.) *José Pereira*”.¹

Dom Pedro I, visitou em Salvador, o arsenal de Marinha, trem do Exército, casa do comércio, hospital militar, fábrica de cobre, palácio do bispo, casa da arrecadação do tabaco, estabelecimento pio do noviciado, de que era protetor, fortalezas de Santo Antônio, São Pedro, São Alberto, Grande, Santa Maria, forte da Barra, catedral, igrejas de Santo Antônio, Boqueirão, Rosário, São Pedro, Bonfim, Misericórdia, Recolhimento, Barbadinhos, Palma, Monserrate, capela N. S. da Ajuda, convento de São Francisco, convento de Santa Clara, mosteiro da Graça, e os quartéis dos batalhões 13 e 14.

Faz o imperador duas viagens marítimas à cachoeira e à ilha de Itaparica, faz refeições em casa do bispo, do visconde de Barbacena, na fábrica de cobre.

Nos dias 3 e 10, dá audiências públicas das 10 às 14 horas, recebendo cerca de mil e duzentas pessoas. E nos dias 11, 16 e 17 despacha volumosas pastas de requerimentos.

Como medidas de administração local, o imperador faz várias determinações, entre as quais: que se numerem todas as casas da cidade; que se continue a construção do canal de Itapagipe para

1. Idem.

o noviciado e ali se conservem 30 presos em trabalho permanente; que a casa começada junto ao hospital militar para aula de química seja acabada para teatro anatômico, e a junta de fazenda compre ou mande vir da Inglaterra instrumentos anatômicos, e ainda seja fornecido material ao hospital; louva a atividade e zelo do intendente da Marinha; repreende o inspetor do trem do Exército por não ter obedecido as ordens que lhe haviam sido mandadas da corte; determina à Câmara Municipal que mande tirar para qualquer outra parte as tulhas de farinha colocadas no arsenal de Marinha; manda fazer um cais de madeira para o desembarque dos gêneros; proíbe a admissão de escravos em trabalho onde seus respectivos senhores estejam empregados; que o inspetor do trem conserte o quartel da cavalaria em Água de Meninos; que o intendente da Marinha providencie no sentido das chaves da arrecadação do arsenal ao invés de estarem numa só mão, passem a estar em três, intendente, pagador e tesoureiro; que se fizessem reparos na catedral; manda dar 1:000\$000 para as obras do seminário; 223\$000 aos doentes do hospital militar; 236\$000 aos doentes da Santa Casa; e que os deputados e senadores da província tenham a possibilidade de embarcar para o Rio a bordo da fragata *Piranga*, a sair no dia 21 de março.

O imperador nos seus despachos atende aos mais variados assuntos, de interesse particular e geral, e determina que em seu nome sejam feitas recomendações. Dessa forma, “ao intendente da Marinha, louvando-lhe a sua atividade e zelo, que S. M. I. ficou muito satisfeito com todas as obras começadas, principalmente com a da Nau, e manda recomendar se conclua com a brevidade possível as já começadas, e se comecem imediatamente as agora ordenadas, que vem a ser mudar a tanoaria e oficina de correio para onde entender melhor. Emendar as forjas, fazendo as costas dos fogões bastante altas a fim de se poupar tempo e carvão. Mandar consertar o cais do Norte do Guindaste. Arranjar a casa da Fazenda, pois está tudo em grande confusão. Não se fazerem obras no arsenal de Marinha para o militar, nem as deste para aquele, e só unicamente se prestem pequenos socorros em caso que o serviço seja geral”.

Dirigida ao visconde de Queluz, em 5 de março: “S. M. o Imperador havendo ontem visitado a Alfândega desta cidade ordena que v. ex.^a passe imediatamente as ordens transcritas para melhor arrecadação, segurança e comando das Fazendas – 1^o Que se mande fazer um lugar cômodo para o embarque dos

guardas ao pé dos guindastes e que cresçam duas paredes nas extremidades da Alfândega, que saiam ao mar, de maneira que só nela se possa entrar pela porta. Que se mande tapar todas as janelas, que não forem engradadas, assim como se tapem até ao meio, as que fazem frente para a rua; que se tapem as grades do armazém da estiva, e do da direita deixando-se unicamente a terça parte da grade da frente de cada um dos armazéns, assim como que se tapem as frestas que há na casa do patrão do escaler. Que se mandem fazer prateleiras nos armazéns a fim de que com mais facilidade, prontidão e menos confusão se supra o pouco lugar que há nos armazéns. Que se estranhe ao juiz da alfândega o não ter mandado pôr grades de arame miúdas, na casa da Índia, logo que as outras se principiaram a danificar. Que quando depois de feito um despacho não possa, no mesmo dia, sair a fazenda toda nele incluída, o porteiro declare nas costas do mesmo despacho a quantidade de volumes saídos, seus números e marcas, firmando sua assinatura e com declaração do dia, e que todas estas declarações sejam escritas no papel atravessado de forma que as letras fiquem cruzadas. Que os guardas nomeados para as embarcações assistam só no forte do Mar para mais brevidade. Que sendo mui oneroso aos empregados da alfândega o tirar em provisões anuais, de agora em diante as tirem trienais. E ultimamente que tendo S. M. I. visitado as inspeções do tabaco, açúcar e algodão que são um entrave para o comércio, um peso enorme para o lavrador, e além disto instituições impróprias do sistema constitucional que nos rege, não podendo contudo acabá-las ou modificá-las (pois se acham estabelecidas por lei). Mande certificar a todos os srs. de engenho e plantadores de tabaco e algodão, que imediatamente se instale a assembléia legislativa. S. M. I. mandará competentemente por seus ministros propor à mesma um novo método de receber semelhante imposto, ou se for possível aboli-lo. Deus guarde v. ex.^a”

Ao marquês de Paranaguá, Francisco Vilela Barbosa, senador e ministro da Marinha, dom Pedro escreve, da Bahia: “Meu Vilela – Pelo correio imperial entrado ontem recebi a sua carta de 11 do p.p. e a ministerial da mesma data, aprovo muito tudo que V.V. tem feito, e isto mesmo participará aos outros meus ministros, e que eu, a imperatriz e minha filha gozamos perfeita saúde, e que fico muito satisfeito com a ordem e sossego em que se achava essa capital que espero em Deus continue. Ontem fui a Itapagipe ver a fragata, está muito adiantada, tem 160 pés de

quilha, o que vem a ser mais 6 que a *Piranga* – tem 42 pés de boca, 12 ½ e pontal, 6 pés a primeira coberta, e 7 a segunda e leva 54 pessoas – vai feita com bastante economia pois o (?) de proa custou 100\$ e a da nau 560\$ (e não serviu não por culpa do intendente, mas sim da conservatória, que devia ser desconservada, porém *Nós legem habemus*).

As cavernas da fragata custam entre 8 e 10\$ e as da nau 26\$. Quando eu for, hei de levar o sino, que já o mandei tirar a limpo. Eu nomeei ao construtor da fragata José da Costa de Carvalho, 1º tenente honorário. Largamente lhe escrevo nesta mesma ocasião e portanto nada mais tenho agora a dizer-lhe”.

As menores medidas administrativas, são tomadas pelo próprio imperador: “Sr. J. M. d’Almeida – 13 de março. – Constando a S. M. o Imperador, que da vila de Inhambupe veio recrutado o índio José Marques, casado, e com três filhos – ordena o mesmo augusto senhor que v. ex.^a expeça imediatamente as necessárias ordens a fim de que o capitão-mor daquela vila seja chamado ao quartel-general desta cidade e asperamente repreendido por não executar a lei do recrutamento, e v. ex.^a o obrigue a pagar a despesa feita pelo recruta no caminho para esta cidade, a que nela fez e a que fizer desta até sua casa.”

“S. M. o Imperador ordena que v. ex.^a em seu imperial nome agradeça ao provincial e comunidade dos religiosos de São Francisco desta cidade a oferta que fizeram para aula de desenho de parte do seu convento que serviu de aquartelamento, que v. ex.^a quanto antes ali a mande estabelecer.”

O sr. dom Pedro I, pratica também atos iguais aos de qualquer burguês:

“Recebi do il.^{mo} sr. cel. Joaquim Pires de Carvalho, duzentos e quarenta mil réis de dois moleques que comprou Sua Majestade o Imperador.

Bahia, 9 de março de 1826.

(Ass.) *José Marinho Pires*”.

Ao imperador foi dado examinar petições de câmaras municipais, como, por exemplo, a da Vila da Cachoeira:

“Il.^{mo} e ex.^{mo} sr.

Requerendo a Câmara da vila da Cachoeira na representação, que fez subir à augusta presença de S. M. o Imperador, 1º que haja por bem conceder à dita vila o título de cidade, com a denominação de Petrópole

Cachoeirense, ou da Restauração; 2º que se digne ordenar a construção de uma ponte sobre o rio Paraguaçu; 3º que conceda ao hospital de S. João de Deus as graças de que gozam as casas de misericórdia, inclusive a de lhe serem aplicados os legados pios, não cumpridos, e deixados pelos moradores da dita vila e seu termo; 4º que haja por bem mandar criar escolas de primeiras letras em todos os arraiais do termo da mencionada vila, e nesta, mais uma outra, bem como restaurar o seminário de Belém; 5º que, visto serem ténues as rendas do Conselho se digne conceder-lhe a faculdade de dispor da terça no reparo das estradas, pontes e chafarizes; 6º que se crie um outro juiz letrado; 7º finalmente que haja por bem mandar prover a divisão das 9 paróquias do distrito da referida vila; deliberou o mesmo augusto sr. o seguinte quanto à primeira pretensão, serão atendidos depois de fazerem a ponte; quanto à 2ª está deferida na primeira, quanto à terceira a consultar ao desembargo do paço; quanto à 4ª deve ser presente à Assembléia; quanto à 5ª a informar ao respectivo presidente; quanto à 6ª a ser remetida igualmente à Assembléia e quanto à 7ª a consultar a mesa da consciência e ordens. O que manda participar à v. ex.^a para seu conhecimento e para assim o fazer constar à mencionada câmara.

Deus Guarde a v. ex.^a. Palácio da Bahia, em 15 de março de 1826”.

Houve medidas imperiais revestidas de especial pitoresco:

“S. M. o Imperador atendendo ao que lhe representou Francisco Ferreira Alves, sineiro da Sé, catedral desta cidade houve por bem confirmá-lo no mesmo emprego, com o ordenado de cento e cinqüenta mil réis, que ora percebe a prós e percalços que por lei lhe pertenceram. E que manda participar a v. ex.^a para sua inteligência, e para expedir a este respeito as convenientes ordens.

Deus guarde a v. ex.^a. Palácio da Bahia, em 13 de março de 1826”.

Dom Pedro I assinou despachos na Bahia, concedendo honras e graças. No despacho, em aplauso à feliz chegada de SS. MM. II. àquela província, foram contemplados: barão de Souzel, com honras de grande do Império, visconde de Queluz, grã-cruz da Imperial Ordem de Cristo, chefe-de-esquadra graduado Francisco Maria Teles e comandante Gautier, da esquadra francesa, oficiais da Ordem do Cruzeiro; capitães-de-mar-e-guerra Joaquim Raimundo de Lamare e João Batista Lourenço e Silva, e capitão-de-fragata Desidério Manuel da Costa, comendadores da Ordem de São Bento de Aviz, João da Cruz dos Reis, Guilherme Cipriano Ribeiro, Mateus Welch, James Shepherd, João Espiaux, Mateus Armand, Valério Chabam, cavaleiros da Ordem do Cruzeiro, Joaquim Guilherme Rodrigues de Sousa, Joaquim José de

Sousa, Carlos José Appleton, João Maria Wandencolck, João José da Mata, Alexandre José Gonçalves de Oliveira, Aleixo Gomes Salgado, Antônio Joaquim da Silva, Pedro Maria de Almeida e Joaquim Martins, cavaleiros da Ordem de Cristo.

E nos despachos publicados no “faustíssimo dia 11 de março de 1826 aniversário de Sua Alteza Imperial a sereníssima princesa dona Januária:

O barão de São Francisco, honras de grande do Império, barão da Torre e Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, gentis-homens da Câmara, Pedro Antônio Calmon de Siqueira e Francisco Calmon de Siqueira, veadores de S. M. a Imperatriz, Manuel José Vilela de Carvalho e José de Sá Bitancourt, o foro de fidalgo cavaleiro, Antônio Teixeira de Freitas Barbosa, barão de Itaparica, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, barão de Pirajá, doutor José Lino Coutinho, o título de Conselho, Salvador Antônio Muniz Barreto, Antônio Diogo de Sá Barreto, Augusto Ricardo Ferreira da Câmara, coronel José de Sá Bitancourt e Câmara, moços da imperial câmara honorários, brigadeiro José Manuel de Almeida, sargento-mor Pedro Ribeiro, Antônio Teixeira de Freitas Barbosa e José Antônio de Sousa, oficiais da Imperial Ordem do Cruzeiro, chanceler Luís Joaquim Duque Estrada, ouvidor do crime, André Gonçalves de Sousa, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Rodrigo Antônio Falcão Brandão, coronel José Garcia Pacheco, capitão-mor Manuel da Silva Caraiá, comendadores da Ordem de Cristo, chefe-de-divisão Tristão Pio dos Santos, comendador da Ordem de Aviz, tenente-coronel Manuel Marques da Rocha Queiroz, José Barbosa Maduraira, alferes Felisberto Gomes d’Argolo Ferrão, capitão Francisco Antônio Fernandes Pereira, Bernardino Luís da Costa Carneiro, José Tomás de Aquino, Antônio Pedroso de Albuquerque, Florêncio Francisco dos Santos, Domingos Américo da Silva e Francisco Xavier Leão, cavaleiros da Imperial Ordem de Cruzeiro, moço da Imperial Câmara José Ricardo da Silva Horta, capitão Luís Antônio da Silva Horta, Wenceslau Miguel de Almeida, José da Silva Romão, Manuel da Silva Baraúna, padre Luís Antônio Dias, Francisco Rodrigues Nunes, Antônio Salustiano Ferreira, tenente-coronel Manuel Francisco de Sousa, Joaquim José de Oliveira, João Pereira Leite, Inocêncio da Silva Tavares, capitão Manuel Francisco da Costa, cirurgião-mor Antônio José de Sousa Aguiar, Luís Manuel de Oliveira Mendes de Almeida, Francisco Paulino de Pinho, padre José Gonçalves

da Silva, Antônio Gomes Correia, cavaleiros da Ordem de Cristo, capitão Henrique José de S. Paro, capitão José Ferreira Ribeiro, cavaleiros da Ordem de Aviz.

E a propósito, era logo divulgada a seguinte nota: “S. M. ordena que v. ex.^a expeça as necessárias ordens a fim de que todos os indivíduos agraciados nesta província no tempo da estada nela do mesmo augusto senhor sejam obrigados a tirar os competentes títulos no espaço de 6 meses, e quando assim o não façam, aquelas graças ficarão de nenhum efeito; ordena mais S. M. I. que a esta ordem se dê toda a publicidade.”

Por ocasião da despedida, a 19 de março, o imperador concedeu ainda outras honras e graças como aos visconde de Barbacena e barão de Jaguaripe, as de gentis-homens de S. M. o Imperador, Ildefonso de Oliveira Caldeira, honras de gentil-homem, Luís Félix Calmon de Siqueira, veador da imperatriz, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, dignitário da Ordem do Cruzeiro, Francisco Calmon de Siqueira, Rodrigo Antônio Falcão Brandão, José Garcia Pacheco, Jerônimo Muniz Fiúza Barreto, o foro de fidalgos cavaleiros, Alexandre Gomes d’Argolo Ferrão, o foro de cavaleiro fidalgo, José Bruno Antunes Guabiraba, Francisco Joaquim Alves Branco, João Antunes Guimarães, vigário Lourenço da Silva Magalhães Cardoso, padre Manuel Alves Vilaboim, Lázaro José Jambeiro, oficiais da Ordem do Cruzeiro, visconde de Maceió, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, José de Araújo de Aragão Bulcão, Nicolau Carneiro da Rocha Meneses, Antônio José de Sousa Lima, Francisco Maria Sodré, Joaquim Inácio de Aragão Bulcão, comendadores da Ordem de Cristo, Bernardino José Monteiro, Tomás Pedreira, Vicente de Paula, Antônio Francisco Tinta, José Ribeiro dos Santos Silva, João Francisco de Sousa Parrazo, Anastácio Francisco de Meneses Dória, Antônio Rodrigues de Carvalho, José Ferreira da Rocha, Pedro Joaquim Dantas, Alexandre Rodrigues Pereira, José Pereira Franco, Agostinho Moreira Sampaio, Agostinho José Barreto, João Ferreira Lustosa, Antônio Gomes, Florência de Blá e Albuquerque, Antônio Francisco de Pontes, Maurício Mendes, Joaquim José de Novais, Antônio de Uzeda Lima, Antônio Florêncio da Trindade, José da Silva e Araújo, Manuel Fernandes Barreiros, Antônio de Sousa Guimarães, José Garcia Cavalcanti e Albuquerque, José João Muniz, João de Sousa Neto, Antônio Marques de Sousa, Inácio Antunes Guimarães, Francisco Moreira de Pinho, Tomé Moreira de Pinho, Antônio

Joaquim Moreira de Pinho, José Moreira de Pinho, Vicente Ferreira Milles, Francisco Xavier Galvão, cavaleiros da Ordem do Cruzeiro, Honorato José de Barros Paim, Luís José de Sousa Gomes, José Bernardo da Silva Couto, Joaquim Antônio de Ataíde Seixas, Agostinho Moreira, Elíseo Elias de Melo e Matos, João Lourenço de Ataíde Seixas, Antônio de Araújo Gomes, Francisco de Paula Jaguaripense, Silvestre Bartolomeu de Almeida, Francisco Ribeiro Neves, Antônio Salustiano Ferreira Júnior, Manuel José de Magalhães, Miguel José Maria Teive e Argolo, Félix Manuel da Cunha Correia Simão Gomes Ferreira Veloso, José Francisco da Silva, Jacinto Ribeiro Sanches, Feliciano da Silva Tavares, José Pavier de Meneses Dória, João Pires da França, Luís Antônio Pereira Franco, José Luís Ornelas de Vasconcelos, Antônio Paraçu Cachoeira, Francisco Paraçu Cachoeira, Francisco Sebastião Carneiro de Argolo, João Ramos de Araújo, padre Manuel Francisco Gonçalves, padre José Borges de Castro, Boaventura Ferreira, Manuel João dos Reis, Pedro Avelos Espíndola, Antônio Manuel de Sousa e Argolo, José Álvares dos Santos Lima, Joaquim Bernardino Falcão, Francisco José de Araújo Franco, João Batista Feidal, Luiz Rodrigues Dutra Rocha, cavaleiros da Ordem de Cristo, João de Sousa Neto, Francisco Simões o Novo, Inácio José de Macedo, cavaleiros da Ordem de Aviz, e ao cônegos da Sé de Salvador, o tratamento de Senhoria.

Durante a estada de dom Pedro I na Bahia, dá-se uma interessante ocorrência entre o imperador e sir Charles Stuart. Antes, porém, de narrá-la, cumpre alguns esclarecimentos. O ministro inglês, que em nome de dom João VI negociara o Tratado de Paz, Amizade e Aliança entre Portugal e Brasil, a 29 de agosto de 1825, tinha vários e importantes problemas a resolver com o imperador. Entre eles, o fato da carta de lei de 15 de novembro de 1825, pela qual o rei dom João mandava publicar e cumprir a ratificação do tratado, ter provocado uma nota do ministro de Estrangeiros visconde de Inhambupe, a Charles Stuart, alegando que “*esse documento era uma violação aos ajustes feitos.*”

Quando o imperador embarca para a Bahia, o ministro inglês não se encontra na corte. Uma carta de Garcez ao Chalaça, escrita do Rio para a Bahia, com data de 6 de fevereiro, tem o seguinte trecho: “Tornando à vaca fria, como lhe ia contando, S. M. a sair a barra Sir Charles Stuart a chegar, montadinho em um cavalo podre vindo da Sepetiba: ora deu isto muito que entender aos

rebolistas, que têm contado a coisa por diferentes formas, uns diziam que ele fez um ofício a S. M., e que mandara um escaler dizendo que já ia sair no paquete, e que tendo saído no paquete recebera resposta pelo escaler, que S. M. ia para a Bahia, e que não demorava sua viagem; outros mais sabichões dizem que ele saíra no paquete e que falando a fragata *Piranga*, esta por telégrafo falara para a nau em que dizia estava o Stuart ali para falar a S. M., e tivera de resposta que S. M. ia para a Bahia onde o dito podia ir, e dizem os mesmos sabichões que os ingleses negam isso, e só dizem que ele não pode encontrar S. M., enfim, tem sido dois dias de se divertirem os desocupados”. Nesta carta há um outro trecho que não se refere ao ministro inglês, mas diz coisas da Bahia: “Então, sr. Francisco, que lhe dizia eu, a entrada da Bahia é pinturesca, a saltada na Cidade Baixa é triste, mas a Cidade Alta é linda: diga-me: já viu as nossas aias como são lindas?”

Efetivamente, anunciava o *Espectador Brasileiro* de 15 de fevereiro, que na véspera, sua excelência sir Charles Stuart partia na fragata inglesa *Diamond* para a Bahia, e com ele, o sr. Carlos Matias Pereira, Encarregado de Negócios de S. M. Fidelíssima ¹.

E agora, o incidente, segundo umas notas com letra de Francisco Gomes da Silva:

“Chegou Stuart às 5 horas da tarde – disse que tinha recebido ordem para vir falar com S. M. à Bahia e queria tratar com S. M., que lhe respondeu nada tinha ou podia tratar porque não tinha cá o seu Conselho de Estado. Queixava-se do ministro de S. M. não lhe ter participado a visita à Bahia e que se iria para Inglaterra porque não podia tratar – respondeu S. M. em tom muito sério – vá-se para onde quiser que eu nada tenho com isso. A Europa toda será quem se queixe de V. não esperar (como devia) a ratificação – que S. M. não esperava pelo rei da Inglaterra quanto mais por ele – e a culpa de não dar cumprimento foi V. retirar-se, e não esperar, – mandei dar um tiro a nau para conhecer que eu (inelegível). Que a guerra de Buenos Aires era desastrosa para o Brasil, pois que Bolívar marcharia com ele (?) aproximando-se às nossas fronteiras – S. M. respondeu, que não tinha medo nem do rei da França, Inglaterra, ou outro qualquer quanto mais de Bolívar, que saberia morrer de espada na mão, e que por fim, se ele Stuart queria tratar com S. M. fosse para o Rio de Janeiro pois S. M. daqui saía no dia 21”.

E no mesmo papel de rascunho e letra do imperador esta nota:

“Participa a Canning o ministro dos Estrangeiros (se achar conveniente) que depois de ter esperado 23 dias por Stuart, e ver que ele andava

1. Adalberto Campos em suas *Relações Diplomáticas do Brasil, de 1808 a 1912*, dá à investidura de Carlos Pereira a data de 14/04/26.

pelas províncias unicamente divertindo-se, e exigindo as circunstâncias internas do Império que eu visitasse a província da Bahia, o fiz, portanto toda a demora que tem havido nos negócios entre B. e Inglaterra, a causa é o mesmo Stuart”.

É agora interessante lembrar que sir Charles Stuart, ministro mediador por S. M. britânica e plenipotenciário do rei dom João VI de Portugal para o reconhecimento da Independência do Brasil, chegado ao Rio de Janeiro a 15 de julho de 1825, e que seria agraciado por Portugal como 1º conde de Machico e 1º marquês de Angra, e pela Inglaterra como membro da Câmara dos Lordes e o título de barão Stuart de Rothesay, na ilha de Bute, viria a prestar serviços pessoais ao sr. dom Pedro I. Assim foi que, a 3 de maio de 1826, o imperador lhe confiava a missão de tratar com a regência de Portugal, os seus direitos e proventos dos títulos de príncipe titular do Brasil e duque de Bragança ¹.

Aliás, a credencial de Stuart junto a dom Pedro, deu-se pela seguinte carta de dom João:

Meu filho.

O portador desta carta é sir Charles Stuart que indo revestido de plenos poderes por Sua Majestade britânica como comissário, mediador e plenipotenciário, vai também munido de meus plenos poderes e instruções para tratar contigo do restabelecimento da concórdia entre os povos de Portugal e do Brasil, objeto que muito tenho a peito para recíproco interesse dos mesmos povos; e merecendo o referido comissário toda a minha confiança, espero que o receberás com apreço e atenderás a quanto ele sugerir tendente ao fim para que é enviado, aceitando as propostas que por ele te faço como uma nova prova do meu paternal amor e do meu desejo incessante de ver prosperar os povos tanto deste como desse país, desejo que me tem obrigado a tantos sacrifícios, como tu não ignoras, e é notório ao mundo todo: esta é talvez a última ocasião que se nos oferece de consolidar a felicidade dos povos que a Divina Providência nos confiou, e de assegurarmos intacta a coroa que herdamos de nossos augustos predecessores. Pela minha parte tenho seguramente feito tudo quanto podia, e muito mais do que era de esperar, para conseguir tão importantes fins; confio pois que, conhecendo os teus interesses e aqueles dos povos sujeitos à coroa de que és legítimo sucessor, não desprezes este oportuno meio de pôr termo às dissensões que tantos infortúnios têm produzido e não menos escândalo.

Deus te abençoe e te guarde como deveras te deseja e lhe pede

Teu pai
João.

Palácio da Bemposta
em 23 de maio de 1825".

1. Idem. Documentos nºs 2.678, 3.327 e 3.328.

Encerremos, porém, o incidente Stuart, ocorrido no Salvador, e voltemos às outras ocorrências durante a estada do imperador na Bahia.

A imprensa da corte, reproduzia os seguintes versos, publicados no Salvador, por ocasião da “Feliz chegada de S. M. I. à cidade da Bahia, que alguns agouravam mal, pensando talvez que este monarca seguiria diferente rumo”:

“Poderia porventura o defensor
Deixar de ser nosso amigo verdadeiro!
Poderia por acaso perder-nos o amor
E abandonar um príncipe seu herdeiro!
Suas grandes virtudes, seu primor
Circulando já vão o mundo inteiro:
À Bahia ele chegou onde hoje está
E afirma que em breve tempo voltará!
A Casa Bragancina Portuguesa,
Produziu este herói famigerado!
Que em gênio, em costumes, em grandeza
No orbe já vai sendo admirado!
Em altos feitos e promessas tem firmeza
Seu nome cada vez é mais exaltado.
É este o imortal Pedro primeiro
Pai dos povos do Império brasileiro.

F. X. B. da Cruz.”

Por sua vez, o presidente da província, dirigia ao imperador a seguinte mensagem:

“Senhor – Intérprete e órgão dos sentimentos do povo desta província, confiado ao meu cuidado, apresso-me a depositar aos pés de V. M. I. uma reiterada homenagem de sua obediência, amor e fidelidade e bem assim a expressão sincera de meu reconhecimento, eterna gratidão e indivisível júbilo pela honra que recebe de ver em seu seio o grande, o imortal fundador e libertador do Império, acompanhado dos dois mais caros penhores de seu coração, S. M. a Imperatriz e a augustíssima princesa imperial, delícias nossas.

Senhor, depois de tantas angústias, trabalhos e sacrifícios, por salvar a nação da anarquia e para obter e sustentar a Independência do Império que lembrança mais digna de um grande monarca que há de querer ver uma província que foi o principal teatro da guerra e na qual por assim dizer, se decidiu e asselou a causa da Independência? E que júbilo e consolação para o generoso povo dela o ver com seus olhos e contemplar com atenção o grande herói que só conhecia pelo glorioso resultado de suas empresas, pelas suas reconhecidas virtudes e pela liberalidade de sua política? Sim, senhor, este povo fiel e agradecido suspira pelo momento de ver saltar em terra a V. M. I. e sua augustíssima família.

Não podendo ultrapassar as raias que me são marcadas como presidente da província, sem ordem positiva de V. M. I. encarrego o visconde de Maceió, comandante da fragata *Tetis*, da grata e honrosa comissão de ir primeiro que ninguém, beijar a mão de V. M. I. e ser portador desta. A grandeza de V. M. I. e sua natural bondade me afiançam o benigno acolhimento da homenagem que leva este povo fiel à augusta presença de V. M. I. A cuja voz ajunto também a minha jurando, se preciso é novamente em suas augustas mãos, inabalável fidelidade e obediência a V. M. I. e à sua gloriosa dinastia.

Deus guarde por muitos anos a V. M. I. Bahia, 15 de fevereiro de 1826.

A V. M. I. beija a mão o seu humilde e fiel súdito – Visc. Queluz.”

Partindo da Bahia, o imperador faz a seguinte proclamação:

“Habitantes da província da Bahia! É chegado o prazo por mim dado para retirar-me à corte. Os interesses gerais do Império assim o exigem. Parto no dia vinte e um, como já havia dito e sinto não poder demorar-me mais entre vós. As demonstrações de alegria, gratidão e fidelidade com que me mimoseastes, farão com que eu sempre me lembre dos habitantes desta província, assim como espero, que sempre vos lembreis de mim, em que tendes um soberano, que arrosta e arrostará todos os perigos pela salvação de seus súditos e que busca fazer-se conhecer deles de todos os modos, para que jamais possam ser iludidos e levados ao precipício por aqueles que se intitulam amadores da pátria e da liberdade e que só querem despotizar agrilhoando-a, tratando unicamente de seus interesses a despeito da causa pública. O amor da pátria e do povo têm sido sempre o alvo a que tenho dirigido meus tiros; e assim, baianos, executar literal a Constituição; cumpro minhas imperiais ordens e o resultado do que vos ordeno será a vossa felicidade.

Bahia, 19 de março de 1826.

Imperador.”

Grandes festejos aguardavam dom Pedro I no Rio de Janeiro pelo seu regresso. Arcos enfeitados pelas ruas, luminárias, cortejos, e muito verso, versos populares, baratos, e sobretudo hiperbólicos, conforme o uso e o gosto da época.

Vamos destacar um trecho da ode que de um camarote, no imperial teatro, foi recitada por Francisco Moniz Barreto:

“Mas quão pouco as venturas se dilatam!
É forçoso ao herói deixar os filhos,
Que foi pronto afagar;
Triste deixa a Bahia
Que se prazeres, como nunca, teve,
A dor mais agra, como nunca, sente.”

E na igreja de São Francisco, o cônego da imperial capela, Januário da Cunha Barbosa, fez um sermão, de que escolhem os seguinte períodos:

“Sabemos que esta viagem, de que S. M. I. agora se recolhe, é um verdadeiro esforço, do seu amor em benefício de povos a quem dera independência e liberdade; é um rasgo de iluminada política que o liga em perfeita e respeitável confraternidade; é um autêntico testemunho da fidelidade das suas promessas, e do seu incansável desvelo em remediar com prontidão os seus males.

.....
As províncias de Minas Gerais e S. Paulo ainda saboreiam os doces frutos da preciosa tranqüilidade que ali produzira a augusta presença de quem promove de coração a glória de todo o Brasil.

.....
A província da Bahia acaba de experimentar agora o incalculável benefício da presença de S. M. I.

Ocupando o centro litoral do nosso grande Império, vós podeis mostrar aos habitantes do norte e do sul, desde o Prata ao Amazonas todos esses públicos testemunhos de beneficência, de amor, sabedoria e justiça, com que ele vos enriquecera nos poucos dias, em que gozastes da sua augusta presença”¹.

Em resumo: a viagem à Bahia deu ao imperador a satisfação de conhecer a província, cujos filhos se bateram com denodo pela causa da Independência, e souberam sobrepor-se às pequenas paixões políticas do momento.

Por outro lado, sua presença deu margem a várias medidas administrativas. E foi ainda no calor do ambiente baiano que dom Pedro I soube responder a Charles Stuart...

Visita de Pedro II à Bahia

Dom Pedro II visitou, em viagens especiais para esse fim, doze províncias do Império. Após sua primeira visita, em 1845, que foi ao extremo sul, levado pela pacificação do Rio Grande, quando então aproveitou para visitar Santa Catarina e S. Paulo, pouco depois, o imperador visitou a província do Rio de Janeiro, terras vizinhas da capital do Império. E antes de Minas, e qualquer outra

1. Relação dos públicos festejos que tiveram lugar do 1º de abril até 9 pelo feliz regresso de SS. MM. II. e A. I., voltando da Bahia à corte imperial do Rio de Janeiro, etc., etc., feita por ordem do conselheiro intendente geral da polícia, Rio, 1826.



“Morro de São Paulo” - Desenho de d. Pedro II, durante sua viagem à Bahia
(Col. do Museu Imperial)

mais, as vistas imperiais foram para o norte, e a primeira das numerosas províncias dessa região a ser visitada por dom Pedro II, foi a Bahia.

O *Jornal do Comércio*, de 29 de setembro de 1859, referindo-se a essa viagem, diz que “os povos dessas províncias, tão ricas de produções agrícolas, e destinadas a um futuro de tanta opulência, ainda não tinham tido ocasião de direta e imediatamente aclamarem-no com os votos de seu amor.

O efeito moral das viagens imperiais é incalculável. Se o amor dos súditos é devido ao monarca, ainda quando esses o não vêem e o não conhecem senão pela notícia de suas virtudes e pela reverência que lhe tributam, compreende-se que esse amor se exalte com a presença do monarca, com o testemunho, com a recordação permanente de suas palavras, dos seus atos de beneficência, das demonstrações do seu zelo pelo engrandecimento da pátria, pelo desenvolvimento da sua civilização, do seu trabalho, da sua indústria.”

Segundo a imprensa da época, a Bahia muito esperava da visita do imperador. A velha província passava por uma grande crise. Vivia de empréstimos, não para fazer obras, mas para a vida cotidiana. Havia falta de braços, e o cólera ainda dizimava os trabalhadores. A safra era de menos de um terço da regular. Por acúmulo ainda, quando o imperador chega à Bahia, esta saía de uma ingrata estação, pois após um verão ardente e mortífero às plantações, tivera um rigoroso inverno, não existindo fruto de qualidade alguma, nem mesmo verduras e legumes. O belo panorama de seus terrenos açucareiros, aquela imensidade de engenhos, com seus férteis campos cobertos de canas, o bulício da moagem que é a vida do lavrador, tudo isso, como que deixara de existir naquele ano! A província vinha de tomar 300:000\$000 de empréstimo ao Banco da Bahia, e a perspectiva era de novos recursos a essa medida extrema.

Se a seca, no interior, não tinha safra para desejar o sol, amigo da moagem, que não podia existir, a ausência de chuvas deixava de alimentar as plantações novas e as que estavam por fazer. Este o quadro de desolação, descrito pelas crônicas contemporâneas.

Os baianos, aguardavam, todavia, com alegria e esperança, a visita do imperador. Apesar dos prévios avisos de Sua Majestade, de que não seriam de seu agrado despesas públicas ou particulares

a serem feitas com a sua visita, tanto a província como a sociedade baiana procurou dar o melhor brilho ao desejado acontecimento.

O palácio do governo foi pintado e mobiliado com mais decência, graças a uma comissão de Antônio Pedroso de Albuquerque, Joaquim Pereira Marinho e Manuel José de Almeida Couto, que não aceitaram o dinheiro dos cofres públicos designado para esse serviço. A secretaria foi mudada para a casa da Assembléia Provincial, situada na mesma praça. O comércio, corporações, classes e indivíduos, competiam nos preparativos de uma acolhedora recepção.

Outras cidades, além de Salvador, contidas no programa da visita, porfiavam em seguir as medidas da capital. O clero, por sua vez, se associava ao prélio. Dom Romualdo, arcebispo e conde de Santa Cruz, dirigia-se aos vigários do interior, em circular: “Sendonos comunicado por aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império de 5 do corrente, que S. M. o Imperador, acompanhado de S. M. a Imperatriz, pretende visitar esta e algumas outras províncias do norte do Império, e que provavelmente, durante os dias que aqui estiverem, irão igualmente visitar Valença, Nazaré, Cachoeira, São Francisco, Santo Amaro, Feira de Santana e alguns outros pontos mais próximos, na direção do traço da estrada de ferro, apressamo-nos a transmitir-lhe esta grata notícia, que sem dúvida encherá do maior prazer a Vm. e seus paroquianos, pela subida honra de beijarem as imperiais mãos, e conhecerem pessoalmente o esclarecido monarca, cujo cetro, ornado das mais brilhantes virtudes, constitui o mais sólido fundamento e seguro penhor da paz, união e estabilidade do nosso país. S. M. o Imperador, conquanto intuito aprecie todas as demonstrações de regozijo que lhe possam manifestar nessa ocasião os habitantes desta província, é contudo do seu imperial agrado que os donativos com que se quiserem concorrer para semelhante fim possam ser aplicados em benefício das localidades que o mesmo augusto senhor visitar. Fiel ao espírito da Igreja, que consagra aos imperantes católicos uma espécie de culto, que já Tertuliano no 3º século do cristianismo chamava *religião da segunda majestade*, cumpre-nos recomendar a Vm. a exata observância do cerimonial que em tais ocorrências prescreve o Pontifical Romano, convocando todo o clero da freguesia e convidando os seus paroquianos que puderem assistir no faustíssimo dia da chegada dos augusto viajantes à sua solene recepção. Deus Guarde a Vm. Bahia, 13 de setembro de 1859”.

E os párocos da capital, também recebiam a seguinte circular: “Aproximando-se o dia marcado por S. M. o Imperador para realizar a visita que com S. M. a Imperatriz se digna fazer a esta província, e sendo expressamente recomendado pelo apóstolo, que se façam súplicas e preces pela saúde e vida dos imperantes, *porque isto é bom e agradável ao nosso Divino Salvador*, julgamos que, se em todo o tempo é justo e conforme ao espírito da Igreja cumprir este dever de religiosa gratidão para com o augusto chefe do Estado, e efetivamente se observa todos os dias no próprio sacrifício dos altares: muito mais o deve ser na ocorrência dos incômodos inevitáveis de uma viagem empreendida com as mais pias e patrióticas intenções e que muito nos deve penhorar.

Nesta inteligência, ordenamos que se façam preces em nossa Sé Metropolitana e mais igrejas desta capital nos dias 1, 2 e 3 do próximo mês de outubro, como já se praticou por ocasião de igual visita do imperador o senhor d. Pedro I de saudosa memória e se reatem na celebração da missa a oração – pro imperatore – enquanto SS. MM. II. não chegarem a este porto. Bahia, 28 de setembro de 1859 – Arcebispo, conde de Santa Cruz”.

O presidente da província, conselheiro Herculano Ferreira Pena estabelece um longo programa das cerimônias de recepção ao imperador: logo ao ser avistada a esquadilha imperial, navios e fortes dariam as salvas de estilo e os sinos da catedral repicariam. Os corpos de linha e os da guarda nacional formariam no Terreiro de Jesus. Todos os funcionários civis, militares e eclesiásticos estariam vestidos de gala, no Arsenal de Marinha, e logo que desembarcassem da galeota, Suas Majestades seriam recebidos pela câmara municipal, debaixo de pália, com rumo à catedral, através a ladeira da Conceição, largo do Teatro, rua Direita do Palácio, rua Direita da Misericórdia e rua Direita do Colégio. Na formação do cortejo, haveria a seguinte ordem:

1º. Os funcionários públicos e outros cidadãos não compreendidos nos números seguintes;

2º. Os oficiais do Exército e Armada, das extintas milícias e da guarda nacional, e as pessoas que gozam de honras militares;

3º. Os juízes de direito, os comendadores, os que têm tratamento de senhoria, os cônsules, os membros da faculdade de medicina e dos tribunais;

4º. A corporação eclesiástica, compreendendo o clero regular, os párocos com todo o clero de suas freguesias, os seminaristas e o cabido;

5º. No lugar que lhe compete, o ex.^{mo} arcebispo, conde de Santa Cruz, e atrás do pátio os grandes do império, os que têm o tratamento de excelência, os titulares, os conselheiros e os oficiais gerais do Exército e Armada.

No dia 30 de setembro, o Paço de São Cristóvão recebeu os mais altos personagens oficiais e a sociedade fluminense que foram apresentar despedidas e votos de boa viagem ao imperador. E às 8 horas do dia seguinte, 1º de outubro de 1859, o sr. dom Pedro II, a imperatriz, o conselheiro João de Almeida Pereira Filho, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, e demais membros de sua comitiva, recebiam no arsenal de Marinha os últimos cumprimentos, entre os quais os do corpo diplomático chefiado pelo conde de Tomar, ministro de Portugal. O povo apinhava-se pelos cais, assistindo a partida do soberano, que seguia, embarcado no vapor *Apa*, da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, comboiado pelos vasos de guerra *Amazonas*, *Paraense* e *Belmonte*, sendo a esquadra comandada pelo vice-almirante Joaquim Marques Lisboa, futuro barão de Tamandaré.

Nos navios *Parnaíba* e *D. Pedro*, os ministros e muitas outras pessoas gradas, acompanharam o comboio do imperador até à saída da barra, o mesmo fazendo o navio de guerra espanhol *Concórdia*, e ao espetáculo se juntavam às salvas das fortalezas, as continências militares, e o agitar dos lenços da assistência popular nas amuradas dos cais e alto dos morros.

A esquadra encontrou mar grosso e ventos contrários, avistando no dia 4 as serras de Comandatuba. Ao amanhecer o dia 5, fundeava na enseada do morro de São Paulo, muito próxima já da Bahia de Todos os Santos. Dessa localidade baiana, dom Pedro II, como impressão e lembrança de viagem, fez um desenho a lápis, o primeiro no gênero, de uma coleção inédita que se acha no arquivo da família imperial, recolhido hoje ao Museu Imperial. Permaneceu a comitiva um dia inteiro em São Paulo. Desembarcada, visitou a capela, consagrada a N. S. da Luz, a arruinada fortaleza, construída em 1750, quando vice-rei o conde de Sabugosa, e o farol. Este era constituído por uma coluna com escada em espiral de 120 degraus, e reputado um dos melhores do Brasil,


P. II
VIAGEM
DE SUAS MAJESTADES IMPERIAES
nas Provincias do Norte
Das de 1 de Outubro de 1859 até 11 de Fevereiro de 1860.
 Le plus beau privilège des arts est d'être utile aux malheureux;
 le temps se peut être consacré à la gloire qu'à la misère. (L'ARTISTE)
 Ainsi que le héros brille par ses exploits,
 La grandeur des bienfaits doit signaler les rois. (L'ARTISTE)

	BAHIA	PERNAMBUCO	PARANIBA	ALAGOAS	SERGIPÊ	ESP. SANTO	TOTAIS
Igrejas, Capellas, etc...	4,250,000	4,000,000	2,800,000	3,600,000	2,200,000	4,600,000	21,450,000
S. ^a Casa de Misericordia	8,500,000	3,000,000	6,000,000	3,000,000	3,000,000		23,500,000
Recolhimentos	500,000	2,000,000					2,500,000
Collegios de Orphãos	3,000,000	7,000,000					10,000,000
Irmãs de Caridade	3,000,000						3,000,000
Asilo de mendicidade		3,000,000					3,000,000
Casa dos Expostos		1,000,000					1,000,000
Hospitales	3,400,000	3,600,000		2,000,000	3,000,000	3,000,000	19,000,000
Hospital Portuguez		300,000					300,000
Asilo de Fabricas - D. Pedro II	2,000,000						2,000,000
Cemiterios	500,000	6,000,000	800,000	2,200,000	4,300,000	3,200,000	17,000,000
Pobres	10,000,000	14,300,000	6,100,000	9,700,000	6,500,000	6,100,000	64,800,000
Escolas particulares	3,877,000	3,377,000	375,000	868,000	570,000	2,023,300	11,043,300
Desvalidos Italianos	400,000						400,000
Associação das Artes mechas		1,000,000					1,000,000
Encasamentos de azo potavel		2,000,000		4,000,000	1,000,000	500,000	7,500,000
Obras de Mauadouro			4,000,000				4,000,000
Instituto Pio Literario		300,000					300,000
Instituto Agricola	10,000,000	10,000,000			10,000,000		30,000,000
R.^a	63,327,000	64,875,000	2,007,500	23,568,000	30,274,000	19,823,300	222,593,800

Das de Janeiro até 11 de Março de 1860

Litografia de um desenho de Luís Aleixo Boulanger, alusivo às despesas durante a viagem de d. Pedro II à Bahia (Col. do Museu Imperial)

mandado construir que fora pelo conselheiro Gonçalves Martins quando presidente da província.

São Paulo tinha cento e tantas pequenas casas, e havia ali uma fonte de água potável com três bicas, mandada fazer pelo vice-rei conde das Galveias, em 1746.

Ainda foi o imperador de escaler até à barra do rio Una, passando pela praia da Gamboa, onde havia quarenta e tantas casas, a maior parte cobertas de palha. O porto era conhecido por *Ancoradouro do Curral* – enseada onde se abrigara, em 1823, a esquadra de Cochrane, na guerra da Independência.

Antes de voltar para bordo, o imperador mandou dar 200\$000 para a capela e 400\$000 aos pobres. No fim da tarde apareceu, chegado do Salvador, o navio *Valéria de Sinimbu*, conduzindo a seu bordo os primeiros-tenentes da Armada Inácio Acioli de Vasconcelos e Manuel Ernesto de Sousa França, encarregados de verificar a aproximação da esquadra imperial e de receber as ordens de SS. MM. a quem tiveram a honra de mostrar o programa oficial da recepção, findo o que, pediram permissão para regressar.

E no dia 6, toda em festa, a cidade do Salvador recebia o sr. dom Pedro II. O povo se condensava nas praças, ruas, cais, janelas, telhados, torres das igrejas, canoas embandeiradas. A companhia de navegação baiana por seu popular e querido chefe, senador Gonçalves Martins, fez saírem todos os seus vapores ao encontro de Suas Majestades, fora da barra. O presidente da província e o arcebispo foram receber o imperador na bela galeota, ricamente preparada e na qual desembarcara outrora o fundador do Império. No ato de desembarque elevaram-se aos ares inúmeras girândolas e salvas de artilharia. Calculou-se em perto de cinqüenta mil pessoas, as que compuseram o séquito. A fina sociedade baiana avultou nesse dia; o clero, o funcionalismo, os cônsules, os cidadãos de todas as classes, tudo o que a província tinha de mais notável foi esperar o ilustre viajante no arsenal de Marinha. Em frente do rico templo, todo de mármore, da Conceição da Praia, um grupo de meninas, em lindos trajes brancos, foi saudar Suas Majestades. A igreja tinha as portas abertas e estava ricamente adornada. Ao entrar no Largo do Teatro, onde se levantou o palacete, o imperador foi recebido com uma girândola de cem dúzias de foguetes, saídos do jardim do coronel Argolo. Inúmeras senhoras e outras pessoas que se achavam às janelas, atiraram flores sobre os visitantes.

Subindo ao palacete, dom Pedro II é saudado pelo presidente da câmara municipal:

“Senhor!

A Câmara Municipal desta leal e valorosa cidade de Salvador apressa-se em entregar a V. M. Imperial as chaves de suas portas, rendendo assim plena homenagem ao monarca que para a felicidade do Império de Santa Cruz, preside aos seus destinos gloriosos. A capital da Bahia se desvanece vendo em seus muros o neto do rei que abriu um novo horizonte ao Brasil, franqueando seus portos ao comércio de todas as nações do globo, e sobretudo o filho daquele que primeiro soltara o brado da nossa independência e liberdade nas margens do Ipiranga, – do herói dos dois mundos que a dois povos igualmente libertara, e rende graças ao Todo-Poderoso pela feliz viagem de V. M. Imperial e de S. M. a Imperatriz.

O excelso monarca, tão dedicado à prosperidade deste Império, amigo solícito da justiça e protetor desvelado das letras e das artes, encontrará entre os baianos as mais vivas demonstrações de amor, lealdade e respeito.

Senhor!

A Câmara Municipal da Bahia não pode deixar de congratular-se pela subida honra que lhe cabe nesta solene ocasião de dirigir-se em nome de seus munícipes a V. M. Imperial fazendo os mais sinceros e ardentes votos pela preciosa vida de V. M. Imperial, de sua augusta dinastia, para perpetuidade da paz e engrandecimento e união deste vasto e florescente Império.

Bahia, em 6 de outubro de 1859. – *Joaquim Ernesto de Sousa*, presidente; dr. *Eduardo Freire de Carvalho*, *Caetano Vicente de Almeida Galvão*, dr. *Tito Adrião Rabelo*, *Manuel Jerônimo Ferreira*, *Manuel José Magalhães*, *Bernardino de Sena Moreira*, dr. *Henrique Álvares dos Santos*, *José Manuel Fernandes Ramos*”.

Em resposta, disse o imperador:

“Enchem-me de vivo prazer as congratulações da câmara municipal da leal e valorosa cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, por motivo de minha chegada a esta importante província, onde meu avô libertou o comércio do rico e vasto Brasil, que Deus criara para ser um florescente império; onde os corações de nobres compatriotas repercutiram com tamanha glória o brado que meu pai soltou junto ao Ipiranga”.

Um pavilhão mandado levantar no mesmo largo do teatro pela câmara municipal, representava as 20 províncias em belas colunas com gosto, cheio de custosas cortinas, tinha no centro um dossel, onde a imperatriz descansou, recebendo muitas flores. Tudo no local tinha um certo ar de distinção: a larga praça, um esplêndido chafariz de mármore, as colchas de damasco pendentes de todas as janelas. Dali o cortejo encaminhou-se pelas ruas do Palácio e da Misericórdia e foi sair no largo do Terreiro de Jesus, onde Suas Majestades puderam admirar o vasto e magnífico

templo da catedral, e o chafariz do Terreiro, tido como o melhor do país. Após a cerimônia religiosa na catedral, presidida pelo arcebispo, Suas Majestades regressaram para o paço, com continências e vivas. Deu então recepção aos grandes do Império e a muitas outras pessoas que os foram felicitar, durando tudo isso até às 17 horas e meia, depois do que o imperador convidou para o seu jantar que foi servido às 19 horas, a sua comitiva, o arcebispo, o presidente da província, o senador Gonçalves Martins, o senador Wanderley, o deputado Pedro Muniz, os grandes do Império, o comandante das armas, e vários funcionários de categoria. Como, a costume dos paços da corte, se havia preparado uma mesa especial para Suas Majestades, o imperador ordenou que se colocasse a mesma no salão comum.

A baixela que foi destinada para o serviço de SS. MM. e sua comitiva é toda de prata e de valor elevado, calculada em trezentos contos, havendo entre outros objetos, uma talha d'água pesando mais de cinco arrobas de prata, e todo o serviço era obra de arte primorosamente acabada.

No jantar, contou-se mais de duzentos talheres, sendo de ouro todos os da mesa do imperador, e oferecidos pelo comendador Antônio Pedroso de Albuquerque.

Foi este o primeiro dia do imperador na cidade do Salvador.

Pelo sabor, vale a pena saber-se o que escreveu um cronista para o jornalzinho da corte que era *A Marmota*, a propósito da chegada do imperador à Bahia:

“Hei-lo enfim entre nós. Realizou-se felizmente a tão almejada chegada de SS. MM. II. às plagas desta nossa Bahia no sempre faustoso dia 6 do corrente. Descrever-lhe o entusiasmo, o contentamento e o frenesi que se observava nesse dia na população desta capital é coisa, além de difícil, própria somente de outras penas que não da minha com a qual mal me posso fazer entender.

Ao dar o forte do mar o sinal de que se aproximava a frota, as ruas ficaram coalhadas de povo; os lugares donde se podia observar o mar ficaram imediatamente ocupados por imensidade de pessoas que receosas de não acharem donde ver, se pregaram neles para dali não mais saírem: nas ladeiras, nas janelas, enfim, até nos telhados das casas haviam espectadores.

De descrever-lhe tudo, desde o embarque do Rio até agora não me faço cargo e nem V. me paga como o *Correio Mercantil*, do Rio e o *Jornal do Comércio*; remeto-o ao *J. da Bahia*, que tem sido a tal respeito muito minucioso e igualmente muito exato: contudo quero sempre dar-lhe notícias de alguns episódios engraçados, que se têm dado.

O governo da província fez um programa do que se devia seguir no desembarque dos augustos visitantes e lembrou-se de nomear quatro distintos cidadãos para mestres-de-cerimônias; ora, em qualquer outra função eles poderiam desempenhar cabalmente tão honroso encargo, porém no meio daquele povo entusiasmado e frenético por ver, por conhecer seu monarca, era tão impossível quanto saber eu o que se está fazendo agora na Cochinchina. Quem pode com os meninos, as mulheres de capona, as crioulas de pano da Costa e mesmo a estudantada, nestes atos? É perder tempo querer ordem: dois da tal comissão quando subiram a ladeira da Conceição caíram logo à ré e outro tirava seu ventre da miséria em dar vivas.

Da saída de SS. MM. do rico palanque do largo do Teatro, obra que faz honra à câmara municipal tudo era um bolo, assemelhava-se, para quem via do alto, a uma panela de feijões a ferver.

Na noite seguinte foram SS. MM. ao teatro público, onde se representou a ópera *Rigoletto* e aí foram logo à entrada recebidos com muitos vivas e ao aparecerem na tribuna foram saudados pelo numeroso concurso de espectadores da platéia, dos camarotes, inclusive as senhoras por mais de um quarto de hora; recitou uma belíssima poesia, e que muito agradou o José Antônio da Cunha, poeta pouco conhecido, porém de muita habilidade. SS. MM. pareceram ficar satisfeitos.

Foi, porém, muito notado que, nesta capital, onde existem tantos poetas e que a qualquer cômica ou dançarina fazem uma *grosa* de sonetos, e que aos jantares para que se os convida, põem os donos da casa logo abaixo de N. S. Jesus Cristo, somente se apresentasse aquele Cunha.

Não sou capaz de supor que isso cheire a republicanismo, até porque já tendo-os visto recitar em festas de monarcas estrangeiros. Só eles sabem a razão que talvez seja alguma epidemia de incômodos em todos eles.

Um outro episódio também por aí se propala e é que tendo de se pedir pelos colégios de meninas algumas delas para lançarem flores em SS. MM. ao desembarcarem no arsenal, daí se recomendava às diretoras que mandassem somente meninas brancas, como se os augustos hóspedes fossem como certas laranjeiras que assim dispõem de um título ou uma condecoração ou têm a cor um pouco mais clara, ainda que o cabelo seja encarapinhado e as protuberâncias atrás das orelhas bem salientes, já não querem, já não digo na casa deles aonde principiara por não mandarem sentar, mas nas igrejas e nos lugares públicos, aproximar-se de quem lhes é inferior ou tem a cor um pouco mais fechada, ainda que tenha mais merecimento e virtudes: aquilo porém faz um perfeito contraste com que observei no domingo praticado pela mesa da Santa Casa da Misericórdia, em que se viam conduzidas pelos distintos cavaleiros, membros da referida mesa inclusive seu provedor o dr. Joaquim Bulcão, crianças de ambos os sexos, de todas as cores.

O imperador é incansável; de manhã muito cedo, quando ainda talvez muitos operários estejam na cama, já ele é visto na rua, visitando repartições, quartéis, estabelecimentos públicos, estradas etc. Nestes dias tudo deve andar muito direito, os soldados e marinheiros nunca tomaram tão bom café e nem comeram pão com tanta manteiga; é pena que ele se não demore por aqui mais tempo, e há até opiniões de que S. M. deve cá ficar por uns

anos afim de dar mais incremento a esta província e o mesmo fazer com as outras do norte.

Eu também sou desta opinião e creio que por esta forma pensa a Bahia inteira e assim todo o norte.

Por hoje basta; o que se passar daqui por diante lhe irei comunicando não lhe esquecendo de lhe mandar uma lista dos *mirones* que não deixam as escadas do paço; e bem aventurados esses porque deles é o reino dos céus.”

No dia seguinte, pelas 6 horas da manhã, o imperador saiu a cavalo com o ministro do Império e seus semanários, dirigindo-se ao arsenal de Marinha, celeiro público, Mosteiro da Graça e igreja da antiga Sé. Às 11 horas assistiu a solene Te-Déum Laudamus na catedral, com grande pompa, sendo pregador o cônego José Joaquim da Fonseca Lima. À noite, SS. MM. e sua comitiva, com o presidente da província e altas autoridades, vestidos de grande gala, foram ao teatro São José, onde foi representado o *Rigoletto*. Num intervalo, o poeta José Antônio da Cunha recitou. Em outro, o imperador desceu à galeria inferior do teatro para ver uma estátua do fundador do Império, feita em barro pelo sr. Camilo Formili, um dos cantores da companhia italiana. Nos dias subseqüentes o imperador visitou os quartéis de polícia e da Palma, a alfândega, secretaria do Governo, paço da câmara municipal, tesouraria da Fazenda, mosteiro de São Bento, hospital militar, faculdade de medicina, igreja da Ajuda, convento de São Francisco, Ordem Terceira, hospital de Caridade, casa dos loucos, igreja da Misericórdia, casa dos Expostos, recolhimento dos perdões, convento da Soledade, biblioteca pública, engenho do Cabrito, mosteiros da Lapa, das Mercês e do Desterro, casa de prisão com trabalho, passeio público, forte de São Pedro e Pirajá – homenagem a Labatut.

Neste dia, o imperador, acompanhado de seus semanários, do ministro do Império e do presidente da província, e muitos ilustres veteranos da Independência, indo a Pirajá, visitou a matriz onde se demorou em oração, sendo recebido pelo vigário padre José Joaquim Fernandes de Brito, dirigindo-se depois à urna onde se acham guardadas as cinzas do general Labatut, depositou uma coroa de perpétuas, convidando a todos a dar demonstrações de reconhecimento à memória daquele ilustre lidador da Independência. Voltando ao paço, S. M. convidou todos os veteranos a almoçar com ele. Foram os seguintes: barão da Cajaíba, barão de São Francisco, brigadeiro Luís da França Pinto Garcez, coronel

José Pedro de Alcântara, coronel Joaquim José Veloso, tenente-coronel Francisco Teles Carvalhal Meneses de Vasconcelos, coronel Joaquim Antônio da Silva Carvalhal, coronel Braz Baltazar da Silveira, tenente-coronel Joaquim da Costa Pinheiro, coronel Francisco José de Matos Ferreira Lucena, coronel Anastácio Francisco de Meneses Dória, majores Francisco Lopes Jequiriçá, Luís Lopes Vilas Boas, Manuel José Pontes, Manuel José Vieira, Herculano Antônio Pereira da Cunha, Manuel Caetano da Silva Veloso, comandante das Armas interno Luís José Ferreira, capitão-de-fragata Augusto Wenceslau da Silva Lisboa, conselheiro dr. Antônio Policarpo Cabral, e chefe-de-esquadra Guilherme Parker.

Foi o imperador visitado no paço, pelo corpo consular, e diversas deputações, entre as quais as das câmaras municipais de Santo Amaro, Cachoeira, Purificação, Valença, Itaparica e Canavieiras, junta diretora da associação comercial, mesa administrativa da Santa Casa, congregação da faculdade de medicina, veteranos da Independência, cabido diocesano, mesa do colégio dos Órfãos de São Joaquim, escola normal, congregação dramático, junta de lavoura, tribunal do comércio, congregação do liceu, Sociedade Recreio Literário, diretor do ginásio baiano, Sociedade Dois de Julho, professores primários da capital, Sociedade Monte Pio da Bahia.

Retornando à Bahia, de volta de sua viagem à cachoeira de Paulo Afonso, a 26 de outubro, dom Pedro II recomeça as suas visitas: quartel de cavalaria, arsenal de guerra, seminário de São Joaquim, forte de Gequitais, hospício da Piedade, capela do Senhor do Bonfim de Itapagipe, Monserrate, associação comercial, Caixa Filial do Banco do Brasil, mesa das Rendas, Tesouraria provincial, catedral, convento do Carmo, seminário arquiépiscopal, fortes de São Marcelo e da Gamboa, escola pública de Desenho, liceu, gabinete de história natural, escola normal, casa da providência, colégio de N. S. dos Anjos, prisões do Aljube, Santo Antônio e Barbalho, ginásio baiano, estrada de ferro, hospital dos Lázarus, fábrica do Queimado, povoação do Rio Vermelho, cemitério do Canino Santo, estrada Dois de Julho, novo hospital da Ordem 3^a de S. Francisco, obras do cemitério de Massaranduba, escola de meninas da freguesia do Pilar, obras das muralhas que seguram diversas partes da montanha no centro da cidade, aula de primeiras letras do sexo feminino, hospício de Jerusalém, aula da freguesia da Conceição, recolhimento de São

Raimundo, casa dos pobres, aula de ensino primário pelo método Castilho e aula da freguesia de Santana.

Recebe ainda, no paço, as homenagens das câmaras municipais de Jaguaribe, Lençóis, Maracás, Santa Isabel, São Francisco, Vitória, Camisão, Alcobaça, Caetité, barra do Rio das Contas, Tapera, Marau, Inhambupe, Jacobina, Prado, Caravelas Abrantes, São João da Mata, Vila Nova da Rainha, Capim Grosso e Vila Viçosa, Sociedade Monte Pio dos Artistas, Sociedade Protetora dos Desvalidos, Sociedade dos Artífices, Monte Pio dos Caixeiros, gabinete literário da Vila dos Lençóis, corporação musical do Rio Vermelho, juizes e servidores da Justiça de Nazaré, batalhão nº 12 da guarda nacional da Cachoeira, veteranos da Independência de Cachoeira, professores e negociantes da Cachoeira, empregados da tesouraria geral da Fazenda.

O imperador preside a uma sessão do Instituto Histórico da Bahia, e visita o arcebispo em seu palácio. Preside também a colocação da primeira pedra do monumento que a “Sociedade 24 de Setembro” tenciona erigir em memória de dom Pedro I, e à inauguração do Instituto Baiano de Agricultura, por ele criado, conforme o seguinte decreto;

“Desejando assinalar a época de minha visita a esta província com uma nova demonstração da constante atenção que presto à agricultura como a principal fonte de riqueza do Estado: hei por bem criar uma associação com o título de Imperial Instituto Baiano de Agricultura – o qual se regulará por estatutos organizados segundo as bases que com este baixam, assinadas por João de Almeida Pereira Filho, do meu Conselho; ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio da cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos, em 1º de novembro de 1859, trigésimo oitavo da Independência e do Império. Com a rubrica de S. M. o Imperador. – *João de Almeida Pereira Filho*.

(Seguem-se os estatutos e a nomeação da diretoria do Instituto)”.

O imperador visita a aula pública de desenho, examinando com interesse os trabalhos de todos os alunos, sobre os quais fez variadas perguntas ao respectivo professor, dr. Francisco Nunes, o qual teve a satisfação de oferecer ao monarca dois estudos de pintura a óleo por ele feitos na Europa quando pensionista da província.

No dia 3 de novembro, dom Pedro II inicia uma excursão por várias cidades e lugares do recôncavo baiano. Percorre Itaparica, Santo Amaro, Jaguaribe, Nazaré, Santa Cruz, estrada do

Sapé, pontas de Aratuípe e Rio Grande, capela dos Índios, ilha do Medo, fazenda da Barra do Paraguaçu, fazenda de São Roque, ilha do Francês, convento de São Francisco, engenho da Ponta, Nagé, Coqueiro, Cachoeira, São Gonçalo dos Campos, Feira de Santana, São Félix, freguesia de Muritiba, Maragogipe, convento de São Francisco de Paraguaçu, Engenho Novo, Fortim, Madre de Deus, Bom Jesus, Vila de São Francisco, engenho de São Lourenço e obras do poço artesiano, gastando dez dias nessa peregrinação.

Na antevéspera da partida para Pernambuco, o imperador comparece a um grande baile que lhe é oferecido pela associação comercial.

Às 21 horas entravam SS. MM. no edifício, saudados pelos vivas da multidão que enchia o parque e as ruas adjacentes, misturados aos sons de várias bandas de música.

Dançaram com o imperador, as sras. d. Helena Auta Belens Nobre, d. Maria da Conceição Pessanha Martins, d. Maria Luísa Gabbne de Massarelos Muniz, d. Leonor Acioli Franco e d. Ana Bastos Viana Bandeira. Com S. M. a Imperatriz, dançaram os srs. ministro do Império, senador Herculano Pena, conselheiro João Maurício Wanderley, conselheiro Saraiva e doutor Franco.

Foram recitadas diversas poesias aos augustos personagens e entre elas sobressaiu a do poeta João Gualberto dos Passos.

SS. MM. retiraram-se do baile à meia hora da madrugada, recebendo então vivas demonstrações de apreço.

Na véspera da partida, o imperador foi cear em casa do senador Francisco Gonçalves Martins. Entre festas e manifestações, SS. MM. deixaram a Bahia no dia 19 de novembro de 1859. E em lembrança dessa visita, o imperador, por decreto de 14 de março de 1860, agraciou as seguintes pessoas, na data moradoras ou residentes na Bahia:

Casa Imperial

Veadores

Visconde de Itapicuru de Cima.

Barão de Cajaíba.

Barão de Paraguaçu.

Barão de S. Francisco.

Damas

Baronesa de Paraguaçu.
Baronesa de S. Francisco.

**Títulos
Marquês**

O conde de Santa Cruz, arcebispo da Bahia, do mesmo título.

Barões com grandeza

Senador Francisco Gonçalves Martins, barão de S. Lourenço.
Senador João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe.

Barões

Coronel Antônio da Costa Pinto, barão de Sergimirim.
Coronel Francisco Vieira Tosta, barão de Nagé.
Izidro de Sena Madureira, barão de Jequiriçá.
Tenente-coronel Joaquim Inácio de Aragão Bulcão, barão de Matuim.
Luís Francisco Gonçalves Junqueira, barão de Jacuípe.
Luís Manuel de Oliveira Mendes, barão de Traripe.
Miguel José Maria Teive e Argolo, barão de Paramirim.

Honras de grandeza

Barão de Pirajá.
Barão do Rio das Contas.

Títulos do Conselho

Benevenuto Augusto de Magalhães Taques.

Ordem do Cruzeiro
Cavaleiro

Francisco Muniz Barreto.

Ordem de Aviz
Comendadores

Chefe-de-esquadra Guilherme Parker.
Coronel José Antônio da Fonseca Galvão.

Grandes dignitários

Senador Herculano Ferreira Pena.
Joaquim Torquato Carneiro de Campos.

Comendadores

Antônio Calmon du Pin e Almeida (desembargador).
Antônio Francisco de Lacerda.
Antônio Francisco Tinta (coronel).
Dr. Antônio Gonçalves Martins.
Antônio Joaquim de Magalhães Castro (tenente-coronel).
Antônio José de Lima.
Dr. Antônio Ladislau de Figueiredo Rocha.
Barão do Rio Vermelho.
Domingos José Freire (tenente-coronel).
Egas Muniz Barreto de Aragão (tenente-coronel).
Francisco Antônio da Rocha Pita e Argolo (tenente-coronel).
Francisco Gomes Moncorvo (tenente-coronel).
Francisco José Godinho.
Dr. Francisco Mendes da Costa Correia.
Francisco de Sampaio Viana.
José Antônio Saraiva (conselheiro).
José Joaquim Barreto.
Justiniano José de Araújo (tenente-coronel).
Luís José Ferreira (coronel).
Dr. Luís Rodrigues Dutra.
Manuel Belém de Lima.
Manuel Caetano de Oliveira Passes (tenente-coronel).
Manuel úos de Almeida Couto.
Manuel José de Magalhães (tenente-coronel).
Dr. Manuel Ladislau Aranha Dantas.
Manuel Maria do Amaral (conselheiro).
Manuel Messias de Leão (desembargador).
Manuel Pedro da Silva (tenente-coronel).
Simão Gomes Ferreira Veloso (coronel).
Teodoro Teixeira Gomes.
Visconde de Fiais.

Oficiais

Dr. Agostinho Luís da Gama.
Antônio Filipe de Melo (tenente-coronel).
Antônio Gomes Calmon (coronel).
Antônio Joaquim Alves Pinto de Almeida (tenente-coronel).
Antônio Luís Ferreira (coronel).
Antônio Mariani (coronel).
Antônio da Silva Duarte (coronel).
Antônio de Sousa Esnola (coronel).
Dr. Augusto de Lacerda.
Augusto Wenceslau da Silva Lisboa (capitão-de-mar-e-guerra).
Baltazar de Araújo Aragão Bulcão (tenente-coronel).
Barão do Rio Fundo.
Dr. Bento José Fernandes de Almeida.
Domingos Rodrigues Seixas (coronel).

Filipe José Ferreira (chefe-de-divisão).
Filipe Pedreira de Cerqueira.
Francisco Cândido Rodrigues de Castro.
Francisco Ferreira Viana Bandeira (tenente-coronel).
Francisco José dos Santos Ribeiro (tenente-coronel).
Francisco Pereira de Sousa (cônego).
Francisco Pires de Carvalho Albuquerque.
Francisco Vicente Viana.
Dr. Francisco Xavier Viana.
Dr. Francisco Xavier Pinto Lima.
Frutuoso Gomes Moncorvo (tenente-coronel).
Gaspar José Lisboa.
Geminiano Ferraz Moreira.
Henrique de Sousa Brandão.
Dr. J. L. Taterson.
João Batista de Oliveira Montauray (1º tenente).
João Cardoso Soares.
João Cezimbra.
João Florindo Ribeiro Bulhões.
Dr. João José Barbosa de Oliveira.
João da Mata Santos (tenente-coronel).
João de Oliveira Guedes.
João de Sousa Santos (tenente-coronel).
Dr. Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha.
Joaquim José da Silva Galrão.
Joaquim Pedreira de Cerqueira (coronel).
José Antônio de Araújo Luna (tenente-coronel).
Dr. José Augusto Chaves.
José de Barros Reis.
José de Bittencourt Sá e Aragão (tenente-coronel).
José Ferreira da Silva (tenente-coronel).
José Freire de Carvalho (tenente-coronel).
José Joaquim de Almeida Júnior.
José Joaquim da Fonseca Lima (cônego).

Ordem da Rosa

Dr. José Joaquim Landulfo da Rocha Medrado.
José de Lima Nobre (guarda-mor).
José Pereira Soares (major).
Dr. José Ricardo Gomes de Carvalho.
Justiniano César Jacobina (tenente-coronel).
Justino Nunes de Sento Sé.
Leonardo José Pereira Borges (capitão).
Lourenço de Sousa Marques (tenente-coronel).
Dr. Luís Antônio Pereira Franco.
Manuel Alves Fernandes Sucupira (tenente-coronel).
Manuel Cirilo Marinho (cônego).
Manuel Francisco de Sá Freire.

Manuel Galdino de Assis.
Manuel João de Meireles (tenente-coronel).
Manuel Joaquim Pedreira Sampaio (tenente-coronel).
Manuel José Teixeira Barbosa.
Manuel de Lima Rocha Pita e Argolo (tenente-coronel).
Manuel Lopes da Costa Pinto (tenente-coronel).
Manuel da Veiga Ornelas (tenente-coronel).
Marcelino José da Cunha (tenente-coronel).
Marcolino Gonçalves Mascarenhas (tenente-coronel).
Paulo Teixeira Monteiro.
Dr. Pedro Muniz Barreto de Aragão.
Quintino Soares da Rocha (coronel).
Raimundo Francisco de Macedo Magarão.
Sancho de Bittencourt Berenguer César.
Severino José Moreira.
Linfrônio Olímpio Bacelar.
Tomás Pereira Geremoabo.

Cavaleiros

Adolfo Kleinschmidt.
Antônio Bernardino Paraíso Cavalcanti (capitão).
Antônio de Brito Leal.
Antônio de Carvalho Pinto Lima (major).
Antônio da Costa Chastinet.
Antônio da Costa Pinto Júnior (major).
Antônio Evaristo Bacelar (capitão).
Antônio Honorato da Silva Rego.
Antônio Joaquim Pinto Cabral (capitão).
Antônio José Alves.
Antônio Leite Ribeiro (major).
Antônio Pereira de Borba (tenente).
Antônio Pereira Franco.
Dr. Aprígio Amâncio Gonçalves.
Augusto Alves Caruaíba.
Bernardino de Sena Moreira.
Caetano Vicente de Almeida Galeão.
Cristóvão Pereira Mascarenhas (tenente-coronel).
Domingos Soares Pereira.
Egas José Guedes.
Felício de Sá Brito (1ª tenente).
Felismino Gonçalves dos Santos (capitão).
Firmo José de Melo.
Francisco Carlos.
Francisco Gonçalves Pedreira França (capitão).
Dr. Francisco José da Rocha.
Francisco Lourenço de Araújo.
Francisco Manoel Gonçalves da Cunha.
Francisco Maria da Costa Chastinet (capitão).

Francisco Martins Curvelo (major).
Dr. Henrique Álvares dos Santos.
Inácio Joaquim da Fonseca (1º tenente).
João Cláudio dos Santos (capitão).
João Fernandes de Carvalho.
Dr. João Garcez dos Santos.
João José de Carvalho (major).
João José da Rocha Viana.
João Moreira da Costa Lima.
João Vaz Lordelo (tenente-coronel).
Joaquim Antônio Rodrigues de Figueiredo (capitão).
Joaquim José Coelho de Sousa (tenente-coronel).
Joaquim Lopes de Carvalho.
Dr. Joaquim Moreira Sampaio.
Joaquim Severiano Barreto de Alencar.
Dr. José Eduardo Freire de Carvalho.
José Joaquim de Sena.
José Joaquim de Teive e Argolo (major).
José Lourenço Ferreira Cajati.
Dr. José Manuel Fernandes Ramos.
José Maria da Fonseca.
José Maria da Silveira (alferes).
Dr. José Pereira de Mesquita.
Dr. José Pires de Carvalho Albuquerque.
José Rui Dias d'Afonseca (major).
Leopoldino Nunes de Queiroz (major).
Lúcio Valeriano dos Santos (major).
Luís José Pereira Rocha.
Manuel Amâncio da Silva.
Manoel Garces dos Santos.
Manuel Nogueira de Carvalho Serva.
Maurício Nunes Leal (capitão).
Maximiniano Marcelino Alves.
Nicolau Carneiro da Rocha (major).
Olímpio José Chavantes (2º tenente).
Dr. Pascoal Pereira de Matos.
Dr. Pedro da Silva Rego.
Dr. Pio Xavier Garcia de Noronha.
Rodrigo Brandão (capitão).
Dr. Salustiano Ferreira Souto.
Dr. Tito Adrião Rabelo.
Padre Vicente Ferreira Gomes.

Ordem de Cristo
Comendadores

Antônio Pedroso de Albuquerque (coronel).
Dr. Antônio Policarpo Cabral.
Dr. Bernardino de Sena Madureira.

Dr. Francisco Moreira de Carvalho.
Dr. Casimiro de Sena Madureira.
Dr. Inocência Marques de Araújo Góis.
João Antônio de Vasconcelos (desembargador).
João Batista dos Anjos (conselheiro).
Joaquim Pereira Marinho.
Dr. Jonatas Abbot.
José de Sousa Lima (cônego).
José Tavares da Silva (vigário).
Manuel Libânio Pereira de Castro (desembargador).
Miguel Antônio Ferreira (cônego).
Dr. Vicente Ferreira de Magalhães.

Cavaleiros

Dr. Abílio César Borges.
Dr. Alexandre José de Barros Bittencourt.
Albino José da Silva e Almeida (tenente-coronel).
Dr. Américo Muniz Barreto da Silveira.
Dr. Antero Cícero de Assis.
Antônio Félix de Carvalho (tenente-coronel).
Antônio Gomes Ferreira Brandão (padre).
Dr. Antônio Januário de Faria.
Dr. Antônio Mariano do Bonfim.
Dr. Antônio Salustiano Antunes.
Antônio Teodoro da Silva (capitão).
Balduino Embiraçú Camacuan.
Dr. Carlos de Cerqueira Pinto.
Constantino do Amaral Tavares.
Dr. Demétrio Ciríaco Tourinho.
Padre Eduardo Augusto de Sousa Meio.
Ezequiel Antônio de Meneses Dória.
Dr. Francisco Rodrigues da Silva.
Francolino Pedreira de Cerqueira.
Dr. Gil Pedreira de Cerqueira.
Dr. Herculano Domingues do Couto.
Honório José de Lemos.
Padre Jacinto Vilas Boas de Jesus.
João Alves Portela.
Dr. João Ladislau Japiau de Figueiredo e Melo.
Padre Joaquim José de Góis Tourinho.
Joaquim Porfírio de Sousa.
Padre José Cupertino de Araújo.
Padre José Félix Pereira de Araújo.
Dr. José Gomes da Silva.
Dr. José Pacheco Pereira.
José Pires Falcão Brandão.
Joviniano José da Silva e Almeida (capitão).
Leão Caldas de Brito.



Estampa colorida representando o desembarque de Dom Pedro II no arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, em seu regresso da viagem ao Norte em 1860

(Museu Imperial)

Padre Lourenço Borges de Lemos.
Dr. Lúcio Casimiro de Oliveira Bahia.
Manuel Joaquim de Azevedo Pontes.
Manuel José de Figueiredo Leite.
Manuel dos Santos Pereira (cônego).
Dr. Saturnino de Uzeda e Lima.
Dr. Sebastião Pinto de Carvalho.
Trasílio da Rocha Passos.

Manuel Querino, em sua *A Bahia de Outrora*, diz a propósito da visita de d. Pedro II: “A cidade, como que despertada de prolongada modorra, apressava os preparativos das festas de recepção. Pintaram-se as casas, consertaram-se os calçamentos das ruas principais, os lampiões de azeite de peixe foram lavados e limpos; improvisou-se um serviço de asseio e limpeza pública, fazendo desaparecer a vegetação dos muros e da beira dos telhados.

Dentro em pouco tempo, a cidade tomou novo aspecto. Costureiras, alfaiates, pedreiros, carapinas, enfim, operários de toda a espécie viram-se assoberbados de trabalho. O palácio do governo passou por grande reforma, sendo dotado de mobiliário novo, reposteiros, colchas e tudo mais que necessário se tornava para iludir o olhar do imperante”.

E o historiador baiano reproduz trechos do engraçado *Relatório Poético*, de João Nepomuceno da Silva, o poeta graxeiro, apresentado ao imperador. No prólogo, assim começavam os versos:

“Fardas saíam dos cantos bolorentos,
De balões, de uma vez fiquem varridas
As lojas do comércio brasileiro:
Escovem-se as japonas, e se remendem,
Velhos façam a barba, as moças comam
De sepo, e fitas se lhe façam ornadas,
Coletes de três terças e dois palmos,
Gravatas grandes, de atrevidas pontas”.

A Santa Casa, teve também o seu pedacinho:

“O café, que não ilude.
Parece água barrenta;
E café que o mal aumenta,
Bem adverso à saúde.
O mingau parece grude
Feito d’água e farinha.

Ralo caldo de galinha
Bem picado de vinagre:
Parece tripa de bagre
Misturado com sardinha”.

Narra ainda Manuel Querino, que em Santo Amaro houve cavalhadas, em homenagem a Pedro II, e que na Feira de Santana, o imperador dormiu em uma cama de jacarandá, pertencente ao coronel Afonso Pedreira, uma maravilha no gênero, trabalho do artista Roque.

Por onde se conclui, que a visita de Pedro II à Bahia foi de grande benefício para a grande província. O governo geral, como os governos municipais, embora sem maiores gastos, conforme a recomendação, foram de encontro à iniciativa particular, e assim, as galas da recepção se refletiram muito mais na limpeza das cidades que em fogos de artifício, comedorias e bailes. A presença do imperador, estreitou os laços da estima dos baianos à sua pessoa e ao regime, e por sua vez, d. Pedro II estimulou todos os ramos da administração provincial, culminando pela criação do Instituto de Agricultura.

E por isso, Afrânio Peixoto, referindo-se à visita de Pedro II, diria, em seu *Livro de horas*: “Trinta anos depois, em 89, a Bahia se lembra ainda e fiel a si mesma é a última a... aderir à República...”

Alcindo Sodré

**O TRONCO DA FAMÍLIA NABUCO
DE ARAÚJO**

O tronco da família Nabuco de Araújo

Não é extensa, nem muito conhecida entre nós, a documentação existente, e divulgada até agora, a respeito dos antepassados da família Nabuco. Os biógrafos dos dois Nabucos não aprofundam as raízes dessa árvore genealógica e referem-se mesmo vagamente aos ancestrais do nosso primeiro embaixador.

O livro *Um Estadista do Império*, tão minucioso e preciso em seus informes, não traz muitas referências às gerações anteriores ao pai de José Tomás Nabuco de Araújo. Assim é que, depois de falar do nascimento e batismo de seu biografado, escreve o autor: “O primeiro José Tomás era filho de Manuel Fernandes Nabuco, irmão do chanceler José Joaquim Nabuco de Araújo, que faleceu barão de Itapoã e senador pelo Pará”. E, adiante, a respeito dos pais do primeiro José Tomás, vagamente informa chamar-se sua mãe d. Mariana Joaquina, e transcreve um trecho de carta sua em que menciona dois filhos militares. O pai e homônimo do *Estadista do Império*, diz-nos Nabuco, “contraíra casamento com uma jovem baiana, filha de um doutor Costa Ferreira”...¹. E nenhuma outra informação nesse livro aparece a respeito dos antepassados do ilustre autor.

Também d. Carolina Nabuco, biografando o pai, no primeiro capítulo de seu livro, que expressamente intitula: “Antepassados. Infância”, não atinge os troncos mestres de sua árvore genealógica. Assim, diz ela, em seu excelente livro: “Pelo lado paterno, pertencia a uma família de políticos cujo nome honrado seu pai tornara ilustre. Os Nabuco de Araújo, de boa origem portuguesa, estabeleceram-se na Bahia no meio do século dezoito. O primeiro senador do nome foi o chanceler José Joaquim, barão de Itapoã, que figurou na Constituinte e representou depois o Pará no Senado vitalício. Era tio-bisavô de Joaquim Nabuco. Seu avô, e seu pai

1. Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*, São Paulo, 1936, I volume, pp. 1-2.

em seguida, ambos José Tomás ocuparam cadeiras do Senado, o primeiro sem brilho, votando sistematicamente com os governos, e o segundo com a autoridade e o prestígio que cabiam a uma das primeiras figuras de sua época.”

E é toda a informação que se obtém dos biógrafos, aliás, credenciados, dos dois Nabuco.

No *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro* ², no verbete referente ao barão de Itapoã – o único membro da família Nabuco que rompera a obscuridade que a envolvia ³ – omite-se filiação e data de nascimento do titular.

No Arquivo Nacional – a Casa da Memória, como a chamou seu ilustre antigo diretor Escragnolle Dória – guarda a lembrança do senador-barão em vários papéis a ele relativos. Não consta porém aí, nenhum desses dados. Só se estão entre os documentos conservados sob a cota Cx. 63. Doc. 18, cuja indicação informa laconicamente: “19 docs. referentes a José Joaquim Nabuco de Araújo – 1817” ⁴.

Eram pois escassas, além de deficientes, as fontes de pesquisa a respeito.

Recentemente, porém, vieram-me ter às mãos duas pequenas monografias publicadas pelo professor Augusto da Silva Carvalho, ilustre membro das Academias Portuguesas das Ciências e de História, nas quais divulga preciosos dados sobre as raízes da família Nabuco. O primeiro desses trabalhos – *Um Cirurgião da Beira, Tronco de uma Ilustre Família do Brasil* ⁵, reproduz documentos do mais alto interesse para o estudo em apreço; o segundo é uma nova edição de um estudo de autoria de remoto avoengo do nosso primeiro embaixador, obra de 1785 ⁶, em cujo prefácio reuniu o erudito professor Carvalho, novos elementos para a elucidação da genealogia da mesma família.

2. Barão de Vasconcelos e barão Smith de Vasconcelos. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*, Lausanne, 1918. pp. 218-9.

3. Joaquim Nabuco, *op. cit.* p. 1.

4. Relação de documentos referentes ao barão de Itapoã conservados no Arquivo Nacional e gentilmente enviados pelo sr. José Pires dos Santos, alto funcionário daquela repartição federal, ao A. deste trabalho.

5. Augusto da Silva Carvalho, *Um Cirurgião da Beira, tronco de uma ilustre família do Brasil*. Coimbra, 1942.

6. Manuel Fernandes Nabuco. *Observações médico-cirúrgicas e anatômicas em que se demonstra o efeito das altas doses de ópio contra as contrações convulsivas resultantes das feridas*. Com um prefácio do professor Augusto da Silva Carvalho Porto, s/d.

De posse desses dados, que me foram confiados pelo ex.^{mo} sr. dr. José Tomás Nabuco de Araújo, juntamente com notas e informações que, havia tempos, vinha colecionando, foi-me possível, depois de um exame detido dos papéis, elaborar uma sucinta árvore genealógica, bem como um sumário biográfico de cada um de seus membros.

As conclusões a que cheguei, certamente ainda falhas e omissas, têm o único mérito de haver ordenado informações esparsas que me vieram às mãos, estabelecendo o traço de união entre os vários Nabuco dispersos nas notas que recebi.

* * *

O mais remoto antepassado de Joaquim Nabuco (de que se tem notícia pelos elementos citados) é *Manuel Fernandes Nabuco*, nascido por volta de 1630 na vila de Escalhão, freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, bispado de Lamego – localidade que se notabilizou nas lutas pela restauração portuguesa, em 1642. Casou-se ele com *Isabel Gonçalves Clara*, de quem teve dois filhos. O mais velho, homônimo de seu pai, casou-se com d. *Páscoa Macias* – filha de Francisco Gonçalves Vicente e d. Páscoa Macias ⁷. O filho deste casal, *João Nabuco*, nasceu na terra dos seus maiores a 7 de julho de 1733. Foi cirurgião ajudante do cirurgião-mor do 2º regimento de infantaria e veio para o Brasil, estabelecendo-se na Bahia em 1787 ⁸.

O segundo filho do casal *Manuel Fernandes Nabuco* – *Isabel Gonçalves Clara* chamou-se *João Fernandes Nabuco* e foi tronco de larga progênie. Sua mulher, d. *Maria Rebelo* (a certidão de batismo de seu filho diz Rebelo), era filha de Francisco Macias e d. Maria Rebelo. Qual o parentesco existente entre as esposas dos dois irmãos Nabuco, não sabemos informar.

Deixou *João Fernandes Nabuco* um filho, homônimo do avô e do tio, Manuel, e que vem a ser o tronco da família no Brasil.

* * *

Manuel Fernandes Nabuco – o terceiro do nome, nasceu no Escalhão, a 22 de julho de 1738, sendo batizado sete dias

7. Augusto da Silva Carvalho, *op. cit.* p. 3.

8. Manuel Fernandes Nabuco, *op. cit.* p. XIV.

depois, conforme os bons hábitos católicos. É o que nos prova a certidão divulgada pelo professor Carvalho:

“Manuel, filho do primeiro e único matrimônio de João Fernandes Nabuco e de sua mulher Maria Rebela, neto por via paterna de Manuel Fernandes Nabuco e de sua mulher Isabel Gonçalves Clara e pela materna de Francisco Macias e sua mulher Maria Rebela, todos naturais e moradores desta freguesia de Escalhão, nasceu em vinte e dois de julho de mil setecentos e trinta e oito e em vinte e nove do dito mês e ano o batizei solenemente em a igreja da dita freguesia e na pia para isso deputado sendo padrinhos Manuel Gonçalves solteiro que assinou comigo e Clara solteira tia do batizado pela qual assinou segador sacristão da dita igreja todos moradores nesta freguesia. Do que fiz assento que assinei.

O cura coadjutor
Pe. Mel. Ramos Pires”⁹.

Recebeu ele sua carta de cirurgia a 4 de março de 1761, sendo nomeado cirurgião-mor do 2º regimento de infantaria sediado na Bahia, do qual era coronel Manuel Xavier Ála, cargo que vagara com o falecimento de Manuel Álvares de Araújo. Nessa função foi confirmado por carta patente de S. Majestade, de 9 de julho de 1779. O excelente prefácio do trabalho que venho seguindo¹⁰ transcreve a referida mercê da rainha d. Maria I e informa ainda haver sido ele reformado no posto por carta patente de 20 de julho de 1804.

Nesse mesmo ano professava na Ordem de Cristo com dez mil réis de tença, sendo dispensado da habilitação e mandado tomar hábito na igreja metropolitana da cidade do Salvador.

Por alvará de 4 de abril de 1805 era nomeado escrivão do judicial e notas da Vila de Cachoeira.

Por alvará de 28 de novembro de 1815 foi nomeado cirurgião honorário da real câmara e recebia a mercê de cavaleiro fidalgo da casa real.

Casou-se ele com d. *Maria Joaquina de Vasconcelos*, filha de Antônio Araújo e Vasconcelos e d. Maria da Conceição, de quem teve os seguintes filhos: José Joaquim, Joaquim José, Isidoro Antônio e o último, que teve o seu nome.

⁹. Augusto da Silva Carvalho, *op. cit.* p. 3.

¹⁰. Manuel Fernandes Nabuco, *op. cit.*

Dos quatro descendentes do primeiro Nabuco estabelecido no Brasil (o terceiro Manuel Fernandes Nabuco) destacam-se, no presente estudo, o primogênito e o caçula.

* * *

José Joaquim Nabuco de Araújo (o mais velho) nasceu na Bahia, “cerca de 1762” ¹¹, tendo-se matriculado na Universidade de Coimbra em 1781, bacharelando-se em leis cinco anos depois, sendo nomeado juiz de fora da vila de Monforte do Rio Livre, a 25 de novembro de 1789.

A 13 de março de 1795 embarca para o Pará onde assume o posto de provedor dos defuntos, ausentes, capelas e resíduos, para que fora nomeado a 7 de janeiro desse ano. Três anos mais tarde, é designado para servir na capitania de Pernambuco nas funções de ouvidor, passando, 5 meses depois, a exercer o mesmo encargo que tivera no Grão Pará.

Em 1804 é nomeado desembargador da relação e casa do Porto e, logo no ano seguinte, ajudante de provedor da Coroa.

Em 1808 encontra-se de volta ao Brasil, tendo obtido passaporte para Bahia e Rio de Janeiro a 24 de outubro desse ano ¹².

Por carta patente de 1809 faz-lhe o príncipe regente a mercê do lugar de desembargador dos agravos da casa de suplicação do Brasil, tendo exercício no lugar de ajudante do procurador da Coroa e Fazenda. Nesse mesmo ano, um decreto de d. João declara-o responsável por todos os papéis dos tribunais e autos remetidos pelo procurador da Coroa e Fazenda, autorizando-o a servir nos seus impedimentos.

Em 1812, novo decreto do regente concede-lhe a sobrevivência do ofício de escrivão do Judicial e Notas da Vila de Cachoeira, lugar em que servira seu pai, sendo dispensado do exame e apresentação de documentos para se encartar nessas funções; e por alvará de 1817 concede-lhe El-Rei a faculdade de nomear serventuário para o dito ofício.

Em 1814 é-lhe feita mercê, pelo regente, de um lugar no Desembargo do Paço, concedendo-se-lhe, no ano seguinte, o res-

11. Não se pode referir a ele a certidão transcrita na obra citada sob nº 9, à p. XI. Nas notas recolhidas pelo dr. José Tomás Nabuco de Araújo, a mim confiadas, há a seguinte informação mais provável: “nascido na Bahia, cerca de 1762”.

12. Todas as informações referentes a José Joaquim Nabuco de Araújo são tiradas do prefácio citado do professor Augusto da Silva Carvalho e da lista de documentos cit. do Arquivo Nacional.

pectivo ordenado. Nesse mesmo ano é determinado que tome posse como deputado da mesa de consciência e ordens, por ofício de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, futuro marquês da Vila Real da Praia Grande. Ainda em 1814 é nomeado chanceler da relação da Bahia. Nesse mesmo ano recebe o título de Conselho e a comenda de Cristo em 1818 e, por via dessa condecoração, a lotação de vinte mil réis.

Proclamada a Independência do Brasil, nomeia-o d. Pedro I para o cargo de procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional.

Quando se criou o Senado Imperial, pela Constituição de 1824, figurou José Joaquim Nabuco de Araújo¹³ nas listas tríplexes apresentadas a d. Pedro I para preenchimento das vagas atribuídas às províncias do Grão Pará e da Bahia. Não fora o único nessas condições, aliás – caso em que bateu o recorde o seu companheiro na lista da província do extremo norte, o mineiro João Severiano Maciel da Costa (marquês de Queluz), que mereceu a preferência dos eleitores de seis províncias.

A respeito da escolha dos nomes que vieram compor o Senado em 1826, escreve o sr. Afonso de Taunay: “Tem-se a impressão de que estas indicações, todas sugestionadas por S. Cristóvão, visavam garantir, de modo absoluto, os candidatos do mais incenso imperial agrado”¹⁴. E, a propósito da escolha do desembargador Nabuco, comenta a imposição de seu nome “visto como a de seus dois companheiros de chapa, Queluz ficava com a Paraíba e Francisco Carneiro de Campos com a da Bahia, sua província natal.”

A carta imperial, nomeando-o senador do Império, é datada de 22 de janeiro de 1826. Até sua morte, a 20 de abril de 1840, foi o único representante do Pará na Câmara vitalícia.

Por decreto imperial de 12 de outubro de 1828 fora agraciado por d. Pedro I com o título de *barão de Itapoã* – o primeiro titular desse nome¹⁵.

13. D. Carolina Nabuco, em *A vida de Joaquim Nabuco* (Améric. Edit., 34 ed. vol. I, p. 2), falando desse tio-bisavô de seu pai, informa que “figurou na Constituinte”. Seu nome porém não consta da publicação da Câmara dos Deputados (*Organizações e programas ministeriais desde 1822 a 1889*, Rio, 1889, pp. 27 e segs.) nem dos *Anais do Parlamento Brasileiro, Assembléia Constituinte – 1823*, Rio, 1876. Vol. I, pp. 19 e segs.

14. Afonso de E. Taunay. *O Senado do Império*, São Paulo (1941), p. 65.

15. O segundo barão de Itapoã foi Luís Adriano Alves de Lima Gordilho, também natural da Bahia.

Casara-se com d. *Maria Esméria Ana de Barbuda e Figueiroa*, de quem teve 5 filhos:

1. José Paulo de Figueiroa Nabuco de Araújo.
2. Joaquim Borges de Figueiroa
3. Manuel Maria de Figueiroa.

E duas filhas: Carlota Maria José e Henriqueta Esméria do Campo.

O primogênito do barão de Itapoã, *José Paulo de Figueiroa Nabuco de Araújo*, nasceu na cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão Pará, a 28 de janeiro de 1796. Matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1814, bacharelando-se em direito em 1819. Foi autor da *Coletânea das Leis do Brasil*, ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1832, tendo recebido o foro de fidalgo cavaleiro da casa imperial. Foi comendador da Ordem de Cristo do Brasil e cavaleiro das do Cruzeiro e da Rosa. Faleceu no Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1863, condecorado com o título de Conselho.

Casara-se com d. *Maria Emília Carolina Contreiras*, nascida em 1793 em Lisboa e falecida no Rio de Janeiro a 3 de abril de 1844. Foram pais de 5 filhos, conforme o *Anuário Genealógico Brasileiro*, Ano III, 1941, p. 59.

O segundo filho do barão de Itapoã, *Joaquim Borges de Figueiroa*, foi desembargador do paço, fidalgo cavaleiro e moço fidalgo da casa real por alvará de 22 de maio de 1815.

Seu irmão *Manuel Maria de Figueiroa*, recebeu o foro de moço fidalgo da casa real. Em 1823 estava de volta ao Rio de Janeiro, aonde viria a falecer tempos depois.

* * *

Joaquim José Nabuco de Araújo, segundo filho do terceiro Manuel Fernandes Nabuco, irmão, portanto, do barão de Itapoã, nasceu na província do Pará, “cerca de 1775”¹⁶. Ao matricular-se, em 1793, na universidade de Coimbra, não podendo apresentar certidão de batismo, substitui-a por atestado do cônego doutoral da Sé da Bahia¹⁷.

Em 1798 bacharelou-se em leis e no mesmo ano voltou ao Brasil, sendo nomeado, em 1808, secretário do governo de Mato

16. Notas citadas.

17. Manuel Fernandes Nabuco, *op. cit.*, p. XIII.

Grosso. Novamente em Portugal exerce a corregedoria e provedoria da comarca de Ouriques, e é, por fim, designado para desembargador da relação do Porto em 25 de novembro de 1829.

* * *

O terceiro filho do cirurgião-mor Manuel Fernandes Nabuco, *Isidoro Antônio Nabuco de Araújo*, nasceu na Bahia, em abril de 1767. Entrou para a Ordem de São Bento como noviço em 21 de maio de 1786, tomando o nome de frei Isidoro Antônio de São José.

Foi estadista da congregação em 23 de agosto de 1806, depositário do convento em 12 de outubro de 1807 e procurador geral da Ordem em janeiro de 1809. Em 1813 e 1816 foi procurador geral da província.

Faleceu em 17 de junho de 1841 ¹⁸.

* * *

Manuel Fernandes Nabuco (o quarto do nome) quarto filho do cirurgião-mor, foi tronco de numerosa descendência.

Silenciam os documentos consultados a respeito do local e data de seu nascimento. Sabe-se que obteve a carta de cirurgião passada por d. Maria I em 1782, sendo, para tanto, examinado pelos deputados da Junta do Protomedicato, em presença do comissário Antônio José Ribeiro Salomão, os quais “o deram por aprovado para exercer a dita arte” ¹⁹.

Em 1799 encontra-se na Bahia, onde vem exercer a serventia vitalícia do ofício de guarda-mor da relação da cidade do Salvador, cargo para que fora norteadado por alvará do príncipe regente d. João ²⁰.

Casou-se ele com d. Mariana Josefa Joaquina de Sá Araújo, filha do sargento-mor Francisco da Cunha de Araújo ²¹ que foi comandante da fortaleza de São Filipe e São Tiago da Ribeira ²². Era ela bem um tipo de mulher brasileira de fins

18. Notas fornecidas ao dr. José Tomas Nabuco de Araújo pelo rev.^{mo} d. Plácido, O. S. B., de acordo com os documentos existentes no mosteiro de São Bento da Bahia.

19. Manuel Fernandes Nabuco, *op. cit.* p. X.

20. Idem, idem, p. VIII.

21. Idem, idem, p. VI.

22. Augusto da Silva Carvalho, *op. cit.* p. 4.

do século XVIII, atarefada no governo de sua grande casa, interessada na vida dos filhos e preocupada com o futuro das filhas. Dela guardou a família uma carta em que discrimina sua descendência, lacônicas informações, é verdade, mas que, conjugadas com outras, podem nos levar a recompor sua geração. Pelo interesse apresentado merece a missiva ser transcrita, conservando-se, pelo pitoresco, a ortografia original:

“B^a 26 de março de 1813.

Meu mano do coração. Como a m.^{to} tempo não tenho noticias suas e como agora me diz o Meu Filho Jozé Thomaz q. lhe escreve vou por meyo desta procurar saber de sua saúde e igualm.^{te} da sua familia a q.^m me recomendo e igualm.^{te} as minhas filhas e filhos fazem o mesmo; eu não passo bem pois tenho estado sempre molestia (sic), assim vivo consumida com a lida da caza e familia; basta ter dois filhos militar nesta praça p.^a viver sempre aflita: o Guilherme, está tenente, o Paulo Alferes, ambos no mesmo Regim.^{to}, o Xico cazou-se com huma filha de d. Brites, Jozé Thomaz cazou-se com a filha do doutor Thomaz, eles vivem nas suas cazas cada hum com a sua familia; tenho tres mininas, ahi tem a minha vida; se ca, estivera, viria como eu passo e tenho o mayor pesar de não ter esperança de o ver; inda não se cobrou a sua erança motivo de não se ter feito, o q. detreminou (sic), estimo todas as felicidades e aum.^{tos}. A Ds. meu mano. Ds. o conserve para amparo da sua familia.

De sua mana
do coração
Mariana”.

Assinala o dr. José Tomás Nabuco de Araújo, nas notas citadas que o marido da signatária já devia ser falecido na época da carta, de vez que seu texto não lhe faz a menor referência. Quem será então o “Manuel Fernandes Nabuco, cirurgião honorário da real câmara (que) teve a mercê de cavaleiro fidalgo pelo alvará de 28 de novembro de 1815”?²³. Não deve ser seu filho, de vez que, no referido trabalho que vimos citando, vem logo a seguir, a menção da mesma graça para “Manuel Fernandes Nabuco, filho doutro do mesmo nome”, a 16 de maio de 1816...

23. Manuel Fernandes Nabuco, *op. cit.* Aditamentos ao prefácio, p. II.

E, a propósito, comenta o ilustre filho de Joaquim Nabuco ser estranho não haver referência a este filho na carta em questão...

Do casamento do quarto *Manuel Fernandes Nabuco* com d. *Mariana Josefa Joaquina de Sá Araújo*, nasceram oito filhos:

1. José Tomás
 2. Guilherme
 3. Paulo
 4. Francisco
 5. Manuel
- E 3 filhas ²⁴.

* * *

José Tomás Nabuco de Araújo (o primeiro do nome) primogênito do casal, nasceu no Pará em 2 de julho de 1785. Em 1811 foi nomeado secretário do governo de Mato Grosso, cargo que não chegou a exercer “deixando-se ficar na Bahia mesmo” ²⁵. Logo dois anos depois encontra-se como guarda-mor da relação. Em 1816 vai servir na secretaria do governo do Pará, onde se demora por cerca de dez anos, representando “papel saliente nas lutas da Independência” ²⁶. Inicia suas funções, diz o biógrafo do *Estadista do Império*, como secretário do conde de Vila Flor, Antônio José de Sousa de Menezes e Noronha, depois duque da Terceira, que se mostrou durante o movimento constitucional amigo decidido dos paraenses, e cuja posse, como governador da capitania se dera a 19 de outubro de 1817. E continua: “Com a organização do governo provisório em 1821 foi nomeado outro secretário, mandando, entretanto, a junta, que o antigo continuasse a receber o ordenado. A isto, não se prestou ele. Educado no cumprimento metuculoso da lei, para ele não havia pequenas claudicações. “Não quis o suplicante, dirá ele em seu requerimento de 31 de julho de 1822, este benefício da junta, porque lhe parece não ser justo gravar a Fazenda Nacional, percebendo ordenados quando não exercitava os empregos para cuja remuneração eram destinados”. De março de 1822 até janeiro de 1823, em que obteve ser nomeado juiz da alfândega do Pará, esteve José Tomás desempregado, vivendo de suas pequenas economias”. E adiante: “Com a nomeação de juiz da alfândega a

²⁴. A ordem dos filhos não corresponde à estabelecida na cit. carta de d. Mariana, que não está de acordo com as idades.

²⁵. Joaquim Nabuco, *op. cit.* vol. I, p. 2.

²⁶. Idem, idem, p. 3.

situação melhorou afinal. O emprego não era retribuído senão com emolumentos percebidos das partes e que somavam 600\$. A junta de Fazenda da província assinara ao emprego o ordenado anual de 400\$, mas o Tesouro desaprovou a resolução. O juiz da alfândega recorreu ao corpo legislativo, expondo “o desar que resulta a fiscais de direitos de estarem a olhar para as mãos das partes que lhes hão de pagar os emolumentos”²⁷.

Aí tem a oportunidade de assistir ao reconhecimento do novo Império, assinando a ata de adesão da capitania logo abaixo do então cônego arcediogo Romualdo Antônio de Seixas.

Em 1824 recebia a patente de coronel do 3º regimento de 2ª linha.

Com a instalação da Assembléia Geral, em 1826, vem o coronel Nabuco para a corte do Império, como deputado por sua província natal, tendo como companheiro de bancada o futuro arcebispo primaz, d. Romualdo Antônio de Seixas, não lhe sendo renovado o mandato para a legislatura seguinte. É nomeado, por carta imperial de 23 de julho de 1830, presidente da Paraíba, onde não se demora um ano. Volta, na terceira legislatura, à Câmara, ainda como deputado pelo Pará.

Logo depois, por carta imperial de 3 de outubro de 1836, assinada pelo regente Feijó, vai ele ocupar a presidência do Espírito Santo, onde figura na lista tríplice para a sucessão senatorial por aquela província, na vaga aberta pelo falecimento do padre Francisco dos Santos Pinto, nomeado por d. Pedro I em 1826.

Escolhido pelo regente, vai ocupar “sem brilho, votando sistematicamente com os governos”²⁸, sua curul no Senado do Império.

Nesse posto veio a falecer, vítima da febre amarela, a 18 de março de 1850.

Casara-se duas vezes: a primeira, na Bahia, com d. *Maria Bárbara da Costa Ferreira*, filha do dr. Tomás da Costa Ferreira²⁹, de quem teve 7 filhos. As segundas núpcias foram

27. Idem, idem, *loc. cit.*

28. A expressão é de d. Carolina Nabuco, *op. cit.*, p. 2.

29. Joaquim Nabuco (*op. cit.* p. 2) refere-se vagamente que “contraíra casamento com uma jovem baiana, filha de *um doutor Costa Ferreira*” (o grifo é nosso). Na carta citada, d. Mariana, escreve: “Jozé Thomaz cazouçe com a filha do doutor Thomaz”.

realizadas na cidade de Belém, com d. *Joana Paula de Castro da Gama Araújo*, de “uma das famílias mais consideradas do Pará”³⁰, de quem teve 4 filhos.

Eis os onze filhos do primeiro José Tomás:

1. José Tomás. (*O Estadista do Império*, tratado erudita e vastamente no livro de seu filho Joaquim Nabuco).

2. José Maria

3. José Joaquim.

4. José Leopoldo.

5. Maria Bárbara.

6. Manuel.

7. José Augusto.

8. José Tito.

9. José Gregório.

10. José Tomás.

11. Rita de Cássia.

* * *

Guilherme José Nabuco de Araújo, segundo filho do quarto Manuel Fernandes Nabuco (irmão, portanto, do segundo senador Nabuco – o primeiro foi o barão de Itapoã) nasceu na Bahia em 1786³¹. A 12 de agosto de 1809 alcançava o posto de alferes e, logo a seguir, o de tenente, no qual se encontrava em 1813, segundo a citada carta de sua mãe. Exercia suas funções na legião de caçadores da capitania da Bahia, quando, por decreto de 14 de abril de 1817 foi promovido a sargento-mor da infantaria da legião de milícias de Santa Luzia da mesma capitania. Em 1821 passou a coronel por ato do governo baiano e em 1822 foi aclamado brigadeiro pelo povo, ao ser jurada fidelidade e obediência ao primeiro imperador, posto no qual foi graduado em 23 de outubro pelo general Pedro Labatut, que o encarregou do comando da Vila da Estância e subúrbio, como seu delegado. Ocupou aí, ainda, o cargo de juiz ordinário.

Nessa ocasião desistiu, em benefício dos cofres públicos, do soldo a que tinha direito, vivendo do produto de seus três engenhos de açúcar.

30. Joaquim Nabuco, *op. cit.* p. 5.

31. Laurênio Lago. *Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil. Dados Biográficos 1808-1831*. Imprensa Militar, Rio, 1938, p. 48. Dessa obra são todos os dados referentes a esse personagem.



Joaquim Nabuco. Fotografia de Alberto Henschel em um álbum existente no Museu Imperial

Em maio de 1828 foi designado, em caráter interino, para comandante das Armas da província de Sergipe.

Recebeu, em 1820, o foro de cavaleiro fidalgo da casa real e faleceu em 25 de março de 1825, sendo sepultado na igreja matriz de Santa Luzia do Rio Real.

* * *

Seu irmão *Paulo Nabuco de Araújo*, era alferes em 1813, no mesmo regimento, como se verifica da citada carta de d. Mariana. Nenhuma outra informação foi possível obter.

* * *

De *Francisco Nabuco de Araújo*, o quarto irmão, conhece-se apenas a referência da citada carta: “o Xico cazousse com uma filha de d. Brites” e adiante: “eles vivem em suas cazas cada hum com a sua familia.”

* * *

Deixei, propositalmente, sem maior referência, o segundo José Tomás Nabuco de Araújo, o *Estadista do Império*, bem como o seu filho (autor de sua biografia) nosso primeiro embaixador – Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo.

São figuras por demais brilhantes no cenário nacional para se diluírem em simples anotações genealógicas. De ambos, aliás, existem trabalhos biográficos à altura de biógrafos e biografados e não teria eu maior cuidado que copiar os dados e alinhar as datas.

De Joaquim Nabuco possui o Museu Imperial um interessante retrato, que faz parte de um álbum de fotografias de personagens da época imperial e de autoria do fotógrafo Alberto Henschel, datado de 1881, e cuja reprodução ilustra as presentes notas.

Lourenço Luís Lacombe

O ARQUIVO DO MUSEU IMPERIAL

O arquivo do Museu Imperial

Logo que foi criado o Museu Imperial, a letra *b*) do art. 3º do decreto nº 5.474 de 5 de abril de 1940 que aprovava o seu regimento, dizia competir à secretaria “a manutenção de um pequeno arquivo de documentos.”

Posteriormente a letra *c*) do art. 1º do decreto nº 21.008, de 22 de abril de 1946, de modo mais explícito e ampliador, estabeleceu, entre as finalidades da instituição “recolher e classificar documentos manuscritos, relativos à monarquia brasileira, sob a forma de arquivo.”

Em observância desses dispositivos, o primeiro material recolhido ao Museu foi proveniente da municipalidade de Petrópolis, e relativo aos primórdios de sua vida administrativa.

Muitos documentos, em sua quase totalidade por doação, foram dando entrada nesta casa e alguns revestidos do caráter de pequenos arquivos, como sejam o de cartas de dom Pedro II ao conselheiro Sousa Dantas quando presidente do Conselho de Ministros, o de papéis da vida pública do marquês de Paranaguá, do barão de Capanema, o da correspondência de Pedro II à condessa de Barral, os dos srs. Mota Maia e Duarte Silveira, condessa de Itapagipe, e os livros da Mordomia da Casa Imperial do Brasil. São estes, 81 volumes, contendo registros de ordens, portarias, decretos, ofícios e inventário.

Esses primeiros documentos são calculados em vinte mil.

Por fim, foi recebido o precioso arquivo da casa imperial do Brasil, estimado em cerca de sessenta mil manuscritos.

Achavam-se esses papéis no palácio de Petrópolis quando ocorreu a mudança do regime político no país e o conseqüente exílio do imperador. E tal importância era dada a esse documentário que mesmo no atropelo e nervosismo do último embarque para o estrangeiro, no natural esquecimento das coisas, houve um pen-

samento para ele. Em carta do conde d'Eu ao mordomo José Calmon Nogueira Vale da Gama, escrita de “bordo do vapor *Alagoas* indo do Rio de Janeiro a São Vicente das Ilhas de Cabo Verde, 23 de novembro de 1889”, faz o príncipe várias recomendações, entre as quais: “Rogo-lhe também queira mandar indagar do destino dos papéis que S. M. o Imperador ultimamente tinha em mãos no palácio de Petrópolis, ou no da Cidade, ou mesmo deixado na Tijuca, talvez, e arrecadando-os todos os remeta para S. M. o Imperador em Lisboa. Convém que o senhor indague a tal respeito dos particulares Pedro Paiva e Adolfo, pois tiveram ordens do imperador de trazer esses papéis para bordo e o certo é que por qualquer motivo não o fizeram.”

Que se achavam em Petrópolis, não há dúvida. Na hesitação com que o conde d'Eu se refere a três possíveis locais onde os mesmos poderiam ser encontrados, menciona Petrópolis em primeiro lugar, e ao recebê-los na Europa, tiveram averiguado o lugar da procedência, de vez que, em 1937, tratando do assunto, asseverou-nos o príncipe do Grão Pará que os documentos partiram de Petrópolis acondicionados em caixas de madeira forradas de metal, caixas que antes serviam para transportar os alimentos, da cozinha exterior, para a sala de jantar do paço.

Na Europa, como é sabido, foi o arquivo imperial guardado na velha propriedade dos Orleans que por herança coubera ao conde d'Eu.

Mais tarde, o príncipe do Grão Pará cometeu a Alberto Rangel fazer um catálogo dos documentos, e a 5 de maio de 1930 ficava o trabalho terminado.

Organizada a comissão do centenário de Petrópolis, o secretário da mesma obteve do seu então presidente de honra príncipe do Grão Pará, a permissão para que fosse editado o catálogo em apreço. De certo modo, seria uma colaboração do príncipe às comemorações do centenário de sua cidade natal, e sobretudo, um grande serviço aos estudiosos da história do Brasil.

Para tanto, o mesmo secretário obteve o auxílio do saudoso Rodolfo Garcia, diretor da Biblioteca Nacional que em dois grossos exemplares, publicou em 1939, nos anais da referida biblioteca, como seus volumes LIV e LV o “Inventário dos documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil, existentes no castelo d'Eu.” Como se vê, em lugar de *catálogo*, apareceu

22-9-72
~~2578~~ 2559
maco 163.
~~2578~~

Paris, 22 septembre 1872

1872

Sire,

J'ai tardé à écrire à Votre Majesté pour
lui présenter mes devoirs et pour la remercier des
bonds qu'elle a mis pour nous durant ce séjour
qui nous a laissés à tous un si profond souvenir.
Je voulais présenter à Votre Majesté quelques travaux
de notre Académie, que je crois susceptibles de l'inté-
resser et dont l'impression a été ajournée au-
delà du terme que je croyais. Sous ce pli, j'offre
à Votre Majesté, outre le plan de notre collection
des inscriptions séculaires, un spécimen que nous
avons fait imprimer, pour nous bien faire sur la
forme que nous donnerons aux notices de chaque
inscription. Ce n'est là qu'une épreuve, qui, bien en-
tendu, n'a rien de définitif et n'est pas destinée au
public. Nos travaux vont toujours, mais les œuvres
collectives marchent toujours lentement; deux des
membres les plus actifs de notre commission, M.
Waddington et M. de Vogüé, nous sont d'ailleurs en-

Carta de Renan a d. Pedro II
(Col. do Museu Imperial)

D'aventure en aventure, de désastre en désastre,
et les vraies réformes ne se feront pas, si le niveau
moral et intellectuel ira toujours s'abaissant. Qu'il
est cruel de voir finir ainsi une patrie qu'on
aurait aimé! Le voyage de Votre Majesté aura
été la visite au chevet d'un agonisant; elle me
rappelle ce beau passage de l'épître de saint-Jacques:
« La religion pure, immaculée, c'est de visiter les
pauvres dans leur infirmité. »

Je ne saurais dire à Votre Majesté
quelle impression ont laissée chez tous ceux qui
ont été admis auprès d'Elle votre chaleur et votre ten-
dresse d'âme, votre élévation d'esprit et de cœur, que
respiraient tous ses entretiens. Cette impression n'a
été chez personne aussi vive que chez celui qui
demande à Votre Majesté de déposer à ses
pieds l'hommage du profond respect avec lequel
il est de Votre Majesté,

le très-dévoté serviteur

Ernest Renan

denominação de *inventário*. É que, nesta altura, encontrava-se já no Brasil, de retorno à pátria, o historiógrafo Alberto Rangel e, ciente da publicação do seu trabalho, pediu fosse feita a retificação, de vez que o mesmo não era propriamente um catálogo, mas antes um simples inventário.

Apareceu então o primeiro brado a favor da volta desses importantes papéis para o Brasil. Partiu ele do saudoso Max Fleiuss.

Em 1940, a mais alta corporação de estudos históricos do país votava a seguinte moção: “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, considerando que o arquivo da família imperial, relacionado intimamente com a tradição do Brasil, se acha, desde a proclamação da República, com outros objetos valiosos, guardado com o maior carinho, no castelo d’Eu, em França;

Considerando que já não se pode fazer a revisão da história do Brasil, sem o conhecimento prévio desse precioso arquivo nacional, de mais de 14.000 documentos, devidamente catalogados e quase inteiramente inéditos, cujo inventário foi há pouco publicado;

Considerando ainda os superiores propósitos em que estão os dignos herdeiros dos augustos imperantes do Brasil, de facilitar ainda mais a consulta desses inestimáveis documentos a todos os pesquisadores, como aliás sempre o fizeram em França, num gesto de requintado cavalheirismo, transportando-os para o Brasil, como era intenção declarada do nosso saudoso consócio, S. A. I. o sr. d. Pedro de Orleans e Bragança, para ser confiado à guarda da própria nação, através de uma instituição cultural de caráter permanente;

Considerando que o castelo d’Eu se acha situado num ponto geográfico da França, propício agora às investidas da guerra;

Considerando que nas guerras modernas, não é possível limitar o bombardeio por armas aéreas, às trincheiras e a determinados objetivos militares, levando-o muitas vezes pela violência das explosões e dos incêndios, a pontos da retaguarda, mesmo os menos próximos, embora sem finalidade diretamente ligada aos propósitos das operações;

Considerando assim o risco imediato que corre, a toda hora, esse rico acervo, colecionado durante mais de 70 anos, pelos nossos ex-imperadores e ali preciosamente guardado, por mais meio século, pelos seus dignos herdeiros;

Formula o mais veemente apelo ao governo do país, no sentido da aquisição imediata dos referidos objetos e documentos e de obter, com a aquiescência prévia da família imperial, a sua remoção para outro ponto da França, mais ao abrigo dessas incursões condenáveis, e logo em seguida, o seu transporte para o Brasil, ainda por conta da nação, que lhe dará o melhor destino, confiando sua guarda e consulta ao “Museu Imperial” de Petrópolis, em tão boa hora recém-criado.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1940. – *José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lira, Max Fleuiss, Oliveira Viana, Braz do Amaral, Feijó Bittencourt, João da Costa Ferreira, Wanderley Pinho, Elmano Cardim, Alfredo Nascimento Silva, Jônatas Serrano, frei Pedro Sinzig, O. F. M., Rodrigo Otávio Filho, Tasso Fragoso, Sousa Doca, Pedro Calmon, Hermenegildo de Barros, Virgílio Corrêa Filho, A. Leôncio Pereira Ferraz, Ernesto de Sousa Campos e Cláudio Ganns”*.

E essa moção, foi remetida ao chefe do Estado com a seguinte carta do presidente perpétuo dessa egrégia casa:

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1940.

Excelentíssimo senhor doutor Getúlio Vargas.
Digníssimo presidente da República.
Respeitosos cumprimentos.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem a honra de fazer chegar às mãos de Vossa Excelência, por meu intermédio, a cópia da “moção” que, justificada pelo sr. Cláudio Ganns e assinada por mais de 22 consócios, foi aprovada por unanimidade, na sua sessão ordinária de 31 de maio último. Além dos que a subscreveram, presentes àquela reunião, deram-lhe ainda o seu voto, mais os seguintes consócios: srs. general Cândido Rondon, Rodolfo Garcia, Tavares Cavalcanti, Vieira Ferreira e Lucas Alexandre Boiteux. É assim pelo número e nome dos que a firmam, uma das mais eloqüentes e expressivas manifestações deste secular instituto.

Trata-se da feliz e oportuna sugestão no sentido de ser preservado o hoje talvez mais rico e inédito arquivo histórico sobre o Brasil – pertencente à família imperial e guardado no castelo d’Eu, em França.

De sua importância e inestimável valor, para todos os estudos que interessem ao passado regime, bem se pode ajuizar pela publicação do seu sucinto, mas ainda assim precioso “inventário”, que foi recentemente editado em dois alentados volumes, pela Biblioteca Nacional, com o zelo que o seu ilustrado diretor tem pelos assuntos superiores da cultura histórica brasileira (Vide: *Anais da Biblioteca*, tomo 54 e 55, de 528 e 513 pp., ed. 1939).

Esse farto e esplêndido arquivo, já devidamente organizado por Alberto Rangel, outro devotado das nossas tradições, com o auxílio do sr. Miguel Calógeras, e cujo catálogo assinala cerca de 14.000 verbetes, mas que realmente se desdobram em mais de 30.000 documentos, já tem sido objeto de consulta e pesquisas originais por alguns dos nossos melhores estudiosos: v.g. os srs. Tobias Monteiro (*Elaboração da Independência*, p. 9), Afonso de Taunay (*Pedro Segundo do Visconde de Taunay*, p. 189), Alberto Rangel (*Gastão d’Orleans, o último conde d’Eu*), Pedro Calmon (*O Rei Filósofo*, pp. 22, 43, 49, 58, 73, 100, 104, 120, 178, 179, 193, 225, 231, 303, 319, 225, 231, 303, 319, 326, 333, 367), Heitor Lira (*História de D. Pedro II*, p. 16 da int. 1º vol.), pela escritora norte americana sra. Mary Wilhelmine Williams no seu importante trabalho: *Dom Pedro, the Magnanimous* e o escritor franco-brasileiro sr. George Raeders, *Le Comte de Gobineau au Brésil*, e em *Dom Pedro II e o Conde de Gobineau*; prometendo para breve: *Dom Pedro II e seus Confrades, os Escritores e Sábios*.

O secretário perpétuo do Instituto Histórico, sr. Max Fleiuss, também, por obséquio do ministro Caio de Melo Franco, teve ensejo de comentar a correspondência ali existente, sobre o dia da proclamação da República (Vide: *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul pelo Sr. conde d’Eu*, vol. 61 da “*Brasiliana*”, pp. 259 e 262).

Igualmente, a 24 de setembro de 1934, 1º centenário da morte de d. Pedro I, proferiu o mesmo secretário perpétuo uma conferência, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que encarecia a vinda desse inestimável arquivo para o Brasil – conferência essa publicada no *Jornal do Comércio* do dia seguinte e transcrita na *Revista do Instituto* (vol. 169, pp. 404-410).

É bem de ver, excelentíssimo senhor presidente, que continuando a permanência no estrangeiro, correndo ainda agora os

riscos da guerra – só poderão ter acesso a esse arquivo, apesar da notória boa vontade e gentileza dos seus dignos possuidores, os privilegiados que, como diplomatas ou em comissões do governo, ou ainda os que, por especiais condições de sua folgada economia privada, possam visitá-los – pelas despesas não pequenas que uma viagem à Europa sempre acarreta.

Além do mais, no castelo d’Eu, sob a guarda zelosa dos descendentes da família imperial, encontram-se ainda outros objetos históricos, de alta significação para o Brasil – como quadros, mobiliários, armas, porcelanas, livros etc. – que mereciam também o afortunado destino que vossa excelência acaba de dar aos da riquíssima coleção Guilherme Guinle, caminho a seguir por outros que, particulares desinteressados, adotando o nobre exemplo, certamente doarão.

Realmente, o ex-palácio imperial de Petrópolis, onde “vossa excelência em feliz hora de inspiração patriótica, acaba de fundar o “Museu Imperial”, de tão altas e admiráveis finalidades, é o *habitat* natural que se impõe a todos esses documentos e objetos raros.

Além do clima privilegiado, intenso à praga de vermes e traças, que devoram papéis e inutilizam móveis, em outros pontos, o belo recanto da cidade serrana, associa ainda as virtudes de um desses lugares propícios aos estudos silenciosos e ao recolhimento daqueles gloriosos testemunhos do nosso passado.

Ouso assim esperar que vossa excelência veja, na sugestão que o Instituto apadrinhou e fez sua, apenas o zelo e o carinho de homens que, como vossa excelência, também amam o Brasil de outrora, desejosos de colaborar nessa bela obra de preservação das nossas coisas antigas, que se revela num constante e comovido apreço ao patrimônio cultural da nação.

Aproveito a oportunidade para renovar a vossa excelência os protestos do meu profundo respeito.

José Carlos de Macedo Soares
Presidente.

Por sua vez, o Museu Imperial conjugava os seus esforços para que tornassem ao Brasil os desejados documentos.

O príncipe dom Pedro, dirige-se ao presidente da República:
“Petrópolis, 14 de fevereiro de 1941.

Sr. presidente.

Realizando um propósito manifestado por meu saudoso pai, comunico a v. ex.^a, que desejo entregar ao país o arquivo da Casa Imperial do Brasil, existente no castelo d’Eu.

Constitui esse patrimônio histórico um acervo preciosíssimo de documentos ligados à nossa tradição e que a dinastia nacional, conservando, salvou da dispersão e reservou para a pátria.

Prontificando-me a ir à Europa assegurar a integridade desta doação, renovo a v. ex.^a, sr. presidente, os protestos de meu alto apreço.

Dom Pedro.”

Por oficial de gabinete da presidência da República, foi remetida a missiva supra ao Museu Imperial, e esse gesto do chefe do Estado não podia significar outra coisa senão a deliberação superior de que o arquivo deveria ser incorporado ao Museu Imperial:

“Rio de Janeiro, 19 de abril de 1941.

Caro dr. Sodré.

O senhor presidente da República envia-lhe, para o Museu Imperial, a inclusa carta, pela qual o príncipe dom Pedro oferece ao Estado o precioso arquivo do castelo d’Eu. Sua excelência respondeu aceitando a oferta e a sugestão da ida do príncipe oportunamente à Europa para assegurar, em pessoa, a entrega das magníficas coleções.

Seu, com a melhor estima,

amigo e admirador

A. de Andrade Queiroz.”

Eram logo tomadas as primeiras medidas para a vinda do arquivo. Região ocupada pelo inimigo, foi preciso um entendimento com as autoridades de ocupação. Permitiam elas que o

material fosse retirado do castelo d'Eu, sob condições: na impraticabilidade da via marítima imediata por Tréport, situado a três quilômetros da cidadezinha de Eu, e também o caminho de ferro, a solução só seria viável por rodovia, e ainda assim, seguindo a orla marítima da Mancha e do Atlântico, para, atravessando a Espanha, alcançar Lisboa onde então poderia ser embarcado.

Aconteceu porém, que os nossos agentes diplomáticos na Espanha desaconselharam o trânsito por aquele país dada a desorganização ali existente no momento.

Aguardavam-se acontecimentos favoráveis quando a entrada do Brasil na guerra piorou as condições. Os alemães até então respeitavam o castelo, onde tremulava a nossa bandeira, como símbolo de propriedade de um súdito de suas cores, e apenas haviam pedido permissão para que alguns oficiais pernoitassem em dois ou três cômodos.

Com o Brasil beligerante nada os deteria na ocupação, uso e abuso do imóvel. E na previsão disso o castelo foi poupado ao mínimo, graças ao atilamento do administrador da propriedade, sabendo esconder objetos de maior valor na residência do vigário, e nosso arquivo foi habilmente ocultado dentro de uma falsa parede, levantada para esse fim no próprio castelo.

Com data de 4 de março de 1947, o príncipe dom Pedro dirigia-se novamente sobre o assunto ao sr. presidente da República, e da sua missiva destacamos este trecho: “Aproveito a oportunidade para expressar a vossa excelência o meu desejo e de todos os meus, de que seja esse arquivo confiado ao Museu Imperial, em Petrópolis, instituto aparelhado e com finalidades adequadas para tanto, esperando que vossa excelência concorde em que o precioso acervo, tão ligado à memória do imperador, seja recolhido à cidade que ele criou e à casa que construiu”.

Dadas então as providências pelo governo federal, em maio de 1948 chegava ao Museu o arquivo da Casa Imperial do Brasil.

Realmente, se foi uma felicidade o retorno ao Brasil desses documentos que tanto interessam aos estudiosos da história pátria, também foi bem acertada a deliberação de fazê-los recolher ao Museu Imperial. E muitas e judiciosas razões militam a seu favor:

- 1ª o desejo manifesto do doador;
- 2ª a existência de arquivo e de sua aparelhagem técnica no Museu;

2134
mar - 1

Senhor

Havingdo conjuantamê com os meus collega sado conta
nêla Reunião competente do estado das Negoci-
ações politicas, como V. M. J. se Dignou honra-
r-me, se me resta submeter mais respectivamente
à Alta Consideração de V. M. J. amancida, pela
qual entendo não se deve nesta crise, não so-
mente aceitar o reconhecimento de Imperio,
com o qual omnis importa, sustentar a Dig-
nidade e Decore de V. M. J. Confesso q
tenho a maior e honrada confiança na Sabedoria,
e bom acerto do Conselho d'Estado mas todavia
eu me não julgaria cumpido de crime, nem a
meo zelo pela Gloria, e serviços de V. M. J. ficaria
satisfeito, se em circumstancias tais, poudesse
desape de fornecer o contingente de minha
paca omissão.

Emquanto, Senhor, o Brasil se limitava
a pedir unicamente o reconhecimento puro, e abso-
to da Categoria politica do Imperio, facultando
de aliã todos os outros meios de conciliação.
Emquanto Portugal se parecia saigir a
preferência da Reunião futura das duas

Carta do futuro marquês de Barbacena a d. Pedro II.

de 58, peças immunes de guerra, deitadas, e
quanto he mister para segurar a victoria. Não
hesito hum so instante sobre o resultado destas
medidas. Talvez alguém pretenda attribuir
m^{tas} opiniões de amor e odio contra Portuguezes,
mas tal calumnia não pode caber ao he sem
que pelo facto de accedar a queirer assignar
o Tratado offerecido pelo Governo Britanico,
deo a maior prova de desijar sinceramente
hũa prompta, e devota reconciliação en-
tre o Brasil, e Portugal.

Beija a Augusta Mãe de V. M. J.

Com as humilde, e fiel subdito

Londres 9 de Novembro

1824-

Felberto Caldeira Brant Lobo

- 3^a a natureza dos assuntos, ligada à finalidade do Museu;
- 4^a a vantagem de descentralização;
- 5^a a conveniência climática.

Transcrito que foi o trecho de carta do doador, manifestando o seu desejo, provada fica a primeira razão. A segunda, por sua vez, está justificada com a citação do regimento do Museu estabelecendo o arquivo. A terceira, não é difícil de ser defendida. O arquivo imperial consta de papéis relativos à época da vigência do regime monárquico no país, e o Museu tem por finalidade guardar a memória e educar a opinião na reverência desse período de vida nacional. No caso, o papel é o espírito e o objeto é a matéria, integrando-se os dois na função específica do museu.

A quarta razão encontra legítima defesa. A descentralização, isto é, a divisão e multiplicidade de arquivos só oferece vantagens. Proporciona mais rápido serviço de catalogação e facilita a consulta. Em todos os países observa-se a existência de maiores e menores arquivos, disseminados por vários pontos onde se encontre um centro de cultura. Na Inglaterra, por exemplo, o British Museum rivaliza com o Public Records Office como arquivo público de documentos históricos. Em outros países, tais como Portugal, França, Itália, Espanha e Holanda, ao lado de arquivos propriamente ditos, disseminados por vários pontos, existem inúmeras bibliotecas, como guardas de preciosos arquivos, segundo nos relata José Honório Rodrigues em seu recente e magnífico relatório de viagem sobre *As Fontes da História do Brasil na Europa*. Entre nós, já é tempo de reconhecer-se que o Brasil, nesse particular, não é apenas o Rio de Janeiro. Petrópolis, além de preencher cabalmente essa condição, acha-se muito próxima e com fácil acesso ao grande centro urbano da capital do país. E ainda mais, pela sua fisionomia citadina, pela disposição e caráter de suas zonas residenciais, a tranqüilidade e o repouso de seu ambiente, convidam e favorecem as pesquisas dos estudiosos.

Finalmente, a quinta e última razão não deve ser desprezada. Assim como aos livros, também aos papéis, o clima é um fator da maior relevância, e hoje em dia não escapa à observância dos técnicos. O Rio de Janeiro, por exemplo, tem um clima ruim para o caso, e em nosso país ainda ninguém pensou em estabelecer temperatura artificial para arquivos ou bibliotecas. Em Petrópolis, livros e papéis conservam-se muito melhor que no Rio. É uma

velha e constante observação e portanto, um fato. A importância desta razão, ressalta por si mesma.

O arquivo imperial deu entrada no Museu com os papéis numerados e carimbados P.O.B. (Pedro de Orleans e Bragança) dentro de duzentos e sessenta e um (261) maços, e esses maços em quantidade de dois a três dentro de pastas de papelão e linho pardo fechadas por fivela de metal e cinta de pano.

Pelo inventário impresso de Alberto Rangel, foram entregues ao Museu os documentos do catálogo A, contidos do maço I ao CCVII, e do catálogo B, de I ao LIII, não tendo sido ainda efetivada a doação do catálogo C (Códices e livros manuscritos do número 1 ao 280).

Recolhidos ao Museu logo tiveram início os trabalhos de catalogação do arquivo da Casa Imperial do Brasil.

A técnica de catalogação não apresenta ainda, nos dias atuais, qualquer inovação relativa a documentos históricos. Para estes somos levados a escolher entre os sistemas conhecidos e destinados a documentos em geral, e parecem feitos para papéis de assuntos comerciais, de interesse universal e intensivo.

Assim, entre os conhecidos sistemas que são o numérico, alfabético, Dewey, Duplex e mnemônico, preferimos o alfabético-numérico (com indicação por assunto e nomes).

Se o sistema alfabético é considerado o mais simples, no dizer dos entendidos, também se observa que o cérebro apreende mais facilmente os números do que as letras. A combinação do sistema alfabético com o numérico, reúne as vantagens comuns, ou seja, a simplicidade do alfabeto com a exatidão e rapidez da disposição numérica.

Em dois anos de permanência definitiva em sua nova instalação, esses papéis, como os demais anteriormente recolhidos ao Museu, têm sido procurados por muitos pesquisadores, e grande número de cópias datilográficas e fotostáticas enviadas para vários pontos do país e do estrangeiro, contando-se neste destino os Estados Unidos, Portugal, Argentina, Venezuela e Egito.

Para apenas mencionar algumas dessas remessas, feitas entre nós, diremos que ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foram enviadas 65 cartas de Varnhagen a Pedro II; a José Wanderley de Pinho, 101 cartas do barão de Cotegipe a Pedro II e à princesa; ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande

do Sul, 59 cartas de Bento Gonçalves, Andrade Neto, Bento Manuel e Caxias, sobre a Revolução dos Farrapos; ao embaixador José Carlos de Macedo Soares 46 cartas de bispos dirigidas a Pedro II, e a Manuel Bandeira, 24 cartas de Gonçalves Dias ao imperador.

O arquivo histórico do Museu Imperial possui documentos dos mais variados assuntos referentes à época da monarquia no Brasil, e quase se pode dizer que respeitantes a um século de vida nacional.

Entre a natural variedade de matéria e para dar melhor idéia, pode-se apontar nesse repositório a seguinte série de temas, pela sua importância e riqueza: correspondências de dom João VI e Pedro I, administração pública, política, revoluções internas, relações entre o Estado e a Igreja, guerras do Rio da Prata, ação diplomática, diários de Pedro II, e correspondência de Pedro II com intelectuais.

E para ilustrar essa idéia, vamos reproduzir alguns documentos relativos a esses temas.

Sobre o reinado de dom João no Brasil, uma carta, dirigida pelo príncipe regente à mulher, curiosamente datada do próprio Rio de Janeiro e na qual ele lhe suplica a não se intrometer na política do Rio da Prata:

“Princesa não ignora a parte que tomo no que tanto deve interessá-la seja pelos interesses da sua real família seja pelos dos meus amados filhos. Por este motivo não pode admirar-se que lhe diga que sobre as suas relações com os espanhóis do Rio da Prata, e da África espanhola nada devo decidir, ou obrar sem ir de acordo com S. M. B. e com o governo estabelecido na Espanha; e pode acreditar que em tempo oportuno nada lhe deixarei ignorar, para que possa tomar medidas sábias prudentes e que não comprometam a dignidade, e interesses da minha real Coroa. O seu plano de uma aparição no Rio da Prata, para segurar aquelas províncias à monarquia espanhola, além de fazer sofrer o meu coração pela idéia a que necessariamente se une de separar-nos por algum tempo, tem também contra si o que justamente lembra, e com toda a prudência e moderação representa o ministro do meu antigo e fiel aliado S. M. B. acreditado junto a minha real pessoa, e por consequência é absolutamente inadmissível, nem por ora o estado daquelas províncias exige uma resolução tão decidida, e que pelo necessário aparato com que deveria tomar-se ofenderia

os olhos de gente tímida, e daria lugar aos discursos dos mal-intencionados, que procurariam envenenar a pureza das nossas intenções, e nos atribuiriam vistas, e planos ambiciosos bem alheios dos princípios, que animam os nossos sensíveis corações.

Estes são os sentimentos que estou certo servirão de norma a sua conduta, e o céu há de abençoar resoluções tão moderadas, tão despidas de toda a ambição, e não há de esquecer-se nem de favorecer ainda a Real Casa de Bourbon, nem de proteger os direitos da nossa real família.

Esposo que muito a estima

João.

Rio de Janeiro em 18 de novembro de 1808.”

Dos papéis referentes ao reinado de dom Pedro I, dois interessantes documentos, sobre o reconhecimento da nossa Independência por parte de Portugal; carta de Barbacena ao imperador, datada de Londres, em 9 de novembro de 1824 e notas do próprio punho deste, concordes com o ponto de vista de seu representante diplomático. Estavam os dois inclinados a uma declaração de guerra à antiga metrópole, como remédio extremo para a nossa emancipação. Em correspondência de nove alentadas páginas, Felisberto Caldeira Brant Pontes examina pormenorizadamente a situação, e pergunta: “Qual será o meio de haver quanto antes o reconhecimento do Império, no que vai tudo ao decoro de seu trono, e a dignidade da nação brasileira? Julgo que é o seguinte. Desprezar in limine o contra projeto; romper as negociações com Portugal; declarar a guerra com todas as formalidades que prescreve a Lei das Nações” etc.

Dom Pedro I, em anotações suas, sob o título de “O que se deve fazer a Portugal para o obrigar a reconhecer a Independência do Império”, escreveu, entre outras coisas: “Declarar a guerra com todas as formalidades imediatamente. Proibir todos os gêneros portugueses no Brasil (durante a luta) embora venham conduzidos em navios neutros, e despachados como de outra nação. Por-lhe corsários por conta do Estado como de particulares empregando-se aqueles mais com os pescadores e comércio de cabotagem do que com a tomada de grandes navios.

Fazer a guerra nas costas de Portugal pois deste modo melhor destruiremos seus navios” etc.

A respeito de administração pública, são muitos os rascunhos de dom Pedro II. Uns, referem-se às falas do trono, destruindo a versão de que as mesmas eram feitas exclusivamente pelo ministério, e outros, advertências ao gabinete.

Escreveu ele: “É preciso cuidar do programa, ainda que os atos sejam o que deve caracterizar a política do ministério. Escuso dizer que meu pensamento político não pode ser outro senão o de justiça em toda a acepção da palavra: dar a todos e a tudo o que é devido. Compreende pois, a economia da Fazenda pública; mas insistirei neste ponto, sobretudo em relação à fiscalização, e portanto moralidade dos empregados públicos. Quanto a medidas dependentes da Assembléia Geral Legislativa já disse o que penso na fala do trono, e nos papéis que lhe hei de entregar, e dos quais alguns já lhe são conhecidos. Os negócios que demandam mais pronta atenção são as presidências de províncias, sobretudo atenta a probabilidade de uma dissolução, e o estado de nossas relações com os Estados do Prata e seus confluente bem como do nosso Exército e Marinha, que muito fraca se acha em Mato Grosso.”

Noutro rascunho, diz: “Insisto sobre a criação da folha oficial no sentido que expus, e estou convencido de que não convém combater a imprensa por meio da imprensa.

Chamo a atenção do ministro competente para os institutos agrícolas, e comunicar-lhe-ei o que se tem dado relativamente a todos eles. As opiniões que abraço não hão de embaraçar de nenhum modo a marcha constitucional do ministério, e se as manifesto é porque desejo que o ministério as conheça antes de assumir a responsabilidade do cargo.

Além de impressos e mais papéis de menor importância só tenho que restituir os pareceres, cujo exame terminei antes de ontem, sobre alterações nos estatutos da escola de medicina da corte e dois projetos de decreto regulando a extração das loterias na corte, e alterando disposições dos regulamentos da Caixa Econômica e do Monte do Socorro da corte.”

Na parte relativa à política interna, é muito expressivo este trecho de carta dirigida pelo imperador ao presidente do Conselho, Sousa Dantas:

“Não concordo com a doutrina adotada pelo Sancho Pimentel. Empregado, seja do partido do governo, seja do da

oposição, pode pedir livremente para qualquer candidato, caso o emprego que ele ocupar não possa facilitar coação mesmo moral no eleitor, e o fizer respeitando sempre seus superiores. Sustento este princípio há 44 anos e portanto não me agradou o telegrama do presidente de Pernambuco.”

No terreno das revoluções internas há um pedacinho de carta de Caxias ao pai respeitante à luta contra os Farrapos:

“Os rebeldes foram surpreendidos no seu campo em Porongos, por uma brigada do nosso Exército e perdeu toda a sua infantaria, em número de 280 homens que toda ficou prisioneira, deixou no campo 100 mortos, 5 estandartes, dez dos quais mando para o imperador ver, toda a bagagem, barracas, cavalhadas, armamento e arreios, pois os que se puderam escapar o fizeram em camisa, e desarmados. Já agora meus senhores, ficam sabendo que não é Canabarro invencível, e ele mesmo se escapou em ceroulas e sem botas.”

Relativamente às relações entre o Estado e a Igreja, esta carta de dom Antônio de Macedo Costa ao imperador, escrita depois de sua prisão. Note-se, a par da pureza de linguagem e da respeitosa altivez de expressão, que o bispo do Pará reclamava providências contra o abuso que ainda hoje ali perdura em tradicional festa religiosa, apesar de decorridos mais de setenta anos:

“Senhor,

Hoje, festa onomástica de Vossa Majestade, dia em que a Igreja soleniza a memória de S. Pedro de Alcântara, prodígio de penitência e de amor de Deus, durante o ofício que acabo de recitar (1 hora da noite) lembrei-me de Vossa Majestade. Sei que nada mereço; ainda me estão nos ouvidos as palavras que Vossa Majestade me disse quando saí da prisão; por isso digo e repito, nada mereço, nem favor, nem mercê, nem graça alguma, mas justiça; senhor, essa Vossa Majestade não a nega a ninguém, nem ainda ao mais humilde e desfavorecido de seus súditos. E eu tenho fome e sede de justiça.

Senhor! eu suplico a Vossa Majestade, pelo santo de seu nome que a Igreja neste dia festeja. Digne-se tomar conhecimento da comunicação oficial que por esta mesma moção envio ao sr. ministro do Império acerca do negócio de Nazareth. Vão fazer, meu senhor!, ainda a triste paródia de culto dos dois anos

preto interessado em tudo em meppis, q
tambem vai nesta occasião, e em fido
continuação a proceçao e dispersão e a fazer
respirar a nossa fronteira. Tambem q
meu Pai tinha vindo a Lisboa, e tinha a
vir q se deve ter a guarda da fronteira
e q se natural para a ordem da guerra.

João de Barros

Luz

anteriores. Vossa Majestade verá os esforços que fiz para que a festa se fizesse este ano regularmente, e como e por quem foram eles malogrados. Será possível, senhor, que eu me veja duas vezes esmagado por esses poucos homens que aqui me perseguem e a Igreja, depois que Vossa Majestade, depois que seus ministros, que declaram que, nesta questão de Nazareth, eu tinha toda a razão, e que não havia governo que pudesse tolerar tamanho escândalo? A trasladação pomposa da imagem da Santíssima Virgem, a que chamam Círio, precedida de uma outra procissão noturna vai ler lugar no dia 31 do corrente! Em seguida haverão quinze noites passadas em claro no largo, em jogos proibidos, em divertimentos profanos, em rasgadas dissoluções, e é isto o que eles chamam a festa da milagrosa *Virgem Senhora de Nazareth!*

Senhor! volte por compaixão seus olhos para o Pará. Não me deixe gemer mais tempo sob a cruel opressão em que tenho vivido. Eu estou desafrontando a religião, estou desafrontando a moral. Vossa Majestade me deve o seu apoio, porque aqui se trata de uma questão de ordem, de uma questão de justiça, que interessa à sociedade inteira. Se a autoridade religiosa é ludibriada hoje, amanhã o será a civil. A onda anárquica que se levanta na Igreja, não ficará ali, doidejando esboroar as instituições do Estado. Os golpes dados nela têm sempre repercussões funestas nestas. Os povos se mantêm em sossego e prósperos, enquanto reina neles o respeito da religião e da lei. Faltando este duplo respeito, estão no declive de uma espantosa decadência.

Termino, senhor, por uma ousadia de que peço humildemente a Vossa Majestade me desculpe, é a de oferecer a Vossa Majestade um pobre volumezinho que acabo de publicar para as famílias e escolas brasileiras. Se, apesar das graves imperfeições tipográficas que os deslustram, ele merecer o benigno acolhimento de Vossa Majestade, dar-me-ei por muito honrado e satisfeito.

Deus guarde por dilatados anos a Vossa Majestade para glória do Brasil.

Tenho a honra de subscrever-me com o mais profundo respeito.

Senhor,

De Vossa Majestade
Humilde súdito e muito dedicado
Antônio Bispo do Pará.”

Entre os papéis que dizem respeito às lutas externas, encontra-se um sobre a campanha militar de 1827 no Rio Grande do Sul. Já se tem escrito sobre ela aqui e no Rio da Prata, e novos trabalhos terão de aparecer à luz de outras documentações. Por exemplo, uma carta “secreta”, dirigida pelo marquês de Barbacena ao ministro da Guerra, conde de Lages, datada de 11 de março, onde se lê esta passagem: “Estou bem persuadido de que o povo não é republicano, mas é bruto, e inclinado a deserções, pode portanto ser seduzido por Alexandre Luís, e seus sequazes. Este Alexandre Luís suponho ser conhecido de v. ex.^a e se não houvera compaixão com ele quando fez as primeiras revoluções governando o conde da Figueira, não estaria hoje Corel, feito pelo alvear da Legião dos Libertadores Brasileiros.”

Na esfera da política internacional, possui o arquivo este ofício reservado do ministério dos Negócios Estrangeiros, de 17 de maio de 1856, e dirigido por Rio Branco ao nosso ministro em França, José Marques Lisboa:

“/Reservado./ Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 17 de maio de 1856.

Il.^{mo} e ex.^{mo} sr. – Tenho presente, e levei ao alto conhecimento de S. M. o Imperador, o ofício reservado de v. ex.^a nº 4 de 2 de abril próximo passado.

Nesse ofício refere v. ex.^a a comunicação que lhe fizera o sr. Olozaga, ministro de S. M. católica nessa corte, a respeito de um projetado pacto dos Estados da América Central e Meridional contra as invasões dos Estados Unidos.

O governo imperial pensa, como v. ex., que semelhante liga não é exequível nem conveniente ao Brasil.

Não é exequível, porque a política desses estados não tem ainda a estabilidade que exigiria um pacto dessa natureza e alcance; porque essa liga suporia uma homogeneidade de vistas e de interesses, uma segurança e combinação de esforços, uma amizade e confiança, que ninguém julgará possíveis nem no presente nem no futuro.

Não é conveniente, porque os sacrifícios dessa liga pesariam principalmente sobre o Império, e, excitando contra ele o despeito dos Estados Unidos, e o ciúme das demais nações, inutilizariam a ação benéfica que hoje pode exercer o governo imperial em favor

dos seus vizinhos, sem a odiosidade de uma liga e a suspeita de intenções ambiciosas.

O encarregado de Negócios Interino do Império nos Estados Unidos não podia prestar o seu assentimento a uma medida dessa natureza, sem ter instruções, sem ter a mais leve autorização do governo imperial. O que ele fez, foi ouvir o que seus colegas, representantes dos estados que se lembraram do recurso dessa liga, lhe quiseram comunicar.

É grato ao governo imperial ver que os estados conterrâneos reconhecem que o Brasil é o seu amigo natural e certo; mas nem ao Brasil nem a eles convém cultivar essa amizade e interesses recíprocos senão pelos meios regulares e pacíficos.

Estreitem e consolidem eles as suas relações com o Império, colhendo dele o apoio e a segurança que desejam contra as usurpações de que se temem.

A mais forte garantia contra a usurpação é a paz e a união interna. Cuidem esses estados de evitar as dissensões que os desmantelam e os fazem presa do seu vizinho ambicioso.

Renovo a v. ex.^a a segurança de minha perfeita estima e distinta consideração.

José Maria da Silva Paranhos.

À s. ex.^a o sr. José Marques Lisboa.”

Dos diários de Pedro II, naquele de maior importância, onde são tratadas questões de administração e política, aparece logo de início, esta declaração de fé:

“Nasci para consagrar-me às letras e às ciências, e, a ocupar posição política, preferiria a de presidente de República ou ministro a de imperador. Jurei a Constituição; mas ainda que a não jurasse seria ela para mim uma segunda religião.”

Curiosa, por sua vez, é este ofício do visconde de Rio Branco, como ministro do Exterior, ao conde d’Eu, fazendo recomendações de normas protocolares à princesa regente:

“Senhor.

Julgo do meu dever lembrar a Vossa Alteza Real que na cerimônia oficial de hoje Sua Alteza Imperial a regente tem

de responder às felicitações que lhe serão dirigidas pelas deputações das duas Câmaras e pelo corpo diplomático.

A resposta do imperador ao corpo diplomático costumava ser esta: “Agradeço às expressões que me dirigis em nome do corpo diplomático.” Esta resposta era dada em francês, visto que o orador fala em francês, com exceção talvez do ministro de Portugal, que pode exprimir-se em português. Este mesmo usa do francês, e o orador de hoje é o internúncio, segundo creio, que exprime-se no idioma mais usado na diplomacia.

Às deputações das Câmaras, Sua Majestade o Imperador respondia, pouco mais ou menos nestes termos: “Sou muito sensível aos sentimentos que me expressais por parte do Senado (ou da Câmara dos Deputados)”.

O instituto histórico, talvez a câmara municipal ou outra corporação mandem deputações. Às mais importantes o imperador limitava-se a esta fórmula geral: “Agradeço os sentimentos que expressais em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.

O mesmo a respeito das outras, e a algumas não respondia.

Rogo a Vossa Alteza Real que digne-se comunicar esta informação a Sua Alteza Imperial, se o julgar preciso.

Sou com o mais profundo respeito

De
Vossa Alteza Real

Muito obediente servo e dedicado amigo.

Visconde do Rio Branco.

Corte, 29 de julho de 1871.”

Finalmente, como reflexo da correspondência epistolar de Pedro II com intelectuais estrangeiros, este fecho de carta de Renan:

“Je ne saurais dire à Votre Magesté quelle impression ont laissée chez tous ceux qui ont été admis auprès d’Elle cette chaleur et cette sincérité d’âme, cette élévation d’esprit et de coeur, que respirent tous ses entretiens.

Cette impression n'a été chez personne aussi vive que chez celui qui demande à Votre Magesté de déposer à ses pieds l'ommage du profond respect avec lequel il est, de Votre Magesté,

le très dévoué serviteur

Ernest Renan".

Com esta exposição, acreditamos ter revelado a gênese e a natureza do precioso arquivo recolhido ao Museu Imperial.

Alcindo Sodré

DIÁRIO DO PRÍNCIPE DE JOINVILLE

Diário do príncipe de Joinville

Adquiriu o Museu Imperial, recentemente, uma interessante coleção de livros que havia pertencido ao príncipe de Joinville e que os alfarrabistas europeus, conhecedores do valor das peças, fizeram passar ao Brasil. Entre os volumes que vieram ter à biblioteca desta instituição, salienta-se o precioso diário das viagens realizadas por aquele filho de Luís Filipe em 1837-38 e 1841. São dois grossos cadernos, primorosamente manuscritos – obra de calígrafo – com desenhos, embora sem assinatura, mas certamente de autoria do príncipe, de quem são umas poucas anotações e correções marginais.

Pena é que o ilustre viajante não se inspirasse mais em nossa terra para enriquecer a parte iconográfica do seu diário.

Dando publicidade ao trecho que mais nos interessa – o que ele mesmo designou: “Journal du Séjour au Brésil”, não nos pudemos furtar de transcrever esta pequena introdução, a entrada da nossa baía, o que se dá, precisamente, a 1^o de janeiro de 1838:

“1^{er} Janvier 1838. – Je commence par souhaiter à tout le monde la bonne année; Nous longeons de belles côtes bien boisées, mais de cette végétation équatoriale si riche et si variée; partout le cocotier mon arbre favori. Enfin le soir nous donnons dans l’Archipel qui se trouve à l’entrée de la rade, puis par un beau clair de lune nous nous présentons au Goulet illustré par les exploits de Duguay-Trouin. Après une conversation au porte voix avec le fort Sta. Cruz, nous essayons de pénétrer dans la rade, mais entraînés par la violence des courants, nous sommes obligés de mouiller au pied du pain de sucre, singulière montagne ainsi nommée à cause de sa forme, et qui comme un gigantesque fanal indique aux navires l’entrée de Rio-Janéiro. L’Amiral Leblanc vient à bord; il m’apprend l’insurrection de Bahia et l’impossibilité où je serai d’y aller, il paraît que nous sommes attendus depuis longtemps et que dès qu’il arrive un bâtiment Français le petit Empereur court chez ses soeurs, en criant: Voilà le Prince de Joinville, habillez vous vite.

2 – Ce matin en attendant la brise du large, je vais me promener sur le pont. L’aspect de ce goulet est bizarre; il n’a pas plus d’un demi-mille de large, est flanqué de chaque côté de forts et au centre se trouve un rocher sur lequel on a construit une batterie. L’original pain de sucre que l’on laisse à gauche en entrant, la belle végétation, Rio et sa rade chargée de grands navires de guerre et la forme irrégulière des montagnes du fond, tout cela éclairé par un chaud soleil d’un été des tropiques donne à ce coup-d’oeil un bel aspect.”

Sobre suas opiniões a respeito de pessoas e coisas do Brasil, devemos notar o espírito de franca crítica que presidiu a toda a descrição de nossos usos e costumes – desde as recepções ou simples jantares em S. Cristóvão, a convite do imperador menor, até os hábitos do interior brasileiro, aprendidos na jornada para Minas.

Quanto às primeiras dessas críticas não podemos deixar passar sem reparo o gênio verdadeiramente pilhérico do príncipe, que oblitera muitas vezes seu julgamento, forçando as descrições e dando às cenas um caráter propositalmente malicioso. Nas opiniões e impressões da corte, a par do aspecto assinalado acima, há o humano e sincero, expressado nas palavras com que depôs sobre os pequenos príncipes brasileiros: “Je me suis bientôt retiré plein de pitié pour ces pauvres enfants abandonnés, à qui on donne tout juste ce qu’il faut pour vivre et qui sont sans cesse poursuivis par une nuée de gens sans moralité, qui laissent le pays qu’on leur a confié se diviser et tomber dans une rapide décadence”...

É comovente.

Os nomes estropiados devem ser, em parte, atribuídos ao desconhecimento da língua pelo príncipe e, principalmente, pelo copista, ao qual são devidas grande parte dos irreconhecíveis lugares por onde andou S. Alteza.

Ao texto, transcrito tal qual está no diário, com todas as incongruências e enganos, juntamos pequenas notas, apenas para esclarecimento dos nomes citados, sem intuito de comentário.

As estampas foram selecionadas dos álbuns de desenhos que pertenceram a Joinville e adquiridos pelo Museu Imperial juntamente com o diário.

Laurenço Luís Lacombe

Chefe da Divisão de Documentação Histórica.



O príncipe de Joinville
Litografia colorida de Émile Lassalle, impressa por Lemercier,
segundo pintura de Winterhalter

Journal du Sejour au Brésil

2 Janvier 1838 – Mouillés devant Rio-Janeiro au mouillage de Las Cobras je passe ma journée en audiences, visites, réceptions de toute espèce. Le soir j'organise pour après-demain une promenade au Corcovado et pour lundi mon départ pour une grande course dans l'intérieur.

3 Janvier – Je débarque ce matin devant le Palais de l'Empereur, espèce de grande maison carrée sans aucun goût et de très peu d'apparence, j'entre dans la chapelle qui est couverte de dorures et ornée de tribunes, rien de curieux. De là, j'enfile une grande rue toute droite que l'on nomme la rue d'Ovides ¹. C'est la grande curiosité de Rio, elle est remplie de magasins presque tous Français et bien approvisionés. C'est là que se trouvent les boutiques de fleurs en plumes, les insectes etc. Je voulais aller au cabinet d'Histoire naturelle, mais il était fermé, je suis revenu au milieu d'une population de nègres de race cafre ou mozambique hideux, vers le marché où je me proposais de faire des emplettes d'animaux, mais il n'y en avait pas de jolis à l'exception de quelques veuves. Parmi les acheteurs j'ai aperçu un chinois de ceux qu'on fait venir pour cultiver le thé, qui prospère dans la province de St. Paul. Rentré à bord j'ai reçu le ministre des affaires étrangères ² et le corps diplomatique. Depuis ce temps, accablé par une chaleur étouffante sans vent et sans soleil je végète en regardant la rade, le pain de sucre, le corcovado et les pirogues que les pagayes font valer sur l'eau. Un nombre prodigieux de canots porte des passagers dans la direction de Praya grande ³, c'est la campagne de Rio. Je suis parti à deux heures pour aller au faubourg de Botafogo où résident les ambassadeurs faire visite à ce pauvre B.^on Rouen ⁴, malade de la goutte justement pour

1. A já tão famosa rua do Ouvidor por onde entrou, certamente, via Primeiro de Março, então rua Direita, por onde teria seguido ao sair da capela imperial.

2. Conselheiro Antônio Peregrino Maciel Monteiro, nascido no Recife em 30 de março de 1804 e falecido em Lisboa a 5 de janeiro de 1868. Segundo barão de Itamaracá por decreto de 14 de março de 1860. Foi deputado por sua província em várias legislaturas e ministro plenipotenciário em Portugal, em cujo posto morreu. Autor de várias obras poéticas. Foi ministro de Estrangeiros no ministério de 19 de setembro de 1837, o primeiro organizado pelo regente Araújo Lima.

3. Niterói.

4. Barão Achille Rouen, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do rei Luis Filipe junto à corte do Rio de Janeiro desde 30 de setembro de 1837.

mon séjour. Il y avait des apparences d'orage, de gros nuages s'amoncelaient dans la direction de St. Christophe et s'approchaient en grondant des cimes de Corcovado. Tout faisait présager un de ces violens orages de la zône torride; en effet le sommet des montagnes s'est enveloppé de nuages et une pluie battante accompagnée d'un vent très violent est venu nous assaillir. Les éclairs et les coups de tonnerre repetés par les échos étaient épouvantables; ou était la Reine lorsque la foudre est venue tomber à quelques pas de moi près d'un batteau de nègres épouvantés? ⁵ Une forte odeur que je ne puis qualifier est reslée dans l'air quelques momens après. Trempé jusqu'aux os je n'en ai pas moins fait ma visite ou j'ai trouvé Mad. Rouen telle quelle. Je suis revenu à bord pour m'habiller en grande tenue et je me suis embarqué dans le canot impérial pour faire un débarquement pompeux. Je suis allé débarquer devant le palais impérial; une foule de monde y était remassée, car dans ce pays il n'y a nulle trace de police. J'ai été reçu par un chambellan de l'Empereur accompagné de quelques uns des hallebardiers de l'Empereur, espèces de Suisses d'appartement qui sont les gardes du corps. On m'a fait monter dans un carrosse doré attelé de six mules jaunes, et piqueur en tête, escortés par de la cavalerie dont les trompettes sonnent sans cesse et produisent les mêmes sons que les Cornets à bouquins; nous sommes partis pour St. Christophe au galop. Sur la place du palais il y avait un poste de garde nationale idéale. La livrée de l'Empereur est verte à galons jaunes mouchetés d'amarante. Le cocher avait un grand chapeau à cornes à plumes de la couleur de la livrée. Le trajet jusqu'à St Christophe s'est fait assez vite par une jolie route bordée de jardins magnifiques, et cette belle verdure était encore rafraîchie par l'orage qui venait d'avoir lieu. Enfin nous passons une grille et montant une avenue tournante nous arrivons dans la cour d'un chateau d'une petite apparence au pied d'un escalier comme celui de Fontainebleau, mais mille fois plus petit. Là je suis reçu par une nuée de chambellans, je monte entre une haie de hallebardiers je traverse plusieurs appartemens remplis de ministres etc, etc. Le Régent Márquis de Lima ⁶ vient aussi au

5. Como se vê a ida para Botafogo foi feita por mar.

6. Deve ter havido confusão entre o então regente Pedro de Araújo Lima (que só seria marquês em 1854) e o tutor de d. Pedro II, Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, marquês de Itanhaém por decreto de 12 de outubro de 1826. Nasceria este na então capitania do Rio de Janeiro, a 5 de maio de 1782 e faleceu na corte, a 17 de agosto de 1867, como estribeiro-mor de Sua Majestade.



O Palácio de São Cristóvão, nma aquarela de Mary, existente no álbum di príncipe de Joinville

devant de moi. Enfin j'aperçois un petit mirloret haut comme ma jambe, raide, pincé, patarafé, c'est Sa Majesté. Je lui fais un profond salut qu'il me rend, et je lui tourne mon compliment d'arrivée; il ne me répond rien. J'avais préparé ma main pour le cas où il y aurait poignée de main, ce qui a eu lieu en effet, mais il a gardé ma main et nous sommes entrés en nous donnant la main droite et mon sabre que je ne pouvais pas tenir lui battant dans les jambes. Nous nous sommes assis et lui, toujours sans rien dire, s'est mis à me contempler; ma foi cela ne m'amusait pas, je faisais des phrases pour nouer la conversation et cela ne réussissait pas. Le Régent voyant l'embarras général a voulu nous en tirer, et s'est mis à me parler, mais il y avait un malheur, c'est qu'il est sourd comme un pot et moi aussi, aussi nous avons fait des cacophonies complètes. Enfin voyant que cela devenait insupportable, j'ai fait mine de me retirer mais l'Empereur a baragouiné quelque chose, et reprenant notre marche, main droite dans la main droite nous nous sommes acheminés vers l'appartement des Princesses! Attention! Je commencerai par dire que j'étais si embêté de tout ce cérémonial que je n'ai vu de ces pauvres Princesses que leur raideur et leurs dents qui sont affreuses, li y avait dans la chambre un régiment de Dames en tête desquelles se trouvait une vieille grognon, leur gouvernante ⁷, l'ai fait un profond salut, et barbouillant une phrase, j'ai remis à la Princesse Januaria une lettre de la Reine, puis sans mot dire on s'est assis, l'Empereur entre moi et ses soeurs, en sorte que je n'ai pas pu les voir. La vieille Duègne qui s'était plantée de mon autre côté m'a entrepris sur l'affection des Princesses pour la Princesse Clémence, puis l'Empereur m'a fait quelques questions sur Constanine, mon voyage; Si j'avais passé par la Grèce. Je n'entendais qu'à moitié et je répondais à tort et à travers, je lui ai fait compliment sur son goût pour le dessin et son talent, mais cela n'a pas pu la débouter. Puis je lui ai présenté mes officiers, et j'ai remis aux petites Princesses les bijoux que leur envoie la Reine. Cela fait j'ai décampé et ayant remarqué qu'à mon entrée les Princesses avaient quitté leur gant de la main droite, probablement pour que

7. Devia ser d. Mariana Carlota de Verna, (a Dadama) condessa de Belmonte por decreto de 5 maio de 1844. Nasceu em Elvas (Portugal) em 1759 e faleceu no Rio de Janeiro a 17 de outubro de 1855.

Positivamente, a aia de S. Majestade e suas irmãs, cargo que exercia desde 1825, merecia melhor referência do príncipe visitante.

je leur baise la main, ce que je n'avais pas voulu faire, ayant de plus remarqué que cela n'avait pas paru leur plaire, j'ai fait la chose en sortant, c'est à dire que j'ai frotté mon nez centre leur main, car mes lèvres n'ont pu franchir la distance. Si j'avais été un priseur!... Sur ce je suis sorti après avoir fait Shake hands avec l'Empereur qui renvoyé par ses soeurs est venu me reconduire. Il m'a invité à dîner pour le 5 et je compte m'y mettre à mon aise, et quand je devrais me mettre sur le des toutes les Duègnes (rébarbatives) et tous les chambellans du Brésil, je ne veux pas continuer mon sot rôle de ce sair. Je suis revenu comme j'étais venu, l'Empereur et les Princesses sont blonds et petits, l'Empereur a beacoup de la famille autrichienne, mais il a les manières d'un homme de quarante ans. Quant aux petites, elles étaient fagotées à la diable, mas je ferai vendredi mes observations.

4 – Pluie battante toute la journée, je ne bouge pas du vaisseau.

5 – Ce matin je vais à terre au Palais ⁸, où je suis reçu par une nuée de domestiques en habits verts brodés et une épée; quelques uns ont des décorations. Je suis introduit dans l'ancien appartement de Jean VI où on me loge; c'est vieux et pauvre. J'y vois le cabinet où, lorqu'il tonnait, Jean VI se refugiait, il s'enveloppait alors d'un rideau de soie et se plaçait sur sa chaise percée; un prêtre était à côté de lui et lui donnait la bénédiction. J'ai reçu les ministre d'Autriche et d'Angleterre ⁹, puis je suis allé faire visite au Régent ¹⁰ que j'ai trouvé au Conseil avec ses ministres, tout cela n'a aucune teinture de bonnes manières à l'exception de ceux qui ont été en Europe. J'ai mis ma carte chez le ministre des affaires étrangères, puis je me suis embarque et j'ai été visiter l'Amiral anglais Hammon et le Commodore

8. Paço da Cidade.

9. Barão von Daiser Sylbach, encarregado de Negócios de S. Majestade Imperial, Real e Apostólica, o imperador da Áustria e rei da Hungria junto à nossa corte, desde 1830 e Sir Hamilton Charles Jacques Hamilton, enviado extraordinário de S. Majestade britânica no Brasil, desde 1836.

10. Pedro de Araújo Lima, nascido em Pernambuco a 22 de dezembro de 1793 e falecido no Rio de Janeiro a 7 de junho de 1870. Ocupava a pasta do Império no último ministério do regente Feijó e, em tal qualidade, com a renúncia deste, em setembro de 1837, assumiu interinamente a regência, na forma do art. 30 do ato adicional. Em abril de 1838 seria eleito para esse cargo. Foi senador do Império, conselheiro de Estado e marquês de Olinda, por decreto de 2 de dezembro de 1854.

américain Nicholson à bord de leurs frégates; ils m'y ont parfaitement reçu et avec beaucoup de politesse. Leurs deux frégates sont superbes. La frégate américaine a au moins 9 pieds de hauteur de batterie et 60 canons de 32 dont pas un n'est gêné dans son tir. Je me suis rendu à la Gloria chez Mr. Rouen où m'attendaient tous ces M. M. et des chevaux. Nous avons fait une délicieuse promenade à cheval autour de la baie de Bottafogo, à travers de charmants jardins et devant des fenêtres garnies de fort jolies personnes. Cette végétation est vraiment ravissante, tout, depuis la plus petite touffe de broussailles jusqu'aux touffes élevés du cocotier et du bois de fer, tout a un caractère, un chic parfait. Pressé par le temps je suis revenu au triple galop par les rues de la ville; je me suis habillé en bate et je suis parti pour San-Christovão. J'y ai été reçu avec le même cérémonial et le petit Empereur est venu au devant de moi. Il m'a mené voir la vue que l'on a de son palais qui est admirable. La glace a commencé à se briser entre nous, il m'a aussi fait voir un beau cabinet de minéralogie où j'ai profité des leçons de ce pauvre Réaunu pour me donner des airs de connaisseur. Là les petites Princesses sont venues nous rejoindre et l'on a passé à table. J'étais entre l'Empereur et le ministre des affaires étrangères, qui est de beaucoup ce qu'il y a de mieux ici, car il a été étudiant en Médecine à Paris. Le dîner s'est fort bien passé et était assez bon, il y avait une musique composée de nègres esclaves de l'Empereur. On ne se fait pas d'idée de ce que c'est; le ministre, mon voisin lui trouvait quelque chose d'oriental, se devait être la discordance. L'Empereur a porté la santé du Roi et m'a donnée un mangot que j'ai trouvé détestable; en revanche j'ai dévoré une pomme, ce fruit bien aimé de nos pays, cela m'a rappelé – la France. Après le dîner on s'est assis, et j'ai commencé avec l'Empereur, ses soeurs et leur Rébarbative une conversation de deux heures ou je me suis mis tout-à-fait à mon aise et l'Empereur aussi, mais point ses soeurs. L'empereur a un front très élevé et proéminent, des yeux renfoncés, ses joues sont grasses du bas et viennent se joindre à sa mâchoire inférieure qui est en saillie sur l'autre; il était en bourgeois et avait son cordon de la croix du sud et un énorme diamant pour bouton de chemise. Les Princesses sont petites et assez gentilles; elles étaient bien mises avec des robes à volants et à manches plates, mais j'ai vu des gants en fil, c'est affreux; elles avaient ce que je crois les bijoux de la Reine. Elles sont étonnamment peu formées

pour leur age. Dona Januaria est beaucoup plus timide que Dona Francisca. Elle est plus grasse et se tient un peu voutée. Dona Francisca est droite, sèche et extraordinairement éveillée, sa soeur la met en avant et elle m'a annoncé qu'elle me donnerait un perroquet qui parte. L'Empereur m'a donnée un petit oiseau mouche qu'il avait attrapé le matin. La conversation étant tombée sur les sauvages que je pourrais rencontrer dans l'intérieur, un des Ministres m'a dit que le Régent écrirait pour qu'on en fit venir sur la route, et que, si cela me convenait je pourrais en choisir un *mâle* et une *femelle* pour les ramener en France. A-t-on idée de pareilles choses? Je me suis bientôt retiré plein de pitié pour ces pauvres enfants abandonnés à qui on donne tout juste ce qu'il faut pour vivre et qui sont sans cesse poursuivis par une nuée de gens sans moralité qui laissent le pays qu'on leur a confié se diviser et tomber dans une rapide décadence. Je suis revenu à bord.

6 – Ce matin je vais à terre à la Gloria, j'y trouve des chevaux et nous partons pour le jardin botanique car il paraît que les chemins sont tout à fait défoncés pour aller au Corcovado. La route est la même que celle de Botta-fogo, seulement on commence après ce dernier point à entrer dans des gorges de montagnes couvertes de forêts. Au pied se trouvent de charmants petits jardins que la route traverse. On rencontre des nègres chargés de grands paniers d'ananas et quelques voitures attelées de deux ou quatre chevaux avec des postillons nègres en chapeaux cirés pointus et des grandes bottes. Le jardin botanique est beau et bien tenu, chose si rare dans ce pays. J'y vois un immense Saracanda (sic) (palissandre) grand comme un gros chêne, le canellier, le Girofflier, le thé, d'admirables bouquets de bambous dont je coupe pour faire des cannes. Il y a peu de fleurs, mais derrière le jardin il y a des montagnes couvertes de bois prodigieux. Après nous y être reposés, on met aux voix l'emploi ultérieur de la journée et l'on décide que l'on va faire le tour de la Gabia, grande montagne dans le sud de Rio et que l'on reviendra par les cascades de tijuca à 21. ½ de Rio. Il faut 6 lieues à 7 h. pour aire le course en allant vite partout où le chemin le permet. Dire ce que j'ai vu dans cette course, c'est impossible; nous avons cheminé plusieurs heures dans. d'amirables forêts impénétrables où le palmier, le bananier venaient se mêler à d'énormes caféyers, des orangers de toute espèce liés entre eux par d'énormes lianes. Au milieu de tout cela

on entendait le bruit sourd de la mer qui était à 50 pas et que nous ne voyions pas; la forêt va jusqu'à elle sans interruption. Quelquefois nous passions à mi-côte d'une falaise garnie de végétation jusqu'en bas; les palmiers et les bananiers semblaient sortir de l'eau et au dessus de nous l'immense Gabia tout-à-fait à pic et portant dans ses crevasses inaccessibles de magnifiques bouquets de bois. C'était idéalement beau. Nous sommes bientôt arrivés au bord d'un petit lac d'eau salée où l'on dit qu'il y a beaucoup de Caïmans, là il a fallu nous mettre dans de petites pirogues construites d'un tronc d'arbre creusé; nos chevaux ont passé à la nage. La navigation dans ces pirogues est agréable, mais il ne faut pas bouger, car elles tournent avec une grande facilité. En partant nous avons dû passer au travers d'un bois marin, car il y, avait une infinité d'arbres qui poussent dans l'eau. Une fois passés de l'autre côté nous avons marché pendant quelque temps dans un marais (à pied s'entend), nous dirigeant vers la magnifique cascade de Tijuca. Il était de 4 à 5 heures, nous n'avions pas mangé depuis le matin, nous devions encore marcher toute la journée et de plus nous étions trempés en sorte que nous désirions prendre quelque chose. Nous sommes alors entrés dans une venta (sic) ou auberge; une mulâtresse assez bien tournée vendait des cigarres à un beau jeune homme dont le cheval était à la porte. Notre arrivée ne parut nullement leur plaire; à peine la jeune personne daigna-t-elle nous donner des oeufs et quelques bananes; nous fîmes alors une perquisition et nous trouvâmes une espèce de cuisine où deux monstres de vieilles negresses faisaient un peu de cuisine. Nous nous mîmes à faire cuire les oeufs et en faisant jaser les negresses, nous sûmes que la cause de notre mauvaise réception était que nous avions troublé un tête-à-tête en l'absence des parents. On parvint à se procurer un morceau de lard et nous fîmes un dîner fort gai, sinon fort bon; la gaîté était si communicative qu'elle gagna les negresses qui tremapient leurs haillons dans notre homelette et à qui on renversait la poêle sur la tête: c'était charmant. Mais la Dame du lieu ayant fini par savoir qui nous étions, le Sigisbé a disparu et on est devenu si poli que je crois bien qu'on nous aurait vendu toute la venta. Nous sommes remontés à cheval à 8h. ½ nous étions à bord après avoir traversé la fameuse rue d'Ouvides.

7 – Ce matin je vais à la messe à la chapelle du palais et je reçois ensuite la visite de l'Empereur qui me donne 4 ravissants

oiseaux mouches et à qui je remets les livres de la Reine. Vraiment il n'y en avait pas assez et j'y ai joint de mon fonds plusieurs ouvrages et mon album de dessins dont j'avais retranché 4 ou 5 à qui je tenais le plus. J'espère que je sais faire des sacrifices quand il s'agit de l'honneur de la famille. J'ai encore eu mille audiences. Quand je suis retourné à bord j'ai retrouvé le vaisseau envahi par les visiteurs, mon logement entre autres était plein. Je suis retourné le soir pour dîner à terre où j'ai encore eu force audiences et emmenant avec moi une armée d'officiers je suis parti pour St. Christophe pour faire ma visite de digestion. Les Princesses et l'Empereur m'avaient demandé à voir quelques dessins de moi, aussi avais-je apporté mon livre du Levant et quelques autres dessins dont je me proposais d'offrir un à la famille, mais ils m'ont pillé, chacun a voulu avoir le sien, et l'Empereur m'a pris sans qu'il me fût possible de le lui refuser un dessin à l'aquarelle auquel je tenais beaucoup, qui représentait un coucher du soleil sur l'Alanuda de Lorotava à Ténériffe, avec des figures en robes noires et mantilles. J'ai fait bonne contenance mais j'étais cruellement vexé. Pour me consoler la famille m'a annoncé qu'à mon retour de Minas elle me donnerait de ses dessins (bien obligé). La petite Januaria a joué assez bien une longue, très longue sonate sur le piano, qui par j'atroce chaleur qu'il faisait et l'embarras qu'elle éprouvait a dû lui être fort pénible. Elle m'a donnée le singe le plus ravissant qu'on puisse voir: il est gros comme le poing, a les formes d'un ours, son poil est noir et sa figure couverte d'un poil très blanc ressemble à celle d'un homme; il a de grands cheveux et une queue d'écureuil énorme. J'ai pris du thé et des glaces puis je suis parti.

8 – Ce matin course au Corcovado, immense montagne où il est fort pénible de monter car le sentier que l'on suit au travers des forêts n'est que le lit d'un ruisseau; c'est dans cette forêt que M. de Clarac a puisé le sujet de cette fameuse gravure d'une forêt vierge au Brésil. Du sommet de la montagne la vue est admirable. Rio, sa baie, son port, les campagnes et la mer vous entourent. Vous êtes placé au sommet d'un roc qui s'élance du milieu de forêts impénétrables. Lorsque nous sommes descendus la chaleur commençait à se faire sentir, nous sommes rentrés au Palais où je me repose. Le soir j'ai eu un dîner chez M. Rouen, sa maison est jolie, propre et bien arrangée, sa cuisine bonne mais il est à couteaux tirés avec l'Amiral et les officiers de la station. Mad.



Aquarela no álbum do príncipe de Joinville, onde se lê, com letra da princesa d. Francisca: "Donjon qu'habite mon frère à St. Christophe - Rio de Janeiro". Representa a ala direita do Palácio de São Cristóvão.

Rouen est telle quelle et aussi fatigante. Le soir il est venu une quantité de monde du corps diplomatique.

9 – Je reste dans un repos complet pendant toute la journée, nous sommes absorbés par les préparatifs de notre course à Minas.

Le soir je suis allé dîner en grande cérémonie à St. Christophe, ce pauvre Hemoux a fait une chute affreuse sur la tête dans un escalier, il a fallu le saigner; on lui a donné une chambre dans le Palais où on l'a couché. Après le dîner on s'est assis dans le salon, et il a commencé à arriver du monde; nous étions les trois Brésiliens et moi sur un canapé au fond et chaque Brésilien ou Brésilienne qui entrait mettait un genou en terre et baisait la main de l'Empereur et de ses soeurs. Quelques uns cependant se dispensaient des genoux. Les toilettes étaient singulières; quelques dames avaient des oiseaux de paradis, la queue en l'air piqués sur la tête; mais cela avait plutôt l'aspect d'une réunion de province pour les passages du Roi. Les petites princesses étaient bien mises, avec des robes de tulle à mouches plates et à dessous bleu et des parures en opales et diamans; par dessus tout était le grand cordon de ¹¹ tout bleu. Quand il y a eu assez de monde d'arrivé l'Empereur a pris ses deux soeurs par la main, ils se sont assis au piano, et ont commencé une sonate à six mains; l'Empereur y mettait une applications étonnante, mais le maître de piano ¹², vieillard apoplectique en grand uniforme et cordon de commandeur de je ne sais quoi ayant tourné deux feuilles au lieu d'une, il y a eu une cacophonie complète. C'était assomant. Il y a eu ensuite une seconde sonate pour la Princesse Januaria, puis on a été danser. L'Empereur a pris l'aînée moi la cadette et nous sommes allés nous placer au milieu de la salle, je croyais qu'il allait venir plus de monde, mais on nous a laissés tous quatre seuls et il a fallu danser, j'avais une envie de rire inextinguible que je pouvais à peine contenir car l'Empereur sans gants et un grand mouchoir flottant à la main faisait des pas si extraordinaires que vraiment c'était à en pouffer et que j'en souffre pour son maître de danse qui était là ¹³. Il n'y

11. Há um espaço em branco para o nome da condecoração que foi omitido e que, pela cor descrita, trata-se do Cruzeiro.

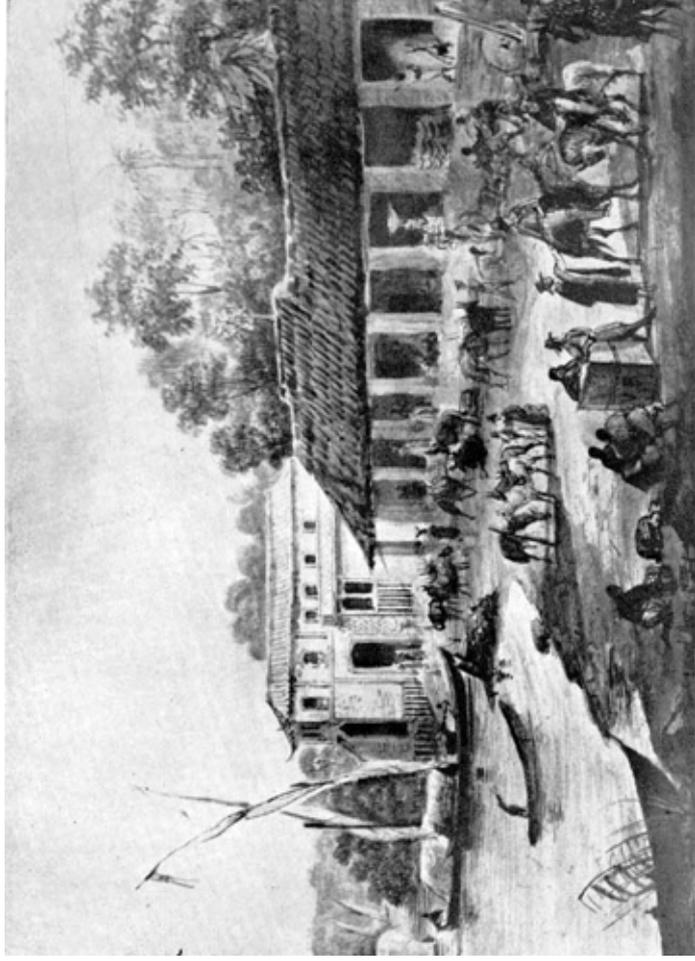
12. Fortunato Mazzioti, natural da Itália e nomeado para o cargo em 1833.

13. Lourenço Lacombe, francês, nomeado em 1833. Faleceu no Rio de Janeiro, a 28 de janeiro de 1867.

avait qu'une jolie personne, une demoiselle de Lorotava. Pendant que j'étais assis sur mon canapé périsant d'ennui, dansant toutes les contre-danses avec la princesse Francisca, à l'exception d'une seule dont la petite Januaria a bien voulu m'honorer (l'Empereur danse toujours avec ses soeurs et elles n'ont d'autre cavalier que lui ou des personnes de leur age & de leur sexe), pendant dis-je que j'étais là sautillant aux accords d'une intervale musique, l'amiral Leblanc est venu me présenter son fils qui venait d'arriver de France sur la corvette la Camille, mais il n'a pas pu me dire si le bâtiment avait des lettres pour moi. Un instant après M. Guillevin qui commande cette corvette est arrivé avec des lettres du 14 Novembre, j'en ai éprouvé une joie profonde, et j'ai saisi l'occasion d'une visite que j'allais faire à ce pauvre Hernoux pour ouvrir mon paquet. J'ai eu un saisissement terrible en voyant à part une lettre du Roi avec un cachet noir, mais j'ai bientôt été rassuré et j'ai joui d'une manière bien douce. Merci mille et mille fois tous pour vos excellentes lettres, pour tout ce que vous m'envoyez. Que je suis heureux de voir que tout aille bien, quand on est si loin on a besoin de cela pour vivre tranquille. Je suis rentré au bal et nous sommes allés à un grand souper. L'Empereur, ses soeurs et moi nous sommes seuls mis à table. Les autres personnes ont entouré la table, mais en attendant le départ de l'Empereur pour s'y asseoir. Là encore j'ai eu envie de rire et d'autant plus que les personnes qui étaient vis-à-vis de moi s'en apercevaient et riaient à gorge déployée; je me suis pourtant contenu et j'ai mangé avec un sang froid imperturbable à la barbe de toutes les puissances du Brésil deux pommes qui valaient bien mieux qu'eux tous. De là j'ai été voir Hernoux qui allait mieux et reposait. Je lui ai laissé M. Foville et ses lettres et je suis retourné à bord où je suis arrivé à une heure du matin.

10 – A quatre heures je me suis relevé et après avoir fait quelques rangements je suis allé à terre où un temps de galop m'a ramené à St. Christophe; j'y ai trouvé Hernoux bien quoique tout moulu, je pense qu'il aura pu retourner à Rio le lendemain; je l'ai recommandé à M. Foville qui le trouvait très bien et à Mr. Barbosa (sic) le Majordome de l'Empereur ¹⁴, puis n'ayant aucune inquiétude sur son compte je me suis décidé à partir.

14. Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, mordomo, guarda-jóias e porteiro da imperial câmara. Nasceu em Sabará a 25 de janeiro de 1794 e faleceu no Rio de Janeiro a 28 de janeiro de 1868.



Aquarela representando o porto da Estrela, no álbum do príncipe de Joinville.

Avant de rentrer à bord, je suis allé visiter la corvette la Camille qui le soir avait été obligée de mouiller sur le goulet. Je tiens en pays étranger à visiter tous nos bâtimens et comme je partais dans la journée, je ne voulais pas la manquer. Je suis revenu à bord où j'ai monté l'Amiral centre l'indiscipline, et où je l'ai engagé en mon absence à tenir la main sévèrement à ce que les Capitaines sous ses ordres obéissent et à ce qu'ils ne donnent pas aux étrangers le spectacle de nos défauts. Après le déjeuner je me suis embarqué avec M. E. Ney, le capitaine Rosamel, M. Fabre, un élève et un Docteur; nos gens nous précédaient dans un canot où se trouvait un pilote. La journée était chaude, nous nous sommes dirigés vers l'île du Gouverneur que nous avons prolongée, elle est très grande et très boisée. Aidés par le flot, nous avons traversé un étroit passage entre cette île et l'île de ¹⁵ lieu de promenade des habitans de Rio; ce canal est charmant, des bois de palmiers élevés ou de buissons très fourrés viennent jusqu'à la mer. De l'autre côté la mer était dans un calme profond, les hauts sommets de la serra des orgaos s'y réfléchissaient d'une jolie manière. Bientôt nous sommes arrivés à l'embouchure d'une grande rivière très profonde, mais presque fermée par une barre à son embouchure; nous l'avons remontée pendant fort longtemps, ses bords sont couverts par d'admirables forêts semées de fleurs que je pourrais comparer à l'intérieur d'une immense serre chaude d'Europe; les bords sont souvent invisibles cachés qu'ils sont par des arbres aquatiques. Des pirogues et de grands bateaux parcouraient la rivière que nous avons suivie jusqu'à un embranchement près duquel se trouve un hameau nommé Puerto de Estrella. Là nous attendaient nos mulets, il a fallu un temps immense pour organiser notre caravane, nos bagages sont nécessairement considérables, dans un pays il faut tout emporter. Notre Tropeiro ou guide est un américain yankee ou des États du nord; il se donne un mal affreux mais on est dans l'usage de placer les paquets en équilibre avec des courroies de chaque côté des mules, ce qui joint à leur mauvais caractère fait qu'elles se débarrassent de leur charge avec la plus grande facilité. Enfin à 5 h. nous partons escortés de 6 soldats et d'un officier; nous avons pris le costume du pays, le chapeau

15. Há um espaço em branco para o nome da ilha que foi omitido. Parece tratar-se da de Paquetá.

de paille de Guayaquil, les grandes bottes de daim qui remontent jusqu'à mi-cuisses; l'un et l'autre sont fort utiles; nous parcourons un chemin magnifique au travers des bois; un grain de pluie nous tombe sur le dos mais ne dure pas. Les bois sont admirables et peuplés d'oiseaux parmi lesquels nous distinguons plusieurs cardinaux au plumage écarlate et noir, nous entendons la voix pu ferrador ainsi nommé de ce qu'il imite tout-àfait le bruit d'une forge. À la chute du jour nous arrivons à une gorge profonde de montagne où se trouve une poudrière près de laquelle on m'a préparé une maison. Nous y dînons avec des provisions du pays parmi lesquelles figure la farine de manioc ¹⁶. Nos bagages n'arrivent que fort tard, en allant à la recherche de mon lit je suis frappé d'un des plus beaux spectacles que l'on puisse voir; j'étais sur un de ces grossiers ponts de bois que dans ce pays-ci on jette sur les torrents; devant moi d'immenses montagnes boisées ne me montraient qu'une masse sombre dans les vallées, des nuages éclairés par la lune dessinaient leurs formes fantastiques sur les premiers plans un ruisseau réfléchissait le ciel et se perdait en murmurant sous le pont. Tout cela avait un air de grandeur qui depuis que je suis dans ce pays-ci fait paraître bien petites les oeuvres des hommes. Nos mulets déchargés et les bagages placés sous le *rancho* ou hangar destiné à les recevoir tout était disposé pour la nuit que j'ai passée très bonne.

11 – Partis non sans peine de la Fabrica de Polvera (sic), nous avons monté une immense côte d'où la vue est magnifique, derrière nous Rio-Janeiro, sa baie, plus près les premiers contreforts de la Serra et enfin autour de nous ces immenses forêts où les plus grands accidents de la nature ne paraissent rien. Quelquefois le sol dépouillé et de grands troncs noircis par le feu marquent le passage de l'homme et ses essais de culture. Parmi les arbres je remarque le Pin du Brésil et je ne sais combien d'espèces de palmiers; nous traversons des ruisseaux qui font de charmantes cascades. Vraiment quand on voit cette végétation et qu'on pense à nos amateurs de botanique, on ne comprend pas qu'ils ne viennent pas voir ce pays-ci une fois en leur vie. Nous tuons beaucoup

16. O lugar chamara-se mesmo *Mandioca* e tinha sido propriedade do barão de Langsdorff, encarregado de Negócios do czar da Rússia junto à corte do Brasil por ocasião da Independência e fora adquirida pelo governo que aí instalara a fábrica de pólvora.



Desenho colorido do álbum do príncipe de Joinville, representando um trecho da serra brasileira
(Museu Imperial)

d'oiseaux, des perruches, des septicolores, des colibris, des oiseaux mouches, etc. Leurs brillantes couleurs sont vraiment charmantes. Les perruches surtout; une d'elles n'a été que blessée, et elle est là posée à côté de moi, elle est charmante. Après avoir fait une petite halte et avoir suivi des chemins bons pour le pays et couverts de caravanes de Minieros (sic) qui font le commerce de l'intérieur, nous sommes arrivés à 1h. ½ à la Fazenda des corrieiros ¹⁷; je me suis logé dans la maison d'un curé mort récemment; devant nous est un énorme manglier, deux ou trois maisons, le rancho composent tout le village. Toutes nos mules et celles des autres caravanes sont lâchées; demain on ira les lacer pour les faire partir. Tous nos M. M, s'occupent à empailler les oiseaux tués; nous allons faire un bon dîner; je suis enchanté.

12 – Hier il y a eu une immense discussion entre Tropeiro et nous au sujet de la nourriture; il prétendait que nous devions le nourrir etc, etc. Après le dîner on a causé et on s'est couché, je n'ai pas trop bien dormi et j'ai eu mal aux dents. Ce matin M. Ney a été un peu malade et à 7 h. ½ nous sommes partis; il est impossible de partir plutôt à cause de la difficulté d'attraper les mules. Le chemin que l'on suit pour aller à Secretario où nous devons coucher est toujours à travers les bois, mais en quelques endroits ils sont moins élevés que ces jours-ci. Nous longeons pendant longtemps une rivière encaissée dans une profonde vallée; souvent l'épaisseur des bois nous en cache la vue, mais nous entendons le bruit des chûtes qu'elle fait; quelquefois elle nous offre des points de vue bien beaux. J'admire de plus en plus le bambou, c'est un arbre vraiment charmant, je tue encore une perruche, un oiseau appelé *Suruca* et je prends plusieurs beaux papillons, li vient plusieurs grains de pluie, mais cela ne dure pas. Hier nous avons vu un serpent assez long qui gisait mort sur la route; on a vu aussi (mais pas moi) un gros singe; ce matin on nous a apporté un animal de la grosseur d'un énorme cochon avec un poil gris, des pattes très courtes et une tête velue de la forme à peu près de celle du requin. Il avait de fortes dents; on l'avait pris dans la rivière qui était à côté de nous. Après avoir fait une halte en route, nous sommes arrivés ici à Secretaria (sic) où il y a

17. Fazenda dos Correias, que havia pertencido ao célebre padre Antônio Tomás de Aquino Correia, falecido em 1824. É interessante notar que não há a menor referência ao Córrego Seco.

une fazenda assez commode. Ces M. M. sont à la chasse aux oiseaux et aux insectes. La situation n'est pas mal, au fond d'une vallée où coule une petite rivière, toutes les montagnes sont boisées où couvertes de champs de maïs, de bananiers etc.

13 – Hier soir je me suis aperçu que les cochons qui abondent dans ce pays-ci se nourrissent des excréments des autres animaux, même de l'homme et ils recherchent ce mets avec une telle ardeur qu'ils sont venus me troubler dans l'exécution des lois de la nature; j'ai été obligé de prendre un gros bâton pour les écarter. Le soir après dîner nous avons longuement divisé pendant que les masses de collines boisées qui nous entouraient ne paraissaient plus que comme de gigantesques ombres chinoises, il y a un grand charme pendant les soirées d'un long voyage à se rappeler tous ces souvenirs de bonheur qu'on a laissés chez soi. La cloche d'une petite chapelle qui sonnait l'angélus est venue nous interrompre; nous mêmes en nous couchant nous avons chanté en choeur le couvre feu des Huquenots, avec la cloche. Ce matin nous sommes partis pour Goirrus ¹⁸ notre route se continue toujours à travers les bois, quelques parties sont encore plus grandioses que celles que nous avons parcourues jusqu'alors. Il y a des endroits où la route est un étroit sentier, souvent le lit d'un ravin; des arbres renversés obstruent le chemin. Notre collection d'oiseaux et de papillons s'est encore augmentée, on a encore vu un singe, c'est ravissant: partout de belles fleurs de toutes les couleurs, mais il fait très chaud. Après 6 h. de marche nous arrivons ici (Governo) où nous devons passer la nuit. C'est une réunion de maisons, une petite sucrerie ; on nous loge dans une maison assez propre, mais où nous ne sommes pas très bien reçus, il n'y a rien à manger on vù en aller chercher ailleurs.

14 – Hier soir nous avons été nous promener et voit les cases dépendantes de l'habitation où nous devions passer la nuit. Puis on s'est couché. Ce matin de bonne heure on est monté à mulet et nous sommes repartis. Notre route est toujours la même, la végétation est cependant un peu moins riche, nous nous y habituons. La chaleur est beaucoup plus forte ce qui n'empêche pas les tueurs de bêtes curieuses de continuer leur criasse. Nous passons le Paraiba, grand fleuve de l'intérieur dans un bac, son cours est droit et semé de petites îles; on le voit s'étendre à perte de vue avec

18. Deve ser Governo, fazenda que atingiria a seguir.

ses bords d'une végétation fort belle. Il y a là des serpents, car l'autre jour on a apporté une peau de l'un d'eux à Rio, longue de 30 pieds. La chaleur nous force à nous arrêter sous un hangar où j'écris mon journal.

Payol – Le temps s'étant couvert quoiqu'il fût un peu menaçant nous sommes repartis mais à peine nous étions nous engagés dans les bois qu'un violent orage s'est déclaré. La pluie tombait par torrents; le tonnerre grondait majestueusement dans les montagnes où faisait violemment explosion à côté de nous; la route était abimée; des arbres renversés gisaient en travers; une nortion du terrain s'était enfoncée, pas un oiseau ne paraissait, nous étions les seuls habitans de ces vastes solitudes. Enfin la pluie se calma; des volées de gros perroquets commencèrent à se montrer et bientôt nous arrivâmes à la Fazenda de Payol où nous faisons sécher nos effets et où nous allons passer la nuit. Il n'y avait rien à manger, mais un bon coup de pied dans une porte nous a fait trouver des provisions. La pluie paraît vouloir s'établir.

15 – Ce matin il pleuvait encore, nous sommes partis malgré cela et traversant des montagnes élevés, à moitié cachées dans les nuages, nous sommes arrivés sur les bords du Paraibuna, autre grande rivière et l'un des affluents du Paraíba. Il y a un pont dont les arches sont en pierre, il est abrité par un toit en tuiles et sa balustrade est en bois découpé; la rivière qui est très torrentueuse s'enfonce dans les montagnes à pic au pied desquelles se trouvent des bois. Nous trouvons là un soldat qui vient d'Oro-preto et qui va à Rio; nous lui donnons des lettres. Nous continuons avec des alternatives de pluie et de beau temps; nous nous enfonçons toujours dans ces vastes et pittoresques solitudes, nous y sommes absolument seuls; des vols de perroquets verts à longue queue se voient de tous côtés; j'en tue un. Il y a aussi de magnifique *toucans* de ces gros oiseaux à long bec et aux magnifiques couleurs dont le plumage sert à faire des garnitures de robes. Les chemins défoncés par les pluies sont atroces; mis il faudrait plus que cela pour nous arrêter. Nos guides nous font faire un chemin immense, ils se trompent de route, il faut rebrousser chemin. Tout ici porte un cachet de tristesse profonde, toujours des bois à perte de vue et tellement fourrés que l'oeil n'y peut pénétrer. Enfin nous avons fini par atteindre une habitation sur les bords du Paraibuna; nous étions recommandés à son propriétaire qui nous reçoit très bien; il y a une sucrerie, et je vois d'ici des champs de café. Je

viens de trouver des tambours sur lesquels j'exécute nos batteries de France. En France à l'heure qu'il est on ne pense guère à nous, on est absorbé dans l'hiver de Paris et cependant quelle différence; ici la vie, pour ainsi dire, sauvage que nous menons, en présence des grandes choses de la nature élève l'âme. On peut exprimer librement sa Pensée et à Paris quelle différence! Ah si on pouvait emmener avec soi tous ceux que l'on aime, vivre seul avec eux, jouir avec eux de tout ce que l'on voit, quel bonheur! je n'en connais pas de plus grand.

16 – Partis ce matin de Soledad (sic) nous avons suivi pendant quelque temps les bords du Paraibuna. J'y ai tué un de ces magnifiques Toucans qui faisaient hier toute mon admiration. Puis suivant dans les bois une route pittoresque mais désagréable à cause du mauvais état des chemis, nous sommes arrivés à une petite habitation nommée Madeo (sic), nous nous y sommes reposés sous le Ramho, où des nègres nous ont apporté à boire; tous les deux sont des nègres Africains de la cote d'Angol, mais l'un habitué au pays dont il apprend la langue ne désire pas retourner dans son pays natal, quant à l'autre depuis deux mois seulement on l'a repris; il s'était sauvé dans les montagnes où il a vécu un an en sauvage; il a au cou un cercle de fer fermé par un cadéna auquel tient une grosse chaîne qui lui fait plusieurs fois le tour du corps. Quelle barbarie! Nous avons continué notre route, et trompés par de faux indices nous avons bientôt été complètement égarés, ce qui ici n'est pas une plaisanterie. Nous avons erré quelque temps à l'aventure, mais enfin nous avons remis en route et nous sommes arrivés ici à la Fazenda de Totès (sic. ?) passablement fatigués et affamés. À peine étions nous arrivés à cette habitation qui située au fond d'une jolie vallée est entourée de vastes champs de café, de maïs etc, qu'un orage affreux s'est déclaré, il pleut par torrents; le tonnerre roule sans cesse, il vient même de tomber auprès de la maison. Il y a beaucoup d'esclaves et leurs cases entourent l'habitation; je crois que nous ne passerons pas une trop bonne nuit ici.

17 – Hier soir je suis allé me promener dans la cuisine qui présentait un tableau curieux. Figurez-vous une grande salle toute noircie par la fumée et où le jour pénètre à peine dans un coin de vastes foyers où se fait la cuisine, ailleurs un métier où se fait de grossière toile, et tout le sol jonché de nègresses esclaves vêtues

informement, accroupies et travaillant. Avec cela des enfants qui grouillent de tous côtés; des scènes de toute espèce; c'était fort drôle. Nous avons fait un mauvais dîner, puis nous nous sommes couchés, dévorés par d'affreux insectes. À peine étais-je au lit que la pluie a repris de plus belle et que la simple couverture en toile qui nous protégeait à traversé, ce qui était fort agréable. Ce matin nous continuons par des chemins affreux, le temps est couvert, mais la chaleur n'en est pas moins atroce. Les caravanes de Miméros¹⁹ que nous rencontrons ont de plus en plus de chique au fur et à mesure que nous avançons. Elles sont quelquefois conduites par des nègres armés de longs fusils renfermés dans des étuis d'animaux sauvages, d'autres fois ce sont des Tropeiros à cheval, vêtus du Puncho (sic) et du grand chapeau de Guayaquil. Tous faisons une halte dans une Fazenda où nous sommes bien amusés par les tours d'un beau singe du pays. Enfin nous arrivons ici à Entre-morros où nous trouvons de quoi nous établir passablement. L'officier qui nous accompagne est une plaie, il est d'une grossièreté, d'un ruff insoutenable et de plus il se sert de toutes nos affaires comme siennes et ne nous sert en rien.

19 – Hier je n'ai pas fait de journal parce que j'étais un peu souffrant. Le matin nous nous sommes débarrassés de l'officier à qui j'ai fait un présent, de ses soldats et d'une bonne partie de notre bagage pour nous alléger. Nous avons marché jusqu'à un petit endroit nommé Queiros (sic); nous sommes entrés pour nous reposer chez un homme gravement malade sans aucun espoir de guérison à ce que nous dit le Docteur. Là nous avons appris qu'il y a quelques jours on a découvert à quelques lieux dans des montagnes nommées *os malos blancos* (sic) une mine de Diamans et une d'or et que le Gouvernement en étant averti y a envoyé des gardes. Nous avons continué, le temps avait mauvaise apparence, notre petite troupe marchait comme à l'ordinaire, la vue d'un singe est venue la distraire. Enfin nous arrivons à une habitation où nous demandons l'hospitalité qui nous y est refusée²⁰; nous continuons jusqu'à une petite chapelle près de laquelle se trouve un rancho, une venta et quelques habitations; nous allons demander au

19. A corruptela da palavra deve ser levada à conta do copista.

20. George Gardner (*Viagem no Brasil*, Brasiliana, vol. 223) que fez este mesmo trajeto refere-se também, embora imprecisamente quanto ao local, à sua chegada à fazenda de certo Domingos José de Barros, português endinheirado, que lhe nega hospitalidade.

Presbytère à y passer la nuit, mais le Padre vient déciarer qu'il ne peut disposer que de deux chambres louées en ce moment à des amis²¹. Ainsi repoussés nous finissons par arriver à une misérable cabane à moitié en mines où nous nous installons de compagnie avec des poules, des cochons et des chiens. Moi qui suis malade de maux de tête que j'attribue à un pâté mangé ce matin et à l'ardeur du soleil, je me couche de bonne heure. Ce matin je prends un bain de pieds, cela va mieux, je m'arme, au lieu d'un fusil d'un immense parapluie blanc, et après avoir mangé un maigre déjeuner, car les chats ont mangé pendant la nuit nos viandes froides, on part. Toujours même solitude, des bois à perte de vue, rien de nouveau du reste, nous marchons beaucoup plus vite et à midi nous avons atteint notre logis à Lorenzo (sic). Demain si nous forçons la course, nous pouvons arriver à la ville de Barbacène et nous délasser de los fatigues. Pendant ces longues marches à travers ce pays vierge, ces poétiques solitudes, on reste livré à soi-même; troutes mes pensées me reportent en France, ce pays adoré, vers ma famille, tous ceux que j'aime, le bonheur que j'éprouverais au retour. Je ne veux plus y penser car je serais capable de m'en retourner de suite à Rio et de Rio en France.

21 – Partis de Lorenzo de grand matin, nous avons bien marché jusqu'à une heure, le pays change d'aspect; les bois se divisent pour faire place à de vastes prairies; dans les valiées nous commençons à sentir une forte brise comme celle que l'on sent aux approches des bords de la mer. Nous nous reposons 2 h. de 1 h. à 3, à un petit endroit où la maîtresse de la maison nous envoie des rafraîchissements et nous offre à dîner et même à coucher chose bien rare en ce pays. Notre haite faire nous arrivons au sommet d'une montagne d'où nous jouissons d'une bien belle vue. Une immense étendue de pays nomée les Campos Geraes l'aspect de notre Picardie moins la culture et les habitations et dans le lointain les hauts ciochers de la ville de Barbacena. Nous marchons gaiment plusieurs heures; plus on approche de la ville plus le pays se civilise; on voit plus de sentiers battus, le nombre des Fazendas et des Ranchos augmente. Enfin nous voyons venir au devant de nous un petit homme bavard, brêche-dents extraordinaire, c'est notre hôte qui prévenu par M. Ney qui nous précédait de quelques

21. A margem deste trecho está, com letra de Joinville: "Chapéu d'Uvas".

heures, vient au devant de nous. Nous entrons dans la ville de Barbacena située à près de 40 à 45 lieues de Rio. À l'exception de deux églises qui sont déjà presque en ruines et de deux maisons assez propres, c'est l'aspect de la chaussée d'Eu. A toutes les fenêtres des mulâtres chargés de colliers d'or, décolletés, comme bien vus le pensez, tardes à faire peur selon moi, mais non selon tout le monde. Il paraît même qu'ici les mœurs sont particulièrement relâchées. Nous traversons toute la ville; notre hôte extrêmement vaniteux nous fait admirer toutes ses maisons, enfin nous arrivons à celle où il nous loge, elle est à 200 pas de la ville dans un vallon couvert d'une verdure rabougrie comme chez nous; je vois des jardins clos de murs et n'étaient une rangée de palmistes qui est devant ma fenêtre, on se croirait en France. L'air est frais et délicieux, aussi nos santés sont excellentes. Notre hôte nous donne un bon dîner où je mange du chou palmiste aux oeufs, c'est excellent, cela rappelle les cardes. Après une nuit excellente je me lève et je vais faire un tour en ville rien de curieux, que la misère générale, la laideur des femmes, à 11 h. ½ je vais à la messe; toute la population élégante de Barbacena y était, une église en ruines, de sales mulâtres dont l'une est une ancienne maîtresse de Don Pedro comme il y en a partout; le vilain pays et le vilain peuple! – J'organise ma course aux mines de Congo-Soco de manière à aller le plus vite possible.

22 – Hier soir nous sommes encore allés nous promener dans la ville; j'y ai remarqué de jolis bijoux en or du pays, façonnés ici même. Rien du reste de curieux et s'il n'y avait pas nécessité absolue de faire reposer nos mules il y a longtemps que je serais parti, ce matin je suis allé chasser, j'ai fait tomber d'un arbre un énorme oiseau noir, mais je n'ai pas pu l'avoir; c'est si difficile de faire même quelques pas dans ces bois! C'est vraiment un bien triste pays et l'absence d'Hernoux m'est bien pénible car la société de ces officiers me fatigue toujours davantage; on ne croira pas cela en France, mais supposez que vous passé six mois sans autre société qu'une table de sous-lieutenants, vous en péririez d'ennui. Si j'ai l'air de faire plus d'attention à M. E. Ney qu'à eux, il y a là de quoi les fâcher rouges. Enfin demain matin nous allons repartir, achever au grand galop notre voyage aux mines, donner notre bal à Rio et décamper. J'ai la conscience que ce temps-ci est du temps perdu et cela m'est insupportable. Nos 30 mules où chevaux, car il ne nous en a pas fallu moins que cela sont

à errer autour de la maison, demain il faudra qu'elles jouent des jambes. La mollesse et l'inertie des habitants de ce pays est idéale et ils punissent leurs esclaves pour rien, on voit dans les habitations la fatale corde à deux mains qui sert à châtier ces malheureux.

23 – Ce matin nous voulions partir au jour mais nos mules s'étaient sauvées dans les bois et ce n'est qu'à 8h. que nous avons pu partir; notre hôte qui nous a hébergés d'une bonne manière pendant notre séjour est venu me baiser la main et me faire des adieux sentimentaux. Nous renvoyons à Rio tous nos bagages pour pouvoir marcher plus vite, ce sera moins commode, mais cela nous fera gagner, huit ou dix jours. Nous continuons notre route à travers les campos, tantôt il fait un soleil ardent, tantôt il tombe une pluie d'orage. On rirait de me voir avec mes grandes bottes de daim, mon grand guayaquil et par dessus le tout un immense parapluie blanc, mais tout cela est fort utile. Après 3h. ½ de marche nous arrivons à Resaquina ²² où nous faisons reposer nos mules sous un Rancho; au même instant y arrive une grande *Tropa* où caravane dont le premier mulet suivant l'usage a sur la tête un grand plumet rouge et le cou entouré de clochettes. Nous nous reposons dans une petite maison où l'on nous donne des *doce* (confitures) et du fromage. Un de nos M. M. étant descendu de cheval, sa mule s'est sauvée et après mille peines on est parvenu à la lacer.

24 – Hier après nous être reposés deux heures à Resaquina nous avons continué notre marche à travers un pays montueux coupé de beaux bois et peuplé d'oiseaux très curieux. Vers cinq ou six heures nous arrivons à Carandahi où avec quelques cabanes se trouve une habitation assez propre, où nous passerons la nuit. Nous y sommes bien reçus et nous y faisons un bon dîner, puis on se couche. Il y avait une *Tropa* immense qui bivouaquait là et qui vraiment était un spectacle original. Ce matin nous partons au travers d'un brouillard épais qui se dissipe peu à peu et nous laisse voir de magnifiques paysages s'étendant à perte de vue et plus près de nous de beaux bois avec des arbres couverts de belles fleurs. Nous rencontrons fort peu de monde, c'est une espèce de désert que ce pays et si je n'avais pas ce désir incessant qui m'occupe toujours de revenir en France et de vous revoir tous, j'aimerais cette vie des bois, j'aimerais à m'enfoncer seul dans ces

22. Aliás, Ressaquinha.

vastes pays. Mais maintenant quand je chemine lentement à la tête de la caravane je n'ai d'autres pensées pendant ces longues marches que le désir du retour, que le dégoût de tout ce qui m'entoure. Cependant je pousserai cette course jusqu'au bout; vous me saurez gré en France de l'avoir faite. Si je ne vois pas d'indiens sur notre route, je tacherai au retour d'aller les chercher dans les aldées, sur les bords du Rio-doce. Nous nous sommes arrêtés ici après 4 h. de marche pour laisser passer la chaleur, à 2 h. nous repartirons pour la ville (en France ce serait un hameau) de Queluz où nous avons une lettre de recommandation et par conséquent l'espoir d'un bon gîte.

25 – Hier vers 2 h. nous sommes repartis et à environ une lieue de la ville nous avons rencontré un officier de milices brésiliennes et un négociant français venant au devant de moi. Le premier est envoyé par le Président de la Province de Minas ²³ et il vient d'Ouro Preto, la capitale; le second vient de son propre mouvement; mais comme il connaît le pays, ses singes et sa langue, il nous sera très utile. Ces M. Mrs. nous conduisent à Queluz, joli village situé sur le sommet d'une montagne boisée, de tous côtés sont des vallées où coulent de petites rivières; les maisons éparses où village sont toutes environnées de forêts épaisses de bananiers dont le feuillage est si élégant. Toute la population presque entièrement noire où mulâtre est aux fenêtres; on nous mène à une grande maison inhabitée où l'on nous a préparé un assez bon gîte, mais ce qu'il y a de mieux c'est qu'on a pu nous faire du pain dont l'absence est la plus grande privation d'un Européen dans ce pays. Je suis assez fatigué, et malgré cela je passe une assez mauvaise nuit. Nous apprenons que l'on nous attend à Oro-preto et que nous y serons reçus en grande cérémonie, les troupes sous les armes, que l'on a préparé pour moi le palais du Gouvernement. On voulait aussi nous donner un bal, mais le Français notre Cicérone les en a dissuadés sous le prétexte que nous ne connaissions rien aux danses du pays; je lui en suis bien obligé. Après demain nous serons là et nous verrons; nous sommes aussi attendus à Congosaco ²⁴, village anglais qu'on dit charmant,

23. José Cesário de Miranda Ribeiro, visconde com grandeza de Uberaba, por decreto de 2 de dezembro de 1854. Natural de Minas; nascido em Ouro Preto em 1792 e falecido no Rio a 7 de maio de 1856. Foi presidente de Minas Gerais de 13 de novembro de 1837 a 21 de março de 1838.

24. Aliás, Gongo-Soco, como já foi escrito atrás.

car ce sont les Anglais qui exploitent les mines. Ils tirent pour 35.000 frs. d'or par jour, payent 15% où Gouvernement, ont 4.000 frs. de frais, ce qui leur laisse néanmoins l'énorme bénéfice net de 26000 frs. par jour. Ce matin assez tard nous sommes partis avec nos nouveaux compagnons qui sont assez sociables, l'officier parle bien Français. Nous avons marché 4 h. par une chaleur accablante tantôt dans les bois, tantôt dans les campos. Nos mules ont à ce qu'il paraît trouvé cette nuit de bons *pastos* car elles ont une ardeur étonnante. Nous rencontrons plus d'habitations aujourd'hui et nous finissons par arriver ici à Oro-Brancho (sic) où nous faisons la halte du jour. Il y a de très bons raisins, grande variété dans ce pays et fort agréable sous tous les rapports pendant une longue route. La renommée m'apprend qu'il a ici une fort jolie personne pero e visto nada.

26 – Hier vers six heures nous sommes arrivés à Capão d'Hollan ²⁵ où nous attendait un bon gîte et un bon dîner, servi par un nègre aux formes protubérantes, vêtu de blanc de la tête aux pieds, veste, gilet à Schall très ouvert et tenu par le bouton d'en bas, extraordinairement vif et délié dans ses mouvements, un véritable type. J'ai passé une assez bonne nuit quoique je souffre d'un point de côté dans la poitrine et de fortes quintes de toux, j'ignore ce que ce peut-être. Ce matin de bonne heure nous sommes partis et par un soleil ardent nous nous sommes dirigés vers la ville d'Oro-Preto. Sur la route qui n'avait rien de remarquable nous nous sommes arrêtés chez un vieux bonhomme qui fait le commerce de Topazes, mais il n'avait rien de beau, et puis la topaze, est si méprisée. A $\frac{3}{4}$ de lieues d'Oro-Preto j'ai trouvé un peloton de milices à cheval avec ces infâmes trompettes Brésiliennes qui se sont mises à m'escorter. A quelque distance le Président, le capitaine général, un nombre immense d'officiers, tous les Français du pays ornés de cocardes et de rubans, etc. etc. viennent au devant de moi, il y en avait une foule immense tous à cheval. Comme je ne parle pas Portugais, du moins le Portugais de société, tout s'est borné à des saluts, quelques compliments par interprètes et quelques excuses sur nos tenues de voyage. Les tenues du tout, à l'exception des autorités civiles étaient étonnantes. Bientôt nous avons aperçu la ville d'Oro-Preto située à moitié dans

25. É o povoado de *Capão*. Não sabemos a que atribuir o estranho adjetivo apostro pelo príncipe...

un fond et de l'autre sur des petites collines assez escarpées; ceci a au moins l'aspect d'une de nos plus petites villes de province; j'y ai vu des maisons à trois étages. Les maisons sont blanchies et recouvertes en tuilles et elles ont quelquefois des balcons. A notre entrée on tire des fusées; nous traversons pompeusement toutes les rues de la ville, avec la fonction complète (le gamin courant); toutes les fenêtres étaient ornées de tentures; celles des Français avaient des drapeaux tricolores; il y avait beaucoup de monde, toutes les dames aux fenêtres et en grande toilette (et j'en ai remarqué d'assez bien). Nous avons ainsi parcouru toute la ville donnant des saluts de tous côtés; c'était vraiment drôle à cause de la différence des teints de tout ce monde. Enfin nous sommes arrivés sur une place où il avait une quantité de femmes de celles qui n'ont pas les honneurs du chapeau Européen, coiffées de grands castors d'homme bleus, verts, blancs, etc. Nous sommes arrivés à une grande maison que je qualifie de Palais ²⁶ où il y avait un poste de milices et une infâme musique qui jouait la Marseillaise. Je suis descendu et en veste et grandes bottes j'ai eu une espèce de réception, puis je me suis retiré assez content de cette journée et pensant que maintenant que j'ai fait la fonction dans les quatre parties du monde on pourrait bien me donner un brevet de Docteur ès fonctions. J'ai mangé de fort bonnes confitures puis nous avons discuté nos futurs projets; je suis tourmenté du désir de revenir; le mal du pays me prend souvent et bien vivement. Mais aussi je mets mon point d'honneur à faire cette campagne et à la faire complète et j'ai pensé que puisque je venais de si loin il fallait utiliser celà par quelque chose de curieux. Dans trois jours au plus tard nous serons aux mines de Congosaco; mais là je tiendrais beaucoup à faire une pointe chez les Indiens de Rio Doce, 15 jours seraient plus que suffisants et je la ferai si je ne trouve pas l'obstacle des maladies. Si elles règnent je ne m'y exposerai pas. Je veux avant tout ramener ma peau. Je vais m'habiller pour dîner.

28 – Hier je n'ai pas fait de journal. Le 26 je suis resté toute la journée à me reposer, à étudier la carte. Le soir nous avons eu un dîner à la Portugaise pour lesquels on ne fait pas d'invitation, y vient qui veut. La table était chargée de plats que les convives offrent, servent et desservent eux-mêmes; le tout épicé à emporter

26. É o prédio em que hoje se acha instalada a Escola Nacional de Minas (Escola de Minas de Ouro Preto).

la bouche. Le dessert est servi sur une table dans une autre chambre. Pendant le dîner une infernale musique jouait les airs nationaux Français et Brésiliens. Après le dîner je suis allé voir sur des terrasses les différents points de vue que l'on a du palais, puis je me suis couché. Le lendemain je voulais partir à 8 h. mais grâce à la lenteur brésilienne et à un infernal déjeûner, il était 11h. ½ quand nous avons pu nous mettre en route, aussi avons nous bien souffert de la chaleur. Le Président qui d'abord avait annoncé qu'il ne m'accompagnerait que pendant un petit bout de chemin a voulu m'accompagner jusqu'à Marianna, ce qui a été cause que je n'ai pas osé mettre mon parapluie, dont j'enrageais. Douro Preto à Marianna la route est assez bonne et pendant quelque temps elle suit en cordon une chaîne de montagnes, là nous avons commencé à voir des mines d'or, sans toutefois nous y arrêter. Marianna est une petite ville, séjour d'un évêque, à l'entrée j'ai remarqué la potence de la ville. Rien de curieux si ce n'est que nous y sommes séparés de notre cortège et que nous avons pu nous abriter du soleil. A un quart de lieue nous nous sommes arrêtés pour nous reposer. Nous sommes accompagnés par un Hanovrien, ingénieur en chef de la province. A deux heures nous remontons à cheval, on nous avait annoncé 3 h. de marche et à 6 h. ½ nous n'étions pas arrivés; c'était éreintant, il fallait monter et descendre, passer des milliers de gués. Dans un endroit nous avons rencontré un vieux nègre qui faisait des lavages d'or. Enfin à 7 h. ¼ nous sommes arrivés à une belle et bonne Fazenda où une association de Français, d'Anglais etc. exploite une mine d'or. Là nous avons été parfaitement reçus, on nous parlait notre langue, nous avons du pain, du claret, du roastbeef avec demach-potatou (sic) et puis un bon lit, c'était divin. Ce matin de bonne heure, nous sommes allés visiter la mine. Nous avons traversé une plantation de beaux caféiers abandonnés depuis que l'or a paru aux environs. C'est comme toutes les autres mines une galerie qui suit le filon et que l'on ouvre avec de la poudre, les morceaux sont recueillis et passés au bocard. La poussière qui résulte de cette opération est jetée dans des cours d'eau artificiels coulant sur des cuirs. L'or étant la substance la plus lourde se dépose dans le grain du cuir où on le recueille ensuite, et c'est en poudre comme cela qu'il est livré au commerce. Je suis descendu dans la mine qui est profonde et qui en ce moment est en partie envahie par les eaux. Des noirs font aller des pompes, car les

machines à vapeur ne peuvent pas arriver ici, faute de moyens de transport. A ce sujet j'ai eu avec ces M. Mrs. une longue conversation sur la traite qui est toujours aussi active qu'autrefois, sur la manière dont on gouverne les esclaves; sur les châtimens tous corporels, pour ne pas perdre le travail d'un de ces malheureux en le mettant en prison; j'y reviendrai. Après cette course nous avons déjeuné et nous sommes partis pour Brumado. Le temps est couvert, ce qui est bien agréable dans ce pays, nous passons près des mines abandonnées qui autrefois faisaient la richesse du pays. Laissant à gauche une grande montagne nommée la Cavasa ²⁷ sur laquelle est situé un collège, nous arrivons au village de Catas Altas où nous nous reposons.

29 – Partis hier de Catas Altas nous avons marché tranquillement et sans évènements jusqu'à Brumado où nous devons coucher. Nous avons vu un papillon d'une dimension prodigieuse, on a tiré dessus, mais sans pouvoir le tuer. Au Brumado nous sommes descendus au Presbytère où un curé jovial que a été prisonnier du M.^{al} Sault en Portugal, nous a fait une excellente réception. J'ai trouvé dans sa maison un orgue de Barbarie du même fabricant que celui nous avons trouvé à Constanune (Dumont à Mirecourt 36) Cette découverte m'a enchanté. Nous avons fait un excellent dîner et de plus fort gai. J'ai parfaitement dormi et ce matin nous sommes partis pour le Gongo. Nous avons traversé à gué une rivière assez profonde et après une marche de quelques heures le tir d'une fusée nous a appris que nous approchions. Nous suivions une belle route au travers des bois, devant nous, dans un fond, le joli petit village de Gongo presque Européen. M. Duval, directeur de la compagnie des mines vient au devant de moi, c'est chez lui que j'irai loger. Je traverse le village; bientôt j'entre entre deux haies d'ouvriers anglais employés ici, puis on me fait passer sous un très joli arc de triomphe tricolore où M. Duval me fait un petit Speech fort aimable; il est Anglais, mais son Père était Français. J'arrive à sa maison qui est à un étage et à l'Européenne, il me présente à sa femme qui est polonaise. C'est une grande dame de 30 à 40 ans de l'espèce des *conservées*; elle est bien mise et a de très bonnes manières; ce qui est vraiment bien agréable dans ce pays ci. On me mène à une jolie chambre où je me repose en ce moment attendant l'arrivée de mon paquet pour

27. É a montanha do Caraça.

me mettre proprement, sinon convenablement; mais je crains que tout ne se soit mouillé au passage du gué. Je suis propre, tout est arrivé sain et sauf, nous avons été faire un bon luncheon puis nous avons joué à une espèce de billard qui se trouve ici. On fait des conversations sans fin; je vais me promener avec M. Duval, il me fait voir l'hôpital, l'Eglise, différents travaux qu'il fait exécuter, tout cela est propre et bien tenu; il me mène ensuite au village qu'habitent ses 400 esclaves, c'est un village à la nègre, construit par eux: chaque maison est entourée de bananiers, les nègres ont une veste d'uniforme avec un collet rouge. Comme c'est congé aujourd'hui en mon honneur, il y avait fête et nous ferir avons vu danser des danses très curieuses au son de plusieurs tamtams et accompagnant de la voix et de battemens de mains. Je suis ensuite monte à une hauteur d'où l'on a une très belle vue.

30 – Hier soir je suis resté à causer jusqu'à 10 h. ½. Ce matin après déjeuner, M. Duval m'a présenté tous ses employés, où comme il les appelle, les officiers de l'établissement. Puis tout le monde, (même les dames) est monté à cheval où à mulet et nous sommes partis pour la mine. Tous les mineurs étaient en haie sur la route, faisant le célèbre hep, hep, hep, hurrah! A l'entrée il y avait un arc de triomphe. La première chose que nous avons visitée c'est un grand moulin à bocard (Stamping mill) tout neuf, qui n'avait pas encore fonctionnée et que l'on m'avait prié de baptiser. Je lui ai donnée mon nom en cassant une bouteille de vin dessus et buvant à sa santé. De là nous sommes allés à l'endroit où l'on emporte le mineral pillé pour le laver et où l'on reçoit et enregistre les produits de la mine. Il y a des jours où l'on a retiré plus de 100 livres d'or. Les nègresses s'acquittent avec beaucoup d'adresse du lavage en imprimant un mouvement circulaire au baquet. On m'a donnée là quelques jolis échantillons de la mine. Ensuite nous nous sommes déshabillés complètement et nous avons revêtu le costume complet des mineurs, une chemise et un pantalon de laine, un de grosse toile et une espèce de blouse en grosse toile par dessus, de gros souliers et le petit chapeau des mineurs Anglais. Dans cet élégant costume nous sommes descendus par une échelle à une profondeur que je n'ai pas pu bien estimer. Nous avons cheminé dans des galeries si basses qu'il fallait quelquefois aller à quatre pattes, la plupart du temps on avait de l'eau jusqu'à la cheville. Nous avons ainsi parcouru une partie de la mine, une chandelle à la main, et nous avons vu les deux veines d'or en

exploitation. Ces veines sont fort minces et généralement mêlées de *mica* jaune que l'on prend pour de l'or. J'ai travaillé avec le pic aux deux endroits et j'ai eu la satisfaction de tomber sur une veine plus riche que les autres et de tirer de magnifique mineral (mot alled golo) se qui faisait crier, capital, beautifull à mes guides les mineus Anglais. Nous étions enfin de compte à 3 ou 400 pieds au dessous du sol, étouffant de chaleur quoique nous eussions les pieds dans une eau très fraîche, j'étais éreinté de marcher toujours plié en deux et quelquefois de parcourir du chemin assis et glossant le longo d'un plan très incliné. Tous ces. M. M. étaient épuisés, nous sommes remontés par une grande échelle verticale. A nortearrivée à la lumière, on s'est vu et on méritait d'être vus; nous étions noirs comme il n'est pas possible, les pieds et les mains comme des mulâtres très bruns. Nous nous sommes décrassés et nous avons visité une machine à pédales dont le mouvement fait monter et descendre les paniers qui tirent le mineral de la mine. Nous avons vu une scièrè, une forge mûe par une machine à vapeur. De là nous avons vu un établissement pour tirer l'or amalgamé avec le mercure. Puis nous sommes rentrés éreintés. Grand dîner anglais où je souffre du peu de convenances de mes compagnons *marins*.

1^{er}. *Février* – Hier je n'ai pas fait de journal. Le matin j'ai fait acheter des mules pour remplacer celles qui étaient en trop mauvais état. Puis nous déjeunens et après déjeuner nous allons visiter le caveau des voleurs (Gongo-soco en Indien) qui a donnée son nom à l'endroit. Elle est spacieuse, mais il faut se baisser beaucoup pour y entrer. J'y ai vu des stalactites et elle est traversée par un ruisseau. Enfin vers 11h. où midi nous sommes partis par le chemin par où nous étions venus, escortés de M. Duval et d'une partie des dames. Nous avons marche ainsi jusqu'à S. João de Morro grande où j'avais un rendez-vous avec Mr. Alchorn Directeur de la compagnie de Rio-Doce. Ne pouvant à cause des fièvres et des maladies graves qui règnent en ce moment avec beaucoup de violence sur la fleuve, m'y transporter, comme je le désirais je tenais au moins à avoir toutes les explications possibles sur les importants travaux qui vont s'y exécuter. Ce pays-ci par sa situation, sa population et le caractère de ses habitans est destiné à rester longtemps stationnaire. La province de Minas, située au centre du pays, est la plus riche et la plus importante de l'empire. Les routes qui y conduisent sont et resteront encore

longtemps impraticables à tout autre moyen de transport que de faibles mulets qui ne portent que des fardeaux extrêmement légers. Dans cet état de choses, une compagnie anglaise a pensé qu'en ouvrant à la navigation un des grands fleuves de l'intérieur, elle en tirerait grand profit et en même temps elle ferait faire un pas immense à la civilisation de ce pays. Plusieurs fleuves se présentaient: le Rio San Francisco, le plus vaste de tous, avait son embouchure trop loin de Rio de Janeiro, d'autres furent également laissés de côté. On a adopté le Rio Doce parce que son embouchure se trouve entre Rio de Janeiro et Bahia, les deux ports du Brésil et qu'il traverse le centre de cette province des mines. Mais il y avait de grandes difficultés, d'abord les bords du Rio-Doce sont de vastes forêts inconnues et impénétrables, deux personnes seulement les ont traversées et on fait part au public de leurs observations: Le Prince Maximilien de Wied Neuwied et Mr. de St. Hilaire. Ensuite il fallait reconnaître le cours du fleuve et c'est cette mission qui a été confié à Mr. Alchorn, a very clever man. Tous les détails qu'il m'a donnés sur l'année qu'il vient de passer sur le Rio Doce sont du plus haut intérêt. Il a commencé par faire naufrage à l'entrée de la rivière, puis remontant en canot le courant, il a levé le plan de presque tout le fleuve, dressant chaque soir sa tente sur les bancs que les eaux laissaient à découvert, se nourrissant de criasse, d'araras rôtis, etc. Il était en relation avec les Indiens Boto cades (sic) qui peuplent les pays, et il m'a raconté sur eux les choses les plus intéressantes que je regrette de ne pouvoir mettre ici; et avec cela je pense toujours que se n'est qu'à 20 ou 30 lieues d'ici, mais les fièvres! Mr. Alchorn a manqué y rester et sa santé est profondément altérée. Ils ont trouvé sur le fleuve sept grandes chûtes qu'ils comptent tourner par des canaux plus ou moins inclinés que l'on remontera avec des machines; trois étant dans l'espace d'une lieue peuvent être considérées comme n'en faisant qu'une seule. Dans beaucoup d'entraits il y a des rapides que l'on passe dans des canots, mais ces difficultés ne les inquiètent pas. Dans 5 ans ils comptent avoir organisé leur service et avoir ouvert un nouveau pays à la civilisation. Il y a des points où le fleuve resserré entre des rochers n'a que 48 pieds de large, mais là, la sonde ne trouve point de fond. Dans d'autres endroits le Rio-Doce a plus d'une demi-lieue de large. Dans une dizaine d'années je reviendrai voir celà. Il va y avoir bientôt des bateaux à vapeur de 80 chevaux qui organiseront l'affaire; j'ai bon espoir que cela réussira. Tout ceci je l'ai appris en faisant un bon luncheon

à St. João, après lequel on s'est dit réciproquement adieu et nous sommes partis pour aller coucher chez notre ami le Padre Pedro à Brumado. Ce matin nous avons fait route pour Catas-altas où j'écris en ce moment mon journal. Il vient de passer un grand enterrement avec des nègres en pénitens d'un aspect vraiment diabolique.

Hier nous sommes venus coucher à la Fazenda de Domingo Fraga où nous avons fait danser les nègres qui étaient fort en train. Ce matin nous avons vu danser à des mulâtres et à des mulâtresses l'indécente Batheca (sic) et une autre danse nommée la chaca (sic). Nous nous sommes dirigés vers Oro-Preto par une autre route qui abrège le chemin et qui évite Marianna. Nous avons traversé des forêts où j'ai remarqué l'arbre qui donne le quinine, puis nous sommes arrivés ici à Antonio-Pereira où nous nous reposons chez une brave femme qui vient de me donner un beau singe. Il y a ici une mine d'or appartenant à la compagnie de Gongo, qui donne le plus bel or du Brésil.

3 – Partis d'Antonio-Pereira, nous avons marché 3 heures par des chemins affreux avant d'arriver à Oro-Preto où nous avons fait notre entrée sans cérémonie pendant un gros orage. La paresse brésilienne ne sait tirer aucun parti des productions de ce pays, c'est ainsi que les bois que nous venons de traverser produisent la vanille, la gome-gutte, que les campos se trouve le caoutchouc, ils n'en font rien. Je comptais trouver à Oro-Preto des Indiens Botocudes mais ils n'étaient pas encore arrivés; j'aurais voulu aller les voir dans leurs bois à 30 ou 40 lieues d'ici sur les rives du Rio Doce, mais des fièvres pernicieuses y règnent en ce moment avec une grande violence et j'ai dû renoncer à un de mes plus chers projets. Aussi ce matin nous avons repris paisiblement la route de Rio, doublant les étapes pour gagner du temps; en ce moment, nous nous reposons ici au Capão. J'ai fait une course intéressante qui m'a bien fait connaître le Brésil, car c'est partout la même chose, et qui m'a désenchanté sur une infinité de points.

4 – Du Capão à la Alta Virgine (sic) il nous restait 4 lieues à faire. Nous avons descendu assez vite la Serra d'Oro-branco, puis traversant le village d'Oro, nous sommes entrés dans les campos. Il était près de 7 h. du soir quand nous sommes arrivés à notre Rancho, le soleil était au moment de se coucher et il éclairait presque horizontalement les vastes et déserts campos qui nous

entouraient à perte de vue. Dans un étroit et obscur vallon on voyait notre gîte entouré de fumée qui nous annonçait le dîner, c'était un joli mais mélancolique coup d'oeil. Ce matin aussitôt que les mules on mangé nous sommes repartis, poussant nos mules aussi vite que possible; il est maintenant midi, nous venons d'être pris par un orage et nous sommes ici à Ribeira à 4 lieues de Carandahi où nous devons coucher ce soir.

5 – C'est bien difficile dans ce pays d'estimer le chemin que l'on fait, une lieue est l'espace que parcourt en une heure un homme à cheval, quelquefois cela peut valoir une lieue et demi de France, mais c'est très variable. Hier nous avons continué notre route et vers six heures nous sommes arrivés a Carandahi; nos bagages ne sont arrivés que fort tard parce qu'ils ont recontré en route un torrent grossi par le pluies et qu'il a fallu décharger les mulets et passer les effets à bras. On trouve généralement peu de ressources en nourriture dans ce pays; des poules, du cochon et du fromage, voilà le principal. Après celà la plupart du temps on trouves des confitures de Marmel où Goyave ce que s'appelle doce et qui ressemble beaucoup à notre pâte de coing. Ce matin nous avons continué notre route nous rencontrons de grands convois de marchandises, et je suis de plus en plus frappé de la difficulté des transportes dans ce pays. Pour porter ici un bout de corde de 2 pouces de diamètre et d'une cinquantaine de pieds et un mulet il faut trois mulets qui en portent chacun une partie et un mulet chargé ne fait guère 3 lieuses par jour; ainsi s'il faut seulement porter cette corde à 100 lieues des côtes; voilà 3 mules pendant 30 à 40 jours, qu'il faut payer, entretenir, un guide pour les conduire, c'est idéal. Nous sommes ici à nous reposer; nos MM. on fait une omelette que nous allons manger, et de petits enfants jouent avec un aiglon que nous avons tué ce matin.

6 – Vers 3 heures nous sommes arrivés à Barbacena chez notre ami *Muito bao* (sic) comme nous l'appelons, parce qu'il répète cela à chaque moment. Il nous avait réuni une collection de singes et de perroquets du pays que l'on emportera comme on pourra. Je me suis reposé, et après le dîner j'ai eu une longue conversation sur l'état de ce pays-ci où toute espèce de pouvoir est tombé entre les mains de la chambre des Députés. Les décorations mêmes, à l'exception des Princes et jusq'à la majorité de l'Empereur ne peuvent se donner qu'avec le consentement de la

Chambre²⁸. On est éligible à 24 ou 25 ans (je n'ai pu savoir le cens) et pour le Sénat à 40 ans, pour cette dernière assemblée, les conditions sont je crois d'une espèce plus relevée. Le Régent est nommé par les chambres et exerce l'autorité impériale jusqu'à la majorité de l'Empereur²⁹. Jusqu'à présent cette régence avait été confiée à un abbé Fejó espèce de rustre, mais habile et très bien disposé pour la France; une forte opposition s'est formée, qui a fini par le renverser et de là est senti le Ministère actuel et à sa tête le nouveau Régent, marquis de Lima³⁰. En prenant les rênes du Gouvernement ces M. M. ont été obligés de reconnaître que toutes ces institutions contre lesquelles ils avaient si longtemps déclamé étaient nécessaires pour gouverner un pays. Pressés entre les exigences du pouvoir et celles du parti qui les y avait portés, ils se sont trouvés fort embarrassés, les révolutions de Bahia et Rio Grande compliquent leur situation et le manque de troupes et surtout d'argent, la chose la plus rare dans ce pays, font que je ne sais pas comment ils se tireront d'affaire. Mais il y a une chose qui crève les yeux, c'est l'impossibilité de conserver réuni cet immense empire. Les provinces commerçantes de Pará, de Pernambuco et de Bahia se sépareront, celle de Rio Grande du sud s'est déjà affranchie et Ste. Catherine suivra prochainement son exemple. Restera alors un empire composé de Rio Janeiro, St. Paul, Minas, Goyaz, Matocross, (sic) et quelques petites contrées dont j'ai oublié le nom. Si le Gouvernement veut les conserver et en tirer quelque parti, il faut qu'il prenne à sa solde des troupes Européennes, car il n'y a pas à craindre de révolution armée. Le Brésilien a essentiellement le désir de conserver sa peau, si breu que lorsque Rio Grande s'est affranchie et que la Régence a voulu y envoyer des troupes, les officiers qui se représentaient les dangers d'une guerre contre une population de cavaliers armés du redoutable *lasso*, ces officiers, dis-je, venaient avec toutes les marques de l'étonnement demander: quoi? Vous voulez que nous allions à Rio Grande pour nous y faire tuer? Voilà où en sont les choses; la révoire de Bahia a privé le Gouvernement d'une grande partie de ses revenus en lui ôtant les droits de douane de cette vaste et commerçante cité. Restent ceux des autres ports, une capitation et les droits que payant les mines exploitées par les étrangers car

28. Engano do príncipe. Durante a menoridade de d. Pedro II não foram distribuídas condecorações, que era atribuição imperial.

29. A regência que era trina, eleita pela assembléia e de duração até a maioridade imperial, passou a ser uma, eleita pelos colégios eleitorais e por prazo de quatro anos.

30. Aliás. Pedro de Araújo Lima, como já foi dito.

il n'y a qu'eux qui aient assez de bonne foi pour les payer exactement; un article de foi dit qu'avant de payer les droits qui sont de 20 où 15% pour les étrangers et de 5 pour les naturels on peut acquitter les frais d'exploitation; les Brésiliens s'arrangent alors pour employer tout le produit des mines en frais d'exploitation et le Gouvernement ne reçoit rien. L'argent est devenu une rareté, une marchandise; tous les payments se font en papiers, même ceux des valets d'écurie. Tout ceci je viens de l'écrire à Nacimiento, à 4 lieues (Portugais par conséquent 5 1. ½ de France) de Barbacena doù nous sommes partis ce matin; il pleut fréquemment et nous venons de quitter la zone des campos pour rentrer dans les bois.

7 – Hier en partant de Nacimiento nous avons eu une pluie battante qui nous a accompagnés presque tout le temps; nous allions au milieu des bois et notre route était assez pittoresque. Dans un endroit on avait tracé la route dans une espèce de vallon et pour l'ouvrir on avait mis le feu au bois. Le milieu de cet étroit vallon est rempli d'arbres à moitié brûlés d'où s'élèvent encore quelques troncs gigantesques noircis et dépouillés de feuilles. De chaque côté de cet amas passe un sentier qui sert de route, et puis viennent des masses de grands arbres fourrés de bambou très épais. Le temps était très sombre et il y avait des nuages arrêtés entre les deux remparts de verdure que nous traversions, c'était bien sauvage. Un peu plus loin nous avons été horriblement piqués par une nuée de mouches qui venaient d'un grand nid que ces animaux suspendent aux arbres. Enfin vers 6h. nous sommes arrivés à Lorenzo où nous avons passé une mauvaise nuit, gelés, dévorés, et sur des matelas d'une dureté telle que je m'y suis écorché. Aujourd'hui la pluie continue et nous poursuivons notre route.

10 – Je n'ai pas fait de journal ces deux jours-ci avant-hier, j'étais fatigué et hier aussi, mais hier j'avais de plus la tristesse que j'éprouve des nouvelles qu'Hernoux m'a envoyées. J'étais si tranquille, si assuré que ces exécrables assassins avaient terminé leurs complots; j'avais besoin de celà pour pouvoir supporter l'absence; voilà toute ma sécurité détruite; par bonheur, cette fois-ci, la police a bien fait son métier. Dieu veuille que cela ne se renouvelle plus, mais je ne peux rester loin de France, il faut qu'au 1.^{er} Mai, s'il y a revue, j'y sois. Et ce pauvre Tan qui se casse le bras; pourquoi est-ce par accident, si cela devait arriver, il fallait que ce fut une balle à Constanune, et encore si j'avais pu me

trouver là, je l'aurais ramené en France. Enfin, ce qui est fait est fait, il faut en prendre son parti, je suis bien triste et toutes ces fêtes qui nous attendent à Rio, je ne sais vraiment pas si je pourrai les supporter. Qu'il me tarde l'avoir des lettres de France, car apprendre tout cela par des bruits de journaux, c'est bien triste. Je compte en trouver à Cayenne, aussi je vais hâter mon départ de Rio, passer à Cayenne et de là en France pour y être au 1^{er} Mai. Tout cela vient au moment où je formais de nouveaux projets pour rendre mon voyage complet. Remonter les Amazones et ensuite aller à la Vera-Cruz et de là faire une course à Mexico. Tout cela est bien loin de moi. J'oublie presque tous les petits évènements de notre voyage. Avant-hier soir nous allions coucher à Entre Morros, la pluie avait duré toute la journée, nous nous sommes perdus dans des bois remplis de boubiers d'où nos mûles ne pouvaient sortir, il a fallu traverser une rivière sur des ponts de troncs d'arbres bien peu solides, et tout cela à la tombée de la nuit. D'Entre Morros, nous sommes allés coucher à Paraybuna, la nuit nous a pris avant que d'y être et les chemins étaient exécrables; à peine avons nous pu y trouver à manger. Mais le spectacle nocturne de cette rivière encaissée dans de hautes montagnes était bien beau. Du Paraibuna nous avons marché jusqu'au Paraiba d'une traite et c'est là que j'ai reçu le courrier qu'Hemoux avait eu l'heureuse idée de m'adresser. Il m'a mis la mort dans l'âme, mais il faut toujours tout dire et tout de suite et je lui suis bien reconnaissant d'y avoir pensé. De Paraiba nous sommes venus coucher à Secretario et de Secretario nous sommes partis ce matin pour Porto Estella. En ce moment je fais manger le mill aux mules qui auront 14 à 15 lieues de France à faire dans leur journée. Je ne peux plus tenir ici, je suis dévoré d'inquiétude, il faut absolument que je parte.

11 – Hier, pendant que nous faisons notre halte, nous avons aperçu une litière conduisant le marquis de Barbacena dans ses torres: nous nous sommes ensuite remis en route et au bout de 2 ou 3 heures de marche nous sommes arrivés au sommet de la Serra des Orgãos d'où nous avons eu une vue magnifique. Le Soleil donnait une couleur si brillante à Rio Janeiro, sa nade et à tout le pays qui se trouvait à nos pieds; et puis nous revoyions le vaisseau, une petite France, qui, je l'espère, nous reportera bientôt vers la grande. Nous avons descendu à pied par un soleil de 1h. de l'après midi toute la Serra galopant à

travers le joli pays qui sépare la Fabrica de Polvera de Porto Estrella, nous sommes arrivés à ce dernier endroit qui était vraiment bien joli. Il y avait un grand mouvement, les grands bateaux que l'on chargeait où déchargeait; les pirogues qui parcouraient la rivière Julia Merim³¹ donnait à tout cela un aspect bien rare en ce pays. Après avoir dîné nous avons pris un bateau qui par un beau clair de lune nous a amené en 6 heures à bord. On ne s'est douté de notre arrivée que quand nous avons été sur le pont. Le matin je vais entendre la messe à terre et j'arrange tout pour notre fête aussitôt que possible, et à pouvoir être en France au 1^{er} Mai en touchant à Cayenne. Je viens de trouver dans un journal le récit de l'accident de Tan. Ainsi j'en suis en quelque sorte la cause et celle de tous les mauvais temps qu'il a éprouvés en lui conseillant de revenir par l'océan. Enfin j'espère qu'à l'heure qu'il est il n'en est plus question.

15 Février – Je reprends mon journal que j'avais laissé en arrière à Rio. Le 11 je me suis reposé à bord toute la journée, j'y ai admiré ma ménagerie; notre lion qui devient énorme et qui est de jour en jour plus, doux, un chat-tigre, une sarigue avec ses petits dans sa poche, des gazelles, des singes, perroquets, des lapins nommés agoutis, un paresseux et son enfant, l'animal le plus extraordinaire que j'aie jamais vu etc. etc. Le 12 je suis allée faire des tournées de boutiques pour des fleurs en plumes, quelques cailloux, des peaux d'animaux; ensuite j'ai déjeuné et dîné à terre et je suis allé faire visite à l'Empereur et l'inviter pour le bal.

16 – J'ai passé la soirée à leur dessiner des caricatures. Je lui ai donné aussi l'ouvrage de Lessore sur l'Afrique que j'avais fait relier convenablement pendant mon absence. Le 13 j'ai attendu à bord pendant longtemps une visite de l'Amiral Anglais qui m'avait demandé et à qui j'avais donné un rendez-vous. Puis je suis allé à 2h. dîner à St. Christophe. Au moment où je partais mouillait sur rade le paquebot anglais de Décembre (sic). Tout au dîner s'est passé comme à l'ordinaire, seulement qu'on a cherché toutes les occasions de me rapprocher et de *m'aboucher avec la Pcesse. Francesca*, ce sont de drôles de manoeuvres. A 5 heures je suis monté dans une calèche et nous sommes partis pour Sta. Cruz. De St. Christophe à Bangou la route n'offre rien de re-

31. Rio Inhomirim.

marquable et d'ailleurs je l'ai peu vue, et les éclairs rendaient l'obscurité de la nuit plus profonde. Arrivés à Bangou à 10 heures du soir nous y avons reposé jusqu'à 4 h. du matin pour Sta. Cruz où nous sommes arrivés vers 8 h. Sta. Cruz est un soi-disant palais qui a l'aspect d'un grand couvent ³², situé au milieu de vastes prairies marécageuses peuplées par les troupeaux de l'Empereur, plus loin sont des bois, et enfin d'un côté la mer et de l'autre des montagnes. Sitôt arrivé je suis allé à un coral (sic) où enclenchaient se trouvaient environ 200 chevaux sur les 2000 qui errent dans la plaine. J'y ai vu jeter le lasso et prendre les chevaux avec des boules avec une admirable adresse. Le compero (sic) qui veut prendre un cheval monte sur un cheval habitué à cet exercice, il tient le lasso de la main droite et poursuivant au grand galop le cheval qu'il veut prendre, il lui envoie le lasso au cou. L'autre bout est attaché à la selle et c'est alors au cheval du compero à user de tous ses moyens pour résister aux efforts que l'autre cheval fait pour l'entraîner. On va alors avec un autre lasso lacer les pieds de devant du cheval et on le renverse; quand on en est maître, on le selle et on le monte. Mais si c'est comme je l'ai vu ici, un cheval que l'on monte pour la première fois ce n'est pas facile. Pour les boules, ce sont trois boules que l'on fait tourner en l'air et que l'on lance dans les jambes du cheval que l'on veut prendre, elles s'entortillent dans ses jambes et il tombe. J'ai essayé de les envoyer, mais elles sont trop lourdes pour moi. J'ai aussi essayé le lasso et hier j'ai réussi à lacer plusieurs chevaux. Hier matin nous sommes allés chasser en bateau sur une des rivières de Sta. Cruz, mais nous n'avons presque rien tué; l'autre rivière où se trouvent des caïmans et des capivori est impraticable en ce moment par suite d'inondation. De là nous nous sommes enfoncés dans des marais où j'ai tué un canard et une aigrette oiseau de trois pieds de haut qui donne les plumes avec lesquelles on fait les plumets des officiers supérieurs de la garde nationale. Le soir j'ai été reprendre ma leçon de lasso et nous avons tiré au pistolet. Aujourd'hui nous sommes allés à une lieue d'ici pour une chasse aux viades, espèce de gazelles. On nous a fait traverser une rivière en pirogue et les chevaux à la nage. Puis après une marche difficile au milieu de beaux bois vierges, on nous a placés à l'affût où nous sommes restés jusqu'à midi et demi, dévorés de moustiques etc. En revenant j'ai encore

³². Era, de fato, o primitivo convento dos jesuítas, adaptado pelo rei d. João VI.

été dans des marais tuer de jolies poules d'eau. Je ne fais ce journal que pour l'acquit de ma conscience car il m'ennuie à périr et j'y oublie la principale chose, des lettres de France! Malheureusement postérieures aux tristes événements qui m'occupent. Demain je retourne à Rio pour activer notre départ.

20 – Le 17 de grand matin je suis allé faire une dernière chasse dans les marais et ensuite prendre une dernière leçon de lasso dont je me suis assez bien tiré, car j'ai lacé à cheval un poulain que j'ai arrêté. Ensuite nous sommes partis pour Rio et nous arrêtant pour dîner à Bangou nous avons mis 13 h^{res} pour faire 12 lieues qui nous séparaient de Rio. Le 18 je suis allé à la messe à terre et dans l'après-midi, je suis allé à la pointe d'acajou voir les préparatifs de notre petite guerre. Le 19 de bonne heure j'ai été visiter la Chambre des Députés, puis la Monnaie, l'établissement le plus perfectionné que j'aie vu au Brésil. On m'y a fait la cérémonie de la médaille, c'est à dite qu'on a fait sortir de dessous le coin une médaille où un grand gaillard avec de longs cheveux donne la main, au bord de la mer, à un sauvage et derrière il y a écrit: Le Prince de Joinville débarque à Rio Janeiro. J'ai ensuite vu le musée où il y a des armures des anciens sauvages et des objets vraiment très curieux. Puis je suis allé à la Douane, à la Bourse, à l'Académie des Beaux Arts que j'oubliais. Revenu à bord nous avons tout disposé pour notre petite guerre. A 4 h. ½ j'étais à l'embarcadère de St. Christophe où j'ai pris l'Empereur dans mon canot avec les Princesses, leurs dames etc. Sur une petite île située sur la rade, on voyait construit un petit camp avec des tentes et une petite redoute en sacs à terre défendue par deux canons. Sur cette île était placée la compagnie de démarquement du vaisseau, sacs sur le des chargée de la défendre. Les embarcations armées en guerre sont venues attaquer l'île à coups de canon, puis tous les matelots, officiers en tête sont sautés à l'eau, ont gagné la terre où s'est engagé un combat de tirailleurs. J'y ai mené l'Empereur qui était enchanté et qui faisait sa partie avec un gros mousqueton de munition. Après un petit combat on est monté à l'assaut et la redoute a été enlevée. J'ai alors pris l'Empereur et je lui ai dit que les ennemis ayant abandonné leur soupe il fallait la manger et je l'ai mené à une grande tente où était un beau luncheon de glaces, de fruits de toute espèce que l'on a mangés. La musique jouait pendant ce temps là Rob et les

Huguenots, les bords de la tente relevés lassaient voir la baie de Rio-Janeiro couverte de barques et de pirogues remplies de curieux. On a devisé ensuite pendant quelque temps; mon lion que j'avais amené, amusait la société, puis on s'est rembarqué. Maintenant il devait y avoir une petite guerre de nuit avec des artifices, mais cela devait se passer sur le continent et comme il n'y a ici aucune espèce de police, tout a été envahi par une foule immense au milieu de laquelle j'ai perdu l'Empereur et ses soeurs, enchantés de se trouver à pareille fête, croisant la bayonnette avec leurs ombrelles etc, etc., mais moi je n'étais pas content, car il y avait un désordre affreux, tous nos hommes dispersés par la foule tiraient à tort et à travers, les pétards et les pots à feu pleuvaient de tous côtés je craignais les accidents. Enfin je suis parvenu à retirer l'Empereur de là et tout s'est terminé par un charmant défilé avec des torches. Tous nos matelots en tenue d'abordage, noirs de poudre, avaient une fameuse mine. Quand cela a été fini l'Empereur est parti en voiture, on lui a présenté les armes en jouant le salut d'Orléans. Il y a eu quelques accidents, deux hommes ont été gravement brûlés par l'explosion d'un gargoussier dans la chaloupe; on craint que l'un d'eux n'en perde la vue; j'espère que non, en tout cas j'en prendrai soin.

21 – Hier matin de bonne heure je me suis levé pour consacrer ma journée aux derniers préparatifs de notre fête du soir. Toute la journée j'ai travaillé et enfin le soir j'ai eu la satisfaction de voir tout prêt et aussi bien disposé que cela peut l'être à bord d'un vaisseau. Les invités au nombre de plus de 700 ont commencé à arriver vers 7 h. mais l'Empereur, retenu à terre par une averse, qui heureusement n'a point fait de mal à notre frêle édifice, n'est arrivé qu'à 10 h. Jusque là on n'avait ni dansé, ni fait de la musique. Dès que le canot de l'Empereur est arrivé le long du bord je suis descendu en tête de nos états-majors jusque sur une plate-forme qui avait été construite de niveau avec les embarcations. Je j'ai reçu là, une masse de feux de Bengale rendait le temps clair comme en plein jour, et la corvette mouillée près du vaisseau, saluait par batteries. Nous avons alors monté un grand escalier tapissé, construit exprès et tout garni de feuillage et de fleurs. En arrivant en haut l'Empereur a trouvé dans une salle d'attente construite sur les passavants une garde d'Honneur qui lui a rendu les honneurs avec le salut d'Orléans. De là il est entré dans la salle de bal qui occupait tout le gaillard d'arrière. On avait bouché les panneaux et enlevé les canons, à leur place se trouvaient des gradins chargés

de dames, le bastingage était transformé en une vaste jardinière et au dessus se trouvaient alternativement de glaces et des écussons au chiffre du Roi avec des pavillons brésiliens et français. Toute la salle était tendue de blanc avec des festons tricolores. Elles était éclairée par sept lustres et une infinité de bras avec des bougies. Au pied du grand mat était notre orchestre qui a excité une admiration universelle. L'Empereur et ses soeurs sont allés s'asseoir sur un canapé placé sur une estrade à la place qu'occupe ordinairement la roue du gouvernail. Puis je l'ai engagé à faire le tour de la salle et pendant ce temps la musique jouait par mon ordre les passe pieds et les sarabandes des huguenots; cela me représentait un peu ma situation d'esprit. J'oubliais de parler de la Dunette décorée et éclairée à peu près comme la salle, seulement entourée d'énormes et de confortables divans; dans le fond se trouvait un trophée d'armes avec les pavillons de la quadruple alliance augmentée du Belge, du Brésilien et de l'Américain. Cette tournée faite, on a dansé; j'ai d'abord dansé avec les princesses, puis je m'en suis affranchi et en faisant cela j'ai jeté à bas une des lois de l'étiquette brésilienne. Car ils ont été forcés de faire danser l'Empereur avec des Dames et les Princesses avec des officiers, des diplomates, etc. comme chez nous.

C'était vraiment un joli coup d'oeil que ces deux étages de danseurs et notre plafond formant une immense rose des vents avec une croix d'Honneur au nord et la croix du sud au sud. Vers minuit l'Empereur est allé souper, nous avons une table de 120 couverts dans la batterie haute. Toutes les dames y ont pris place et le contraste de toute cette fête et de toutes ces lumières avec les gross canons de la batterie était passablement original. J'oubliais de dire que les appartements du Commandant avaient reçu les tables à jeu et les joueurs, les miens les amateurs de gravures; il y avait aussi sur le passavant de babord une petite salle moresque éclairée avec des verreries suspendues où se trouvait un buffet bien approvisionné et un cabinet de toilette pour les Dames. Après le souper des Dames a eu lieu celui des hommes, puis l'équipage est venu prendre sa part du festin et a poussé des Hourrahs prodigieux. Sur ces entrefaites l'Empereur est parti et comme un grand nombre de Dames manifestaient l'intention de le suivre, j'ai fait défendre de leur donner des canots. Le bal a alors repris de plus belle, j'ai dansé à mort; puis tout le monde étant plus ou moins animé on a dansé un cotillon au milieu duquel on a lâché

le Lion. J'avais bu du vin avec du vin de champagne en guise d'eau. Enfin à 4 h. 1/2 du matin où s'est séparé au son d'airs patriotiques. Somme toute cela a été bien et a causé une admiration générale; on n'a jamais rien vu de pareil à Rio Janeiro. Aujourd'hui je suis fatigué; j'ai eu à déjeuner Mr. Mary ministre de Belgique qui m'a fait voir une quantité de vues du Brésil remarquablement bien dessinées par lui ³³.

22 – Dispositions d'appareillage, cadeaux à faire, j'écris en France; notre bal a vraiment bien soutenu l'honneur national et celui de la famille.

33. Benjamin Mary, foi o primeiro encarregado de Negócios da Bélgica no Brasil, de 14 de janeiro de 1834 até 1839. Notável aquarelista, deixou uma preciosa coleção de vistas de nossa terra que confiou ao príncipe de Joinville. São de sua autoria várias ilustrações do presente trabalho.

CARTAS DE GONÇALVES DIAS

Cartas de Gonçalves Dias

Gonçalves Dias recebeu de dom Pedro II a missão de copiar documentos históricos em arquivos portugueses, e estudar os métodos de ensino primário em vários países do velho continente. A propósito dessa missão, divulgamos neste número do Anuário a coletânea de cartas de Gonçalves Dias ao imperador.

Doc. 6017

“Meu senhor

Acho-me em Portugal desde o dia 10 do mês último, ainda que só desembarcamos no dia 17 à noite por causa da quarentena que nos deram.

Desejoso de entregar imediatamente as cartas, de que a benevolência de V. M. I. me fizera portador, tive de confiar uma delas ao sr. Maciel Monteiro a da augusta mãe de V. M. que passa o verão fora de Lisboa e só dará audiência na sua volta. A outra com o volume que vinha para S. M. El-Rei regente, entreguei-a eu em mão própria. S. M. recebeu-me com a benignidade que era de esperar à vista da carta com que V. M. me havia honrado de modo tão particular. Assim, não antevejo embaraço algum nos trabalhos que tenho de fazer em Portugal.

O sr. A. Herculano se acha no Porto a visitar os arquivos daquela cidade, tendo deixado por despedida o primeiro volume de uma obra histórica – “Da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal”: acho-lhe o estilo claro e fácil, ainda que não tão pomposo como de costume, – e não lânguido, frouxo, como querem alguns.

O sr. Castilho procurou-me logo na minha chegada e, como ele não pensa, não vive, nem se sustenta senão da sua “leitura repentina”, ficou muito satisfeito com o pedido que lhe fiz, como curioso, de visitar algumas escolas do seu método. Creio que fiquei valendo milhão de vezes mais no seu conceito. Tenho já visitado algumas destas escolas – o método parece-me bom;

contudo o seu autor quer, à sombra dele, fazer passar a sua ortografia de pronúncia, a qual, como ele é cego, e não está portanto habituado à palavra escrita, representa-se-lhe como a coisa mais simples, natural e corrente deste mundo.

Pretendo, disse-me ele, partir para o Rio em dezembro deste ano. Aproveitará sem dúvida para o fim a que vai; mas por outro lado o homem é insofrido de obcecações, e essas tenha ele certo que as vai encontrar aí – mais ou menos fundadas.

Por ora além das minhas visitas às escolas do método Castilho, tenho estudado a organização da aula de comércio de Lisboa. Vou um pouco lentamente por estar agora aquele estabelecimento em férias, e não ter eu ainda recebido a autorização que, por intermédio do ministro do Brasil, pedi ao deste reino dias depois da minha chegada. Para estas delongas, mas em outros casos, me servirá de muito a introdução que V. M. I. se serviu dar-me junto a el-rei. Costumam a ser mais expeditos aqueles que tendo graves e serias ocupações diárias, não carecem de parecer mais ocupados do que são.

Meu senhor, minha mulher que se acha alguma coisa melhor depois que desembarcou, e que, espero em Deus, deverá a V. M. o seu completo restabelecimento, – e eu – rogamos a Deus a continuação da preciosa saúde da família imperial e de V. M., a quem beijamos as augustas mãos penetrados do mais profundo reconhecimento.

De V. M. I.

súdito hum.^o e obg.^{mo} servo
Antônio Gonçalves Dias.

Lisboa 2 de agosto de 1854.

Meu senhor.

O paquete que ultimamente aqui chegou procedente do Rio trouxe-nos a desagradável notícia de se haver alterado a preciosa saúde de V. M. I. Felizmente já se haviam manifestado melhoras, e confio em Deus que as terá continuado. Muito carece o Brasil de V. M.; e a Providência, que tão liberal tem sido para conosco, não haverá de cortar em flor as bem fundadas esperanças de todos nós, que amamos de coração a augusta pessoa de V. M. I. e a prosperidade do Brasil.



Desenho existente no álbum de Boulanger, conservado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e representado Gonçalves Dias

Solicito ainda alguns momentos da benignidade de V. M.

Dos trabalhos que o sr. Pedreira de mim exigiu em Lisboa, tenho concluídos os menos importantes, porém os mais urgentes pelas circunstâncias. Acerca da aula do comércio de Lisboa, remeto agora a s. ex.^a uma breve informação acompanhada dos estatutos da escola, e leis respectivas, mas o estado pouco lisonjeiro do estabelecimento não é para que dele se possa aproveitar muito.

Visitei algumas aulas do sr. Castilho, estudei mais o seu método, vi-o praticado sob a sua inspeção, e remeto igualmente a s. ex.^a as 3 edições que têm aparecido do compêndio, enquanto espero alguns esclarecimentos para poder passar a limpo a minha informação. O método parece-me digno das honras da experiência. Passo também a s. ex.^a duas amostras de papel-vidro, destinado para os exercícios de escrita, que o sr. Castilho procura introduzir em Portugal. Talvez haja economia em os admitir nas escolas supridas pelo governo.

A segunda parte da minha comissão em Portugal promete uma colheita abundante além de toda a expectativa. Os srs. Varnhagen e Amaral pouco fizeram, e quase nada podiam fazer por dois motivos – não se dedicarem exclusivamente a estes trabalhos que só se podem vencer com tempo e paciência –, e ambos eram empregados na legação – e depois porque não tinham recursos à sua disposição. No entanto é isso da maior urgência para o Brasil, porque, além de se irem arruinando esses papéis, não será novo em Portugal passarem papéis da maior importância às mãos dos ingleses, que os pagam bem.

O imenso arquivo do antigo Conselho Ultramarino está depositado no Palácio da Ajuda, e a coleção dos mapas que nos dizem respeito é riquíssima. Desejei visitá-lo, mas dificultava-se-me o exame na ausência do sr. Herculano.

Os papéis dos jesuítas foram trasladados da Torre do Tombo para a Secretaria do Reino. O arquivista do Tombo disse-me que são muitos, e muito importantes. É de crer que assim seja, mas não o posso dizer por mim, por não ter ainda recebido a ordem, que espero todos os dias, para entrar nesta secretaria.

Não tratando da Torre do Tombo, a biblioteca de Évora é um tesouro para o Brasil. O seu bibliotecário, o deputado Rivara diz-me que são de boa letra e estão em ótimo estado. O

que há neste arquivo acerca dos jesuítas no Maranhão e Pará, me tem animado a prosseguir na minha projetada história da Companhia para o que já tinha tomado largos apontamentos.

Como não desejo perder muito tempo, tencionava começar já com as cópias.

A quantia que me foi arbitrada para estes e outros trabalhos pelo sr. Pedreira é pequena, mas suficiente, enquanto me não ocupo exclusivamente disso. Posso sacar em cada semestre 800\$000 rs. da nossa moeda sobre a Secretaria do Império. Ajustarei amanuenses, não por mês, mas um tanto por caderno de papel. O sr. Rivara promete-me um bom amanuense em Évora, e tem a bondade de o guiar na minha ausência, segundo minhas instruções. Em Lisboa tenho outro que não é mau. O dr. Clemente, que V. M. conhece, presta-se a auxiliar-me nesta parte, e eu tenciono encarregá-lo aqui de fazer bom o pagamento, segundo as cópias que for recebendo. Assim, enquanto eu me ocupo na Europa com outros trabalhos, progridem as cópias a cargo de dois amanuenses efetivos. Calculo que poderá cada um deles preparar 30 cadernos por mês. Em tendo prontos 20 ou 30 volumes, venho a Portugal para os conferir e expedi-los.

A dificuldade que me aparece é que não podendo eu realizar os saques senão de 6 em 6 meses, e não me tendo entendido com o sr. ministro do Império, se o podia fazer no princípio de cada semestre, como me parece que devia ser, tenho por mais seguro esperar o fim do semestre para dar ordem ao começo do trabalho.

Tudo isto porém depende da licença do governo português, que ainda não pude obter. O sr. Maciel encarregou-se disso, mas se o não poder conseguir com a brevidade que desejo, irei a Cintra falar com el-rei, que ali se acha atualmente.

Faço votos pelo completo restabelecimento de V. M. I., cujas augustas mãos eu e minha senhora beijamos respeitosos bem como as de S. M. a I. e SS. AA. II.

De V. M. I.
humilíssimo súdito
Antônio Glz. Dias.

Lisboa 5 de setembro de 1854.

Meu senhor.

Tencionava deixar minha senhora durante o inverno em Nápoles, cujo clima lhe seria mais proveitoso; mas constou estar então o cólera nos portos do Mediterrâneo: por outro lado minha senhora não desejava separar-se de mim na sua gravidez, cujo termo se aproxima, e meu sogro mesmo, conhecendo os inconvenientes da sua estada em Paris durante tal estação, atendia aos meios que aqui encontraríamos de os combater, à facilidade de consultarmos bons professores, e julgava ser isso o que, apesar de tudo, mais convinha.

Parti pois diretamente para França, e cheguei, há 15 dias a Paris, não tendo podido até agora apresentar a V. M. I. as minhas humildes homenagens, pelos muitos incômodos que perseguem a quem pela primeira vez chega a um país, e viaja com a mulher que não goza da melhor saúde.

A parte da comissão que eu em Portugal tinha mais a peito de levar ao cabo – a cópia dos manuscritos e documentos importantes para o Brasil – creio que a arranjei satisfatoriamente, graças à carta de V. M. I., e, por amor dela, à intervenção de el-rei regente de Portugal.

No fim de dois meses de espera, e apenas oito dias antes da minha saída daquele reino, como até então nada tivesse podido obter definitivamente, fui despedir-me e beijar as mãos a el-rei, que se achava em Cintra, e escolhi hora em que ele estivesse menos ocupado, antes da audiência dos ministros, que era no mesmo dia. Falei-lhe e despedi-me: como era de prever, e o que eu esperava, perguntou-me S. M. se os meus afazeres em Portugal estavam concluídos. Respondi o que era verdade, elogiando, pelo que me dizia respeito, os seus ministros, mas enfim El-Rei me via embaraçado por não saber como comunicar a V. M. I. que nada tinha feito, quanto a uma parte da minha comissão, de sumo interesse para o Brasil, e mesmo de alguma significação para V. M. Haveria um meio que me livraria desse apuro: era permitir-me el-rei que eu me dirigisse em pessoa aos seus ministros, e tratasse desse negócio particularmente, ao menos tanto quanto fosse isso possível com a intervenção de S. M., se se dignasse dar a esse respeito alguma palavra, que era, no meu entender, quanto bastaria.

Disse-me benevolmente que faria o que de si dependesse.

No dia seguinte apresentei-me, em Lisboa, aos dois ministros – o sr. Gervis – de quem dependia o arquivo do antigo Conselho Ultramarino, e o sr. Rodrigo da Fonseca a cuja repartição pertencia a Biblioteca de Évora, Torre do Tombo, Secretaria do Reino etc. Estava tudo aplanado, e as ordens foram expedidas no sentido da minha requisição, que foi bem ampla. A dificuldade estava só na pessoa a quem eu deixaria incumbido esse trabalho, porque aparecia dúvida em se dar uma ordem tão ampla, como eu a pedia, a pessoa desconhecida. Nisso já tinha eu pensado, pois tinha de retirar-me de Lisboa. Antes de apresentar-me aos ministros, e logo à minha chegada, tinha procurado os chefes das repartições com quem eu me acharia em contato nos meus trabalhos – com eles me tinha entendido, e estávamos na melhor harmonia. O dr. Clemente, brasileiro, advogado em Lisboa, que V. M., ao menos de nome, conhece, pessoa que tomou a peito auxiliar-me foi a quem eu apresentei, e que particularmente conhecido de alguns dos ministros daquele gabinete, não era de supor que fosse recusado. De fato foi aceito.

O deputado Rivara, autor do catálogo dos Manuscritos da Biblioteca de Évora, com quem eu me tinha procurado relacionar em Lisboa, prometeu-me o seu auxílio, e dar-me um amanuense em Évora, pessoa de sua confiança, de modo que ainda na sua ausência, esses trabalhos não sofressem interrupção. Esse amanuense, com ótima letra e copista de profissão, pedia 40 réis por página de 35 linhas. Aceitei-o.

Tomei outro em Lisboa com o mesmo ajuste de se lhe pagar um tanto por cada caderno escrito, de forma que me facilitasse as minhas contas, e tivesse ao mesmo tempo todo o interesse em trabalhar muito.

O dr. Clemente me escreveu de Lisboa que achando conveniente tirarem-se cópias de alguns manuscritos que se acham temporariamente na Secretaria do Reino, tomara por enquanto outro amanuense. Deixei-lhe dos meus ordenados com que ir fazendo face a estas despesas enquanto eu não saco, como tenho ordem, sobre o Ministério do Império pela quantia de que para esses e outros objetos posso dispor. É pequena a soma para a imensa quantidade de papéis de interesse para o Brasil que existe em Portugal; contudo não pretendo requerer aumento algum antes de fazer remessas que sirvam para justificar o pedido – e

essas remessas não podem ser feitas antes de serem conferidas por mim.

Na primeira ocasião pretendo remeter a V. M. I. uma relação das cópias que se estão extraindo em Portugal.

Vinha também com projeto de fazer extrair uma cópia da obra do padre d'Evreux, que existe na Biblioteca de S. Genoveva, mas tendo-me o sr. Ferdinand Diniz asseverado que isso se está fazendo para V. M. – deixei-me dessa idéia pela dificuldade que eu teria de obter idêntica permissão.

Apesar de ter sido por demais extenso, devo ainda acrescentar que existe em Portugal um curioso manuscrito – a coleção de assinaturas e fac-símiles dos srs. reis, rainhas e infantes de Portugal desde o começo da monarquia – e os dos ministros e secretários de Estado desde certa época: obra que segundo atesta o bibliotecário da Torre do Tombo é de uma acabada perfeição. Há outra do abade Castro (creio eu) mas imperfeita, por ter o seu autor omitido algumas assinaturas, e reduzido as proporções de outras.

O conselheiro Dique (sic) da Fonseca, autor desta obra, tentou imprimi-la e publicou uns prospectos, de que pude alcançar alguns; mas falhou a tentativa por falta de assinaturas suficientes, e a obra se conserva manuscrita em poder do autor, que não sabe o que há de fazer dela, nem a quer vender a particulares, com o receio de que para o futuro se apropriem do seu trabalho.

Permita-me V. M. beijar com todo o maior acatamento as augustas mãos de V. M. I.

De V. M. I.
humilíssimo súdito
Antônio Glz. Dias.

Paris 6 de novembro de 1854.

Meu Senhor

Doc. 6059
M. 121

Há algum tempo já que me não tenho dirigido a V. M. I., sendo essa uma honra que eu devidamente aprecio e da qual me aproveito sempre que o posso sem muito grande receio de ir, sem motivo, distrair a V. M. de sérias e graves ocupações.

Nada porém no desempenho da minha comissão me tem parecido digno de ser levado a augusta presença de V. M. O estado de minha senhora, que ao princípio aparentou algumas melhoras, vai passando por contínuas alternativas que me não têm deixado o espírito muito livre para trabalhos de espírito, quando também a minha saúde não tem sido das melhores. Contudo, fora do objeto da minha comissão, tenho retocado quase todo o primeiro volume da minha tradução de Southey copiado e alterado em muitas partes o trabalho apresentado ao instituto sobre os indígenas da Oceania e Brasil, que espero remeter dentro em pouco e, enfim posto por ordem os apontamentos que tomei para uma história dos jesuítas no Brasil. Creio que vou levar à execução este projeto.

O sr. ministro do Império me tinha ordenado que estudasse o método Castilho nos seus resultados práticos, e a julgá-lo bom, visse as condições com que algum dos professores – alunos deste método se proporia a vir ensaiá-lo no Brasil. Visitei todas as escolas destas existentes em Lisboa na companhia do próprio sr. Castilho; pareceu-me vantajoso o método; mas não me abri com o sr. Castilho por ter-lhe ouvido, e lido nos jornais que ele se propunha a ir em pessoa ao Rio para plantar o seu método. Infelizmente, foi desta vez como das outras em que aquele sr. parece ter tentado essa viagem; não tendo eu cumprido no todo essa parte das minhas instruções.

Outras circunstâncias muito mais urgentes me persuadem ser conveniente a minha volta a Portugal. No que era relativo à coleção de documentos históricos, mandou-me o mesmo sr. ministro que tivesse muito em vista os da Biblioteca d'Évora. Depois de ter obtido a custo, e, como a V. M. tive a honra de comunicar, só por intermédio de El-Rei regente, a permissão para os fazer extrair, contava de seguro com a coadjuvação do bibliotecário de Évora, que me a oferecera: tomei ali um amanuense, fiz uma relação do que se devera ir copiando, deixei ordens para o pagamento delas e uma pessoa, o dr. Clemente, para as receber e guardar, mas há mais de três meses que nada sei de Évora, e as notícias que tenho de Lisboa, onde deixei outro amanuense não me satisfazem por pouco circunstanciadas. Lembra-me porém que alguns ministros de Portugal mostrarão tal ou qual dificuldade em me darem a permissão que eu pedia, fundando-se em não saberem se lhes mereceria confiança a pessoa que eu deixasse encarregado de fazer as minhas vezes; e ainda que

me tenham aceitado o dr. Clemente, entro em apreensões de que este sr. que vive em Lisboa há muitos anos, se não tenha sabido libertar de desafeições políticas, ou que o governo português dê pouca atenção a este negócio, julgando-o pouco importante para o Brasil, pois que eu o confio a outro.

Ora, vendo que desta forma não me é possível, como eu me lisonjeava, levar de frente as duas comissões de que me acho encarregado – roubando-me imenso tempo a correspondência que para este fim sustento com três ou quatro pessoas em Portugal –, respondendo também pela exatidão das cópias, e pelo emprego da quantia que o governo de V. M. me confia (ainda que até agora tenha gasto do meu), parece-me conveniente aproveitar a boa vontade, tanto do governo português, como dos empregados superiores com que já me acho relacionado, e fazer extrair essas cópias quanto antes para acautelar extravios que possam haver; e já têm havido não pequenos. Resolvo-me pois a partir neste mês para ocupar-me desse trabalho; pois em sumo grau me vexaria ser o terceiro nomeado para isso, e não o deixar por uma vez concluído. É o que nesta ocasião comunico ao sr. ministro do Império, pedindo-lhe a sua aprovação.

Não é por prazer, meu senhor, que aquele que pode visitar e aprender alguma coisa em outros países da Europa se retira a Portugal, e vai clausurar-se em Évora, como eu pretendo fazer. De certo que a não ser grande desejo de cumprir com esta parte da minha comissão – assim como com a outra, se me for possível –, não poderia sair de França deixando minha mulher em um estado, que não é isento de cuidados. Ela aqui poderá tratar-se e restabelecer-se, enquanto eu, cumprindo as ordens do governo, poderei talvez ir-me ocupando ao mesmo tempo de trabalhos propriamente meus, que me descansam dos outros.

Foi somente depois que tomei esta resolução, já neste mês, que ousei aproveitar-me da autorização do governo de V. M. para sacar sobre o Ministério do Império pela soma de 800\$ francos destinados semestralmente para aqueles trabalhos; mas não encontrando aqui quem me aceitasse o saque para o Rio senão muito desfavoravelmente, acudiu-me o nosso ministro em Londres que, à vista da ordem de que sou portador, facilitou-me essa transação, aceitando o saque de 85 L.^{as} sobre a sua legação por conta da repartição do Império.

Em tudo, meu senhor, mas nisto em particular, desejaria merecer a aprovação de V. M. Não posso cumprir cabalmente com obrigações que exigem a minha presença em lugares diferentes, e esta parte da minha comissão me parece a mais importante, ainda que o desejo de ver países que não conheço me poderia levar a visitá-los com preferência a tudo o mais, estudando ali alguns problemas de instrução pública. Aqueles papéis podem desaparecer, e a sua perda é irreparável: a instrução pública, pelo contrário, se não ganha, também não perde em ser estudada mais tarde.

Faço os mais sinceros votos pela saúde da família imperial, e pela conservação da augusta pessoa de V. M. a quem beija humildemente as mãos.

o súdito dedicado e respeitoso
Antônio Gonçalves Dias.

Paris, 7 de Março de 1855.

Doc. 6059

M. 121

Meu senhor.

Não me foi possível escrever a V. M. pelo último paquete por ter daqui saído com extrema brevidade, nem pelo do mês anterior por me ter desenhado dele em viagem para Portugal. Vim dali por me não sentir nem com saúde, nem com disposição de espírito para o trabalho, que lá tinha. Instei com meu sogro para que nos viesse fazer companhia, e com as notícias, não boas, que lhe chegaram de minha mulher, condescendeu ele por fim, e não sem custo com o meu pedido, e aqui passou a dias para França, donde virá para Lisboa tanto que minha mulher possa sofrer o incômodo da viagem.

Chegando aqui, achei que os trabalhos das cópias que eu havia indicado tinha parado desde novembro último, não podendo isso ser atribuído à falta de dinheiro; porque do que eu tinha deixado e remetido de França, muito pouco se poderia ter gasto, porque pouco se pagou do que estava feito. Em Évora continua o amanuense que lá tinha; e não parti já para lá, por que o sr. Rivara, que aqui se acha só partirá depois do encerramento das

cortes. Apenas lá chegue, tenciono tomar dois ou três amanuenses mais.

No antigo Conselho Ultramarino tomei dois amanuenses; para completar os volumes com que estavam, continuam até o fim deste mês com os trabalhos que o dr. Clemente lhes tinha dado, ainda que não sejam os que eu havia recomendado. São cópias das correspondências do Rio Grande do Sul, Maranhão, Pará etc. Julgo-os importantes para uma coleção completa como entendo que a deve ter o arquivo do Império; mas menos oportunas, em quanto os há de maior momento. Tais reputo os regimentos, patentes, forais, alvarás e cartas régias relativas ao Brasil.

Tenho consultado os catálogos da Torre do Tombo e tomado apontamentos do que convém ao Brasil. Há bastantes; mas disse-me o sr. Herculano que esses catálogos são muito incompletos, e que revendo os maços, acharei dez vezes mais do que eles apontam. Quis tomar alguns paleógrafos; mas há poucos, e os melhores desses ocupados com trabalhos do governo e com os da Academia de Lisboa. Alguns que achei disponíveis, pediram-me, o que eu achei exorbitante, de 480 rs. a 600 rs. por folha de papel, conforme estivessem os documentos mais ou menos ilegíveis. Ainda que me digam que por esse preço os teve o sr. Varnhagen, recuei diante dessa despesa enquanto espero determinações do governo.

Para obviar quanto posso esse inconveniente no que respeita aos registros do antigo Conselho Ultramarino de letra de difícil interpretação, tais como os regimentos de Tomé de Sousa, Francisco Giraldes (governadores ambos) e de alguns dos primeiros provedores da Fazenda no Brasil, tenho-me convertido em paleógrafo à força de necessidade, e para escreverem o que eu for ditando, vou tomar outro amanuense em princípio de junho. Mas não basto para esse trabalho, porque só na Torre do Tombo convirá tomar dois ou 3 paleógrafos; porque ali, como em todas as mais repartições públicas, é preciso esperar que se abra a secretaria.

Informa-me também o sr. Herculano que a Biblioteca do Porto, com a aquisição que fez dos papéis do conde de Balsemão, é rica de documentos que interessam o Brasil e principalmente no tocante a limites. Suponho que serão relativos a Nova Colônia, e os mais importantes talvez sejam os manuscritos do infantado de que a biblioteca do Rio tem alguns. No entanto tenciono examiná-los.

Outro depósito importante é o do marquês de Castelo Melhor, onde me dizem que poderei fazer alguns achados felizes.

O sr. Herculano com quem desta vez me encontrei, se tem prestado com suma obsequiedade a auxiliar-me nestas investigações. Ainda que nos seus exames tenha dado pouca atenção ao que exclusivamente se refere ao Brasil, calcula aproximadamente o número e importância desses documentos, – e as suas indicações me são por isso de muita utilidade.

Vou ver se me é possível organizar os apontamentos que tomei dos catálogos da Torre do Tombo para remetê-los a V. M. observando, contudo, como disse, que são muito imperfeitos.

Faço os mais sinceros votos pela conservação da preciosa saúde de V. M. e da família imperial, a quem tem a honra de mui respeitosa beijar as mãos o humilíssimo súdito de V. M. I.

Antônio Gonçalves Dias.

Lisboa 29 de maio de 1855.

Doc. 6059.

Meu senhor.

Depois da última carta que tive a honra de dirigir a V. M. nada de novo tem ocorrido senão que prosseguem os trabalhos que tenho em Lisboa, ainda que não com aquela rapidez que eu desejara.

Achei no Conselho Ultramarino dois volumes com a correspondência e informações muito circunstanciadas do governador do Pará – Francisco Xavier de Mendonça, acerca das demarcações que se intentaram no seu tempo. Pareceram-me interessantes e fi-los copiar; um dos volumes está pronto, e outro quase, mas ficando demorado por ter adoecido o copista.

Neste arquivo apareceu também um volume de registros, que começa com o regimento dado a Tomé de Sousa, encerrando outros regimentos, contratos da Fazenda, algumas sesmarias, cartas aos primeiros governadores, e muitos alvarás e provisões sobre diferentes assuntos, mas tudo escrito em letra de não fácil decifração. Consegui do sr. ministro da Marinha que me fosse confiado esse volume, tomei dois amanuenses para me irem escrevendo o que eu fosse ditando, e assim se copiou todo e se escusou tomar se o paleógrafo, que de outra sorte seria necessário.

Em Évora pouco se tem feito com a ausência do Sr. Rivara, as cortes foram ainda prorrogadas, e eu espero que aquele senhor parta para o acompanhar. Mas se nisto ainda houver alguma demora, nesse caso depois do dia 15 partirei para o Porto a ver os M. S. relativos aos limites do Império, que me diz o sr. Herculano existirem ali.

Há copiados perto de duzentos cadernos; mas ainda os não fiz encadernar, porque espero que, reunindo maior número de documentos, fiquem os volumes menos disparatados; no entanto não será possível dar-lhes muita regularidade; porque nem mesmo nos volumes de registros se guarda ordem alguma, nem a cronológica; são, ao que parece, cadernos esparsos, que posteriormente se reunirão em um corpo.

Na minha volta de Évora ou Porto tratarei de os fazer encadernar para a primeira remessa que tenho de fazer.

Permita-me a bondade de V. M. beijar-lhe humilde e respeitosamente as augustas mãos de V. M. I. de quem tenho a honra de ser

humilíssimo súdito
Antônio Glz.^a Dias.

Lisboa, 13 de julho de 1855.

Doc. 6059

Meu senhor.

O dr. Capanema, que por aqui passou a alguns dias, entregou-me um aviso da Secretaria do Império, pelo qual me constou achar-me eu designado para assistir por parte do Império à exposição universal da indústria que tem lugar em Paris. Não me foi possível partir com ele para não deixar em muita desordem os trabalhos de que aqui me estava ocupando. Suspendi todos esses trabalhos, exceto o de um amanuense em quem tenho mais confiança, que continuará no Conselho Ultramarino, e os da biblioteca de Évora, que sendo os mais importantes, não me pareceu que devessem ficar interrompidos.

Apesar do atraso que vão ter essas cópias, beijo humilde e agradecido as mãos de V. M. por me proporcionar esta ocasião

de ver o estado em que se acha minha mulher, a cujo respeito me não acho sem alguma inquietação.

Rogo a Deus a continuação da preciosa saúde de V. M. e da família imperial a quem, como a V. M., beija as augustas mãos

o súdito humilde
e reconhecido

Antônio Gonçalves Dias.

Lisboa 12 de agosto de 1855.

Doc. 6059

Meu senhor.

Como já tive a honra de levar ao conhecimento de Vossa Majestade, recebo a ordem do sr. ministro do Império para assistir à exposição da França por parte do Brasil, demorei-me apenas o tempo necessário para regular os trabalhos de que me ocupava em Lisboa, de modo que eles não sofressem interrupção durante a minha ausência, ainda que só lentamente possam marchar.

O bibliotecário de Évora, o sr. Rivara, saiu de Portugal em comissão do seu governo para as possessões portuguesas da Índia; mas apesar da sua e minha retirada devem prosseguir os trabalhos que tinha em Évora. Tenho ali um bom amanuense e debaixo da inspeção dele dois outros que tomei com condição de lhes ministrarem em papel e nanquim para a escrita, e de lhes pagar na minha volta, e depois de conferidas por mim as cópias que durante este tempo forem extraindo. Estes amanuenses fizeram-me ver a dificuldade de decifrar os manuscritos daquela biblioteca – o tempo que se lhes vai nisso, as condições com que exijo o trabalho, e reclamaram aumento de salário. Atendendo eu a que muitos daqueles códices são tão pouco inteligíveis como os da Torre do Tombo (na parte relativa ao Brasil) pelos quais me pede o paleógrafo 600 réis por folha de quatro laudas, não hesitei muito em aceder a esse pedido ajustando-nos em lhes pagar 60 réis por lauda ou 1.200 réis por caderno.

No Conselho Ultramarino ficou só um a que pago 800 réis por caderno.

Os trabalhos já feitos, alguns ainda não conferidos, e todos por encadernar ficarão depositados parte no Conselho Ultrama-

rino, e o resto em mão do adido a legação do Brasil em Lisboa – o sr. Serra Gomes.

Quanto a Torre do Tombo bem vontade tenho tido de tomar dois ou três paleógrafos, tanto mais que parece que o que eles exigem é o que lhes pagou o sr. Varnhagen. O sr. Herculano, a quem consultei sobre isto, não achou despropositado o preço, que aliás se poderá reduzir de 1/5 %. Nada porém tenho feito por falta de recursos, marcando-me o governo para isso uma quantia infinitamente pequena, em relação aos documentos que existem e dos que podem aparecer. Posso despendar nisto 800\$ rs. fracos por semestre, o que é apenas bastante para os 4 amanuenses que agora trabalham, e se pude acudir às despesas de 3 em Évora, outros tanto no Conselho Ultramarino, dois que eu tinha em casa para os documentos de letra mais difícil, que eu ia decifrando em falta de paleógrafo, que não podia tomar, foi despendendo em pouco mais de dois meses toda a importância de um semestre. A conta é fácil de fazer-se, e eu peço licença a V. M. para apresentar aqui algumas parcelas. Cada amanuense escreve regularmente 20 cadernos por mês

3 em Évora – 60 cadernos – 1.200 rs.	72\$
3 no Conselho Ultramarino – 60 cad. – 800 rs.	48\$
2 em casa 40 cad. 800 rs.	32\$
Soma cada mês em rs.	152\$

Se se tomasse três paleógrafos, e supondo que cada um deles escreve 10 cadernos por mês a 480 rs. e não a 600 réis por folha

Temos 30 cadernos – a 2400	72\$ rs
2 Am. no Porto – 60 cad. a 800	48\$ rs
Soma	120\$ rs

o que daria 270\$ fortes por mês, além das pequenas despesas de papel, nanquim, conferência, encadernação etc. – e assim se obteriam cada mês 8 volumes em folho, incluindo um da Torre do Tombo com que avultam estas despesas. Só por este meio e com despesas de nada menos de 300\$ fortes mensais se poderia levar ao cabo este trabalho sem espedício de muito tempo.

Além da insuficiência da quantia arbitrada, tenho me visto embaraçado com as dificuldades do saque da dita quantia, porque nem mesmo em Portugal se pode realizar isso sobre a Secre-

taria do Império como tenho ordem para o fazer senão com condições tão desfavoráveis, que não ousei aceitá-las, recorrendo por duas vezes ao ministro do Brasil em Londres que à vista da ordem que eu tinha e lhe apresentei não duvidou aceitar-me semelhante saque; mas vexaria de recorrer outra vez à mesma legação sem determinação do sr. ministro do Império.

Pretendo dirigir-me a s. ex.^a apresentando-lhe estas reflexões, e solicitando providências para cumprir esta parte da minha comissão que reputo, como também s. ex.^a, de interesse, e que com a demora se irá cada vez mais dificultando.

Beijo as augustas mãos de Vossa Majestade Imperial com o mais profundo respeito e encarecidas expressões da sua gratidão.
Paris 6 de setembro de 1855

o de V. M. I.
humilíssimo súdito
Antônio Gonçalves Dias.

Documentos relativos ao Brasil, que segundo os catálogos,
existem na Torre do Tombo

P. 1	M. 85	Doc. 51	Antônio de Albuquerque (capitão da Paraíba) carta sobre o assalto dos holandeses em Pernambuco.
P. 1	M. 96	Doc. 74	Jerônimo de Albuquerque: carta ao rei de como se achava pobre por causa das guerras com os índios de Itamaracá. Agosto 1555.
P. 3	M. 30	Doc. 88	Mathias de Albuquerque: consulta sobre a sua ida a ilha de Fernando de Noronha para desalojar o inimigo. 7 março 1630.
P. 1	M. 111	Doc. 112	Jorge de Ab. Coelho: carta pedindo munições para o socorro de Pernambuco. 12 junho de 1584.
P. 2	M. 208	Doc. 69	Representação ao rei de França pelos roubos que seus súditos, faziam aos portugueses. Setembro de 1536.
P. 1	M. 13	Doc. 20	Carta de Sebastião Álvares escrita de Sevilha sobre F. de Magalhães. 18 julho 1519.
P. 2	M. 6	Doc. 4	Tença a P. A. Cabral. 4 abril de 1502.
P. 2	M. 6	Doc. 3	Outra tença ao mesmo: na mesma data importando ambas em 43\$.

P. 1	M. 104	Doc. 114	Naus francesas que tentam reedificar Villegaignon. 26 abril 1561.
P. 1	M. 107	Doc. 37	Carta sobre os pregões lançados em Normandia para que os navios franceses não passassem ao Brasil. 28 agosto 1531.
P. 1	M. 112	Doc. 3	Fortaleza da Paraíba: diferenças entre João Álvares Sardinha e João Rodrigues Coutinho. 1 outubro 1585.
P. 1	M. 111	Doc. 64	Barros: prejuízos que resultavam da doação dos mil cruzados ao colégio dos jesuítas de Olinda. Forte da Barra que se mandara fazer. 18 nov. 1578.
P. 1	M. 86	Doc. 65	Bispo da Bahia: carta ao rei sobre uma visita a ilha de S. Thiago. 11 abril 1551.
P. 1	M. 88	Doc. 63	Provimto das dignidades Deão: Cantre &. 12 julho 1552.
P. 1	M. 92	Doc. 83	Representação contra o governador de 11 de abril 1554.
P. 1	M. 93	Doc. 41	Carta do governador contra o bispo. 8 abril 1555.
P. 1	M.104	Doc. 43	Carta do mesmo governador. 13 set. 1560.
P. 1	M.104	Doc. 73	Carta de Lourenço Peres de Távora, vigário geral da Bahia. 16 fev. 1561.
P. 1	M. 115	Doc. 103	Carta do governador sobre as desordens do vigário. 20 janeiro 1610.
P. 1	M. 115	Doc. 115	Carta do governador do Brasil sobre as desordens e ambição do vigário geral. 7 fev. 1611.
P. 1	M. 115	Doc. 41	Bispo de Pernambuco: carta do governador queixando-se das injúrias com que o tratava, querendo usurpar a jurisdição real. 12 de julho 1608.
P. 1	M. 106	Doc. 104	Carta de Botelho: sobre requerer o governador do Brasil o título de vice-rei. 24 de abril 1619.
P. 1	M. 118	Doc. 39	Sobre serem expulsos os holandeses de Olinda. 1 junho 1630.
P. 2	M. 315	Doc. 180	Provimtos sobre a arrecadação dos vinhos desembarcados em Pernambuco. 30 set. 1608.
P. 1	M. 118	Doc. 21	Despachos do contrato do pau-brasil. 16 março 1630.
P. 1	M. 53	Doc. 118	Duarte Coelho: quita do que havia de pagar dos direitos do ferro, e mais gêneros que mandou vir de fora. 2 out. 1534.

P. 1	M. 71	Doc. 145	Carta do mesmo a El-Rei de ter mandado fazer engenhos em Olinda, e não curar das diligências recomendadas acerca do ouro. 27 abril 1542.
P. 1	M. 78	Doc. 105	Do mesmo: povoações para dilatar a Nova Lusitânia, inconvenientes dos degradados. 20 dezembro 1566.
P. 1	M. 80	Doc. 60	Carta a El-Rei sobre a estimação em que devia ter o Brasil. 22 março 1548.
P. 1	M. 82	Doc. 88	Prejuízos resultantes das condições com que se ofereciam a ir povoar as capitâneas do Brasil. 15 abril 1549.
P. 1	M. 85	Doc. 113	Do mesmo: agradecendo ao rei guardar-lhe as suas doações. 24 novembro 1550.
P. 2	M. 71	Doc. 43	Gonçalo Coelho: provisão para 20\$ de tença. De 18 julho 1509.
P. 2	M. 71	Doc. 105	Ao mesmo: 6649 rs. de mantimento. 22 set. 1517.
P. 1	M. 15	Doc. 99	Cerço: preso e sentenciado a tormento por descobrimento por parte de Castela. 30 julho 1514.
P. 1	M. 119	Doc. 137	Corrêa desculpando-se de não poder dar certo dinheiro para o socorro do Brasil. 30 abril 1636.
P. 2	M. 116	Doc. 60	Duarte da Costa: tença de 20\$ com o título de G.or da Bahia. 22 junho 1524.
P. 2	M. 189	Doc. 85	Outra de 21\$432. 6 maio 1534.
P. 2	M. 190	Doc. 28	Outra de 20\$. 9 junho 1534.
P. 2	M. 202	Doc. 40	Outra 60\$. 24 junho 1535.
P. 1	M. 86	Doc. 96	Do mesmo: carta expondo ao rei poder-se escusar por três anos provedor-mor da Fazenda; servindo esse lugar o ouvidor geral. 18 julho 1551.
P. 1	M. 95	Doc. 37	Do mesmo: carta sobre proceder contra o provedor-mor por descaminhos da Fazenda. 3 abril 1555.
P. 1	M. 95	Doc. 36	Do mesmo: pedindo provisão para que se não pusessem suspeições aos ministros. 3 abril 1555.
P. 1	M. 95	Doc. 41	Escandaloso procedimento do bispo. Carta de 8 abril 1555.
P. 1	M. 95	Doc. 70	Do mesmo: que seu filho não era culpado nos crimes, de que o bispo o acusava. 20 maio 1555.

P. 3	M. 7	Doc. 18	João da Costa Penha: regimento que se lhe deu, quando foi descobrir terras ao Brasil (sic). 6 abril 1519.
P. 1	M. 86	Doc. 111	Luís Dias: sobre estarem feitos os baluartes e casa da Câmara da Bahia. 15 agosto 1551.
P. 1	M. 102	Doc. 129	Carta de Pedro Borges sobre Paulo Dias: um dos primeiro povoadores da Bahia. 7 agosto 1558.
P. 1	M. 30	Doc. 101	Carta sobre os comissários do Caya. 8 abril de 1524.
P. 1	M. 104	Doc. 43	Carta do bispo da Bahia a rainha sobre a criação do lugar de vigário geral. 13 set. 1560.
P. 1	M. 95	Doc. 88	Carta ao rei acerca das violências e roubos do governador da Bahia, e seu filho. 1 junho 1555.
P. 1	M. 57	Doc. 88	Acerca da proibição do rei de França de irem seus vassallos ao Brasil. 26 agosto 1536.
P. 1	M. 58	Doc. 14	Roubos e danos cometidos pelos franceses contra os portugueses. 24 nov. 1536.
P. 1	M. 60	Doc. 30	Aprisionamento de cinco navios portugueses pelos franceses. Ano de 1537.
P. 1	M. 80	Doc. 58	Duarte Coelho: pede permissão ao rei de poder o almoxarife de Olinda fazer um engenho. 8 março 1548.
P. 1	M. 91	Doc. 23	A câmara de Angra pede a El-Rei prover-se a um tal Fernandes no ofício de anadel-mor. 2 outubro 1553.
P. 1	M. 77	Doc. 120	Carta de João de Góes sobre os prejuízos que Vasco Fernandes Coutinho fizera a sua capitania. 29 de abril 1536.
P. 1	M. 102	Doc. 96	Carta de V. F. Coutinho a Mem de Sá de ficar a sua capitania livre dos inimigos. 22 maio 1558.
P. 1	M. 53	Doc. 29	Alvará para se lhe dar (a V. F. Coutinho) um navio, munições etc. 27 junho 1554.
P. 1	M. 80	Doc. 110	Luís de Góes: carta a El-Rei representando a precisão que a vila de Santos, e outras capitánias do Brasil tinham de socorro. 12 maio 1548.
P. 1	M. 92	Doc. 113	Pedro de Góes combate com um galeão francês em Cabo Frio. 29 abril 1554.
P. 1	M. 118	Doc. 3	Gomes Quadros: carta a El-Rei. Desembarque dos holandeses em Pernambuco etc.

P. 1	M. 80	Doc. 102	Gonçalves: carta a El-Rei sobre o sucesso do bergantim do resgate com uma das 7 naus francesas, que iam aos pitigoares. 3 maio 1548.
P. 1	M. 115	Doc. 94	Gonçalves (piloto da Bahia): carta do governador, expondo os seus serviços. 19 de março de 1609.
P. 1	M. 118	Doc. 33	Carta do governador do reino ao rei: entrada dos holandeses em Olinda. 23 de abril 1630.
P. 1	M. 46	Doc. 64	Carta ao rei sobre a prisão de uns franceses e um frade que iam povoar a terra. 1 março 1531.
P. 1	M. 47	Doc. 106	Carta a El-Rei sobre o almirante de França lhe pediu a soltura de uns franceses, presos no Brasil. 9 de nov. de 1531.
P. 1	M. 60	Doc. 119	Poder marítimo dos franceses: pede-se que sejam acautelados os lugares do Brasil. 17 fevereiro 1538.
P. 1	M. 41	Doc. 98	Guilhem: provedor da fazenda de Porto Seguro para ir servir com os seus instrumentos da altura do pólo etc. 2 de novembro de 1528.
P. 1	M. 84	Doc. 109	Do mesmo: carta sobre haver em Porto Seguro uma serra, em que se presumia haver pedras preciosas. 20 julho 1550.
P. 1	M. 104	Doc. 83	Do mesmo: Mem de Sá desbaratado pelo gentio indo ao sertão descobrir ouro. 12 de março 1561.
P. 1	M. 38	Doc. 57	Cristóvão Jaques: cinco naus que os franceses mandavam ao réu que o dito descobrira. 23 dezembro 1527.
P. 1	M. 112	Doc. 3	Carta de El-Rei sobre a fatura da fortaleza da Paraíba: diferenças entre João Álvares Sardinha e João Rodrigues Coutinho.
P. 1	M. 74	Doc. 29	Carta a El-Rei de Martim Af. de Sousa expondo-lhe os serviços de um F. Lemos. 1 de dezembro 1543.
P. 1	M. 84	Doc. 99	Lemos: carta ao rei de ficar servindo em Porto Seguro, e de como ali havia ouro. 14 julho 1530.
P. 2	M. 162	Doc. 120	Carta do rei ao seu feitor em Andaluzia para matar Diogo Vas, piloto, por assim convir ao seu serviço. 26 de abril 1530.
P. 1	M. 119	Doc. 152	Carta a El-Rei de ser entregado 50\$ cruzados ao tesoureiro de Guarinais para socorro do Brasil. 19 out. 1636.

P. 1	M. 6	Doc. 82	Lopes de Siqueira: regimento que se lhe deu quando o mandaram descobrir terras. 13 de fevereiro de 1508.
P. 1	M. 120	Doc. 14	Capitão-mor do Pará: consulta sobre se lhe completar o número de 20 soldados para levar para o dito Estado. 6 novembro 1638.
P. 1	M. 118	Doc. 69	Mauro (piloto) viagem que fez a Itamaracá; assalto em um forte dos holandeses. 14 agosto 1540.
P. 1	M. 76	Doc. 93	Mello: carta a El-Rei dos trabalhos que teve quando arribou a Bahia. 5-8 de setembro de 1545.
P. 1	M. 47	Doc. 68	Mendes de Vasconcellos, embaixador em Castela: carta ao rei sobre o que passara a respeito do negócio do Rio da Prata. 10 de outubro de 1531.
P. 1	M. 47	Doc. 104	Do mesmo ao mesmo: carta sobre o mesmo assunto. 18 de nov. 1531.
P. 1	M. 115	Doc. 58	Carta de d. Diogo ao rei sobre a arribada de d. Constantino à Bahia. 8 de fev. 1608.
P. 1	M. 115	Doc. 41	O governador da Bahia queixa-se das injúrias que sofre do bispo. 12 julho de 1608.
P. 1	M. 115	Doc. 47	Carta dando parte da chegada de certas naus e formalidades porque se deviam governar as aldeias dos gentios. 23 agosto 1608.
P. 1	M. 115	Doc. 52	Do mesmo governador: preço por que foram arrendados os dízimos, fortalezas na Paraíba e Rio Grande. Contrato do pau-brasil. 4 de dezembro de 1608.
P. 1	M. 115	Doc. 44	Do mesmo: serviços do patrão-mor da Bahia. Mel. Glz. 19 abril 1609.
P. 1	M. 115	Doc. 95	Entrega de certas fortalezas a d. Francisco de Sousa; inconvenientes de se lhe dar a intendência dos muros e fortificação da Bahia. 22 de abril de 1609.
P. 1	M. 115	Doc. 103	Desordens promovidas pelo bispo intrometendo-se no governo secular. 20 janeiro de 1610.
P. 1	M. 115	Doc. 113	Como os senhores de engenho e lavradores de canaviais pagavam os pretos que compravam. 8 março 1610.
P. 1	M. 115	Doc. 115	Desordens do bispo, prejuízos de os jesuítas administrarem aldeias dos índios. 7 de fevereiro 1611.
P. 1	M. 11	Doc. 19	Obediência do vigário, contumácia do bispo na execução das ordens régias. 1 de março 1512.
P. 1	M. 115	Doc. 129	Utilidade do Maranhão, sítio por onde se devem dividir as capitâneas. 1 de março 1612.

P. 1	M. 120	Doc. 42	Mota: motivo por que foram isentas estas pessoas de pagar contribuições para a armada do Brasil. 26 de set. 1639.
P. 1	M. 115	Doc. 8	Moura: sobre os navios que fossem carregar ao Rio, e missão dos padres da Companhia do Maranhão. 27 jan. 1607.
P. 1	M. 86	Doc. 125	Nóbrega: carta ao rei, falta de religião em Olinda. 14 7br.º 1551
P. 3	M. 14	Doc. 1	Nunes: apontamento que mandou a El-Rei de tudo o que praticou nas partes do Brasil. Ano de 1538.
P. 1	M. 117	Doc. 159	Oliveira: carta a El-Rei dos motivos por que julga falsa a notícia de estarem 30 caravelões nos Ilhéus. 7 de set. 1628.
P. 1	M. 46	Doc. 84	Pacaldo: chamado a Paris para servir de piloto. 1 de maio 1531.
P. 1	M. 47	Doc. 62	Documento de escritura de Portugal com Pacaldo para não navegar, nem fazer cartas de marear; preço de 1600 ducados. De 30 set. 1531.
P. 1	M. 29	Doc. 113	Pacheco: carta para acompanhar as naus do imperador até Porto Seguro. 5 de agosto 1523.
P. 1	M. 78	Doc. 45	Carta de Tourinho de se despovoar a sua capitania pela guerra do gentio. 28 de julho 1546.
P. 1	M. 95	Doc. 46	Porto Carrero: tomadias que lhe fizeram os franceses no Brasil. 20 abril 1555.
P. 1	M. 97	Doc. 21	Princesa de Castela: pede ao rei mandasse que o governador do Brasil não vexassem os seus vassallos que fossem ao Rio da Prata. 24 nov. 1555.
P. 1	M. 111	Doc. 100	Correa Rangel: carta a El-Rei pedindo o despacho dos negócios sobre o que lhe escrevia a Câmara da Bahia. 4 de março 1583.
P. 1	M. 49	Doc. 32	Rapouso, embaixador de Portugal em França: cópia da ordem do almirante de França proibindo irem navios a Guiné e ao Brasil. 28 de junho de 1532.
P. 1	M. 116	Doc. 28	Do rei do Congo: carta a El-Rei de Portugal de ter expulsado ao conde d. Miguel Marizinho pela entrada que dera aos holandeses em Olinda. 24 de out. 1615.
P. 1	M. 43	Doc. 25	Rei de França (Francisco I) traslado das patentes para mandar a El-Rei, por conta dos navios que mandou ao Brasil, em que lhe mataram muita gente, havendo paz entre as duas coroas. 3 de julho de 1529.

P. 1	M. 57	Doc. 65	Artigos de amizade, aliança e confederação entre os reis de França e Portugal. 14 de junho de 1536.
P. 1	M. 57	Doc. 88	Rei de França: carta para seus oficiais guardarem os artigos de paz feitos com Portugal. 8 de agosto 1536.
P. 1	M. 88	Doc. 72	Do mesmo: carta pedindo a El-Rei desse de liberdade a uns franceses que se achavam presos e condenados como piratas. 27 de julho 1592.
P. 1	M. 105	Doc. 141	Roiz. Caldas: carta da Câmara da Bahia sobre os serviços do dito na guerra da capitania. 22 julho de 1562.
P. 1	M. 111	Doc. 95	R. Cardoso, capitão de Pernambuco: carta régia para que desse conta da capitania ao governador da Bahia, Manoel Telles Barreto. 10 fev. 1582.
P. 1	M. 102	Doc. 103	Mem de Sá: carta referindo ao rei ficar segura a capitania de Porto Seguro com o socorro que mandara contra o gentio. Conveniência de mandar render V. F. Coutinho. 1 de junho 1558.
P. 1	M. 104	Doc. 13	Do mesmo: aumento da Bahia, parecer a respeito do governo do Brasil. Pede que o mande recolher ao reino. 31 de março de 1560.
P. 1	M. 104	Doc. 83	Carta de Felipe Guilhem, referindo ter sido Mem de Sá desbaratado por um gentio à traição, indo com 100 homens ao sertão descobriu ouro. 12 de março 1561.
P. 1	M. 50	Doc. 20	Alvará: junta nos Açores para arrecadar o empréstimo do socorro de Pernambuco. 28 de junho 1633.
P. 1	M. 119	Doc. 43	Alvará para uma junta na ilha da Madeira dos 300\$ cruzados que o povo emprestara para socorro a Pernambuco. 18 março de 1634.
P. 1	M. 38	Doc. 57	Siqueira: carta dando parte ao rei mandar o almirante de França 5 naus ao Rio que descobrira Cristóvão Jaques na capitania do Brasil. 28 dez. 1527.
P. 1	M. 118	Doc. 92	Soares: dando parte ao rei ter reduzido muitas nações do Ceará, de que tirara grande socorro para Pernambuco. 8 de janeiro 1631.

P. 1	M. 115	Doc. 7	Sousa: carta de mercê do forte da capitania de Pernambuco. 20 jan. 1607.
P. 1	M. 116	Doc. 21	Gaspar de Sousa: carta a El-Rei sobre o estado em que se achava a capitania de Pernambuco e facilitar a conquista do Maranhão. 31 janeiro 1615.
P. 1	M. 46	Doc. 27	M. Af. de Sousa, capitão-mor da armada do Brasil: alvará para que os carregadores de Cabo Verde e Canárias lhe dessem todo o dinheiro e mantimentos que ele pudesse. 25 nov. 1530.
P. 1	M. 111	Doc. 36	Tavares: alvará a mercê da capitania de Caparica.
P. 2	M. 31	Doc. 17	Tavora. Condestável-mor dos artilheiros da Bahia; desordem da artilharia e milícia; más determinações do governador d. Diogo de Menezes. 12 maio 1592? (sic).
P. 1	M. 112	Doc. 27	Teive: carta a El-Rei do ano que recebia a real fazenda em virem estrangeiros comerciar ao Brasil. 9 de set. 1587.
P. 1	M. 31	Doc. 48	Teles Barreto: carta a El-Rei; promoção que fizera no Rio; andamentos; despesas. 11 agosto 1624.
P. 1	M. 111	Doc. 95	Carta de El-Rei para que o licenciado Simão Roiz lhe desse conta da sua capitania (de Pernambuco). 10 de fev. 1582.
P. 1	M. 115	Doc. 93	D'El-Rei a d. Cristóvão de Moura para fazer justiça nos holandeses presos etc. 10 março 1609.
P. 1	M. 106	Doc. 122	Torneiro: carta à rainha sobre o desamparo dos órfãos do Brasil. 20 fev. 1564.
P. 1	M. 104	Doc. 13	Vos de Brito: carta de Mem de Sá, referindo os serviços do dito na expedição ao rei contra os franceses. 31 março 1530.
P. 1	M. 49	Doc. 61	Navios que se preparavam na Normandia para irem ao Brasil. 6 agosto 1532.
P. 2	M. 352	Doc. 63	Vas Betancourt: requerimento para se lhe perdoarem os anos de degredo pelos serviços feitos na Bahia. 31 de maio 1630.
P. 1	M. 106	Doc. 45	Villagahão: carta de João Pereira Dantas a El-Rei sobre concordar com o dito cavalleiro a perda que teve no Rio. 10 de janeiro 1563.

Lisboa 29 de maio de 1850.

de A. Gonçalves Dias.

Doc. 6136

Meu senhor.

Acham-se concluídos os meus relatórios acerca da exposição, faltando-me somente deles copiar algumas folhas. Tratei de desempenhar esta parte da minha comissão como me foi possível, ainda que não tendo tido tempo de preparar-me para ela, e chegando aqui nos últimos tempos da exposição, foi-me preciso estudar e tomar notas às carreiras, e redigi-las com precipitação. Contento-me pela minha parte de não parecer, neste ponto, inteiramente pouco merecedor da confiança do governo de Vossa Majestade.

Esperava sair daqui apenas encerrada a exposição, mas não me foi isso possível em parte por não desejar partir, tendo esses trabalhos entre mãos, mas principalmente por estes eternos incômodos de família. Minha mulher acha-se alguma coisa melhor, mas o seu estado de saúde, segundo os médicos dizem, reclama que ela se retire de Paris; meu sogro também tem-se dado mal na Europa e volta para o Brasil, de modo que tenho de levar para Lisboa minha mulher doente, com crianças que não são muito sadias, isto durante o inverno, e com recursos que não abundam quando há moléstias, e eu me vi obrigado a despesas extraordinárias de idas e voltas a Portugal, com o que mal contava. Terei de escolher alguma ocasião que seja menos incômoda para minha família; mas conto estar em Lisboa por este mês ou quando muito até princípios de fevereiro.

O sr. ministro do Império escreveu-me que, sendo conveniente que as minhas pesquisas se não limitassem aos documentos da biblioteca de Évora, desse eu todo o desenvolvimento a esses trabalhos para os quais me arbitrava a quantia de 1.500\$ réis, semestralmente. Não sei se o Tesouro Nacional expediu as ordens necessárias para a legação de Londres, e só o poderei saber, chegando a Lisboa; por que contando estar ali em janeiro corrente, pedi que para lá me fossem dirigidas essas comunicações.

S. Ex.^a manda-me também que o informe do tempo necessário para fazerem-se essas coleções, e do que se terá de despende com elas. Não julgo que haja nenhum chefe de repartição em Portugal – do Tombo, Ajuda etc. que possa responder a esta pergunta, se não calculando a esmo, visto que nenhum exame completo se tem feito em relação ao Brasil. Pela minha parte, eu

penso que se deveria colecionar absolutamente tudo quanto dissesse respeito ao Brasil, porque trata-se do seu arquivo, e convém que ele possua o que lhe pode interessar. Lembra-me que voltando de minha comissão às províncias do norte, tive a honra de dirigir-me a Vossa Majestade, ponderando o estado miserável dos nossos arquivos provinciais, e calculando que o trabalho de os refazer e completar em Portugal, poderia importar em oitenta contos da nossa moeda. A cifra porém é bastante elevada, e eu não me atrevo a escrevê-la com medo de que os ministros de Vossa Majestade se não arrepiem. Contudo não me parece que esse cálculo vai muito errado. Agora, quantos anos são precisos para se completarem 80 contos, a 3 por ano? Uma vida, pouco mais ou menos. Os ministros de V. M. não o desejam, nem eu tampouco.

Tenciono pois coligir o que puder em 6 meses, remeter encadernado o que se for aprontando, e o sr. ministro do Império decidirá depois se acha conveniente que se prossiga nesse empenho e de que modo.

Fazendo votos pela conservação da preciosa vida de Vossa Majestade e da família imperial, beija humildemente as augustas mãos de Vossa Majestade o

humildíssimo súdito
Antônio Gonçalves Dias.

Paris, 7 de janeiro de 1856.

Meu senhor.

Meu sogro e minha mulher partem neste paquete para o Brasil com o dr. Capanema: para nenhum daqueles dois era muito favorável este clima, de forma que minha mulher volta quase como veio.

O dr. Capanema leva também os nossos relatórios acerca da exposição: os meus não valem grande coisa mas também tive de fazer tudo um pouco às pressas – estudo, observações, informações e redações.

Acompanharei minha família até ao Havre e dois dias depois parto para cumprir a minha comissão em Portugal, a ver se me resta tempo e meios de fazer imprimir alguma coisa antes da minha volta.

Meu senhor, escrevo a Vossa Majestade à ultima hora para mais uma vez lhe beijar as augustas mãos. Graças a Vossa

Majestade fiz por minha mulher o que era possível tentar-se; o mais depende de Deus.

Meu sogro volta a tentar fortuna no Rio de Janeiro: conheço a dificuldade do bom êxito das suas pretensões, mas não posso deixar de lastimar a sua sorte, precisando de fazer pela vida no fim dela, quando o corpo pede descanso e não trabalho: lastimo-a tanto mais quanto lhe não posso valer: tenho um irmão no Rio, estudando, e ainda não o pude mandar vir para a Alemanha, onde tenciono que ele venha completar os seus estudos. Que poderia eu fazer pelos outros?

Fazendo ardentes votos pela conservação da preciosa saúde de Vossa Majestade e da família imperial, pede a permissão de beijar as augustas mãos de Vossa Majestade Imperial o

o súdito submisso e respeitoso
Antônio Gonçalves Dias.

Paris 6 de março de 1856.

Meu senhor.

Lisboa 12 de maio de 1856

Logo depois da partida de minha família para o Brasil, segui para Portugal por Espanha com o fim de estudar naquele país alguns estabelecimentos de educação eclesiástica como me fora recomendado e de visitar ao mesmo tempo os arquivos que ali se acham. Os mais importantes para a América são o de Simancas, que me ficava muito fora de caminho, vindo eu por mar, e o arquivo das Índias da Sevilha.

Por intermédio do cônsul-geral do Brasil em Espanha, o sr. Peixoto de Brito, obtive do governador da província permissão para visitar o arquivo de Sevilha; mas disse-me desde logo que não estava em suas mãos facilitar-me nenhum exame, ainda mesmo superficial, dos papéis ou catálogos do arquivo. Dependia isso de uma autorização do governo central, autorização que ele, para servir ao sr. Peixoto, se comprometia a obter-me com mais vagar. Não pude aceitar esse oferecimento, porque o trabalho com que estou em Portugal, reclamava a minha presença para não sofrer mais larga interrupção. Parti pois para Portugal.

Da primeira vez que daqui saí, tinha eu deixado para fazer as minhas vezes na minha ausência ao dr. Clemente, hoje falecido, mas voltando daí a alguns meses achei que independente de outras circunstâncias, pouco se tinha feito, e esse pouco, mal; de modo que me arrependi de ter deixado procuradores.

Saindo pela segunda vez para assistir à exposição francesa por parte do Brasil, entendi-me com os meus amanuenses, comprometendo-se eles a continuarem com as cópias, segundo as indicações que eu lhes deixava para serem pagos na minha volta depois de conferido o que estivesse feito.

Os do Conselho Ultramarino pouco fizeram por que sendo empregados na secretaria, ou tiveram outro destino, ou se achavam com o tempo absorvido por trabalhos extraordinários da repartição. Felizmente em Évora continuaram sem interrupção ainda que com muito descanso.

Tenho-me pois convencido de que para o bom andamento e conclusão deste negócio, é necessário que não haja distração na pessoa incumbida de o levar ao cabo. Por mim tenho feito mal em querer desempenhar simultaneamente as duas comissões que tenho, porque assim nem só se adianta pouco em qualquer delas, como acarreta despesas de viagens que são pesadas, e seriam de outro modo escusadas.

Encontrei aqui o meu comprovinciano Lisboa, e parece-me que os seus trabalhos se harmonizariam com a comissão de documentos históricos em Portugal, melhor do que esta com a da instrução pública no resto da Europa. Como tem sempre de obter permissão para entrar nos arquivos, e de os estudar demoradamente, porque de outra sorte o exame não pode ser muito vantajoso, poderia ao mesmo tempo inspecionar os trabalhos de cópias, conferi-las, e servir-se delas para os seus estudos.

Conversamos eu e ele sobre isto: dentro em pouco terei acabado com os meus apontamentos para a História dos Jesuítas no Brasil, e nenhum interesse tenho em demorar-me em Portugal, depois da retirada de minha família para o Brasil. Pelo contrário, poderia dar conta dentro em pouco da comissão relativa a instrução pública, e teria ocasião de fazer alguma impressão na

Alemanha, facilidade que me oferecem alguns amigos, e eu tenho interesse em aproveitar.

Permita-me Vossa Majestade beijar-lhe mui respeitosamente as augustas mãos de Vossa Majestade, a quem Deus guarde por longos anos.

De Vossa Majestade
o mais humilde súdito
Antônio Gonçalves Dias.

Meu senhor.

Cheguei de Évora há alguns dias, donde vim para conferir os trabalhos que se tinham aprontado no Conselho Ultramarino. Infelizmente como as diligências portuguesas não são as coisas mais cômodas, nem as mais seguras que se podem desejar em viagem, cheguei um pouco maltratado de uma contusão, que não terá outra consequência se não a de me obrigar a alguns dias de cama, donde me levanto para ter a honra de escrever estas poucas linhas a Vossa Majestade.

Apesar da dificuldade de encontrar copistas suficientes, ainda mesmo que não sejam senão sofríveis, tenho dado todo o desenvolvimento aos trabalhos em Évora para acabar com aquilo de uma vez. Ter-me-ia por enquanto limitado àquela biblioteca, porque é necessária a presença constante de uma pessoa que dirija semelhantes trabalhos; mas como havia alguns amanuenses no Conselho Ultramarino e receei que, vendo-se desempregados, eles tomassem outro caminho, continuei a dar-lhes que fazer, e foi esse o motivo pelo qual vim a Lisboa.

Como quer que for, espero que em princípios do mês próximo terei concluído com o que há a fazer-se naquele estabelecimento, tendo extraído tudo, ou pelo menos o que ali há de mais importante para o Brasil.

Tenho a honra de beijar mui respeitosamente as augustas mãos de Vossa Majestade Imperial

De V. M. I.
o mais humilde súdito
Antônio Glz. Dias.

Lisboa 14 de junho de 1856.

Meu senhor.

Pela mordomia da casa imperial, recebi de ordem de Vossa Majestade um exemplar do poema do sr. Magalhães. Beijo agradecido e respeitosamente as augustas mãos de V. M. I. por graça tão especial, e vejo que ainda me não deixarão tanto as musas que lhe não deva ficar sumamente agradecido por isto a elas, assim como a V. M.

Já tinha assistido a uma leitura desse poema, que o seu autor, em viagem para o Brasil fizera em Paris, ao sr. Odorico, estando eu presente: abster-me de formar juízo sobre a obra, porque a declamação do sr. Magalhães, que em verdade é excelente, é artística demais para por ela se poder aquilatar o merecimento de alguma obra literária. Lembrava-me de um dos meus contemporâneos de Coimbra – João de Lemos – que muitas vezes e apesar de reiteradas experiências nos enganava: o quer que fosse que lhe ouvíamos por último, isso nos parecia o melhor, de quanto ele até ali tinha feito; mas quando aparecia o objeto do nosso entusiasmo, então eram as admirações de não termos percebido uma imensidade de pequenas faltas, que desapareciam com a declamação.

Volto ao poema.

Em Portugal não parece ter produzido o maior efeito: independente de outras causas, duas há que bastariam e de sobra para esse resultado: a primeira é que nem todos estão com o espírito tão livre de preconceitos que possam apreciar a grandeza selvagem da poesia americana; a outra e principal é que o sr. Magalhães põe na boca de seus heróis algumas expressões que os filhos do

“Portugal vencedor, nunca vencido”

não podem tolerar, e menos procedentes de um tapuia.

Quanto a mim, se V. M. me permite manifestar a minha opinião tão francamente como a sinto, fá-lo-ei em poucas palavras; mas antes peço muito encarecidamente a V. M. não suponha que a *rivalidade de ofício* é em mim superior à sinceridade que se deve a V. M.

O que me parece é que o autor dos “Suspiros” não tinha dado direito a esperar mais do que ele com o seu poema nos oferece. Foi um choque; pode porém ganhar ainda a partida, porque para isso sobram-lhe habilitações, talento, boa vontade, além do favor que V. M. tão generosa e liberalmente concede às letras.

Achei a versificação frouxa, de quando em quando imagens pouco felizes, a linguagem por vezes menos grave, menos própria de tal gênero de composições, e o que entre esses não é para mim menor defeito, o tamoio não tem muito de real nem de ideal.

Para o provar, não será preciso muito, segundo imagino.

Aqueles bons tamoios choram a tão bom chorar que causa lastima: não é um por exceção, mas o pai, o irmão, a irmã os índios todos.

Enternecidos choram. C. 1º.

O que recorda por contraposição o fato dos selvagens de Hans Stadt, aplaudindo o europeu que chora, como indício exuberante da sua nacionalidade:

“Venho pôr uma pedra em teu momento”

diz outro selvagem; conquanto não seja deles esse costume, mas dos nossos sertanejos quando passam junto de uma cruz na estrada, que lhes assinala o jazigo de alguém.

Não admira pois que outro tamoio se apresente ornado, em sinal de luto com

“Negras plumas que a tristeza exprimem”

Pela morte do filho –

“Quem mais talhas tem deste áureo vinho
Mais rico se reputa entre os selvagens”.

Diz o poeta: reflexão que se poderia aplicar com justiça aos vinícolas do Porto e Xerez. Entre aqueles, os vinhos feitos em comum, eram propriedade de todos e nem se conservavam por muito tempo.

Em outra parte diz:

Do nosso vinho bebereis conosco
No banquete frugal da despedida

Parece ter sido esquecimento de que eles quando comiam, não bebiam e vice-versa.

Uma índia alimenta dois filhos, e isto não causa novidade aos selvagens, outro conta os anos pelos cachos dos coqueiros, e não pela frutificação do caju, e como isto muita coisa, de muito pouca importância, sem dúvida, mas necessária para se fazer a quem quer que seja, sentir, pensar, viver e falar nas condições da sua existência própria.

Quanto às imagens, frase portuguesa e escolha de termos indígenas, citarei alguns versos:

Soou de novo o lúgubre instrumento

diz-se de um clarim.

“Dá com a cabeça de um contra a do outro
Que batendo quebrarão estalando,
Como estalam batendo as sapucaias”

Não é imagem muito feliz, nem esta:

Cai o colar de dentes arrancados
Por suas mãos da boca dos vencidos

Mas fizeram-me ver oh! que prodígio!
Ao través de um canudo!...

Diz-se vulgarmente “ver por um óculo” *ao través* de um canudo parece demais.

Um tal pó negro pólvora chamada

...

Da pólvora que tinha um chifre deu-me

...

“Tupã que se apresente e então veremos
Qual de nós dois melhor dispara o raio

Era uma pistola, que não sei se já era daquele tempo.
Enfim para carear a vontade do Sobrinho, Tibiriçá, “Começou
por mostrar uns avelórios

Com que adornou o colo do sobrinho,
Deu-lhe uma faca e um lenço de Alcobaça

A fábrica de Alcobaça também me parece que não existia então;
mas quando existisse – essa “faca”, essa “lenço de Alcobaça” fazem
péssimo efeito:

Os meus colegas não pecam por demasiada modéstia, segundo
dizem, e eu me não quero fazer exceção. Estávamos uma meia dúzia
em casa do Sr. Herculano, e eu tratava de defender o nosso poeta,
que estava ali sendo vítima de exageradas censuras: exageradas, digo,
quando se aprecie o seu merecimento em geral. Recitei o começo
daquela ode:

Quando da noite o véu caliginoso
Do mundo me separa,
E da terra os limites encobrendo
Vagar deixa a minha alma no infinito
Como um sutil vapor no aéreo espaço etc.

É belo isto.

O sr. Herculano, que não entrara na discussão, abriu o
volume, leu duas coisas, e achando alguma que lhe não agradava,

voltou-se para mim com alguma vivacidade, mandando-me que matasse ao meu colega.

– F. (disse-me ele) mate-me esse homem; mate m’o.

Era a mesma voz que eu tinha ouvido no começo da minha carreira, e como da primeira vez, rompendo espontânea da abundância de coração. Vim para casa ler os borrões do meu poema. Estou com mais medo, mas também com mais vontade de o acabar.

Passando a outro assunto.

Pelo penúltimo pacote chegado do Rio recebi um bilhete do sr. ministro do Império em que me avisa das ordens que se davam para que o sr. Lisboa ficasse na comissão em que me acho agora em Portugal. Ainda por este motivo agradeço e beijo respeitosamente as augustas mãos de V. M. I.

Escrevi imediatamente ao sr. Lisboa, ponderando-lhe a conveniência de transmitir-lhe pessoalmente esses trabalhos, o que me forraria da obrigação de fazer-lhe um extenso relatório. Esperei por ele até agora, e, em abono da verdade, não tanto por esperar, como porque andava muito vaidoso com o achado de muitos MS. de Alexandre Rodrigues Ferreira. Há apenas uma semana, descobri com certo sentimento de desprazer que o sr. Drumond tinha levado consigo grande parte desses trabalhos. Todavia o que ficou, foi sonogado por quem deles estava de posse; e penso que não teriam ocultado o pior. O que achei de A. Rodrigues ou são autógrafos ou cópias corrigidas por ele, e muitas ao que parece prontas para a impressão.

Os trabalhos estão em andamento, mas à espera do sr. Lisboa. Por mim estou coordenando, paginando e catalogando o que me resta para o mandar para o encadernador.

No dia 18, pelo pacote francês, pretendo remeter o que colecionei em Évora, Tombo, Conselho Ultramarino e B. da academia real das ciências: deve isso andar por perto de 50 volumes; dos quais 20 estão prontos para o embarque, e não vão agora porque quero ver se podem ir todos de uma vez; e para que o sr. Lisboa os veja, no caso de que chegue neste intervalo.

Roga a Deus pela conservação da preciosa saúde de V. M. I., e de toda a família imperial quem tem a honra de ser

De Vossa Majestade Imperial
o mais humilde súdito
Antônio Gonçalves Dias.

Lisboa 13 de setembro de 1856.

Meu senhor.

Quando escrevi a Vossa Majestade a minha última carta, o sr. J. F. Lisboa tinha chegado ou nesse mesmo dia ou na véspera. Soube-o, indo levar as minhas cartas a legação, e por isso não o comuniquei a V. M.

Fiz as necessárias apresentações do sr. Lisboa, dei-lhe as relações das pessoas que me têm facilitado esses trabalhos, os meus apontamentos para a sua continuação, de forma que não tivesse de encontrar maiores obstáculos e pudessem continuar as cópias sem interrupção.

Parto amanhã ou depois para Bélgica e dali para Holanda, e examinados os principais estabelecimentos de instrução, e tomados os apontamentos de que careço, no que não conto demorar-me muito, passo a Alemanha para ver se posso mandar fazer ao menos alguma reimpressão, enquanto por outro lado preparo os meus relatórios acerca da instrução pública na Bélgica, Holanda e Alemanha.

Antes porém de partir tenho obrigação de dar conta a V. M. do que se tem feito acerca de manuscritos. Julguei que a minha coleção poderia estender-se a 50 volumes; mas como os primeiros que mandei para o encadernador me pareceram baixos depois de encadernados, resolvi tornar mais grossos os últimos volumes, porque nisso não vi inconveniente, sendo que em último resultado a quantidade de matérias nele compreendida era absolutamente a mesma.

A remessa que agora faço é pois de 40 volumes, e talvez de algum mais. Para facilitar o seu exame organizei um volume de catálogo dos demais, e este peço ao ex.^{mo} sr. ministro do Império que o leve à augusta presença de Vossa Majestade.

Não me detive com belezas caligráficas, nem exigi dos copistas senão que me escrevessem inteligível e certo. Algumas vezes se verá a tinta desbotada, porque a que aqui se vende é de má qualidade, ou também porque sendo escrita a nanquim os amanuenses nem sempre se queriam dar ao trabalho de o desfazer em maior quantidade.

Quanto às cópias em si, parece-me curiosas as crônicas de que trata o catalogo de Évora e essas vão todas, o volume da Torre do Tombo, a História dos Tumultos do Maranhão, os pr.^{os} de registros, além das obras de Alex.^è Roiz Ferreira etc.

Devo porém observar que muitos destes códices são cópias, e cópias mal tiradas ou borrões cheios de lacunas, interlinhas em suma mais ou menos defeituosos, e contudo utilíssimos porque ou são únicos ou podem prestar-se a completar algum outro que apareça menos imperfeito.

As participações de Alexandre Rodrigues Ferreira cujo achado me tinha dado grande prazer sei que lá existem ou deveriam existir. Quando as mandei copiar, é certo que eu não sabia da entrega que se havia feito desses manuscritos ao sr. Drumond: notei todavia que devendo ter sido cabal a entrega, estes que eu encontrara se me antolhavam como sonogados, tanto mais que ou eram os autógrafos ou cópias acuradas que parecem preparadas para a impressão e emendadas por letra do autor.

Dois dos papéis que remeto estão impressos: é o regimento dado ao provedor Antônio Cardoso de Barros, que V. M. dignou-se oferecer ao Instituto, quando já eu me achava nesta comissão, segundo me parece; e a visita ao sertão do Pará do bispo Montenegro. Como não soubesse donde saíra a cópia que serviu para a impressão do instituto, julguei que se não houvesse vantagem pouco se perdia em haver outra extraída do próprio autógrafo.

Dos trabalhos que deixei apontados ou em andamento são os mais importantes a “Visita ao Sertão de D. Fr. Caetano Brandão” um vol. de ordens régias relativas a Pernambuco, ambos estes da academia das ciências. No Conselho Ultramarino cópias dos ofícios do governador das armas da Bahia por ocasião da nossa independência; e quase concluída na Torre do Tombo o MS. “Calamidades de Pernambuco” (1717).

Se bem me lembro, já tive a honra de falar a V. M. de um manuscrito semelhante por motivo de uma cópia que vi dele em Pernambuco. Essa cópia não me agradou, nem existe no Rio; por esse motivo mandei aqui tirar outra.

Se os trabalhos da minha coleção tivessem de ser impressos já e já – eu pediria ao Instituto, ou a quem fosse encarregado disso de dar toda a atenção às citações e referências de autores que será preciso retificar-se, à pontuação que será preciso fazer ou emendar alguma palavra evidentemente errada, que deixei ir tal qual, algumas vezes, por ser a que se lia no original.

Se porém o instituto tem falta de matéria, poderá imprimir a crônica do padre Moraes (Évora), a do padre Jacinto, quase tudo

o que é da academia real das ciências, e o volume da Torre do Tombo, porém a este último será necessário dar-se uma ordem qualquer, ou cronológica ou de matérias, porque consta de um cento de documentos que se vão copiando à medida que se vão descobrindo.

Conto deixar as coisas arranjadas por tal forma que, apesar da minha partida, se faça a remessa desses volumes pelo paquete que levará esta carta, que tenho a honra de dirigir a V. M.

Por um barco de vela que está a partir, remeto a meu sogro alguns livros do meu uso, e entre eles um V.^e MS. – Oceania e Brasil, para que a entreguem ao instituto; retoquei-a em parte, mas o estilo ficou ainda muito desigual; e além disto, como por falta de livros, não me foi possível aqui anotá-la como desejo que seja, mando pedir ao instituto se sirva por enquanto de lhe não dar publicidade.

Se V. M. m'ò permite passarei a outros assuntos.

Na minha última carta, tratei do poema do sr. Magalhães, talvez com demasiada severidade. Não sabia eu então a guerra que tinha sofrido no Rio, e como alguma vez era atacada a pessoa do autor.

Concebo que se diga quanto se queira e mais do que disse o *Mercantil*, contra quem quer que seja; porém achei mal feito que se mandasse pedir a Portugal a reprodução dos tais artigos. Foi isso o que me asseveraram Túlio e Latino Coelho, redatores do jornal em que aqui apareceram.

Há aqui um tal qual pendor natural para achar mal feito quanto fazemos, nem é preciso que lho roguemos por favor, e pela vanglória de ficarmos de melhor partido em uma polêmica literária.

Quanto a mim acho que ainda quando o poema do sr. Magalhães fosse uma maravilha no seu gênero, bem poucos aqui seriam capazes de o apreciar sem os prejuízos da estima e sem que se ofendessem com a novidade do assunto. Tem inquestionavelmente talento, estudo da sua literatura, que nós sem razão menosprezamos alguma coisa, e principalmente da literatura francesa: poucos passam além disso. Parece exageração dizer-se, mas não tenho motivos para o confessar além do amor à verdade. A Eneida Brasileira não achou simpatias em Lisboa; há dois contudo que a apreciaram, A. Herculano e Rabelo da Silva; os mais não podem avaliar a tradução, porque já se esqueceram das suas humanidades.

Um fato há para o provar. O sr. Herculano retira-se da academia das ciências, e terá de cessar a publicação dos “Monumentos Históricos de Portugal” obra que de certo honraria a qualquer corporação. Quanto a mim uma das dificuldades que há em o substituir está em achar-se um homem que saiba tanto latim, como paleografia e diplomática, além dos estudos históricos.

Longa demais vai esta carta, e eu pararei aqui.

Faço os mais sinceros votos pela conservação da família imperial, e em especial pela saúde preciosa de Vossa Majestade, cujas augustas mãos beijo respeitosa e humildemente.

Antônio Glz. Dias.

Lisboa 6 de out. de 1856.

Doc. 6225

Meu senhor.

O sr. ministro do Império encarregou ao sr. Gabaglia e a mim de fazer algumas compras de objetos para uso da comissão científica, que V. M. manda para explorar o interior de algumas das províncias menos conhecidas do seu Império. Essas ordens ficaram retardadas não sei aonde, porque sendo alguns desses ofícios de fevereiro, recebi-os a todos de uma vez, depois de meados de maio: foi isso um triste acaso, porque muitas dessas compras precisam de tempo que assim se tornou mais espaçado.

O máximo do prazo necessário para isso é até fevereiro do ano próximo; mas esse máximo também se não pode encurtar, porque o fabricante de Munique a quem o sr. Gabaglia encomendou os seus instrumentos, não os pode aprontar antes de 15 de fevereiro. Quando cheguei a Munique, o contrato já estava feito; mas que o não estivesse, eu não poderia aconselhar outra coisa, por entender que, quando se trata de observações científicas, e seu merecimento se aquilata pela qualidade dos instrumentos, de que elas resultaram, assim como pelo número e importância das experiências a que foram sujeitos antes de serem empregados. O fabricante de Munique é o primeiro da Europa, e as condições impostas pelo sr. Gabaglia creio que satisfarão os mais exigentes.

Pela minha parte também isso não se poderia fazer sem tempo, ainda que em verdade o prazo seria então incomparavelmente mais curto. Dirigi-me ao Brockhaus de Leipzig para a encomenda dos

livros. Ora esses livros só se encontram à venda na mão dos livreiros antiquários, e leva tempo procurá-los, escolhê-los e fazê-los encadernar. Brockhaus pede para isso três meses, não só para bem escolher, como para os poder comprar sem precipitação onde aparecerem mais baratos, o que lhe será fácil com as suas relações em toda a Europa. Ainda assim, esta despesa há de ser avultada. Esses livros empregados, digo, impressos, por conta de sociedades científicas ou de governos em não grande número de exemplares, contendo grande número de estampas e de estampas coloridas, custam caro, principalmente quando se tem de escolher as melhores edições e das melhores edições os exemplares mais perfeitos. O livreiro responde pela bondade das obras, tem interesse em bem servir, porque deseja ser livreiro do instituto na Europa, como há tempos comuniquei ao sr. secretário; mas contudo a despesa será grande, e parecerá ainda maior com a idéia que se tem no Brasil da barateza dos livros na Europa, o que é verdade, quando se trata de literatura.

V. M. me permitirá duas palavras pelo que particularmente me diz respeito.

O meu poema está já impresso até ao fim do 4º canto, não sei se haverá tempo para continuar por agora com essa impressão, ainda que com mais algum trabalho poderia fazer imprimir também o 5º e 6º cantos.

O dicionário caboclo está pronto, e na mão do livreiro: em dois meses ficará pronto. Digo – dois meses – porque os portes de correio são caros na Áustria, e eu preciso sair daqui para continuar a rever provas.

Fazendo votos pela continuação da saúde de Vossa Majestade e prosperidade da família imperial, peço licença para beijar as augustas mãos de Vossa Majestade Imperial.

humilíssimo súdito
Antônio Gonçalves Dias.

Viena 3 de junho
de 1857

Meu senhor.

A bondade suma de Vossa Majestade, dignando-se permitir-me que alguma vez ouse dirigir minhas cartas a V. M. faz com que eu abuse dessa tão honrosa, quanto, na minha humildade o confesso, pouco merecida distinção.

Demorei-me em Dresde estes dois meses para me familiarizar com a língua alemã, e também porque na proximidade em que estava de Leipzig podia mais facilmente vigiar a minha reimpressão. O trabalho de retocar coisas que eu me julgava livre uma boa vez por todas, sendo, além do mais, aquilo para que me sinto com mais repugnância, me tem levado bastante tempo principalmente quando os compositores sabem pouco português, e o revisor da tipografia é homem por demais versado em espanhol, em cuja língua se tem dado ao trabalho de corrigir-me.

Alguns anos não passam inutilmente na vida do homem, conheci-o por experiência, quando agora, revendo os meus volumes, vi quanto neles tinha de emendar, substituir e cortar. Bem conheço que podia ser mais rigoroso comigo mesmo, que o devia ser para me não mostrar inteiramente indigno da alta proteção de V. M., mas faltou-me a coragem para sacrificar mais que o dízimo do que já estava publicado. Cumprindo este preceito da Igreja, julgo ficar em paz com a minha consciência de autor.

O Brockhaus, que se encarregou desta edição, e que mostra fazê-la com prazer por ser a primeira vez que trabalha para o Brasil, prometeu-me dá-la concluída até o fim deste mês. Assim, ainda mesmo em Berlim para onde parto apenas tenha lançado esta no correio, poderei continuar a dirigir a impressão.

A facilidade com que se fazem esses trabalhos em Leipzig, e principalmente naquela oficina, me levará talvez a imprimir o meu drama – Boabdil – e um dicionário tupi-português, que tenciono oferecer ao instituto.

O dicionário me parece oferecer alguma vantagem sobre o de Anchieta e o Anônimo, só com a simples inversão das línguas; mas independente disso haverá porventura nele alguma novidade, que não será puramente poesia. Trabalhos eram esses que eu tinha feito há bem tempo, mas não coordenado. Veio-me essa idéia, lendo um catálogo de Brockhaus, sobre filologia, em que ele dá como meus os apontamentos sobre a língua indígena, hoje em uso no Alto Amazonas, que eu apresentei ao instituto, declarando que os devia à bondade do atual sr. bispo do Pará. Pareceu-me que poderia emendar esse erro, para o qual não concorri, nem mesmo involuntariamente, publicando o que a tal respeito havia anteriormente escrito; e julgo tanto mais oportuno esse trabalho, quanto devendo-se ao instituto a idéia da conveniência desse estudo, e tendo-se ultimamente publicado alguma

coisa a este respeito, era razoável que algum dentre os seus membros acompanhasse o movimento, que a ele se deve.

A minha intenção era publicá-lo em tupi, português e francês ou latim; mas quando principiei com o trabalho de coordenação, vi que isso me levaria muito mais tempo do que aquele de que posso dispor; e reservando para depois fazer esse negócio com o Brockhaus, restringi-me por agora ao português.

Tenho pronta para a impressão, justamente metade do trabalho; e para dar começo a ela espero receber umas ordens, que ainda me não chegaram. Se vierem nestas duas semanas, tudo estará pronto nos primeiros dias de abril.

Quanto ao drama, aconteceu que eu o lesse aos drs. França e Souza, que aqui se acham. Não desgostaram dele. O França traduziu-o para o alemão e parece que não ficou mal. Ainda assim vai ser novamente revisto, e supõe o tradutor que ele irá à cena aqui em Dresde e talvez também em Leipzig. Representando ele, aparecerão livreiros que o queiram imprimir, quando não for senão pela curiosidade de ser um drama brasileiro. Neste caso, eu não queria que a tradução aparecesse impressa antes do original. Infelizmente depende essa impressão das mesmas ordens, que tanto cuidado me têm dado.

Visto que falei de brasileiros que nos achamos em Dresde, aconteceu por casualidade que nos encontramos aqui os drs. Souza e França, o Stockmayer e eu. O França tem dado umas pré-lições em língua francesa sobre a Constituição, Código Comercial e literatura do Brasil. O Souza vai publicar as suas memórias ou pelo menos dar começo a isso. Se o Stockmayer é o nosso maestro desse nome (creio que será, mas não tive ocasião de lhe falar) – o Brasil, quanto às artes, letras e ciências, poderia inquestionavelmente estar melhor representado; mas, ainda assim, não ficam de todo sem representação em Dresde.

Meu senhor, fazendo os mais sinceros votos pela continuação da preciosa saúde de Vossa Majestade e da família imperial, permita-me V. M. beijar-lhe humilde e respeitosamente as suas augustas mãos.

De Vossa Majestade
o mais humilde e dedicado súdito
Antônio Gonçalves Dias.

Dresde 4 de fev., digo, março
de 1857

Meu senhor.

Com a entrada do ano que agora começa é do meu dever levar à augusta presença de Vossa Majestade os sinceros votos que faço pela prosperidade da família imperial, assim como pela continuação do feliz reinado de Vossa Majestade.

Este dever que será sempre sagrado para mim, confunde-se em parte com o reconhecimento profundo de quanto devo à augusta bondade de Vossa Majestade. Ainda nesta ocasião beijo respeitosamente as mãos de Vossa Majestade pela nomeação que se dignou fazer de meu sogro para diretor do Instituto dos Meninos Cegos.

Tive a honra de levar ao alto conhecimento de Vossa Majestade que eu havia concluído os meus trabalhos na Bélgica, e estava em vésperas de partida para Alemanha, onde estou presentemente.

Preferi Dresde como cidade mais tranqüila durante o inverno, onde poderia coordenar os apontamentos que tomei na Bélgica sobre a instrução primária e secundária, que em verdade ali floresce. Aqui também poderei com mais facilidade exercitar-me na língua alemã, que me será necessária para a continuação desses estudos na Alemanha, e fazer ao mesmo tempo a reimpressão que pretendo. Teubner, tipógrafo de Leipzig com uma filial em Dresde, prontificase a fazer-me essa edição em português, de cuja língua se tem alguma prática em suas oficinas. Estamos ainda em ajustes mas a impressão irá depressa – ao menos com quanta brevidade for possível para que eu possa concluir os meus estudos na Alemanha, e esteja em posição de obedecer sem demora as ordens do governo de Vossa Majestade, quando se tratar da comissão do Instituto Histórico para que tive a honra de ser indigitado. Não me iludo sobre os incômodos que teremos de passar nesta excursão: não serão poucas nem de pouca monta; mas nela descortino tanta vantagem para a minha carreira literária, que essa escolha ao passo que sobremodo me honra, vem a ser também a realização dos meus melhores desejos. Ainda uma vez, meu senhor, beija as augustas mãos de Vossa Majestade Imperial

o mais humilde súdito
Antônio Gonçalves Dias.

Dresde 4 de janeiro
de 1857

Meu senhor.

Há dois remeti à legação de Vossa Majestade em Inglaterra um exemplar do meu volume de poesias com o pedido de o enviarem por este paquete para o Rio, a fim de chegar conjuntamente com esta às augustas mãos de V. M.

Ficam no prelo o meu dicionário tupi já pronto de todo para a impressão, e o meu poema, do qual não sei ainda quantos cantos poderei imprimir agora, porque não escolhi a ocasião mais favorável para continuá-lo aqui na Europa, e ocupado como tenho estado com outros trabalhos.

Quanto ao meu drama, Boabdil, a tradução alemã está ainda nas mãos de Gutzkouv, poeta dramático, que se mostra empenhado em o fazer representar no teatro de Dresde, não tanto pelo merecimento do trabalho, como pela curiosidade de ser drama de um brasileiro. Há na franqueza alemã tanta ingenuidade, que não é preciso muita penetração para se ver que é para eles objeto de maior surpresa haver entre nós quem escreva, do que se ouvissem falar do descobrimento de um poema antediluviano.

Recebi por este paquete ordem do sr. ministro do Império para comprar os livros e objetos constantes de uma relação que me enviou, com recomendação de dar toda a pressa à compra e remessa desses artigos. O sr. Gabaglia e eu esperamos apenas a partida deste paquete para nos reunirmos e calcularmos se é bastante a quantia arbitrada para essas despesas; no entanto já demos princípio a esta comissão, fazendo algumas encomendas.

Fazendo os mais ardentes votos pela continuação da saúde e prosperidade do reinado e família de Vossa Majestade Imperial, beija muito respeitosamente as augustas mãos de Vossa Majestade.

o mais humilde súdito

Antônio Gonçalves Dias.

Dresde 5 de maio
de 1857

Meu senhor.

A coleção das minhas poesias teve alguma demora em chegar às augustas mãos de Vossa Majestade Imperial, porque foram recebidas em Londres, como depois me comunicaram, horas depois de se ter expedido a mala da legação.

Os primeiros cantos do meu poema estão igualmente impressos, e o livreiro escreveu-me que, com os volumes das poesias, havia também remetido alguns exemplares do poema, que se puderam aprontar às pressas. Eu teria preferido não mandá-los, a não irem acompanhados do volume, que V. M. I. me permitirá oferecer-lhe, o qual não poderá partir senão com o primeiro pacote; mas dos que já foram, não se terá esquecido o dr. Capanema, a quem foram dirigidos, de levar, sem demora, algum exemplar à augusta presença de V. M. I., enquanto se fica aprontando o outro.

Oferecê-lo a V. M. I. era rigoroso dever meu: dever tanto mais fácil e grato, que a manifestação do meu reconhecimento não pode ser considerada senão como um novo obséquio da sua augusta bondade.

O meu dicionário tupi terá alguma demora; porque os portes de correio entre França e Alemanha não são baratos; e como um mês de mais ou de menos nada influi na sua publicação, espero concluir aqui as encomendas dos objetos de cuja compra o governo de V. M. se serviu de incumbir-me e enquanto elas se aprontam, tratarei de concluir essa publicação. Essas encomendas estão todas feitas, à exceção da de alguns produtos, que se poderiam arruinar com a demora tais como os fotográficos: dentro de quinze dias conto de estar de volta na Alemanha, tanto para aquele fim, como para concluir o meu estudo do holandês, pois que os mestres aqui nem são dos melhores, nem dos mais fáceis de acomodar.

Encontrei o Lopes de Moura como que desanimado ou aborrecido com a sua tradução de Barleus: eu o influi quanto pude para que continuasse com ela. É bem possível que o instituto queira, mais tarde, publicar a par da sua Revista, uma biblioteca própria, constando da tradução dos viajantes e historiadores, que se ocuparam do Brasil até fins do século passado, e mesmo dos modernos, a quem o instituto quisesse conceder tal honra: Lery, Stadt, Barleus, fr. José de S. Teresa e outros teriam todo o cabimento em tal biblioteca, a qual se poderia completar depois com a reimpressão das obras raras sobre o Brasil, escritas em português. Assim ficam bem discriminadas as duas séries de publicações, de que, nesta hipótese, se ocuparia o instituto: – Memórias e Manuscritos da Revista – Reimpressões e Traduções na Biblioteca.

Fazendo os mais sinceros votos pela saúde de V. M. e conservação da família imperial, permita-me V. M. beijar-lhe humildemente as suas augustas mãos.

de Vossa Majestade o mais
humilde súdito
Antônio Gonçalves Dias.

Paris, 5 set. 1857

Meu senhor.

A legação imperial de Vossa Majestade, em Londres, deverá remeter por este paquete o volume do poema “Os timbiras” em cuja frente a bondade de Vossa Majestade Imperial me permitiu mandar estampar o seu augusto nome. Nem admira que procuremos todos escudar por essa forma as nossas produções. O trono imperial é amplo bastante para que as letras pátrias possam também, com os interesses do Brasil, vingar e prosperar à sombra dele.

Conquanto esse volume não parta com tempo de sobra para ser enviado pelo paquete deste mês, todavia com a pressa que dei ao sr. Brockhaus, e que não era preciso recomendar-lhe muito em negócio que ainda de longe diz respeito ao serviço de Vossa Majestade, e com o pedido que faço nesta ocasião à legação, em Londres, confio que ele poderá chegar com esta às augustas mãos de Vossa Majestade.

O dicionário tupi está em meio.

Quanto à comissão de exploração, não esperamos, como Vossa Majestade sabe senão pelos instrumentos da comissão, digo, seção astronômica, que se fabricam em Munique, onde hoje se acha o dr. Gabaglia. O mais que falta são pequenas coisas que incomodam pela multiplicidade, mas de fácil arranjo em pouco tempo. Para não nos embarçarmos reciprocamente nessas compras, concordei com o dr. Gabaglia em tomar à minha parte 1.300 libras, das 4.000 que o governo imperial pôs à nossa disposição, para reclamarmos no fim o que nos viesse a faltar. Ora, só os livros, de que uma parte se expediu já, importam em perto de mil libras, não obstante serem as contas do livreiro inferiores ao seu próprio orçamento, o qual, de mais disso, já era

muito e muito mais favorável que os dos outros seus colegas. Assim, por exemplo, a relação suplementar dos livros que Perthos Besser, ex-livreiros do instituto calculavam em 7.500 francos Brockhaus os dará pelo terço dessa quantia, isto é, 2.600 francos.

Deduzidas pois essas mil libras, e as encomendas de vidros da Bohemia e instrumentos de Viena, acho-me com cem libras *apenas* que apenas bastam para as encomendas que estão feitas; nem ousou por agora dizer ao governo de quanto careço ainda para não ter de repetir o pedido. Para isso, espero saber os preços de umas cápsulas mineralógicas, de Berlim, de vidros, pólvora, produtos químicos de fotografia e outros.

Creio que já tive a honra de dizer a Vossa Majestade que os jornais alemães se têm ocupado da nossa comissão, e que eu pretendo deixar as coisas arranjadas de forma, que possamos dar notícia dos seus trabalhos nas publicações alemães, inglesas e francesas.

Rogando a Deus a continuação da saúde e prosperidade de Vossa Majestade e da família imperial, beijo com o mais profundo respeito as augustas mãos de Vossa Majestade Imperial.

Dresde 4 de novembro de 1857.

de Vossa Majestade Imperial o
humilde súdito

Antônio Gonçalves Dias.

Meu senhor.

Acabo de receber neste momento um exemplar do meu dicionário tupi, que expeço para Londres a fim de ser transmitido às augustas mãos de Vossa Majestade Imperial. Vai pelo correio como impresso, dirigido a um amigo em Londres, que o mandará pôr na legação.

Peço perdão a V. M. de ousar remeter-lhe esse opúsculo em folhas soltas, enquanto espero os que se estão encadernando para V. M. e para o Instituto; mas tais remessas sofrem, ao que parece, tanta demora em caminho, que, apesar de toda a diligência, sempre chegam tarde e a mais horas, como ainda ultimamente acontece com o meu poema.

Nos últimos caixotes, contendo objetos para uso da comissão de exploração, remetidos de Viena, vão alguns instrumentos de que o Instituto Geológico de Áustria faz presente à comissão brasileira. Em um desses caixotes se incluiu uma caixinha, contendo livros para V. M., e outros para alguns dos membros da expedição. Não sei quem os manda, e só que a remessa é feita pelo dr. Glasl, condiscípulo do dr. Capanema.

Esses caixotes estão em Hamburgo, donde, por causa do tempo não têm podido partir.

O sr. Odorico concluiu a tradução das obras de Virgílio; o sr. Magalhães tem no prelo ou para o prelo um volume de poesias, e outro de lucubrações filosóficas, coisa de muito valor, segundo me informam.

Não sei se terão extraviado o exemplar do “Tesoro de la lengua Guarany”, que pertencia a V. M., o único que porventura possuía o Brasil. Havia nos despojos do falecido d’Orbigny dois exemplares dessa obra, um defeituoso, que não sei a quem tocou, e outro completo arrematado por Brockhaus por 100 francos. Talvez ele o reimprima.

Entre outras obras arrematou ele também os dois seguintes manuscritos citados no catálogo das línguas americanas de Trübnes – p. 46.

- | | |
|--------------------------------------|---|
| Recorte de jornal
colado na carta | 538. Vocabulário Hespagnol-chiquito. <i>Manuscrit</i> de 940 pages in-4, <i>demi-rel.</i> (Les 100 premières pages sont mouillées.) – Vocabulário Chiquito-Espanhol. <i>Manuscrit</i> in-folio de 990 pages, <i>demi-rel.</i> |
| | 539. Arte de la língua Chiquita. <i>Manuscrit</i> in-4 de 215 pages, <i>demi-rel.</i> |

essas importaram em coisa de 500 francos, e farão parte, diz-me ele, da sua grande Biblioteca Americana.

A bondade de V. M. me permitirá também incluir dentro desta um pequeno artigo sobre os timbiras, que apareceu no Literarisches Centralblatt. São duas palavras só, porém com mais benevolência que as da “Saturday Review” – agastada comigo não sei por que, e da qual apesar de tudo não devo ter muita razão de queixa.

Com o mais profundo acatamento e respeito beijo as augustas mãos de Vossa Majestade Imperial.

Antônio Gonçalves Dias.

Dresde 3 de fev. de 1858.

Doc. 6244

Meu senhor.

Pelo último pacote de Southampton recebi as últimas ordens do governo de Vossa Majestade Imperial; parti sem demora para Londres a fim de ali efetuar algumas compras de objetos para uso da comissão, mandei embarcar os dois últimos caixotes de livros que estavam em Leipzig, e espero poder expedir a 15 do corrente por um dos navios da linha do Havre, as últimas encomendas, que pelo menos já estão todas feitas.

Assim que partirei daqui em julho por algum dos dois navios que o governo de V. M. mandou construir no Havre, e calculo ter tempo bastante para não deixar atrás de mim nenhuma dessas encomendas, ainda quando me seja preciso ir a Hamburgo e talvez mesmo a Viena. O dr. Gabaglia estará igualmente pronto a partir nessa ocasião.

Dentro pois de um mês, ou pouco mais, terei a honra de beijar as augustas mãos de Vossa Majestade Imperial, de quem sou com o mais profundo respeito e reconhecimento.

humilíssimo súdito
Antônio Gonçalves Dias.

Paris, 6 de junho
de 1858.

NOTICIÁRIO

Noticiário

Em 5 de janeiro de 1951

Senhor ministro.

Em obediência ao regimento deste museu, venho apresentar a vossa excelência, o relatório sobre a vida do Museu Imperial, no decorrer de 1950.

1. Serviço auxiliar

Seção de Administração:

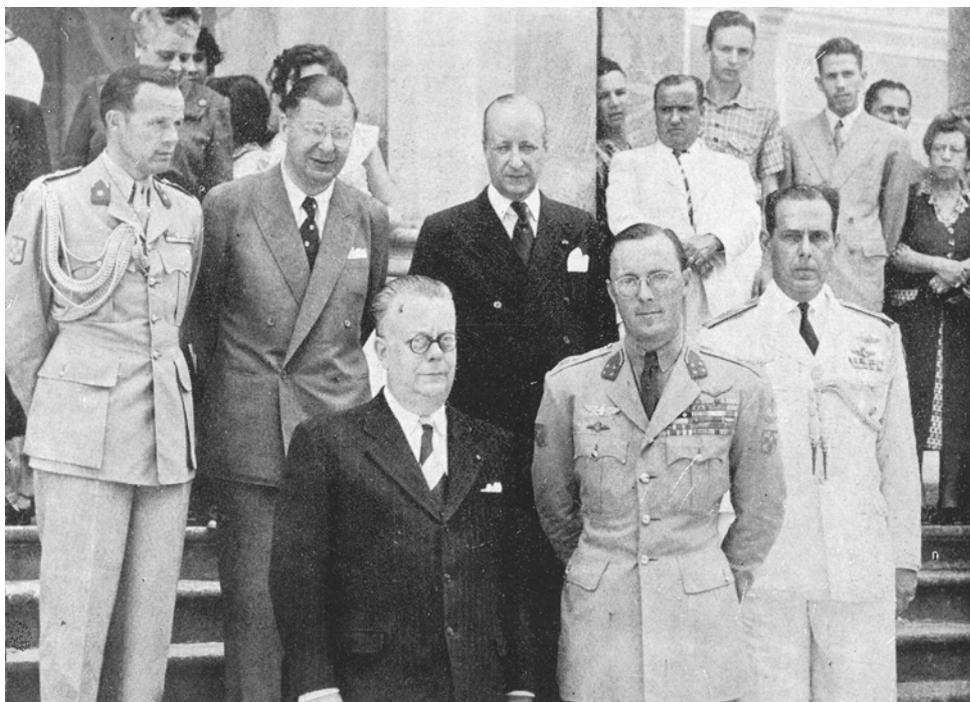
Foram expedidos 504 ofícios, 26 processos, 71 cartas, 127 convites, 235 guias de remessa de correspondência e 6 telegramas; e foram recebidos 125 ofícios, 19 circulares, 156 cartas, 20 processos e 30 telegramas.

2. Visitação

De 1 de janeiro a 31 de dezembro, foi o Museu Imperial visitado por 111.284 pessoas, sendo 42.524 homens, 50.791 mulheres, 7.573 crianças e 10.396 pessoas constantes de visitas coletivas.

Entre os visitantes de caráter coletivo, destacam-se os excelentíssimos srs. ministros Raul Fernandes, Clemente Mariani e Pedro Calmon; Bernhard, príncipe dos Países Baixos, professor Alexander Fleming, da universidade de Londres, professor Justo Alonzo, do Uruguai, professor Clarence Henry Haring, da universidade de Haward, acompanhado do embaixador Osvaldo Aranha e dr. Gilberto Freire, duque de Alba, embaixador da Espanha, dom Ernesto de Paula, bispo de Piracicaba, Diogo de Macedo, diretor do Museu de Arte Moderna, de Lisboa, dr. Orlando Ribeiro Dantas, diretor do *Diário de Notícias*, Reynold

Corlson e H. Branscomb, professores da Universidade de Vanderbilt, frei José Francisco de Guadalupe Mojica, embaixador George Kennan, oficiais do cruzador *La Argentina*, oficiais da Escola de Estado-Maior do Equador, Plínio Salgado, embaixador Carlos Magalhães de Azeredo e professor Aloísio de Castro, general Ângelo Mendes de Moraes, prefeito do Distrito Federal, Paulo de Magalhães, Joseph E. Davies, estudantes da Universidade de La Plata, doutorandos de medicina da Universidade da Bahia, dr. Moisés Lupion, governador do Paraná, professores e alunos do Instituto Industrial e Comercial de Santiago do Chile, membros do congresso dos municípios brasileiros, alunos do Colégio N. S. da Paz, do Distrito Federal, do Colégio Leopoldo, de Nova Iguaçu, do Ginásio Estadual de Petrópolis, do Ginásio Afrânio Peixoto, do Externato S. Judas Tadeu, do Colégio Dorotéia, do Colégio N. S. das Dores, de Uberaba, do Instituto de Educação de Minas Gerais, do Colégio Sta. Marcelina do Distrito Federal, do Ginásio São Paulo, de Teresópolis, da faculdade de engenharia de Montevidéu, da Escola Normal Nossa Senhora de Nazaré e Ginásio São José, de Conselheiro Lafaiete, da Escola de Engenharia do Rio Grande do Sul, do Colégio Stella Matutina, de Juiz de Fora, do Ginásio Teresa Cristina, de Teresópolis, do Colégio Anglo-Americano, do Colégio Sta. Isabel, de Petrópolis, do Colégio da Imaculada Conceição, do Distrito Federal, do Colégio Brasil, de Niterói, do Colégio N. S. da Conceição, de Minas, do Instituto de Educação do Distrito Federal, da Escola Técnica Nacional, da Escola Aurelino Leal, de Niterói, do Colégio Carlos Werneck, do Ginásio Sta. Teresinha, de Leopoldina, do Grupo Escolar Visconde de Sepetiba, de Magé, do Colégio de Pedro II, da Escola Vergueiro, de São Paulo, da Escola Municipal de Itaipava, da faculdade de filosofia, ciências e letras de Campinas, turistas norte-americanos, argentinos, peruanos, uruguaios, chilenos, cubanos, holandeses, membros do I Congresso Odontológico, dr. Adroaldo Mesquita da Costa, ministro da Justiça, federação das bandeirantes do Brasil, oficiais das fragatas argentinas *Hercules* e *Trinidad*, oficiais da força pública de São Paulo, I Congresso Brasileiro de Hematologia, oficiais e marinheiros nacionais do contra-torpedeiro *Amazonas*, Congresso Mundial de Futebol, funcionários públicos do estado de São Paulo, Congresso Internacional de Microbiologia, Primeiro Congresso Íbero-Latino de Dermatologia, oficiais do



Visita do príncipe Bernhardt, dos Países Baixos em 16 de fevereiro de 1950



Visita dos embaixadores americanos acompanhados do ministro das Relações Exteriores, embaixador Raul Fernandes em 6 de março de 1950

navio espanhol *Sebastian El Cano* e II Conferência Nacional de Saúde.

3. Doações

Sr. Jacques Kügel – um retrato a óleo do príncipe de Joinville, menino, pintado d’après Mademoiselle Godfroy; sr. Vicente Marchese – por intermédio do sr. Luís A. d’Escragnolle – um castiçal de prata, que pertenceu ao imperador d. Pedro II; sr. Buenaventura Caviglia Filho – os folhetos: *Las contramillas en la Coscoja* e *La contramilla en las traducciones de Martin Fierro*; Sr. Roberto Heyman – *La Lusidade – Poème heroique en dix chants* e *Variedades literárias*; sr. Jorge Rabay – *Brésil et Argentine – Notes et impressions de voyage*; sr. Gastão F. de Almeida – *Jakaré – Luasson ou Les Tupinambas – Chronique brésilienne*; coronel Laurênio Lago – uma carta patente de d. Pedro II nomeando Antônio dos Santos Neiva para o posto de coronel comandante superior da guarda nacional do município de Minas Novas (Minas Gerais); Museu Nacional de Soares dos Reis – um catálogo da Exposição das Artes Decorativas dos séculos XVII e XVIII; professor Maciel Pinheiro – *A Música no Brasil*, por Guilherme de Melo; dr. Paulo Maurity – um foto-carta parcial da cidade de Petrópolis; frei Estanislau Schaette – cópias fotostáticas de documentos relativos à primitiva capela e cemitério do Rio da Cidade, pertencentes a Manuel Antunes Goulão e cópias fotostáticas de fls. de livros eclesiásticos da paróquia de Inhomirim; memento das festas jubilares sacerdotais do bispo petropolitano d. Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Melo, prelado de Palmas; sra. Berta Leite – Um retrato do rei d. João VI, desenho a crayon assinado por D. A. de Sequeira; sr. Pedro Grases – *Arturo Michelana – 1863-1898 Catálogo y estudio preliminar de Enrique Planchart*, 1 folh. *Tres siglos de pintura venezolana*; sra. Amélia Aboim Poland – uma salva de prata, tendo ao centro o busto do imperador d. Pedro II, na época da maioridade – dois retratos em esmalte, com molduras de prata, da imperatriz Teresa Cristina e do imperador d. Pedro II – um medalhão em prata com as armas do Império do Brasil; Museu do Estado da Bahia – O vol. *História da Fundação da Bahia*, por Pedro Calmon; Museu Municipal Dr. Santos Rocha – O folh. *A Casa do Paço da Figueira da Foz e os seus azulejos*, por J. M. dos Santos Simões; dr. Paulo

Maurity – um álbum de couro com fotografias do Panteon dos Andradas na cidade de Santos e do Monumento aos Andradas na praça da Independência em Santos; dr. Alcindo Sodré – 116 cartões postais com vistas de Petrópolis – 1 cartão postal representando Ouro Preto, onde aparece a casa onde nasceu o conde de Afonso Celso – 6 postais com vistas do Rio de Janeiro; Virgílio de Sá Pereira – O vol. *Boletim Postal-Brasil nº 1, janeiro de 1892* – Os vols. *Coleção das Ordens do dia da Secretaria do Estado dos Negócios de Guerra. Publicadas no ano de 1864 – Indicador da Legislação Militar em vigor no Exército do Império do Brasil*, organizado e dedicado a S. M. I. pelo dr. Antônio José do Amaral – *Atos do Poder Executivo de 1898*, 21 vols, *Leis e Decisões do Governo do Brasil*; dr. Guilherme Guinle – uma litografia representando d. Pedro I (busto), visto de frente, fardado, litografia de O. R. segundo original de Henrique José da Silva; Paulo da Mota Maia – um copo de cristal branco com pé revestido de prata, pertenceu à condessa de Mota Maia; dr. Pedro de Paranaguá *Anuário Genealógico Brasileiro, Revista Genealógica Brasileira*; sr. Licurco de Castro Santos Filho, a obra de sua autoria *História da Medicina no Brasil*; monsenhor Gentil Costa, um folheto *Correio Oficial Niteroiense nº 1.130*; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma artística medalha de bronze comemorativa do 1º centenário do nascimento de Rui Barbosa; dr. Aluizio Távora, uma espada de oficial do 1º Reinado; Imperial Irmandade Nossa Senhora da Glória do Outeiro, um prato de porcelana, comemorativo do centenário da elevação à dignidade de “Imperial” daquela irmandade; general Ângelo Mendes de Moraes, duas gravuras, do príncipe e princesa de Joinville; embaixador José Roberto de Macedo Soares, sete notas do Banco de Mauá, de Montevidéu; embaixador José Carlos de Macedo Soares, um exemplar do folheto impresso contendo a relação dos objetos do leilão realizado em 1890 no antigo paço de São Cristóvão; comandante Paulo Meira, um busto de bronze, representando o contra-almirante Luís Filipe de Saldanha; sra. Cecília d’Escragnolle Dória, um adereço de ouro e medalhões com esmalte, que pertenceu à baronesa de Taunay e um broche oval com camafeu representando o Sumo Pontífice Pio IX, outro pertencente à baronesa d’Escragnolle; sr. Otávio Assunção, um lenço comemorativo da Tríplice Aliança; dr. Fernando de Barros Franco, um retrato à óleo;

representando a “Vovozinha do Secretário”; dr. Luís Freitas Machado, uma fotografia comemorativa da visita do imperador d. Pedro II a cachoeira de Paulo Afonso.

4. Aquisições

Foram adquiridos os seguintes objetos: um sinete de ouro e cabo de marfim com as armas do barão d’Escragnolle, uma litografia representando dom Pedro I; álbum oferecido pela corte imperial a Alphonse Lamartine, seis leques antigos, oito moedas de ouro do Império, uma balança de prata, um chocalho, um castão de rebenque, uma faca (peixeira), um bule do prateiro José Maria Soares, um sabre de coronel da guarda nacional do Império, um capacete da imperial guarda de honra, quadros da nobreza do Brasil por Boulanger, duas pequenas gravuras de d. Pedro I, duas alabardas, uma gravura representando a família imperial por Henrique Fleiuss, uma estampa representando o Cassino Fluminense, um colar de ouro usado na Festa do Divino, um lenço bordado a ouro, do casamento de dona Amélia, um retrato a óleo de Pedro II por Chevrel, um retrato a óleo de Pedro II atribuído a Krumholz, um dito de d. Teresa Cristina, um cálice verde com coroa e P. II., um copo com a condecoração do Cruzeiro, dois pares de maçanetas de cristal com as armas imperiais, um relógio de ouro com retrato de Teresa Cristina sobre esmalte, um retrato a óleo de dona Amélia, atribuído a Dürck, um leque comemorativo da chegada de d. João VI, uma antiga farda de lacaio, uma molheira de porcelana com o monograma do conde de Mota Maia, fruteira, manteigueira e xícara para chá, um cálice de cristal, cálice rubi e dois copos do mesmo titular, um par de azeitoneiras de porcelana com o monograma do barão de Ladário, uma garrafa de cristal, com o monograma do barão de Monte Cedro, uma faca de sobremesa, de prata, do barão do Rio Bonito, um garfo do visconde de Santa Rita, uma miniatura do retrato de Teresa Cristina pintado a guache em marfim, quarenta e quatro leques antigos, dois castiçais dourados, talha em cedro, que pertenceram à capela de Correias, uma imagem da Senhora Santa Anjo, em talha dourada, da mesma procedência, onze bandejas de prata, manufatura fluminense, uma campainha de prata do visconde de Santa Teresa, onze medalhas, um medalhão com a efígie de dom Pedro II, uma garrafa de cristal do barão de Santa Helena, uma colher de arroz do barão de Ribeiro de Sá, dois castiçais, um tin-

teiro, uma concha para sopa, três paliteiros, duas colheres de sopa, três colheres de chá, um bule, uma bandeja e um cálice, tudo de prata, um leque de renda e madrepérola, quatro livros que pertenceram à imperatriz Amélia e à princesa Maria Amélia, álbum *Figurinos do Exército*, desenhados por Álvaro Larée, Rio, 1866; *Journal of a voyage to Brazil* de Maria Graham, sessenta e seis documentos constantes de fotografias, estampas, gravuras e desenhos da coleção João Duarte Silveira, um recibo e uma guia do imposto sobre venda de escravo em 1845, e cento e sessenta e dois documentos que pertenceram à condessa de Itapagipe.

5. Inventário

Inaugurado o Museu a 16 de março de 1943, em janeiro de 1944 o inventário do material existente até aquela data acusava o número 4086 num valor de Cr\$ 11.017.690,71.

Em 1950, o número de objetos alcançou o número 52.605 num valor acima de cem milhões de cruzeiros.

6. Divisão de Documentação Histórica

1. Seção de Biblioteca, Filatelia, Mapoteca e Estampas

a) Biblioteca:

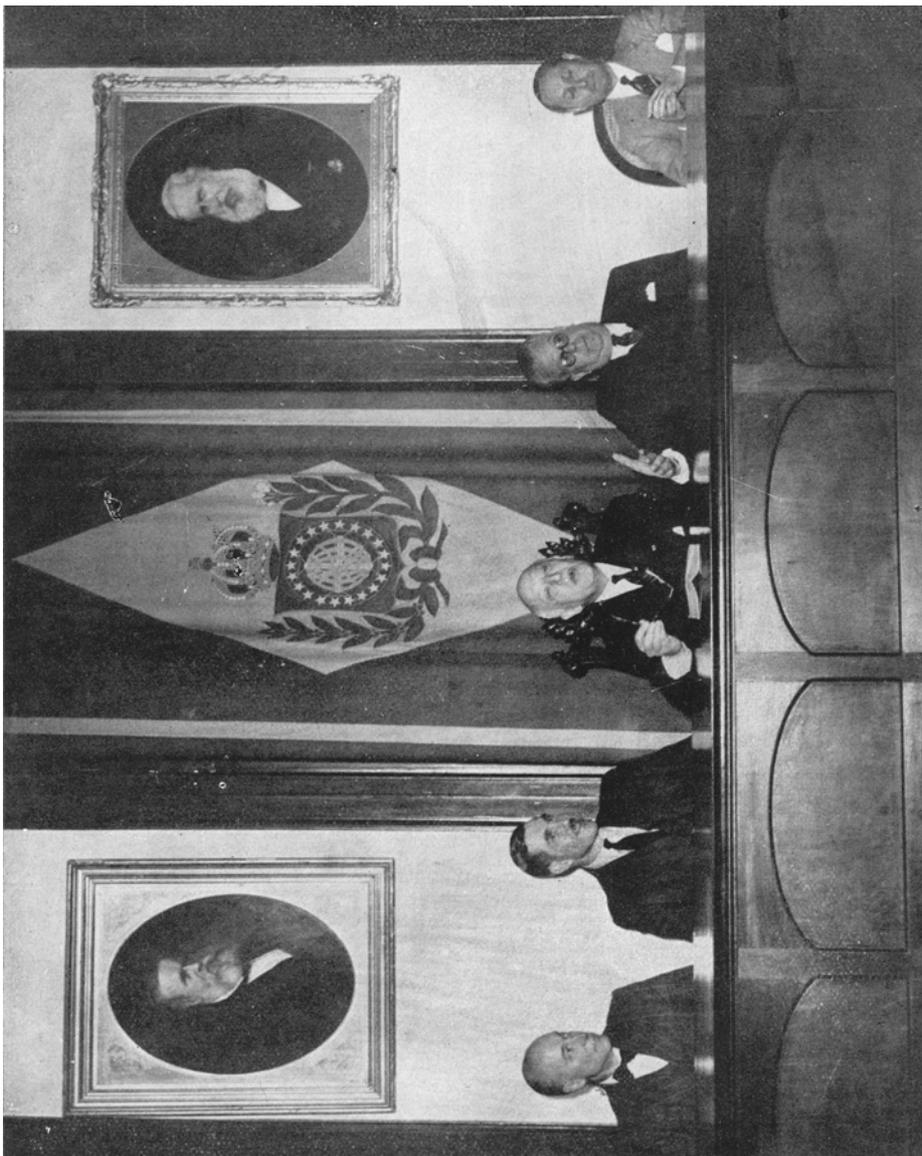
Continuou sendo feita a classificação e catalogação das obras existentes. Este trabalho atingiu ao número de 868 volumes. O fichário das obras impressas, colocado na sala de leitura, vem atendendo aos fins a que é destinado e melhor comodidade do leitor.

Cuidado especial mereceu o serviço de conservação de livros, sobretudo os oriundos de outras regiões e climas, para cujo fim foi construída uma estufa especial de zinco, onde se faz o necessário expurgo químico.

Prosseguiu o tombamento dos volumes entrados cujo número atingiu a 599.

b) Mapoteca:

Deram entrada dezenove peças de mapas fac-similares de grande interesse.



Conferência de André Maurois em 13 de julho de 1950

c) Estampas:

O tombamento atingiu ao número 41, sendo 39 por doação e 2 por compra. Entre as peças entradas sobressaem um primoroso retrato de d. João VI, trabalho a crayon de Domingos Antônio de Sequeira e oferecido pela sra. Berta Leite, e uma coleção de desenhos de d. Adelaide Taunay, doada pela sra. Cecília d'Escragnolle Dória.

2. Seção de Arquivo, Documentação fotográfica, publicações e Intercâmbio cultural

a) Arquivo:

Proseguiu o serviço de catalogação do arquivo de documentos históricos, apesar de deficiência de pessoal para esse mister. Todavia, bom avanço tomou esse serviço com a medida de vossa excelência autorizando durante trinta dias o trabalho de quatro tarefeiros.

Grande foi o número de interessados que freqüentaram a sala de consultas e muito apreciável foi o número de cópias fotostáticas e datilográficas remetidas a instituições e estudiosos de vários pontos do país e do estrangeiro.

b) Documentação fotográfica:

Foi o acervo enriquecido por uma doação da sra. Cecília d'Escragnolle Dória.

c) Publicações:

Foi editado um catálogo referente à exposição comemorativa do primeiro centenário de vida católica em Petrópolis, realizada por este Museu no mês de fevereiro.

Foram distribuídos os Anuários n^{os} VII e VIII referentes a 1946 e 1947, que tiveram suas edições completadas, respectivamente, pela Imprensa Nacional e empresa editora A Noite.

Acham-se com suas edições quase a termo, os Anuários IX e X, relativos a 1948 e 1949. No decorrer de 1951 espera esta direção promover a edição dos Anuários referentes a 1950 e 1951, pondo assim em dia essa publicação.

d) Intercâmbio cultural:

Participou o Museu Imperial da exposição realizada na cidade de Campinas, em homenagem a Carlos Gomes. Devidamente autorizado por Vossa Excelência seguiu para aquela cidade o biblio-

tecário Geraldo de Abreu Camargo, levando precioso material iconográfico e documental referente ao grande maestro nacional.

Na Sala de Conferências do Museu Imperial foram realizadas, pelo Instituto Histórico de Petrópolis, as seguintes conferências: *História da liberdade de imprensa no Brasil, Petrópolis capital social do Brasil, Tratado de Madri e Dom Pedro II*, respectivamente feitas por Carlos de Rizzini, esta com a presença do excelentíssimo sr. presidente da República; general Mendes de Moraes, prefeito do Distrito Federal; Artur César Ferreira Reis e Flávio Castrioto, prefeito de Petrópolis.

Por iniciativa do Museu e em colaboração com a Associação de Cultura Franco-Brasileira (Alliance Française), foram realizadas as seguintes conferências: *Le bonheur, dans la vie et dans l'amour* e *L'inquiétude de La Fontaine*, sendo a primeira pelo famoso escritor André Maurois, e esta por Pierre Clarac.

7. Divisão de Ourivesaria

Procedeu-se à etiquetagem de objetos de ourivesaria, prataria, miniaturas e insígnias honoríficas. Foram feitas 52 fichas técnicas referentes a objetos da divisão.

8. Divisão da Monarquia Brasileira

Procedeu-se regularmente aos trabalhos de etiquetagem, informação e avaliação de objetos doados ou adquiridos.

9. Nova sala

Foi aberta ao público a sala destinada à nova exposição permanente de leques, revestida de mobiliário especialmente feito para esse mister, e localizada na antiga e ampla sala de baile e música do paço.

10. Exposição

Em comemoração ao primeiro centenário de vida católica em Petrópolis, realizou o museu uma exposição de arte religiosa com objetos de suas coleções, sendo honrada, no ato inaugural, com a presença do ex.^{mo} sr. presidente da República, general de Exército Eurico Gaspar Dutra, ministro da Educação, professor Clemente Mariani e bispo de Petrópolis, dom Manuel Pedro da Cunha Cintra.

11. Instituto Rio Branco

A sala de auditório do Museu, mais uma vez, serviu para que, no dia 13 de janeiro, o ex.^{mo} sr. presidente da República, general de Exército Eurico Gaspar Dutra, fizesse entrega de diplomas a alunos do Instituto Rio Branco, sendo paraninfo o embaixador Osvaldo Aranha, e com a presença do chanceler Raul Fernandes.

12. Espetáculo de arte

Por iniciativa do Instituto Histórico de Petrópolis, realizou-se a 16 de março, data comemorativa da fundação desta cidade, uma grande noite de arte no parque deste Museu, assistida por apreciável multidão. O prefeito do Distrito Federal, general Ângelo Mendes de Moraes proporcionou a vinda à Petrópolis do corpo de bailados e orquestra sinfônica do Teatro Municipal do Distrito Federal, bem como da sua banda de música municipal.

13. Diário de dom Pedro II

Devidamente autorizado por vossa excelência, este Museu fez entrega ao editor Soares de Azevedo dos originais relativos ao diário de dom Pedro II, documento inédito e do maior interesse, do arquivo do Museu Imperial. Dessa publicação, o museu terá os exemplares necessários para serem distribuídos a bibliotecas e instituições culturais.

14. Obras

Prosseguem com regularidade as obras iniciadas em 1949 para ereção do edifício destinado a auditório, biblioteca, arquivo, discoteca e seções técnica e administrativa.

15. Livro para visitantes

No livro destinado a impressões e assinatura de visitantes do Museu Imperial, foram escritas as seguintes palavras:

“La grandeza de los pueblos se conoce en el respecto y amor que estos tienen por su historia y tradiciones: – *Fray José Fco. Guadalupe Mojica.*”

“Senti, hoje, aqui, a alma da nossa pátria. O esforço de um homem conseguiu mobilizar o passado, para que os brasileiros em face da sua grandeza, possam com o mesmo espírito dos seus maiores continuar o Brasil. *Plínio Salgado.*”

“It is with the greatest pleasure that I make my first visit to this Imperial Museum, in company with Oswaldo Aranha and Gilberto Freyre. And I congratulate the director, dr. Alcindo Sodré, on the magnificent service he has rendered to Brazilians and their history in creating this superb museum. *C. H. Haring, Haward University. Oswaldo Aranha e Gilberto Freyre*”.

“This is to me a very special occasion then I am permitted to see such a collection as I have seen today. I have visited many museums but none more interesting. *Alexander Fleming, University of London*”.

“Aqui não há apenas o prazer histórico. Há, sobretudo, o prazer estético. Por tal todos os louvores à administração deste Museu. *Paulo de Magalhães.*”

“Visitando este museu admirei o espírito patriótico de seus dirigentes, o amor por eles devotado a todo passado do meu grande Brasil. Deixo aqui comovido toda a minha gratidão de brasileiro pelo serviço que estão prestando a minha pátria. *Jayme Costa.*”

“Minhas felicitações, dr. Sodré: ordem, gosto e cultura, revelam a sua atuação neste Museu. *A. Mendes de Moraes.*”

“We shall take back to the United States and to Vanderbilt University, which gives much attention to the study of Brazil, her people, her history, her literature and her economic problems, many happy memories among which will be the recollection of this beautiful monument of a great past which was the forerunner of the present greatness of this beautiful country. *Howie Branscomb, chancellor Reynold Corbson, professor.*”

“Deixo aqui o meu nome, como testemunho da admiração e da veneração que desde a minha infância me inspirou o grande vulto brasileiro e universal de dom Pedro II, e ao qual, através das vicissitudes políticas do país e mundo, conservo inalterável fidelidade. *Carlos Magalhães de Azeredo.*”

São estas, senhor ministro, as principais ocorrências havidas neste Museu, durante o ano de 1950.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e elevada consideração.

Alcindo Sodré

Diretor.